



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1116

Segunda-feira - 12 de Novembro de 2012

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce	1
Antônio Carlos	7
Biguaçu	8
Braço do Trombudo	13
Caçador	26
Campo Alegre	28
Campos Novos	30
Canoinhas	37
Capinzal	37
Catanduvas	38
Concórdia	39
Cordilheira Alta	42
Coronel Martins	56
Forquilha	60
Fraiburgo	60
Garopaba	61
Gaspar	62
Herval d'Oeste	63
Ibiam	66
Iomerê	67
Irineópolis	68
Itapoá	68
Joaçaba	69
Lages	76
Lauro Muller	76
Leoberto Leal	82
Lindóia do Sul	87
Luzerna	88
Macieira	90
Maracajá	116
Massaranduba	117
Meleiro	121
Nova Trento	122
Palhoça	123
Paulo Lopes	130
Pinheiro Preto	130
Porto Belo	132
Porto União	132
Rio do Sul	137
São Bento do Sul	141
São Lourenço do Oeste	145
São Pedro de Alcântara	146
Schroeder	146
Timbó	149
Turvo	167
Vargeão	167
Videira	167

Consórcios

AGIR	169
ARIS	170
CIM-AMAVI	171
CIS/AMARP	171

Água Doce

PREFEITURA

Lei N° 2.135/2012

LEI N° 2.135/2012 - DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012

"DENOMINA DE TIAGO KARLOH O CENTRO COMUNITÁRIO DO BAIRRO SÃO JOSÉ DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE-SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:
Artigo 1º. Fica denominado de Tiago Karloh, o Centro Comunitário do Bairro São José, do Município de Água Doce - Santa Catarina.

Artigo 2º. O Poder Público do Município de Água Doce - SC, providenciará todos os atos necessários para a adequação do nome deste Centro Comunitário.

Artigo 3º. As despesas decorrentes com a execução desta Lei serão por conta de dotações orçamentárias próprias do Orçamento Municipal Vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 06 de novembro de 2012.
NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI
Prefeita Municipal

Lei N° 2.136/2012

LEI N° 2.136/2012 - DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012

"AUTORIZA O MUNICÍPIO A RECEBER EM DOAÇÃO BEM QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:
Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber,

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Danilo Murilo Chagas da Silva e Wendel F. R. da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, n° 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

por doação do MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO, inscrito no CNPJ nº 00.378.257/0001-81, o bem relacionado neste artigo, que será utilizado na Secretaria Municipal de Educação:

- 01 (um) notebook marca Positivo Master N170I - FNDE, acompanha Windows 7 profissional, no valor de R\$ 1.476,80, com mouse USB 2BT SCR MS55U PR/PRA Brand, no valor de R\$ 9,36.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta do município de Água Doce, inclusive as diretamente relacionadas com a transferência e instalação dos bens, através de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Água Doce-SC, 06 de novembro de 2012.
NELCI FATIMA TRENTA BORTOLINI
PREFEITA

Lei Nº 2.137/2012

LEI Nº 2.137/2012 - DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.025, de 22 de novembro de 2011, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 17.532,00 (dezesete mil quinhentos e trinta e dois reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para aplicação dos recursos recebidos do FNDE - PNAE Merenda Escolar e Manutenção do Depto. de Ensino.

Art. 2º. Ficam suplementados, no orçamento vigente, os elementos de despesas Aplicações Diretas, com as seguintes classificações orçamentárias:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
01 DEPARTAMENTO DE ENSINO
12.306.0025.2.019 MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR
3.3.90.00.01.0000.0/42 Aplicações Diretas R\$ 8.432,00

12.365.0033.1.011 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ESPAÇO PARA EDUCAÇÃO INFANTIL
4.4.90.00.01.0001.0/71 Aplicações Diretas R\$ 9.100,00
TOTAL R\$ 17.532,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a utilizar o excesso de arrecadação verificado nas rubricas de recursos Transferências do FNDE -PNAE e receitas de impostos educação.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 06 de novembro de 2012.
NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI
Prefeita Municipal

Lei Nº 2.138/2012

LEI Nº 2.138/2012 - DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR TOTAL OU PARCIALMENTE E TRANSFERIR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular total ou parcialmente as seguintes dotações orçamentárias constante do orçamento municipal vigente:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
01 DEPARTAMENTO DE ENSINO
12.361.0025.2.022 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
3.3.90.00.0.1.0001.0/52 Aplicações Diretas R\$ 54.155,00

07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E URBANISMO
01 DEPTO. DE URBANISMO
15.452.0047.2.042 MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO E CAPELA MORTUÁRIA
4.4.90.00.0.1.0000.0/110 Aplicações Diretas R\$ 990,00

15.452.0047.2.043 MANUTENÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO
4.4.90.00.0.1.0000.0/112 Aplicações Diretas R\$ 1.406,12
TOTAL R\$ 56.551,12

Art. 2º. Os valores anulados conforme artigo 1º desta Lei serão utilizados para suplementar os seguintes elementos de despesas:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
01 DEPTO. DE SERVIÇOS GERAIS
04.122.0006.2.006 MANUTENÇÃO SECRETARIA ADM. FAZENDA E DEPTOS.
3.3.90.00.0.1.0000.0/14 Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

04 SECRETARIA DA AGRICULTURA
01 DEPTO. DE AGRICULTURA
20.606.0019.2.014 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA
3.3.90.00.0.1.0000.0/33 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

06 SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL
02 DEPTO. DE PROMOÇÃO SOCIAL
08.244.0045.2.038 MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE PROMOÇÃO SOCIAL
3.3.90.00.0.1.0000.0/97 Aplicações diretas R\$ 850,00

07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E URBANISMO
01 DEPTO. DE URBANISMO
15.452.0048.2.046 MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE URBANISMO
3.3.90.00.0.1.0000.0/123 Aplicações Diretas R\$ 14.296,12

15.451.0048.1.017 PAVIMENTAÇÃO, ABERTURA E CONSERVAÇÃO DE VIAS URBANAS
3.3.90.00.0.1.0000.0/125 Aplicações Diretas R\$ 1.405,00

08 SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRAESTRUTURA RURAL
01 DEPTO. DE TRANSPORTES
26.782.0055.2.050 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRAESTRUTURA RURAL
3.3.90.00.0.1.0000.0/132 Aplicações diretas R\$ 5.000,00
TOTAL R\$ 56.551,12

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 06 de novembro de 2012.
NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI
Prefeita Municipal

Lei Nº 2.139/2012

LEI Nº 2.139/2012 - DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, ANULAR PARCIALMENTE E TRANSFERIR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.025, de 22 de novembro de 2011, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e aplicação de recursos vinculados recebidos pelo fundo.

Art. 2º. Ficam suplementados no orçamento vigente os elementos de despesa a seguir especificados, com as seguintes classificações orçamentárias:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
10.301.0042.2.051 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.3.90.00.0.1.0002.0/5 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

10.301.0042.2.052 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SUS
3.3.90.00.0.1.0023.0/10 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
TOTAL R\$ 20.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a anular parcialmente os recursos das seguintes dotações orçamentárias:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
10.304.0042.2.054 MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

3.3.90.00.0.1.0002.0/26 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

10.301.0042.2.052 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SUS
3.1.90.00.0.1.0023.0/8 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
TOTAL R\$ 20.000,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 06 de novembro de 2012.
NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI
Prefeita Municipal

Lei Nº 2.140/2012

LEI Nº 2.140/2012 - DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a

Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.025, de 22 de novembro de 2011, um crédito adicional especial no valor de R\$ 51.250,59 (cinquenta e um mil e duzentos e cinquenta reais e cinquenta e nove centavos), para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para Manutenção das atividades do Fundo Municipal e aplicação de recursos vinculados.

Art. 2º. Ficam suplementados, no orçamento vigente, os elementos de despesas Aplicações Diretas, com as seguintes classificações orçamentárias:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
10.301.0042.2.052 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SUS
3.1.90.00.0.1.0064.0/15 Aplicações Diretas R\$ 45.558,00
3.3.90.00.0.1.0064.0/17 Aplicações Diretas R\$ 5.692,59
TOTAL R\$ 51.250,59

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a utilizar o excesso de arrecadação verificado na rubrica: 0.1.0064 - Recursos Programa Melhoria de Acesso - PMAQ.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 06 de novembro de 2012.
NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI
Prefeita Municipal

Lei Nº 2.141/2012

LEI Nº 2.141/2012 - DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, ANULAR TOTALMENTE E TRANSFERIR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.025, de 22 de novembro de 2011, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e aplicação de recursos vinculados recebidos pelo fundo.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa a seguir especificado, com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
10.301.0042.2.051 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3.3.90.00.0.1.0002.0/5 Aplicações Diretas R\$ 2.000,00
TOTAL R\$ 2.000,00

Art. 3º. Para atender as despesas decorrentes do disposto no artigo 1º desta Lei, fica anulado totalmente o recurso da seguinte dotação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
10.304.0042.2.054 MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES DE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA
4.4.90.00.0.1.0002.0/27 Aplicações diretas R\$ 2.000,00
TOTAL R\$ 2.000,00

Art. 4º: Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 06 de novembro de 2012.
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

Lei Nº 2.142/2012

LEI Nº 2.142/2012 - DE 07 DE NOVEMBRO DE 2012

"DENOMINA-SE DE JOÃO MARIA RIBEIRO, A PRAÇA ESPORTIVA LOCALIZADA NAS PROXIMIDADES DO CENTRO EDUCACIONAL MUNICIPAL FREI SILVANO, DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE-SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Artigo 1º. Fica denominado de João Maria Ribeiro, a Praça Esportiva localizada nas proximidades do Centro Educacional Municipal Frei Silvano, na Travessa 1º de Maio do Município de Água Doce - Santa Catarina.

Artigo 2º. O Poder Público do Município de Água Doce - SC, providenciará todos os atos necessários para a adequação do nome desta praça.

Artigo 3º. As despesas decorrentes com a execução desta Lei, serão por conta de dotações orçamentárias próprias do Orçamento Municipal Vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 07 de novembro de 2012.
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

Decreto Nº 148/2012

DECRETO Nº 148/2012 - DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 18 da Lei nº 2.025 de 22 de novembro de 2011, DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.025 de 22 de novembro de 2011, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 285,00 (duzentos e oitenta e cinco reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para manutenção do Departamento de Promoção Social.

Art. 2º. Fica suplementado o elemento de despesa 3.3.90.00.0.1.0000.0/109 Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E URBANISMO
01 DEPARTAMENTO DE URBANISMO
15.452.0047.2.042 MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO E CAPELA MORTUÁRIA
3.3.90.00.0.1.0000.0/109 Aplicações Diretas R\$ 285,00
TOTAL R\$ 285,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica anulado o valor da seguinte dotação orçamentária:

07SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E URBANISMO
01 DEPARTAMENTO DE URBANISMO
15.452.0047.2.042 MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CEMITERIO E CAPELA MORTUÁRIA
4.4.90.00.0.1.0000.0/110 Aplicações Diretas R\$ 285,00
TOTAL R\$ 285,00

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 01 de novembro de 2012.
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

Decreto Nº 147/2012

DECRETO Nº 147/2012 - DE 30 DE OUTUBRO DE 2012

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeito em Exercício de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal combinado com o disposto no artigo 17 da lei nº 2.025/2011, de 22 novembro de 2011, DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.025, de 22 de novembro de 2011, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.712,70 (Hum mil e setecentos e doze reais e setenta centavos), para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para manutenção do Fundo Municipal de Saúde e aplicação de recursos vinculados recebidos pelo fundo.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
10.301.0042.2.052 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SUS
3.3.90.00.0.1.0065.0/11Aplicações Diretas R\$ 1.712,70

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica utilizado o excesso de arrecadação verificado na rubrica de transferências de Recursos Estado - TFD.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 30 de outubro de 2012.
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

Decreto Nº 149/2012

DECRETO Nº 149/2012- DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 2.025 de 22 de novembro de 2011, DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.025, de 22 de novembro de 2011, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 13.042,00 (treze mil e quarenta e dois reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para manutenção do Convênio Rádio Patrulha.

Art. 2º. Ficam suplementados os elementos de despesas 3.3.90.00.0.1.0054.0/116 e 3.3.90.00.0.1.0056.0/120 Aplicações Diretas com as seguintes classificações orçamentárias:

07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E URBANISMO

01 DEPARTAMENTO DE URBANISMO

06.181.0047.2.044 MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO RÁDIO PATRULHA

3.3.90.00.0.1.0054.0/116 Aplicações Diretas R\$ 6.647,00

15.452.0047.2.045 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO

3.3.90.00.0.1.0056.0/120 Aplicações Diretas R\$ 6.395,00

TOTAL R\$ 13.042,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o provável excesso de arrecadação nas rubricas Convênio Polícia Militar e Convênio Transito.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 01 de novembro de 2012.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita Municipal

Decreto Nº 150/2012

DECRETO Nº 150/2012 - DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.137, de 06 de novembro de 2012, DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto, no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.025, de 22 de novembro de 2011, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 17.532,00 (dezesete mil quinhentos e trinta e dois reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para aplicação dos recursos recebidos do FNDE - PNAE Merenda Escolar e Manutenção do Depto. de Ensino.

Art. 2º. Ficam suplementados, no orçamento vigente, os elementos de despesas Aplicações Diretas, com as seguintes classificações orçamentárias:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

01 DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.306.0025.2.019 MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR

3.3.90.00.01.0000.0/42 Aplicações Diretas R\$ 8.432,00

12.365.0033.1.011 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ESPAÇO PARA EDUCAÇÃO INFANTIL

4.4.90.00.01.0001.0/71 Aplicações Diretas R\$ 9.100,00

TOTAL R\$ 17.532,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica utilizado o excesso de arrecadação verificado nas rubricas de recursos Transferências do FNDE -PNAE e receitas de impostos educação.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 06 de novembro de 2012.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita Municipal

Decreto Nº 151/2012

DECRETO Nº 151/2012 - DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012

"ANULA TOTAL OU PARCIALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.138, de 06 de novembro de 2012, DECRETA:

Art. 1º. Ficam anuladas total ou parcialmente as seguintes dotações orçamentárias constante do orçamento municipal vigente:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

01 DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.361.0025.2.022 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

3.3.90.00.0.1.0001.0/52 Aplicações Diretas R\$ 54.155,00

07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E URBANISMO

01 DEPTO. DE URBANISMO

15.452.0047.2.042 MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO E CAPELA MORTUÁRIA

4.4.90.00.0.1.0000.0/110 Aplicações Diretas R\$ 990,00

15.452.0047.2.043 MANUTENÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO

4.4.90.00.0.1.0000.0/112 Aplicações Diretas R\$ 1.406,12

TOTAL R\$ 56.551,12

Art. 2º. Os valores anulados conforme artigo 1º deste Decreto serão utilizados para suplementar os seguintes elementos de despesas:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

01 DEPTO. DE SERVIÇOS GERAIS

04.122.0006.2.006 MANUTENÇÃO SECRETARIA ADM. FAZENDA E DEPTOS.

3.3.90.00.0.1.0000.0/14 Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

04 SECRETARIA DA AGRICULTURA

01 DEPTO. DE AGRICULTURA

20.606.0019.2.014 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA

3.3.90.00.0.1.0000.0/33 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

06 SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

02 DEPTO. DE PROMOÇÃO SOCIAL

08.244.0045.2.038 MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE PROMOÇÃO

SOCIAL
3.3.90.00.0.1.0000.0/97 Aplicações diretas R\$ 850,00

07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E URBANISMO
01 DEPTO. DE URBANISMO
15.452.0048.2.046 MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE URBANISMO
3.3.90.00.0.1.0000.0/123 Aplicações Diretas R\$ 14.296,12

15.451.0048.1.017 PAVIMENTAÇÃO, ABERTURA E CONSERVAÇÃO DE VIAS URBANAS
3.3.90.00.0.1.0000.0/125 Aplicações Diretas R\$ 1.405,00

08 SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRAESTRUTURA RURAL
01 DEPTO. DE TRANSPORTES
26.782.0055.2.050 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRAESTRUTURA RURAL
3.3.90.00.0.1.0000.0/132 Aplicações diretas R\$ 5.000,00
TOTAL R\$ 56.551,12

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 06 de novembro de 2012.
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

Decreto Nº 152/2012

DECRETO Nº 152/2012 - DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, ANULA PARCIALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita de Água Doce - SC.
No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.139, de 06 de novembro de 2012,
DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.025, de 22 de novembro de 2011, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e aplicação de recursos vinculados recebidos pelo fundo.

Art. 2º. Ficam suplementados no orçamento vigente os elementos de despesa a seguir especificados, com as seguintes classificações orçamentárias:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
10.301.0042.2.051 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3.3.90.00.0.1.0002.0/5 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

10.301.0042.2.052 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SUS
3.3.90.00.0.1.0023.0/10 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
TOTAL R\$ 20.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, ficam anulados parcialmente os recursos da seguintes dotações orçamentárias:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
10.304.0042.2.054 MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

3.3.90.00.0.1.0002.0/26 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

10.301.0042.2.052 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SUS
3.1.90.00.0.1.0023.0/8 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
TOTAL R\$ 20.000,00

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 06 de novembro de 2012.
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

Decreto Nº 153/2012

DECRETO Nº 153/2012 - DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.140, de 06 de novembro de 2012,
DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto, no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.025, de 22 de novembro de 2011, um crédito adicional especial no valor de R\$ 51.250,59 (cinquenta e um mil e duzentos e cinquenta reais e cinquenta e nove centavos), para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para Manutenção das atividades do Fundo Municipal e aplicação de recursos vinculados.

Art. 2º. Ficam suplementados, no orçamento vigente, os elementos de despesas Aplicações Diretas, com as seguintes classificações orçamentárias:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
10.301.0042.2.052 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SUS
3.1.90.00.0.1.0064.0/15 Aplicações Diretas R\$ 45.558,00
3.3.90.00.0.1.0064.0/17 Aplicações Diretas R\$ 5.692,59
TOTAL R\$ 51.250,59

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica utilizado o excesso de arrecadação verificado na rubrica: 0.1.0064 - Recursos Programa Melhoria de Acesso - PMAQ.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 06 de novembro de 2012.
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

Decreto Nº 154/2012

DECRETO Nº 154/2012 - DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, ANULA TOTALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.141, de 06 de novembro de 2012,
DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº

nº 2.025, de 22 de novembro de 2011, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e aplicação de recursos vinculados recebidos pelo fundo.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa a seguir especificado, com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
10.301.0042.2.051 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3.3.90.00.0.1.0002.0/5 Aplicações Diretas R\$ 2.000,00
TOTAL R\$ 2.000,00

Art. 3º. Para atender as despesas decorrentes do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica anulado totalmente o recurso da seguinte dotação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
10.304.0042.2.054 MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
4.4.90.00.0.1.0002.0/27 Aplicações diretas R\$ 2.000,00
TOTAL R\$ 2.000,00

Art. 4º: Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 06 de novembro de 2012.
NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

Antônio Carlos

PREFEITURA

Portaria Nº 503/2012.

PORTARIA Nº 503/2012.
Dispensa ACT.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Dispensar, GRAZIELA MULLER, do cargo de PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA, a partir de 09 de novembro de 2012, pelo término de sua contratação temporária.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,
em 09 de novembro de 2012.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 12 de novembro de 2012.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

2º Aviso de Licitação PL Nº 125/2012 **2º AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório: nº. 125/2012; Modalidade: Pregão Presencial nº. 085/2012; Tipo: Menor Preço; Objeto: Aquisição de um veículo, tipo automóvel, novo, 0 KM (zero quilometro) para a Unidade do Corpo de Bombeiros do Município de Antônio Carlos, conforme descrito no edital e seus anexos; Abertura: dia 26/11/2012 as 08:00 (oito) horas.

Obtenção dos Editais e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº. 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 7:30 as 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas. Fone (48) 3272-1123. Ou no e-mail: administracao@antoniocarlos.sc.gov.br

Antônio Carlos, 09 de Novembro de 2012.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Autorizo a empresa "DIARIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS". DOM a publicar o 2º AVISO DE LICITAÇÃO PL nº. 125/2012.

Antônio Carlos, 09 de Novembro de 2012.
Atenciosamente:

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Aviso de Licitação PL Nº 129/2012 **AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório: nº. 129/2012; Modalidade: Pregão Presencial nº. 086/2012; Tipo: Menor Preço; Objeto: Contratação de empresa para a execução de serviços de lavagem da frota de veículos e máquinas da Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Antônio Carlos, conforme previsto no edital e seus anexos; Abertura: dia 26/11/2012 as 10:00 (dez) horas.

Obtenção dos Editais e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº. 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 7:30 as 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas. Fone (48) 3272-1123. Ou no e-mail: administracao@antoniocarlos.sc.gov.br

Antônio Carlos, 09 de Novembro de 2012.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Autorizo a empresa "DIARIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS". DOM a publicar o AVISO DE LICITAÇÃO PL nº. 126/2012.

Antônio Carlos, 09 de Novembro de 2012.
Atenciosamente:

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Biguaçu

PREFEITURA

Decreto Nº 223/2012

DECRETO Nº 223/2012 DE: 26 DE OUTUBRO DE 2012.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º da Lei Municipal nº 3156/2011 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 13 da Lei Municipal nº 3174/2011 - Lei Orçamentária para 2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2012, Lei Municipal nº 3174/2011:

1202. FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

CÓDIGO AÇÃO/GRUPO DE DESPESA VALOR

1202.16.482.0006.1026 Construção e Melhoria de Habitações Populares 113,94

ANULA:

4.4.90.00/0.3.70.000020 Investimentos 113,94

SUPLEMENTA:

3.3.20.00/0.3.70.000020 Transferências a União 113,94

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 26 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

MARIVALDE INÊZ KONS

Escriturária

Decreto Nº 232/2012

DECRETO Nº 232/2012 DE: 05 DE NOVEMBRO DE 2012.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária Anual de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3.156/2011,

Considerando, que o Município assinou convênio com o Ministério das Cidades para realização de obras drenagem e pavimentação da Rua Mora Guimarães,

Considerando, que na prestação de contas faz-se necessário a devolução dos recursos não utilizados, inclusive oriundos do rendimento de aplicações,

Considerando, que o rendimento de aplicação dos recursos do convênio, no valor de R\$ 1.463,40, não foi utilizado e deverá ser devolvido,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 1.463,40 (Um mil quatrocentos e sessenta e três reais e quarenta centavos), por conta do excesso de arrecadação na fonte de recursos: 0.1.81.000118 - Pavimentação de Ruas, a dotação abaixo indicada:

26. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

CÓDIGO CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA VALOR

2601 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO 1.463,40

2601.28 Encargos Especiais 1.463,40

2601.28.845 Transferências 1.463,40

2601.28.845.0000 Encargos Especiais 1.463,40

2601.28.845.0000.0006 Devolução de Recursos de Convênio 1.463,40

3.3.00.00 Outras Despesas Correntes 1.463,40

3.3.20.00 Transferências à União 1.463,40

0.1.81.000118 Pavimentação de Ruas 1.463,40

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 05 de novembro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

MARIVALDE INÊZ KONS

Escriturária

Decreto Nº 235/2012

DECRETO Nº 235/2012 DE: 08 DE NOVEMBRO DE 2012.

Dispensa a realização da audiência pública para a elaboração e discussão da Lei Orçamentária para 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 98, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, CONSIDERANDO, que as audiências públicas exigidas pelo artigo 48, parágrafo único da Lei de Responsabilidade Fiscal se destinam a promover a participação da sociedade na definição dos objetivos, metas e prioridades da administração na aplicação dos recursos públicos e a transparência dos atos do governo;

CONSIDERANDO, que foram realizadas as audiências públicas durante os processos de elaboração e discussão do Plano Plurianual para 2010/2013 e Lei de Diretrizes Orçamentária para 2013;

CONSIDERANDO, que na audiência pública da Lei de Diretrizes Orçamentária foram discutidas e aprovadas as prioridades e metas da administração para o exercício de 2013 com base num orçamento de receita;

CONSIDERANDO, que a proposta de Lei Orçamentária para 2013 contempla no orçamento da receita e no orçamento da despesa as prioridades e metas da administração constante da Lei de Diretrizes Orçamentária para 2013, discutida e aprovada em audiência pública;

CONSIDERANDO, que as ações de governo e seus valores contemplados na proposta orçamentária para 2013, são as mesmas priorizadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013;

CONSIDERANDO, que a realização de audiência pública para a proposta orçamentária para 2013, seria uma repetição de tudo o que foi apresentado, discutido e aprovado na audiência pública realizada durante o processo de elaboração da LDO para 2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica dispensada a realização de audiência pública durante o processo de elaboração da Lei Orçamentária para 2013, haja vista que esta reproduz as mesmas metas fiscais e físicas aprovadas pela sociedade para a Lei de Diretrizes Orçamentária para 2013.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 08 de novembro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

MARIVALDE INÊZ KONS

Escrutária

Portaria Nº 2747 de 05 de Novembro de 2012

PORTARIA nº 2747 de 05 de novembro de 2012

Admitir o (a) Servidor (a) WALMOR LANGE JUNIOR, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MÉDICO PSIQUIATRA DO NASF, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) WALMOR LANGE JUNIOR, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MÉDICO PSIQUIATRA DO NASF, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 19/11/2012 a 19/11/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 19/11/2012.

Biguaçu, 05 de novembro de 2012.

Por delegação

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2754 de 08 de Novembro de 2012

PORTARIA nº 2754 de 08 de novembro de 2012

Admitir o (a) Servidor (a) LUCIOLA SUCUPIRA FERREIRA DE FARIA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) LUCIOLA SUCUPIRA FERREIRA DE FARIA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, com jornada conforme escala de plantão, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 15/10/2012 a 15/10/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/10/2012.

Biguaçu, 08 de novembro de 2012.

Por delegação

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2758 de 08 de Novembro de 2012

PORTARIA nº 2758 de 08 de novembro de 2012

Demite o (a) Servidor (a) Lucíola Sucupira Ferreira de Faria, ocupante do cargo temporário de Médico de Emergência, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Demitir o (a) servidor (a) Lucíola Sucupira Ferreira de Faria, detentor do cargo de provimento temporário de Médico de Emergência, com jornada conforme escala de plantão, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 14/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 14/10/2012.

Biguaçu, 08 de novembro de 2012.

Por delegação

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2770 de 08 de Novembro de 2012

PORTARIA nº 2770 de 08 de novembro de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) Henrique de Azevedo, ocupante do cargo comissionado de Diretor Administrativo Financeiro, na Fundação Municipal do Meio Ambiente, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Henrique de Azevedo, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Diretor Administrativo Financeiro, nível CC-2, na Fundação Municipal do Meio Ambiente, inscrito(a) na matrícula funcional nº 12048, a partir de 31/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/10/2012.

Biguaçu, 08 de novembro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2771 de 08 de Novembro de 2012

PORTARIA nº 2771 de 08 de novembro de 2012

Nomeia Henrique de Azevedo, para exercer o cargo em comissão de Supervisor, na Fundação Municipal do Meio Ambiente, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Henrique de Azevedo, brasileiro(a), inscrito no CPF 341.577.949-15, para exercer o cargo em comissão de Supervisor, nível CC-5, na Fundação Municipal do Meio Ambiente, a partir de 01/11/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 08 de novembro de 2012.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 2772 de 08 de Novembro de 2012

PORTARIA nº 2772 de 08 de novembro de 2012

Admitir o (a) Servidor (a) JOÃO CLERES LIZ, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MOTORISTA III (Carteira D - Ônibus, Utilitário e Ambulância), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JOÃO CLERES LIZ, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MOTORISTA III (Carteira D - Ônibus, Utilitário e Ambulância), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 29/10/2012 a 29/11/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 29/10/2012.

Biguaçu, 08 de novembro de 2012.
Por delegação
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2773 de 08 de Novembro de 2012

PORTARIA nº 2773 de 08 de novembro de 2012

Admitir o (a) Servidor (a) JULIANA VALDETE DE ANDRADE, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II - EDUCAÇÃO INFANTIL, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JULIANA VALDETE DE ANDRADE, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II - EDUCAÇÃO INFANTIL, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 18/10/2012 a 15/11/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 18/10/2012.

Biguaçu, 08 de novembro de 2012.
Por delegação
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2774 de 08 de Novembro de 2012

PORTARIA nº 2774 de 08 de novembro de 2012

Admitir o (a) Servidor (a) MARCIANA FREITAS MELO DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARCIANA FREITAS MELO DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 16/10/2012 a 14/11/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/10/2012.

Biguaçu, 08 de novembro de 2012.
Por delegação
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2775 de 08 de Novembro de 2012

PORTARIA nº 2775 de 08 de novembro de 2012

Admitir o (a) Servidor (a) LUCIA HELENA SCHUTZ DA ROSA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II - ENSINO FUNDAMENTAL, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) LUCIA HELENA SCHUTZ DA ROSA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II - ENSINO FUNDAMENTAL, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 22/10/2012 a 14/11/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 22/10/2012.

Biguaçu, 08 de novembro de 2012.
Por delegação
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2776 de 08 de Novembro de 2012

PORTARIA nº 2776 de 08 de novembro de 2012

Admitir o (a) Servidor (a) JAQUELINE EDY DE ANDRADE, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II - EDUCAÇÃO INFANTIL, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JAQUELINE EDY DE ANDRADE, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II - EDUCAÇÃO INFANTIL, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 19/10/2012 a 17/11/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e

seus efeitos são retroativos a 19/10/2012.

Biguaçu, 08 de novembro de 2012.

Por delegação

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2777 de 08 de Novembro de 2012

PORTARIA nº 2777 de 08 de novembro de 2012

Admitir o (a) Servidor (a) MÁRIO JOSÉ CASTILHO GUILHON JUNIOR, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MOTORISTA III (Carteira D - Ônibus, Utilitários e Ambulância), na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MÁRIO JOSÉ CASTILHO GUILHON JUNIOR, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MOTORISTA III (Carteira D - Ônibus, Utilitários e Ambulância), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 08/11/2012 a 20/01/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação .

Biguaçu, 08 de novembro de 2012.

Por delegação

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2778 de 08 de Novembro de 2012

PORTARIA nº 2778 de 08 de novembro de 2012

Admitir o (a) Servidor (a) MARIZETE MARIA LOFY MORGANTI, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II - EDUCAÇÃO INFANTIL, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARIZETE MARIA LOFY MORGANTI, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II - EDUCAÇÃO INFANTIL, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/10/2012 a 21/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/10/2012.

Biguaçu, 08 de novembro de 2012.

Por delegação

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2780 de 08 de Novembro de 2012

PORTARIA nº 2780 de 08 de novembro de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula

Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), PATRICIA ALEXANDRE SOUZA DA COSTA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse PATRICIA ALEXANDRE SOUZA DA COSTA, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II - EDUCAÇÃO INFANTIL, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação e jornada de 30 horas semanais, no período de 18/10/2012 a 16/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 18/10/2012.

Biguaçu, 08 de novembro de 2012.

Por delegação

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2781 de 08 de Novembro de 2012

PORTARIA nº 2781 de 08 de novembro de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), FABIANA RONCHI VITORINO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse FABIANA RONCHI VITORINO, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II - EDUCAÇÃO INFANTIL, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação e jornada de 20 horas semanais, no período de 18/10/2012 a 01/11/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 18/10/2012.

Biguaçu, 08 de novembro de 2012.

Por delegação

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2782 de 08 de Novembro de 2012

PORTARIA nº 2782 de 08 de novembro de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), SILVIA ALBERTINA

VENANCIO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse SILVIA ALBERTINA VENANCIO, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II - EDUCAÇÃO INFANTIL, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação e jornada de 40 horas semanais, no período de 23/10/2012 a 21/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 23/10/2012.

Biguaçu, 08 de novembro de 2012.

Por delegação

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2783 de 08 de Novembro de 2012

PORTARIA nº 2783 de 08 de novembro de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CLÓVIS SOUZA RODRIGUES, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse CLÓVIS SOUZA RODRIGUES, para desempenhar as funções do cargo não provido de VIGIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/07/2012 a 31/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/07/2012.

Biguaçu, 08 de novembro de 2012.

Por delegação

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2784 de 08 de Novembro de 2012

PORTARIA nº 2784 de 08 de novembro de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), GISELE DALVA DE SOUZA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições,

que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse GISELE DALVA DE SOUZA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação e jornada de 40 horas semanais, no período de 09/11/2012 a 31/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 09/11/2012.

Biguaçu, 08 de novembro de 2012.

Por delegação

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº. 2524 de 10 de Outubro de 2012.

PORTARIA Nº. 2524 de 10 de outubro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município, conforme artigo 201 da Lei nº. 730.

RESOLVE:

DESIGNAR os funcionários: GIOVANI RAFAEL GASPARETTO ocupante do cargo efetivo de Escriturário; OIZES VIEIRA MENDES ocupante do cargo efetivo de Escriturário, e NABEL ANA MARCELINO DE CAMPOS ocupante do cargo efetivo de escriturário, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, para que sob a presidência do primeiro, seja iniciado Processo Administrativo Disciplinar, em razão de infração disciplinar cometida em tese pelo servidor MANOEL DA CUNHA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, de acordo com a Comunicação Interna nº. 225/2012 da Secretaria Municipal de Administração a partir de 28/05/2012.

Biguaçu, 10 de outubro de 2012.

Por Delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº. 2525 de 10 de Outubro de 2012.

PORTARIA Nº. 2525 de 10 de outubro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município, conforme artigo 201 da Lei nº. 730.

RESOLVE:

DESIGNAR os funcionários: GIOVANI RAFAEL GASPARETTO ocupante do cargo efetivo de Escriturário; OIZES VIEIRA MENDES ocupante do cargo efetivo de Escriturário, e NABEL ANA MARCELINO DE CAMPOS ocupante do cargo efetivo de Escriturário, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, para que sob a presidência do primeiro, seja iniciado Processo Administrativo Disciplinar, em razão de infração disciplinar cometida em tese pelo servidor WANDERLEY DELLA JUSTINA, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados, de acordo com a Comunicação Interna nº. 225/2012 da Secretaria Municipal

de Administração a partir de 28/05/2012.

Biguaçu, 10 de outubro de 2012.

Por Delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº. 2526 de 10 de Outubro de 2012.

PORTARIA Nº. 2526 de 10 de outubro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município, conforme artigo 201 da Lei nº. 730.

RESOLVE:

DESIGNAR os funcionários: GIOVANI RAFAEL GASPARETTO ocupante do cargo efetivo de Escrivão; OIZES VIEIRA MENDES ocupante do cargo efetivo de Escrivão, e NABEL ANA MARCELINO DE CAMPOS ocupante do cargo efetivo de Escrivão, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, para que sob a presidência do primeiro, seja iniciado Processo Administrativo Disciplinar, em razão de infração disciplinar cometida em tese pelo servidor ROBERTO FABRICIO ROSA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, de acordo com a Comunicação Interna nº. 225/2012 da Secretaria Municipal de Administração a partir de 28/05/2012.

Biguaçu, 10 de outubro de 2012.

Por Delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Lei 0728/2012

LEI Nº 0728/2012

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para 2013 e dá outras providências.

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo a seguinte LEI:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Orçamento do Município de Braço do Trombudo, para o exercício de 2013, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I - as metas fiscais;

II - as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2010/2013;

III - a estrutura dos orçamentos;

IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V - as disposições sobre dívida pública municipal;

VI - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII - as disposições gerais.

I - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2013, 2014 e 2015, de que trata o art. 4º da Lei Complementar

nº 101/2000, são as identificadas nos ANEXOS desta lei, assim discriminados:

ANEXO DE METAS FISCAIS

I - AMF- Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1) - Metas Anuais:

ANEXO I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para a Receita;

ANEXO II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas;

ANEXO III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;

ANEXO IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal;

ANEXO V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida Pública;

II - AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, §2º, inciso I) - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

III - AMF - Demonstrativo III (LRF, art.4º, §2º, inciso II) - Metas Fiscais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

IV - AMF - Demonstrativo IV (LRF, art.4º, §2º, inciso III) - Evolução do Patrimônio Líquido;

V - AMF - Demonstrativo V (LRF, art.4º, §2º, inciso III) - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

VI - AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a") - Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores;

VI.A - AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a") - Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores;

VII - AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V) - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

VIII - AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V) - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

ARF (LRF, art 4º,§ 3º) - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

ANEXOS COMPLEMENTARES

I - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;

II - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Poder Executivo e Legislativo);

III - Relatório sobre Projetos em Execução e Despesas com Conservação do Patrimônio Público no Exercício de 2012;

IV - Discriminação das Receitas;

V - Discriminação das Despesas;

VI - Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais.

II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2013.

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2013 são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2013, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas nos Anexos desta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

III - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da legislação vigente determinada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 2º A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2013 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2013 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Portaria STN nº 163/2011 e Portaria Conjunta 406/2011 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III - Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V - Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IX - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

X - Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de

Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento;

XI - Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2013;

XII - Demonstrativos dos Riscos Fiscais considerados para 2013.

§ 1º O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde - FMS que acompanha o Orçamento Geral do Município, evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste Artigo.

§ 2º Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria (FMS).

§ 3º O Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD, de que trata o item X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 407/2011, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada programa, projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta lei como categoria de programação.

Art. 8º A mensagem de encaminhamento e o Projeto de Lei da Proposta Orçamentária obedecerá o que trata o Art. 22 da Lei 4.320/64, conforme segue:

I - Mensagem, que conterá: exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, documentada com demonstração da dívida fundada e flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos financeiros exigíveis; exposição e justificativa da política econômica-financeira do Governo; justificativa da receita e despesa, particularmente no tocante ao orçamento de capital;

II - Projeto de Lei de Orçamento;

III - Tabelas explicativas, das quais, além das estimativas de receita e despesa, constarão, em colunas distintas e para fins de comparação:

a) A receita arrecadada nos três últimos exercícios anteriores àquele em que se elaborou a proposta;

b) A receita prevista para o exercício em que se elabora a proposta;

c) A receita prevista para o exercício a que se refere a proposta;

d) A despesa realizada no exercício imediatamente anterior;

e) A despesa fixada para o exercício em que se elabora a proposta;

e

f) A despesa prevista para o exercício a que se refere a proposta.

IV - Especificação dos programas especiais de trabalho custeados por dotações globais, em termos de metas visadas, decompostas em estimativa do custo das obras a realizar e dos serviços a prestar, acompanhadas de justificativa econômica, financeira, social e administrativa.

Parágrafo único. Constará da proposta orçamentária, para cada unidade administrativa, descrição sucinta de suas principais finalidades, com indicação da respectiva legislação.

Art. 9º A Reserva de Contingência será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "0.1.0000" - Ordinários do orçamento fiscal e corresponderá até o máximo 0,10% (zero vírgula dez por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

Parágrafo único. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, Portaria STN nº 2/2009.

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 10. Os Orçamentos para o exercício de 2013 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo e seus Fundos. (ART. 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Art. 11. Os Fundos Municipais terão suas Receitas especificadas

no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, exceto as transferências de outras esferas de governo, cuja arrecadação será efetuada diretamente nos Fundos e vinculadas às Despesas relacionadas a seus objetivos.

§ 1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a servidor municipal.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balançotes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor Municipal.

Art. 12. Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2013 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art. 12 da LRF) Parágrafo único. Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. (Art. 12, § 3º da LRF)

Art. 13. Se a receita estimada para 2013, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 14. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo: (ART. 9º da LRF)

I - contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos; II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas; III - dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 15. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes no Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências desta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2012.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 16. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 17. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato

equilíbrio de caixa. (ART. 8º, 9º e 13 da LRF).

Art. 18. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2013 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (ART. 8º, § único e 50, I da LRF).

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50, I da LRF).

Art. 19. A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (ART. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade. (Art. 70, Parágrafo único da CF).

Art. 20. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2013, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixada no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 21. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (ART. 45 da LRF)

Parágrafo único. As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público extraídas do Relatório sobre Projetos em Execução e Despesas com Conservação do Patrimônio Público no Exercício de 2013 - ANEXOS COMPLEMENTARES III desta lei.

Art. 22. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (ART. 62 da LRF).

Parágrafo único. A cessão de pessoal só será feita com custos para o ente de destino, exceto para o Poder Judiciário, em casos excepcionais.

Art. 23. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2013 a preços correntes.

Art. 24. A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a legislação vigente.

§ 1º A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Programa, Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Poder Executivo Municipal. (Art. 167, VI da CF).

§ 2º O excesso de arrecadação por destinação de recurso também servirá como fonte de suplementação a ser efetuada por decreto. Art. 25. Durante a execução orçamentária de 2013, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2013 e constantes desta lei. (Art. 167, I da CF);

Art. 26. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m2 das construções, do m2 das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros. (Art. 4º, I, "e" da LRF);

Parágrafo único. Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nos relatório das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, "e" da LRF).

Art. 27. Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas - Inciso III - ANEXO IV do Art. 2º desta Lei, e contemplados na Lei Orçamentária para 2013, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF).

Parágrafo único. Fica o poder Legislativo responsável pela convocação da Audiência Pública e o envio de cópia da ata ao TCE de que trata o "caput" do presente artigo.

Art. 28 Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 29. A Lei Orçamentária de 2013 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na Lei Complementar nº 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 30. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I da LRF).

Art. 31. Ultrapassado o limite de endividamento definido no artigo 20 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 15 desta lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF).

VI- DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 32. O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante Lei autorizativa, poderão em 2013, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, redenominar cargos, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF)

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2013 ou em créditos adicionais.

Art. 33. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade

competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal (ART. 22, § único, V da LRF).

Art. 34. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (ART. 19 e 20 da LRF).

I - eliminação das despesas com horas extras;

II - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

III - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

IV - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão.

Art. 35. Para efeito desta lei e registros contábeis entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades, funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Braço do Trombudo, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 36. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes. (ART. 14 da LRF).

Art. 37. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

Art. 38. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF).

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 39. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2012.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no caput deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2013, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 40. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 41. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 42. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com Entidades sem fins lucrativos, Governo Federal e Estadual

através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2013.

Art. 43. A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2013, constante do Anexo I.3 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Receita, nas Deduções sobre:

IPTU - R\$ 12.000,00;

ISS - R\$ 1.250,00

TLL - R\$ 2.000,00;

Contribuição Melhorias - Pavimentação - R\$ 2.000,00;

Dívida Ativa IPTU - R\$ 2.000,00;

Dívida Ativa Outros Tributos - R\$ 2.000,00;

Dívida Ativa Outras Receitas - R\$ 2.000,00.

Desta Lei não será considerada para efeito de cálculo do Orçamento da Receita (ART 4º § 2º, ART I da LRF, Lei Orgânica Municipal e Código Tributário Municipal).

Art. 44. Os valores das dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual poderão ser atualizados em 01 de janeiro de 2013, com base na variação do Índice Geral de Variação de Preços de Mercado IGP-M, apurado no período compreendido ante 1º de julho a 31 de dezembro de 2012.

Art. 45. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta do Orçamento Vigente.

Art. 46. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2013.

Braço do Trombudo, em 08 de novembro de 2012.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Lei 0729/2012

LEI Nº 0729/2012

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art.1º Fica anulada a importância de R\$ 107.500,00 (centro e sete mil e quinhentos reais), correspondente as seguintes dotações do orçamento vigente:

10.01	- Secretaria de Educação	
12.361.0120.2.023	- Manutenção do Ensino Fundamental	
3390.00.00.00.00.01.0019	- Aplicações Diretas	R\$ 107.500,00

Art. 2º Fica aberto por conta da anulação constante do artigo anterior a importância de R\$ 107.500,00 (centro e sete mil e quinhentos reais), destinado a suplementar as seguintes dotações do orçamento vigente:

10.01	- Secretaria de Educação	
12.361.0120.2.024	- Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb	
3190.00.00.00.00.01.0018	- Aplicações Diretas	R\$ 60.000,00

12.361.0120.2.025	- Manut. e Reeq. Transp. Escolar Ens. Fundamental	
3190.00.00.00.00.01.0019	- Aplicações Diretas	
12.365.0120.2.030	- Manutenção do Ensino Infantil	R\$ 1.500,00
3190.00.00.00.00.01.0018	- Aplicações Diretas	
3190.00.00.00.00.01.0019	- Aplicações Diretas	R\$ 30.500,00
	- Total	R\$ 15.500,00
		R\$ 107.500,00

Art.3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta do Orçamento Vigente.

Art.4º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 08 de novembro de 2012.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Lei 0730 2012

LEI Nº 0730/2012

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art.1º Fica anulada a importância de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), correspondente as seguintes dotações do orçamento vigente:

02.01	- Gabinete do Prefeito e Vice	
06.182.0040.2.004	- Manutenção e Reeq. das Atividades do Condec	
3390.00.00.00.00.00.01.0000	- Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00
03.01	- Secretaria de Administração e Finanças	
04.122.0041.2.006		
4490.00.00.00.00.00.0.1.0000	- Manut.das Ativ.da Secr. de Adm e Finanças	
04.122.0041.2.008	- Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
4490.00.00.00.00.00.0.1.0000	- Manut. e Reeq. da Tecnologia	
04.306.0041.2.009	- Aplicações Diretas	R\$ 8.000,00
4490.00.00.00.00.00.0.1.0000	- Manut. e Reeq. da Cozinha dos Servidores	
09.271.0041.2.010	- Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00
3190.00.00.00.00.00.01.0000	- Pagamento de Encargos Patronais	
28.841.0000.0.0004	- Aplicações Diretas	R\$ 62.000,00
4690.00.00.00.00.00.0.1.0000	- Pagamentos de Encargos Especiais	
	- Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
06.01	- Secretaria Obras/Estr.Serv. Urbanos Agropec.	
15.452.0150.2.040	- Constr. Ampl. Mant. Limpeza Púb./Praças	
3390.00.00.00.00.00.01.0000	- Aplicações Diretas	R\$ 15.000,00
15.512.0170.1.027	- Construção Rede Coletora de Esgoto	
4490.00.00.00.00.00.01.0000	- Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
15.512.0170.2.044	- Manut. do Consórcio de Saneamento	
3171.00.00.00.00.00.01.0000	- Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
3371.00.00.00.00.00.01.0000	- Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
4471.00.00.00.00.00.01.0000	- Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
16.482.0160.1.037	- Construção de Casas Populares de Interesse Social	
4490.00.00.00.00.00.01.0000	- Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
4590.00.00.00.00.00.01.0000	- Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
17.512.0170.2.042	- Ampl/Reeq. e Manutenção da Eta	
3390.00.00.00.00.00.01.0000	- Aplicações Diretas	R\$ 8.000,00
20.601.0200.2.045	- Ampl/ e Manut Viveiro Florestal	
3390.00.00.00.00.00.01.0000	- Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
20.602.0200.1.028	- Aquisição de Imóveis para Abatedouro Municipal	
4590.00.00.00.00.00.01.0000	- Aplicações Diretas	
20.606.0200.2.047	- Reeq. e Manut. de Atividades da Agricultura	R\$ 1.000,00

4490.00.00.00.00.01.0000	- Aplicações Diretas	R\$ 15.000,00
26.782.0260.1.031	- Construção e Implementação de Oficina e Garagem	
3390.00.00.00.00.01.0000	- Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00
4490.00.00.00.00.01.0000	- Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00
26.782.0260.1.032	- Reequipamento da Secretaria de Obras	
4490.00.00.00.00.01.0000	- Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
10.01	- Secretaria de Educação	
12.361.0120.1.007	- Cobertura Pré-Fabricada Quadra Poliesportiva Escola Serril	
4490.00.00.00.00.01.0001	- Aplicações Diretas	
12.361.0120.1.008	- Reequipamento do Ensino Fundamental	R\$ 5.000,00
4490.00.00.00.00.01.0001	- Aplicações Diretas	
12.361.0120.1.011	- Construção do Centro Multiplo Uso	R\$ 30.000,00
4490.00.00.00.00.01.0001	- Aplicações Diretas	
12.361.0120.2.028	- Manut. e Reequip. da Educ. Compl. Multi-Usos	R\$ 1.000,00
3390.00.00.00.00.01.0001	- Aplicações Diretas	
12.362.0120.2.027	- Manutenção e Reeq. Transp. Escolar Ensino Médio	R\$ 1.000,00
3390.00.00.00.00.01.0001	- Aplicações Diretas	
12.365.0120.1.005	- Construção/Ampliação/Reforma do Ensino Infantil	R\$ 2.000,00
4490.00.00.00.00.01.0001	- Aplicações Diretas	
12.365.0120.1.009	- Reeq. do Ensino Infantil	R\$ 25.000,00
4490.00.00.00.00.01.0001	- Aplicações Diretas	
12.365.0120.1.010	- Aquisições de Imóveis – Infantil	R\$ 8.000,00
4490.00.00.00.00.01.0001	- Aplicações Diretas	
12.366.0120.2.025	- Manutenção de Merenda Escolar – EJA	R\$ 1.000,00
3390.00.00.00.00.01.0000	- Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00
11.01	- Secretaria da Cultura do Turismo e Lazer	
13.392.0130.1.014	- Construção Centro Cívico e Praça	
4490.00.00.00.00.01.0000	- Aplicações Diretas	
13.392.0130.1.015	- Reforma/Ampl/Manut. Centro Cult. Recr. Tiradentes	R\$ 45.000,00
3390.00.00.00.00.01.0000	- Aplicações Diretas	
4490.00.00.00.00.01.0000	- Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
13.392.0130.1.019	- Implementação de Bibliotecas	R\$ 5.000,00
3390.00.00.00.00.01.0000	- Aplicações Diretas	
4490.00.00.00.00.01.0000	- Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00
13.392.0130.1.020	- Aquisição de Imóveis	R\$ 2.000,00
4590.00.00.00.00.01.0000	- Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00
13.392.0130.2.037	- Manut. de Grupos/Tradic./Folclóricos e Bandas	
3350.00.00.00.00.01.0000	- Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
13.392.0130.2038	- Realização das Gincanas Culturais	R\$ 10.000,00
3350.00.00.00.00.01.0000	- Aplicações Diretas	R\$ 34.000,00
3390.00.00.00.00.01.0000	- Aplicações	
12.01	- Secretaria dos Desportos	
27.812.0270.2.050	- Reeq. Manutenção CME	R\$ 5.000,00
4490.00.00.00.00.01.0000	- Aplicações Diretas	
27.813.0270.1.036	- Implementação de Academias Populares	R\$ 5.000,00
4490.00.00.00.00.01.0000	- Aplicações Diretas	R\$ 360.000,00
	- Total	

Art. 2º Fica aberto por conta da anulação constante do artigo anterior a importância de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), destinado a suplementar as seguintes dotações do orçamento vigente:

03.01	- Secretaria da Administração e Finanças	
04.122.0041.2.006	- Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração e Finanças	
3190.00.00.00.00.0.1.0000	- Aplicações Diretas	R\$ 90.000,00
06.01	- Secretaria de Obras/Estr./Serv. Urb. Agrop	
20.606.0200.2.047	- Reeq. e Manut. de Atividades da Agricultura	
3390.00.00.00.00.0.1.0000	- Aplicações Diretas	R\$ 15.000,00



26.782.0260.2.048	- Abertura e Manut. de Estradas Vicinais	
3390.00.00.00.00.0.1.0000	- Aplicações Diretas	R\$ 150.000,00
10.01	- Secretaria de Educação	R\$
12.361.0120.2.023	- Manut. do Ensino Fundamental	40.000,00
3190.00.00.00.00.0.1.0001	- Aplicações Diretas	R\$
3390.00.00.00.00.0.1.0001	- Aplicações	30.000,00
12.365.0120.2.030	- Manutenção do Ensino Infantil	
3390.00.00.00.00.0.1.0001	- Aplicações Diretas	R\$
12.365.0120.2.032	- manut. de Merenda Escolar – Creche	15.000,00
3390.00.00.00.00.0.1.0000	- Aplicações Diretas	R\$
11.01	- Secretaria da Cultura do Turismo e Lazer	5.000,00
13.392.0130.2.039	- Manut. Fundo Mun. Cultura/Turismo/Lazer	
3390.00.00.00.00.0.1.0000	- Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
15.695.0130.1.013	- Construção Portal e Sinalização Turística	R\$ 5.000,00
3390.00.00.00.00.0.1.0000	- Aplicações Diretas	R\$ 360.000,00
	- Total	

Art.3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta do Orçamento Vigente.

Art.4º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 08 de novembro de 2012.
 Vilberto Muller Schovinder
 Prefeito Municipal

Decreto 068/2012

DECRETO Nº 068/2012

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei 0729/2012 de 08.11.2012.

DECRETA:

Art.1º Fica anulada a importância de R\$ 107.500,00 (centro e sete mil e quinhentos reais), correspondente as seguintes dotações do orçamento vigente:

10.01	- Secretaria de Educação	
12.361.0120.2.023	- Manutenção do Ensino Fundamental	
3390.00.00.00.00.01.0019	- Aplicações Diretas	R\$ 107.500,00

Art. 2º Fica aberto por conta da anulação constante do artigo anterior a importância de R\$ 107.500,00 (centro e sete mil e quinhentos reais), destinado a suplementar as seguintes dotações do orçamento vigente:

10.01	- Secretaria de Educação	
12.361.0120.2.024	- Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb	
3190.00.00.00.00.0.1.0018	- Aplicações Diretas	R\$ 60.000,00

12.361.0120.2.025	- Manut. e Reeq. Transp.Escolar Ens. Fundamental	
3190..00.00.00.00.00.01.0019	- Aplicações Diretas	
12.365.0120.2.030	- Manutenção do Ensino Infantil	R\$ 1.500,00
3190.00.00.00.00.00.01.0018	- Aplicações Diretas	R\$ 30.500,00
3190.00.00.00.00.00.01.0019	- Aplicações Diretas	R\$ 15.500,00
	- Total	R\$ 107.500,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 08 de novembro de 2012.
 VILBERTO MULLER SCHOVINDER
 Prefeito Municipal

Decreto 069/2012

DECRETO Nº 069/2012

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei 0730/2012 de 08.11.2012.

DECRETA:

Art.1º Fica anulada a importância de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), correspondente as seguintes dotações do orçamento vigente:

02.01	- Gabinete do Prefeito e Vice	
06.182.0040.2.004	- Manutenção e Reeq. das Atividades do Condec	
3390.00.00.00.00.00.01.0000	- Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00
03.01	- Secretaria de Administração e Finanças	
04.122.0041.2.006		
4490.00.00.00.00.00.0.1.0000	- Manut.das Ativ.da Secr. de Adm e Finanças	
04.122.0041.2.008	- Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
4490.00.00.00.00.00.0.1.0000	- Manut. e Reeq. da Tecnologia	
04.306.0041.2.009	- Aplicações Diretas	R\$ 8.000,00
4490.00.00.00.00.00.0.1.0000	- Manut. e Reeq. da Cozinha dos Servidores	
09.271.0041.2.010	- Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00
3190.00.00.00.00.00.01.0000	- Pagamento de Encargos Patronais	
28.841.0000.0.0004	- Aplicações Diretas	R\$ 62.000,00
4690.00.00.00.00.00.0.1.0000	- Pagamentos de Encargos Especiais	
	- Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
06.01	- Secretaria Obras/Estr.Serv. Urbanos Agropec.	
15.452.0150.2.040	- Constr. Ampl. Mant. Limpeza Púb./Praças	
3390.00.00.00.00.00.01.0000	- Aplicações Diretas	R\$ 15.000,00
15.512.0170.1.027	- Construção Rede Coletora de Esgoto	
4490.00.00.00.00.00.01.0000	- Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
15.512.0170.2.044	- Manut. do Consórcio de Saneamento	
3171.00.00.00.00.00.01.0000	- Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
3371.00.00.00.00.00.01.0000	- Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
4471.00.00.00.00.00.01.0000	- Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
16.482.0160.1.037	- Construção de Casas Populares de Interesse Social	
4490.00.00.00.00.00.01.0000	- Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
4590.00.00.00.00.00.01.0000	- Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
17.512.0170.2.042	- Ampl/Reeq. e Manutenção da Eta	
3390.00.00.00.00.00.01.0000	- Aplicações Diretas	R\$ 8.000,00
20.601.0200.2.045	- Ampl/ e Manut Viveiro Florestal	
3390.00.00.00.00.00.01.0000	- Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
20.602.0200.1.028	- Aquisição de Imóveis para Abatedouro Municipal	
4590.00.00.00.00.00.01.0000	- Aplicações Diretas	
20.606.0200.2.047	- Reeq. e Manut. de Atividades da Agricultura	R\$ 1.000,00

4490.00.00.00.00.01.0000	- Aplicações Diretas	R\$ 15.000,00
26.782.0260.1.031	- Construção e Implementação de Oficina e Garagem	
3390.00.00.00.00.01.0000	- Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00
4490.00.00.00.00.01.0000	- Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00
26.782.0260.1.032	- Reequipamento da Secretaria de Obras	
4490.00.00.00.00.01.0000	- Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
10.01	- Secretaria de Educação	
12.361.0120.1.007	- Cobertura Pré-Fabricada Quadra Poliesportiva Escola Serril	
4490.00.00.00.00.01.0001	- Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
12.361.0120.1.008	- Reequipamento do Ensino Fundamental	
4490.00.00.00.00.01.0001	- Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00
12.361.0120.1.011	- Construção do Centro Multiplo Uso	
4490.00.00.00.00.01.0001	- Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
12.361.0120.2.028	- Manut. e Reequip. da Educ. Compl. Multi-Us	R\$ 1.000,00
3390.00.00.00.00.01.0001	- Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
12.362.0120.2.027	- Manutenção e Reeq. Transp.Escolar Ensino Médio	
3390.00.00.00.00.01.0001	- Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00
12.365.0120.1.005	- Construção/Ampliação/Reforma do Ensino Infantil	
4490.00.00.00.00.01.0001	- Aplicações Diretas	R\$ 25.000,00
12.365.0120.1.009	- Reeq. do Ensino Infantil	
4490.00.00.00.00.01.0001	- Aplicações Diretas	R\$ 8.000,00
12.365.0120.1.010	- Aquisições de Imóveis – Infantil	
4490.00.00.00.00.01.0001	- Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
12.366.0120.2.025	- Manutenção de Merenda Escolar – EJA	
3390.00.00.00.00.01.0000	- Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00
11.01	- Secretaria da Cultura do Turismo e Lazer	
13.392.0130.1.014	- Construção Centro Cívico e Praça	
4490.00.00.00.00.01.0000	- Aplicações Diretas	R\$ 45.000,00
13.392.0130.1.015	- Reforma/Ampl/Manut. Centro Cult. Recr. Tiradentes	
3390.00.00.00.00.01.0000	- Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
4490.00.00.00.00.01.0000	- Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
13.392.0130.1.019	- Implementação de Bibliotecas	
3390.00.00.00.00.01.0000	- Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00
4490.00.00.00.00.01.0000	- Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00
13.392.0130.1.020	- Aquisição de Imóveis	
4590.00.00.00.00.01.0000	- Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00
13.392.0130.2.037	- Manut. de Grupos/Tradic./Folclóricos e Bandas	R\$ 5.000,00
3350.00.00.00.00.01.0000	- Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
13.392.0130.2038	- Realização das Gincanas Culturais	
3350.00.00.00.00.01.0000	- Aplicações Diretas	R\$ 34.000,00
3390.00.00.00.00.01.0000	- Aplicações	
12.01	- Secretaria dos Desportos	
27.812.0270.2.050	- Reeq. Manutenção CME	R\$ 5.000,00
4490.00.00.00.00.01.0000	- Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
27.813.0270.1.036	- Implementação de Academias Populares	
4490.00.00.00.00.01.0000	- Aplicações Diretas	R\$ 360.000,00
	- Total	

Art. 2º Fica aberto por conta da anulação constante do artigo anterior a importância de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), destinado a suplementar as seguintes dotações do orçamento vigente:

03.01	- Secretaria da Administração e Finanças	
04.122.0041.2.006	- Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração e Finanças	
3190.00.00.00.00.0.1.0000	- Aplicações Diretas	R\$ 90.000,00

06.01	- Secretaria de Obras/Estr./Serv. Urb. Agrop	
20.606.0200.2.047	- Reeq. e Manut. de Atividades da Agricultura	
3390.00.00.00.00.0.1.0000	- Aplicações Diretas	R\$ 15.000,00
26.782.0260.2.048	- Abertura e Manut. de Estradas Vicinais	
3390.00.00.00.00.0.1.0000	- Aplicações Diretas	R\$ 150.000,00

	- Secretaria de Educação		
	- Manut. do Ensino Fundamental		
	- Aplicações Diretas		
	- Aplicações		
10.01	- Manutenção do Ensino Infantil		
12.361.0120.2.023	- Aplicações Diretas		
3190.00.00.00.00.00.0.1.0001	- manut. de Merenda Escolar – Creche	R\$	40.000,00
3390.00.00.00.00.00.0.1.0001	- Aplicações Diretas	R\$	30.000,00
12.365.0120.2.030			
3390.00.00.00.00.00.0.1.0001	- Secretaria da Cultura do Turismo e Lazer	R\$	15.000,00
12.365.0120.2.032			
3390.00.00.00.00.00.0.1.0000		R\$	5.000,00
11.01			
	- Manut. Fundo Mun. Cultura/Turismo/Lazer		
13.392.0130.2.039			
3390. 00.00.00.00.00.0.1.0000	- Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
	- Construção Portal e Sinalização Turística	R\$	5.000,00
15.695.0130.1.013	- Aplicações Diretas	R\$	360.000,00
3390.00.00.00.00.00.0.1.0000	- Total		

Art.3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta do Orçamento Vigente.

Art.4º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 08 de novembro de 2012.
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 44/2012

EXTRATO DE CONTRATO 44/2012

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: V. Fernandes Ltda.
CNPJ sob o nº 02.897.044/0001-91, Sito a Rua Helmuth Foster, 115
Cidade de Agrolândia - SC

Objeto: Serviços de carregamento de macadame e de escavação de macadame para manutenção das estradas vicinais.

Valor: R\$ 17.400,00 (dezessete mil, quatrocentos reais).

Vigência: 31.12.2012.

Data da assinatura: 08.11.2012
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal



Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável

Informações municipais para a promoção do desenvolvimento sustentável em Santa Catarina

indicadores.fecam.org.br



Prêmio FECAM de Fotografia

Retratos das riquezas de Santa Catarina
Vida, Paisagem, Gente e Cultura.



O 1º Prêmio FECAM de Fotografia é um concurso fotográfico promovido pela Federação Catarinense de Municípios e tem o objetivo de valorizar os municípios catarinenses por meio do registro fotográfico.

TEMA: "Santa Catarina, riqueza de um povo".

Concorrem fotos que evidenciem o turismo nos municípios Catarinenses. As imagens poderão enfatizar a gastronomia, as belezas naturais, manifestações populares, festividades, eventos, artes e equipamentos turísticos.

QUEM PODE PARTICIPAR:

Categoria profissional: Profissional que possui registro em uma associação de classe ou que trabalhe com carteira assinada como fotógrafo.

Categoria amadora: Todo e qualquer aficionado por fotografia.

Mais informações e como participar - Clique Aqui!



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Ata de Registro 2 2012 FMAS**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/2

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2012****Número do Registro de Preços: 2/2012****Data do Registro: 10/05/2012****Válido até: 10/05/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de cestas básicas para famílias carentes do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Arroz (pct c/ 5 kg) (349)	PCT	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	DO VALE	0	6,5000	1
2	Farinha de Trigo (pct c/ 5kg) (350)	PCT	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	NORDESTE	0	8,0500	1
3	Açúcar Refinado (pct c/ 5kg) (351)	PCT	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	CARAVELAS	0	9,6500	1
4	Fubá grosso (pct c/ 1kg) (352)	PCT	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	SINHA	0	1,2200	1
5	Farinha de mandioca (pct c/ 1kg) (353)	PCT	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	SANTA RITA	0	2,3200	1
6	Feijão Preto (pct c/ 1kg) (355)	PCT	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	CRAVIL	0	2,3200	1
7	Sal refinado (pct c/ 1kg) (356)	PCT	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	ZIZO	0	0,9000	1
8	MACARRÃO PARAFUSO C/ OVOS (PCT DE 500 GR) (301)	KG	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	GERMANI	0	1,3000	1
9	Aletria com ovos (pct c/ 500gr) (358)	PCT	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	GERMANI	0	3,0000	1
10	BISCOITO DOCE SORTIDO (PCT 800 GR) (287)	PCT	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	GERMANI	0	4,8500	1
11	Óleo de soja refinado 900ml (359)	UND	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	SOYA	0	3,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2012

Número do Registro de Preços: 2/2012 Data do Registro: 10/05/2012 Válido até: 10/05/2013

Objeto da Compra: Aquisição de cestas básicas para famílias carentes do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
12	MARGARINA C/ SAL (POTE 500GR) (247)	UND	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	SOYA	0	1,5000	1

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2012

PROCESSO Nº 2/2012

(6001) - COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA

BRACO DO TROMBUDO , 10 de Maio de 2012.



O Poder Legislativo
Municipal Acessível ao Cidadão

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Caçador

PREFEITURA

Portaria Nº 22.098

PORTARIA Nº 22.098, de 19 de outubro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso V, e art. 85, parágrafo único, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203 de 23/02/11, que dispõe sobre o plano de cargos, carreira, vencimentos do Servidor Público Municipal, mais o previsto na Lei Complementar nº 209, de 23/02/11, que dispõe sobre a organização administrativa da Prefeitura e suas alterações,

CONSIDERANDO a necessidade de contensão de despesas,

RESOLVE:

EXONERAR os Servidores abaixo relacionados, dos Cargos em Comissão, pertencentes ao "Grupo Ocupacional Comissão", do Poder Executivo Municipal, especificando nome, cargo ocupado, secretaria e data da exoneração, conforme segue:

Nome	Cargo	Secretaria	Data exoneração
Angely Cristina Bittencourt	Diretora de Serviços de Vigilância em Saúde	Saúde	31/10/12
Dianete Caetano da Silva	Assessora Secretário	Assistência Social	1º/11/12
Jenifer Pires da Silva	Assessora Secretário	Saúde	31/10/12
Maria Antonia Ferreira	Supervisora do Grupo de Mulheres	Assistência Social	31/10/12
Maria Helena Maccari Trindade	Oficial do Gabinete do Vice-Prefeito	Gabinete Vice	31/10/12
Vera Lúcia Ribas Pereira Rafaeli	Supervisora do Grupo de Idosos e Casa Lar	Assistência Social	31/10/12

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 19 de outubro de 2012.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

CARLOS VILMAR RIBEIRO
Secretário da Administração.

Portaria Nº 22.117

PORTARIA Nº 22.117, de 1º de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso V, e art. 85, parágrafo único, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203 de 23/02/11, que dispõe sobre o plano de cargos, carreira, vencimentos do Servidor Público Municipal, mais o previsto na Lei Complementar nº 209, de 23/02/11, que dispõe sobre a organização administrativa da Prefeitura e suas alterações,

CONSIDERANDO a necessidade de contensão de despesas,

RESOLVE:

EXONERAR os Servidores abaixo relacionados, dos Cargos em Comissão, pertencentes ao "Grupo Ocupacional Comissão", do Poder Executivo Municipal, especificando nome, cargo ocupado, secretaria e data da exoneração, conforme segue:

Nome	Cargo	Secretaria	Data exoneração
Adriana Lourdes Busato de Oliveira dos Santos	Supervisora Grupo Mulheres	Assistência Social	1º/11/12
Cristiane Aline Santi	Diretora CRAS	Assistência Social	1º/11/12
Eliane Aparecida França	Diretora de Habitação	Assistência Social	1º/11/12
Lucimar Antunes Luz	Assessor Secretário	Fazenda	1º/11/12
Narciso Olivo Sabedot	Secretário da Junta do Serviço Militar	Gabinete	1º/11/12
Raquel Gomes de Almeida	Assessora Secretário	Infra-Estrutura	1º/11/12
Teresinha Aparecida Martins da Silva	Assessora Secretário	Agricultura	1º/11/12

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 1º de novembro de 2012.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

CARLOS VILMAR RIBEIRO
Secretário da Administração.

Portaria Nº 22.118

PORTARIA Nº 22.118, de 1º de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso V, e art. 85, parágrafo único, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203 de 23/02/11, que dispõe sobre o plano de cargos, carreira, vencimentos do Servidor Público Municipal, mais o previsto na Lei Complementar nº 209, de 23/02/11, que dispõe sobre a organização administrativa da Prefeitura e suas alterações,

CONSIDERANDO a necessidade de contensão de despesas,

RESOLVE:

EXONERAR os Servidores abaixo relacionados, dos Cargos em Comissão, pertencentes ao "Grupo Ocupacional Comissão", do Poder Executivo Municipal, e determinar o retorno imediato aos cargos efetivos, especificando nome, cargo ocupado, secretaria e data da exoneração, conforme segue:

Nome	Cargo	Secretaria	Data exoneração
Antonio Carlos Castilho	Diretor Serv. Administrativos e Financeiros	Saúde	1º/11/12
Nelson Molinski Moreira Santos	Secretário Adjunto da Educação	Educação	1º/11/12
Rutte Klava Silva	Assessora Assuntos de Serviços Administrativos	Saúde	1º/11/12

Simone Dal Bosco	Diretora Serviços Adm Licitações, Contratos e Con- vênios	Administração	1º/11/12
------------------	--	---------------	----------

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 1º de novembro de 2012.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

CARLOS VILMAR RIBEIRO
Secretário da Administração.

Portaria Nº 22.119

PORTARIA Nº 22.119, de 1º de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 31, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º CESSAR os efeitos da Portaria nº 20.462, de 05/05/2011, que COLOCOU a disposição da Secretaria de Assistência Social, a Servidora Pública Municipal ZELI MORAES DE SOUZA, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche e Berçário, lotada na Secretaria de Educação, e a DESIGNOU para atuar como Pedagoga do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, previsto na Lei Complementar nº 200, de 23/02/11, a contar de 1º de novembro de 2012.

Art. 2º DETERMINAR o retorno imediato da referida servidora ao cargo efetivo, a contar de 1º de novembro de 2012.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 1º de novembro de 2012.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

CARLOS VILMAR RIBEIRO
Secretário da Administração.

Portaria Nº 22.120

PORTARIA Nº 22.120, de 1º de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203 de 23/02/11, que dispõe sobre o plano de cargos, carreira, vencimentos do Servidor Público Municipal, mais o previsto na Lei Complementar nº 209, de 23/02/11, que dispõe sobre a organização administrativa da Prefeitura, e Lei Complementar nº 215, de 25/04/11 que altera anexos da Lei Complementar nº 203/2011, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Vencimentos, Carreira do Servidor Público Municipal e dá outras providências

CONSIDERANDO a necessidade de contensão de despesas,

RESOLVE:

CESSAR A DESIGNAÇÃO dos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, dos Cargos de Confiança, pertencentes ao "Grupo

Ocupacional Confiança", do Poder Executivo Municipal, especificando nome, cargo ocupado e secretaria, a contar de 1º de novembro de 2012:

Nome	Cargo	Sec
Antonio Carlos do Nascimento Bitencourt	Coordenador de Serviços Administrativos de Patrimônio	Administração
Carla Cavalheiro Dallazem	Coordenadora de Serviços Administrativos de Expediente	Administração
Justina Ines Zambonin Castilho	Coordenadora de Serviços Administrativos Finanças e Arrecadação	Administração
Luciana Maria Barbosa de Oliveira	Coordenadora de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicância	Administração
Luiz Carlos Zonta	Coordenador de Serviços Administrativos de Cadastro Imobiliário	Administração
Gustavo Alves Weber	Coordenador de Serviços Operacionais e Manutenção de Estradas Vicinais	Infra
Pedro Henrique Pino Garcia	Coordenador de Serviços Operacionais, Britagem de usina de asfalto	Infra
Giovane Ernandes Teles de Oliveira	Coordenador de Vigilância Sanitária	Saúde
Paula Brustolin Xavier	Coordenadora de Vigilância Epidemiológica	Saúde
Fábio Deniz Casagrande	Coordenador de Serviços Administrativos de Pessoal e Encargos Gerais	Educação
Aloir Ferreira de Almeida	Coordenador de Serviços de Manutenção Predial	Fundema
Cícero Brasil Moreira	Coordenador de Divisão de Serv. Operacionais do Horto Florestal	Fundema
Gilberto Dalmédico	Coordenador de Serviços e Manutenção do Parque Central	Fundema
Gustavo Kutcher Furlin	Coordenador de Divisão de Proteção, Preservação, Licenciamento e Ed. Ambiental	Fundema
Julio Cesar Ferreira	Coordenador de Serviços do Horto Florestal	Fundema
Moacir Cardoso	Coordenador de Divisão de Limpeza de Ruas, Praças e Jardins	Fundema
Pedro Antonio Masiero	Coordenador de Divisão de Saneamento Básico	Fundema
Seleme Luiz Scolaro	Coordenador de Divisão de Controle de Zoonoses e Defesa de animais	Fundema

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 1º de novembro de 2012.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

CARLOS VILMAR RIBEIRO
Secretário da Administração.

Portaria Nº 22.124,
PORTARIA Nº 22.124, de 05 de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do inciso V, art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e Lei Complementar nº 237, de 22/03/2012, que altera, acrescenta e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 209 que dispõe sobre a organização administrativa da Prefeitura Municipal, e dá outras providências

RESOLVE:

NOMEAR o cidadão FLÁVIO HENRIQUE DOS SANTOS, para ocupar o Cargo em Comissão de Assessor de Comunicação Social, pertencente ao "Grupo Ocupacional Comissão", do Poder Executivo Municipal, Ref. CC-2, com 35h semanais, a contar de 05 de novembro de 2012.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 05 de novembro de 2012.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

Retificação ao Item 4.4 do Edital Sme/Nº 07/2012
RETIFICAÇÃO AO ITEM 4.4 DO EDITAL SME/Nº 07/2012

O Prefeito Municipal de Caçador, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Caçador, de 05 de abril de 1990, nos termos do art.79, inciso VIII, RETIFICA O ITEM 4.4 DO EDITAL SME/Nº 07/2012, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

4.4 Declaração de tempo de serviço, expresso o período inicial e final em dias, meses e anos, expedido por autoridade competente, conforme segue:

4.4.1

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
08 de novembro de 2012.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

Lei Nº 3.887 de 07 de Novembro de 2012
Gabinete do Prefeito

LEI Nº 3.887 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2012
INSTITUI, NO ÂMBITO MUNICIPAL A CAMPANHA
"DOE SEU MEDICAMENTO", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Campo Alegre/SC, a Campanha "DOE SEU MEDICAMENTO", visando a captar

doações de medicamentos e promover sua distribuição, através das entidades assistenciais, sem fins lucrativos, previamente cadastradas junto à Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social do Município.

Art. 2º O Programa instituído prevê a arrecadação, junto à população campo alegreense, de medicamentos armazenados em domicílios e que não são mais utilizados para tratamento, desde que estejam dentro do prazo de validade estabelecido pelo laboratório farmacêutico responsável pela sua fabricação.

Art. 3º Poderão, também, participar deste Programa, pessoas físicas, clínicas e consultórios médicos que recebem amostras grátis de medicamentos, das indústrias, laboratórios farmacêuticos e distribuidoras de medicamentos, por meio de seus divulgadores.

Art. 4º O Poder Executivo, através das autoridades de saúde do Município de Campo Alegre/SC, promoverá a coleta dos medicamentos doados, confiando a sua guarda, manutenção, separação por tipo de medicação e posterior distribuição ao Órgão competente do Município de Campo Alegre/SC.

Parágrafo Único - Para fazerem a retirada dos medicamentos, os cidadãos ou as entidades cadastradas deverão apresentar, no ato da solicitação da medicação, o receituário médico que comprove tal necessidade.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
07 de novembro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
07/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.337 de 08 de Novembro de 2012

Gabinete do Prefeito
DECRETO Nº 7.337 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2012
ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO
DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR
CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
E, DISPÕE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, em especial o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) As Entidades sem fins Lucrativos, estabelecidas no Município de Campo Alegre/SC, interessadas em receber Subvenção Social, Contribuição e ou Firmar Convênio com a Municipalidade, deverão apresentar previamente os seguintes Documentos: Anexo I, II, III devidamente preenchidos em anexo, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Fica atribuído ao Controle Interno do Município, verificar a documentação exigida no Artigo anterior deste Decreto, notificando as Entidades para que apresentem os respectivos documentos até a data de 23 de novembro de 2012.

Parágrafo único: As Entidades que deixarem de apresentar a

documentação, ou que apresentarem documentação em desacordo com seu Estatuto Social, com seu Regimento Interno ou com a Legislação aplicável à espécie, serão consideradas inabilitadas a perceber Recursos Públicos Municipais.

Art.3º) O Controle Interno encaminhará à Secretaria Municipal de Finanças os Documentos elencados nos Anexos, que fazem parte integrante deste Decreto, após análise dos mesmos até a data de 30 de novembro de 2012.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
08 de novembro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
08/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito
FICHA CADASTRAL DE ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS

Entidade recebedora: _____
E-mail: _____
CNPJ/MF: _____
Endereço: _____
Ponto de referência: _____
CEP: _____ Bairro: _____
Cidade: _____
Estado: _____
Telefone para contato: () _____

Presidente da Entidade: _____
E-mail: _____
CPF/MF nº: _____
Identidade nº: _____ Data: ____/____/____ Órgão Expedidor: _____
Endereço residencial: _____ Nº: _____
Ponto de referência: _____ CEP: _____
Bairro: _____ Cidade: _____
Estado: _____ Telefone para contato: () _____
Endereço profissional: _____ nº: _____
CEP: _____ Bairro: _____ Cidade: _____ Estado: _____
Telefone para contato: () _____

Campo Alegre/SC, ____/____/2012.

Assinatura do Presidente

Doc. 1 - FICHA CADASTRAL

PLANO DE APLICAÇÃO

Entidade recebedora:
Nome do responsável:

Título do Projeto:

Finalidade:

Item Especificação (unidade, quantidade, etc). Valor R\$

Soma R\$

TOTAL R\$

1ª via - Processo de solicitação - 2ª via - arquivo da entidade para controle do projeto.

Campo Alegre/SC, ____/____/2012.

Assinatura do Presidente

Doc. 2 - PLANO DE APLICAÇÃO

DECLARAÇÃO

Na qualidade de representantes legais da _____, estabelecida a Rua _____ nº _____, Bairro: _____, Cidade: _____, CEP: _____/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____,

Declaro para os devidos fins que nos comprometemos em receber, aplicar e prestar contas dos recursos que nos forem concedidos pelo Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC, na forma de Subvenção Social/Contribuição no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do recebimento, mas nunca excedendo o último dia do exercício.

Para maior clareza, firmamos o presente.

Campo Alegre/SC, ____ de _____ de 2012.

Presidente: _____

Assinatura com firma reconhecida

RG nº: _____ CPF/MF nº: _____

Tesoureiro: _____

Assinatura com firma reconhecida

RG nº: _____ CPF/MF nº: _____

Doc. 3 - DECLARAÇÃO

HABILITAÇÃO

Nº	DOCUMENTAÇÃO
01	Ofício do Presidente da Entidade dirigido ao Prefeito solicitando o recurso de forma sucinta, clara e precisa.
02	Cópias das atas de Posse da atual Diretoria e Conselho Fiscal, devidamente autenticadas em Cartório.
03	Cópia do Estatuto Social da Entidade, registrado no cartório competente e suas alterações, regulamentos ou compromissos da instituição, deve estar de acordo com o novo Código Civil (artigos 44 a 61 e seguintes), o estatuto deve ser completo e Digitado, descrevendo a Entidade como sem fins lucrativos, e observa: Finalidade da entidade, Mandato da diretoria, Dissolução e demais preceitos do Código Civil.
04	Cópia do CPF/MF e do RG do Presidente, do Diretor Financeiro/Tesoureiro, e do Presidente do Conselho Fiscal.
05	Prova de funcionamento regular da Instituição, firmada pelo Prefeito, Presidente da Câmara de Vereadores, Secretário Municipal da Área de atuação, ou Presidente de Conselho Municipal Competente.

06	Declaração original e recente do gerente do banco (Banco do Brasil S.A.), comprovando que a Entidade é correntista e que mantém a conta ativa. A conta precisa ser específica para recebimento de subvenção (custeio) e/ou para recebimento de auxílio (capital permanente). Para receber nas duas modalidades, subvenção (custeio) e auxílio (capital permanente) a entidade vai precisar de duas contas distintas. Para os casos de subvenção, a declaração do banco deverá constar o nome da Entidade - Subvenção, para os casos de auxílio, a declaração do banco deverá constar o nome da Entidade - Auxílio. Ambas as declarações precisam apresentar CNPJ/MF da entidade, número da agência e dígito e o número da conta corrente e dígito (validade: 60 dias).
07	Cópia do CPF/MF e do RG do Presidente, do Diretor Financeiro/Tesoureiro e, do Presidente do Conselho Fiscal.
08	Cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ/MF da Entidade. Poderá ser obtido no site da Receita Federal - www.receita.fazenda.gov.br (entrar em pessoa jurídica e situação cadastral).
09	Comprovante de endereço da Entidade (conta de água, ou de luz, ou de telefone, ou contrato de locação).
10	Cópia da Inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social para os pedidos relativos à assistência social (quando se tratar de doações).
11	Relatório das atividades realizadas pela Entidade no período de junho a dezembro do ano anterior e de janeiro a junho do corrente ano, contendo as seguintes informações: objetivo, justificativa, número de pessoas atendidas, e se os resultados propostos foram atingidos ou não, justificando.
12	Ficha Cadastral (datada) assinada pelo Presidente, obrigatório informar telefone fixo para contato, conforme Doc. 01.
13	Plano de Aplicação assinado pelo Presidente da Entidade deve constar a quantidade e unidades de todos os itens requeridos e separar o que for custeio/subvenção (percebíveis) de investimento/auxílio (permanente). Deve conter a descrição completa dos bens a serem adquiridos, dos serviços a serem realizados e seus respectivos valores. No campo finalidade e justificativa deve ser demonstrado a necessidade da solicitação do recurso, o interesse público e os benefícios para a população, região e/ou comunidade. Comprovar o local onde serão alocados. Doc. 02.
14	Declaração assinada pelo Presidente atual da Entidade, pelo Diretor Financeiro/Tesoureiro, e pelo Presidente do Conselho Fiscal, pela correta aplicação dos recursos recebidos. Com firma reconhecida em Cartório, no Original. Doc. 03.

Campo Alegre/SC, ____/____/2012.

Doc. 4 - HABILITAÇÃO

MANIFESTAÇÃO DO CONCEDENTE

PARECER DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO:

Campo Alegre/SC, ____/____/2012. _____
Agente de Controle Interno

PARECER SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS:

DEFERIDO () INDEFERIDO ()

Campo Alegre/SC, ____/____/2012.

Secretária Municipal de Finanças

Doc. 5 - MANIFESTAÇÃO DA CONCEDENTE

Decreto Nº 7.341 de 08 de Novembro de 2012

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.341 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2012

ESTABELECE VALOR PARA A PARTICIPAÇÃO NA IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CIS/AMUNESC.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e nos termos do artigo 3º da Lei Municipal nº 3.773 de 01 de dezembro de 2011;

DECRETA:

Art.1º) Fica estabelecido o valor de R\$ 1,00 (um real) mensais por habitante do Município, para a implantação e manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde, conforme previsto no artigo 3º da Lei Municipal nº 3.773 de 01/12/2011.

Parágrafo único: O número de habitantes do Município será o utilizado como fonte, mediante os dados emitidos pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em conformidade com as orientações do Ministério da Saúde, para fins do repasse dos recursos do PAB.

Art.2º) As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de Dotação Orçamentária do Fundo Municipal de Saúde - FMS.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2013 com vigência até 31 de dezembro de 2013.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
08 de novembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
08/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campos Novos

PREFEITURA

Decreto Nº 6.621/12 de 30/10/2012

DECRETO Nº 6.621/12 DE 30/10/2012

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, na seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 14 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJETO/ATIVIDADE: 2.082 - Manutenção do CREAS
Elementos de despesa: 14-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0052.0 -
Aplicações Diretas R\$ 35.166,19

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art.1º, será utilizado o valor de R\$ 35.166,19 (trinta e cinco mil, cento e sessenta e seis reais e dezenove centavos) provenientes da anulação parcial na seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 14 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJETO/ATIVIDADE: 2.082 - Manutenção do CREAS
Elementos de despesa: 13-3.1.90.00.00.00.00.0.1.0052.0 -
Aplicações Diretas R\$ 35.166,19

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto,
em 30 de outubro de 2012.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.622/12 de 30/10/2012

DECRETO Nº 6.622/12 DE 30/10/2012
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA.

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento do Fundo Municipal da Infância e Adolescência, na seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 13 - FIA - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
UNIDADE: 01 - FIA - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
PROJETO/ATIVIDADE: 2.046 - Manutenção do Fundo Municipal da Infância e Adolescência
Elementos de despesa: 11-3.3.50.00.00.00.00.0.3.0167.0 -
Aplicações Diretas R\$ 14.800,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art.1º, será utilizado o valor de R\$ 14.800,00 (quatorze mil e oitocentos reais) provenientes da anulação parcial na seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 13 - FIA - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
UNIDADE: 01 - FIA - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
PROJETO/ATIVIDADE: 2.046 - Manutenção do Fdo Municipal da Infância e Adolescência
Elementos de despesa: 12-4.4.50.00.00.00.00.0.3.0167.0 -
Aplicações Diretas R\$ 14.800,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto,
em 30 de outubro de 2012.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.623/12 de 30/10/2012

DECRETO Nº 6.623/12 DE 30/10/2012
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA.

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento do Fundo Municipal da Infância e Adolescência, nas seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 13 - FIA - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
UNIDADE: 01 - FIA - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
PROJETO/ATIVIDADE: 2.046 - Manutenção do Fundo Municipal da Infância e Adolescência
Elementos de despesa: 5-3.3.50.00.00.00.00.0.1.0167.0 -
Aplicações Diretas R\$ 10.040,00

ÓRGÃO: 13 - FIA - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
UNIDADE: 01 - FIA - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
PROJETO/ATIVIDADE: 2.046 - Manutenção do Fundo Municipal da Infância e Adolescência
Elementos de despesa: 6-4.4.50.00.00.00.00.0.1.0167.0 -
Aplicações Diretas R\$ 6.250,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art.1º, será utilizado o valor de R\$ 16.290,00 (dezesesseis mil e duzentos e noventa reais) provenientes do excesso de arrecadação de recursos vinculados.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto,
em 30 de outubro de 2012.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.625/12 de 30/10/2012

DECRETO Nº 6.625/12 DE 30/10/2012
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO.

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no Orçamento Geral do Município, nas seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
UNIDADE: 25 - DEP. DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL
PROJETO/ATIVIDADE: 1.003 - Reequipamento da Segurança Pública
Elementos de despesa: 165-4.4.90.00.00.00.00.0.3.0056.0 -
Aplicações Diretas R\$ 1.155,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art.1º, será

utilizado o valor de R\$ 1.155,00 (um mil, cento e cinquenta e cinco reais) provenientes do superávit financeiro - Convênio Trânsito.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto,
em 30 de outubro de 2012.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.626 de 08/11/2012

DECRETO Nº 6.626 DE 08/11/2012
DECRETA PONTO FACULTATIVO.

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art.100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado "Ponto Facultativo" o dia 16/11 (sexta-feira), na sede da Prefeitura Municipal, Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria de Esporte e Lazer, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, Secretaria da Saúde, Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Fundação Cultural, permanecendo em funcionamento a Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, para serviços de emergência.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
08 de novembro de 2012.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº 16/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2012

A Fundação Hospitalar Drº José Athanázio torna público que fará realizar no dia 26/11/2012 às 14h 30min na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Campos Novos, Pregão Presencial do Tipo Menor por item, tendo como objeto a AQUISIÇÃO DE UM APARELHO DE ANESTESIA PARA PORCEDIMENTOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, PARA USO EM PACIENTES DESDE NEONATOS ATÉ ADULTOS OBESOS. CONFORME DESCRIÇÃO TÉCNICA DETALHADA NO FORMULÁRIO DE PROPOSTA. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou no Departamento de compras e licitações da Fundação, localizado a Rua Nereu Ramos, 379, no horário das 8h 30min às 12h e das 13h 30min às 18h diariamente.

Campos Novos, 12 de novembro de 2012.
Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio
MARLIÊSE DA CASS MECABÔ
Administradora

Extrato do Contrato 361/12 Processo 72/12

EXTRATO DE CONTRATO Nº 361/2012 - PROCESSO 72/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC
CONTRATADO: CLAITON SERVIÇOS DE ELETRICIDADE LTDA

OBJETO: Mediante solicitação feita pela empresa, o Município resolve prorrogar o prazo até 30 de outubro de 2012 para o término da obra. Empreitada global, para realizar obra de modificação da iluminação na Praça Lauro Muller, conforme projeto luminotécnico/elétrico e memorial descritivo. Este contrato tem efeito retroativo desde 13 de agosto de 2012.

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 05/10/2012

CONTRATO: 361/2012

Extrato do Contrato 362/12 Processo 44/12

EXTRATO DE CONTRATO Nº 362/2012 - PROCESSO 44/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC
CONTRATADO: FLORICULTURA DADA UBALDO LTDA ME - FLOR E SER

OBJETO: Mediante solicitação feita pela empresa, o Município resolve prorrogar o prazo até 05 de novembro de 2012 para o término da obra. Empreitada global, para realizar serviço de arborização da Praça Lauro Muller, conforme os anexos e proposta padronizada. Este contrato tem efeito retroativo desde 24 de setembro de 2012.

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 05/10/2012

CONTRATO: 362/2012

Extrato do Contrato 363/12 Processo 142/12

EXTRATO DE CONTRATO Nº 363/2012 - PROCESSO 142/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC
CONTRATADO: VEKSL SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA,

OBJETO: O município mediante necessidade resolve contratar os serviços conforme discriminação da planilha em anexo, no valor R\$ 2.613,20 (dois mil, seiscentos e treze reais e vinte centavos) referente ao Processo Licitatório Nº 142/2012 da CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA DE AREIA NO GRUPO ESCOTEIRO ARAUCÁRIA DE ACORDO COM PROJETO BÁSICO.

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 15/10/2012

CONTRATO: 363/2012

Extrato do Contrato 364/12 Processo 165/12

EXTRATO DE CONTRATO Nº 364/2012 - PROCESSO 165/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC
CONTRATADO: LUIZ ODILON TEIXEIRA

OBJETO: Pelo presente instrumento o LOCADOR fornece em locação ao LOCATÁRIO, um terreno com área de 02 hectares, ideal para a retirada de cascalho para macadamizar estradas do município de Campos Novos, conforme dispensa de licitação de acordo com artigo 24 inciso X da lei 8.666/93.

VALOR: R\$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais).

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 18/10/2012

CONTRATO: 364/2012

Extrato do Contrato 365/12 Processo 163/12

EXTRATO DE CONTRATO Nº 365/2012 - PROCESSO 163/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC

CONTRATADO: EDSON FERNANDO RECH ME - EMPREITEIRA RECH

OBJETO: A contratada por força do presente instrumento obriga-se a realizar obra de reforma das escolas EMEF Novos Campos, CEIM José Carlos Pisani - Caio, CAIC Nair Da Silva Gris, CEI Eliete Teixeira Lopes, CEIM Marilene Rupp Bagatini, A Caminho Do Futuro, Creche Jubileu De Prata, CEIM Menino Jesus, CEIM Cebolinha, Pré Escola Pato Donald, EMEF Santa Julia Billiard e GEM Deputado Waldemar Rupp, conforme projeto básico anexo.

VALOR: R\$ 119.922,39 (cento e dezenove mil, novecentos e vinte e dois reais e trinta e nove centavos).

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 22/10/2012

CONTRATO: 365/2012

Extrato do Contrato 366/12 Processo 27/12

EXTRATO DE CONTRATO Nº 366/2012 - PROCESSO 27/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC

CONTRATADO: BRITASUL COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA

OBJETO: O município mediante necessidade resolve aditar 25% (vinte e cinco por cento) do item nº 03, R\$ 17.625,00 (dezesete mil, seiscentos e vinte e cinco reais) e item nº 05, R\$ 11.250,00 (onze mil, duzentos e cinquenta reais), referente ao Processo Licitatório nº 27/2012 Pregão nº 08/2012. Totalizando o valor de R\$ 28.875,00 (vinte e oito mil, oitocentos e setenta e cinco reais).

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 23/10/2012

CONTRATO: 366/2012

Extrato do Contrato 367/12 Processo 27/12

EXTRATO DE CONTRATO Nº 367/2012 - PROCESSO 27/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC

CONTRATADO: DELCIR BOESING ARTEFATOS DE CIMENTO - SI-DART

OBJETO: O município mediante necessidade resolve aditar a quantidade do item 02, em 65 unidades, referente ao Processo Licitatório nº 27/2012 Pregão nº 08/2012. O valor deste aditivo é de R\$ 10.919,35 (dez mil, novecentos e dezenove reais e trinta e cinco centavos).

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 24/10/2012

CONTRATO: 367/2012

Extrato do Contrato 368/12 Processo 57/12

EXTRATO DE CONTRATO Nº 368/2012 - PROCESSO 57/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC

CONTRATADO: J.A. ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA

OBJETO: O município mediante necessidade resolve prorrogar prazo, mais 07 (sete) meses, referente ao Processo Licitatório nº 57/2012 TP nº 07/2012 com o objeto: EXECUÇÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE 47 FAMILIAS BENEFICIADAS COM PROJETO PAC II - URBANIZAÇÃO, NO BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NOS ANEXOS. TERMO DE COMPROMISSO Nº 352.288-09/2011 - PAC II URBANIZAÇÃO. O vencimento do contrato passa a ser na data de 27/05/2013.

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 25/10/2012

CONTRATO: 368/2012

Extrato do Contrato 369/12 Processo 62/12

EXTRATO DE CONTRATO Nº 369/2012 - PROCESSO 62/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC

CONTRATADO: FORPLAN ENGENHARIA LTDA

OBJETO: O município mediante solicitação e serviços que foram retirados ou alterados, resolve suprimir R\$ 19.881,45 (dezenove mil, oitocentos e oitenta e um reais e quarenta e cinco centavos), referente ao Processo Licitatório nº 62/2012 TP nº 08/2012. Conforme planilha em anexo.

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 25/10/2012

CONTRATO: 369/2012

Extrato do Contrato 370/12 Processo 62/12

EXTRATO DE CONTRATO Nº 370/2012 - PROCESSO 62/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC

CONTRATADO: FORPLAN ENGENHARIA LTDA

OBJETO: O município mediante necessidade resolve aditar R\$ 80.201,16 (oitenta mil, duzentos e um reais e dezesseis centavos), referente ao Processo Licitatório nº 62/2012 TP nº 08/2012. Conforme planilha em anexo.

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 25/10/2012

CONTRATO: 370/2012

Extrato do Contrato 372/12 Processo 53/12

EXTRATO DE CONTRATO Nº 372/2012 - PROCESSO 53/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC

CONTRATADO: SUPERAR LTDA

OBJETO: O município mediante requerimento, resolve aditar R\$ 13.791,00 (treze mil, setecentos e noventa e um reais), referente ao Processo Licitatório nº 53/2012, Pregão nº 14/2012, que tem como objeto fornecer e instalar os climatizadores no Prédio sede da Prefeitura Municipal de Campos Novos, conforme especificações do Edital e Proposta.

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 25/10/2012

CONTRATO: 372/2012

Extrato do Contrato 373/12 Processo 19/12

EXTRATO DE CONTRATO Nº 373/2012 - PROCESSO 19/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC

CONTRATADO: RADIO CULTURA DE CAMPOS NOVOS LTDA

OBJETO: O município mediante requerimento, resolve suprimir: Item 01- redução de 20 minutos para 10 minutos na sexta-feira; Item 02- retirada das 220 inserções mensais de 30 segundos; correspondente a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), referente ao contrato nº 56/2012 Processo nº 19/2012 Convite nº 05/2012, motivo que o valor global do contrato excederá a média de gastos com publicidade, conforme solicitação em anexo.

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 25/10/2012

CONTRATO: 373/2012

Extrato do Contrato 374/12 Processo 58/11

EXTRATO DE CONTRATO Nº 374/2012 - PROCESSO 58/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC

CONTRATADO: CONSTRUTORA SOLO LTDA

OBJETO: O município mediante necessidade e devido a

reprogramação do quantitativo do orçamento, resolve suprimir R\$ 52.142,94 (cinquenta e dois mil, cento e quarenta e dois reais e noventa e quatro centavos), referente ao Processo Licitatório nº 58/2011 TP nº 02/2011, na Empreitada global (material e serviço) para construção de ginásio poliesportivo no distrito da Barra do Leão, Ministério do Esporte e Lazer na Cidade, conforme projeto e memorial descritivo. Convênio 299.094-37/2010.

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 30/10/2012

CONTRATO: 374/2012

Extrato do Contrato 375/12 Processo 210/11

EXTRATO DE CONTRATO Nº 375/2012 - PROCESSO 210/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC

CONTRATADO: PLANATERRRA TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA

OBJETO: O município mediante necessidade e devido a reprogramação do projeto por alteração, diminuição de algumas ruas e caixas coletoras, resolve suprimir R\$ 145.930,15 (cento e quarenta e cinco mil, novecentos e trinta reais e quinze centavos), referente ao Processo Licitatório nº 210/2011, Concorrência 001/2011, na EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, TRÁFEGO LEVE DRENAGEM PLUVIAL E OBRAS COMPLEMENTARES, EM RUAS DO BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA, DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, CONFORME ANEXOS. Termo de Compromisso Nº 352.558-78/2010 - Projeto do PAC II- Financiamento - Programa Pró-Transporte.

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 30/10/2012

CONTRATO: 375/2012

Extrato do Contrato 376/12 Processo 58/12

EXTRATO DE CONTRATO Nº 376/2012 - PROCESSO 58/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC

CONTRATADO: SIMPATIA FM 89,3 LTDA

OBJETO: O município mediante necessidade, resolve suprimir R\$ 5.290,00 (cinco mil, duzentos e noventa reais), referente ao Processo Licitatório nº 58/2012 Convite 20/2012, para inserções de spots de 30 segundos de atos e publicidade de atos institucionais e educativos da prefeitura de Campos Novos

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 30/10/2012

CONTRATO: 376/2012

Extrato do Contrato 377/12 Processo 164/12

EXTRATO DE CONTRATO Nº 377/2012 - PROCESSO 164/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC

CONTRATADO: PARAÍSO DAS FESTAS SERVIÇOS DE ORNAMENTAÇÃO LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DECORAÇÃO NO ENCERRAMENTO DOS JOGOS ESCOLARES 2012 - JECAM, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES.

VALOR: R\$ 9.965,00 (nove mil, novecentos e sessenta e cinco reais).

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 30/10/2012

CONTRATO: 377/2012

Extrato do Contrato 378/12 Processo 76/12

EXTRATO DE CONTRATO Nº 378/2012 - PROCESSO 76/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC

CONTRATADO: FORPLAN ENGENHARIA LTDA

OBJETO: O município mediante solicitação e serviços que foram retirados ou alterados, resolve suprimir R\$ 6.786,00 (seis mil, setecentos e oitenta e seis reais), referente ao Processo Licitatório nº 76/2012 TP nº 12/2012. Conforme planilha em anexo.

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 30/10/2012

CONTRATO: 378/2012

Extrato do Contrato 379/12 Processo 166/12

EXTRATO DE CONTRATO Nº 379/2012 - PROCESSO 166/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC

CONTRATADO: FORPLAN ENGENHARIA LTDA

OBJETO: A contratada por força do presente instrumento obriga-se a realizar:

OBRA DE CONSTRUÇÃO DE MUROS E ALAMBRADOS NO ESTÁDIO PINHEIRÃO, CONFORME PROJETO BÁSICO.

VALOR: R\$ 73.500,43 (setenta e três mil, quinhentos reais e quarenta e três centavos).

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 31/10/2012

CONTRATO: 379/2012

Extrato do Contrato 380/12 Processo 76/12

EXTRATO DE CONTRATO Nº 380/2012 - PROCESSO 76/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC

CONTRATADO: FORPLAN ENGENHARIA LTDA

OBJETO: O município mediante solicitação e serviços que foram acrescentados, resolve aditar R\$ 21.340,67 (vinte e um mil, trezentos e quarenta reais e sessenta e sete centavos), referente ao Processo Licitatório nº 76/2012 TP nº 12/2012. Conforme planilha em anexo.

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 31/10/2012

CONTRATO: 380/2012

Extrato do Contrato 381/12 Processo 69/12

EXTRATO DE CONTRATO Nº 381/2012 - PROCESSO 69/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC

CONTRATADO: PONTO CERTO LTDA

OBJETO: O município mediante solicitação em anexo, resolve aditar mais 250 m³ do item nº 15, areia média no valor de R\$ 80,00 o m³ e 550 unidades do item nº 70, cimento saca 50 kg no valor de R\$ 24,00 a unidade, referente ao Processo Licitatório nº 69/2012 Pregão nº 18/2012. Totalizando o valor de R\$ 33.200,00 (trinta e três mil e duzentos reais).

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 31/10/2012

CONTRATO: 381/2012

Extrato do Contrato 382/12 Processo 27/12

EXTRATO DE CONTRATO Nº 382/2012 - PROCESSO 27/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC

CONTRATADO: CONCRETO CRUZEIRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

OBJETO: O município mediante solicitação em anexo, resolve aditar mais 10 unidades do item nº 01, tubo de 2 metros, no valor de R\$ 1.050,00 a unidade, referente ao Processo Licitatório nº 27/2012 Pregão nº 08/2012. Totalizando o valor de R\$ 10.500,00

(dez mil e quinhentos reais).

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 31/10/2012

CONTRATO: 382/2012

CÂMARA MUNICIPAL

Edital Licitação Nº 02/2012- Carta Convite Nº 02/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS

1- LICITAÇÃO CARTA CONVITE 02/2012 PROCESSO Nº 02/2012

1.1 ÓRGÃO LICITADOR CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS

1.2 - Convidamos V. Sª a apresentar cotação para o(s) item(ns) constante(s) do anexo formulário padronizado de proposta, a fim de participar da licitação por CONVITE, pelo menor preço por item, de acordo com o que determina a Lei nº 8666/93, de 21 de junho de 1993, com as alterações da Lei nº 8883/94, e as condições deste convite, a realizar-se no Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos situado na rua Coronel Lucidoro, 1301, Centro.

1.3 - Os documentos para habilitação preliminar, bem como a proposta, serão entregues em envelopes separados, com identificação externa do seu conteúdo, até as 14:00 horas do dia 19/11/2012 e serão abertos às 14:30 horas do mesmo dia.

2. DO OBJETO:

O objeto da licitação é a escolha da(s) proposta(s) mais vantajosa(s) para a AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL(GASOLINA COMUM) PARA O VEICULO OFICIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS.

3. DAS PENALIDADES

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais a saber:

- a) advertência;
- b) multa administrativa, graduável, conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato, cumulável com as demais sanções;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de não superior a 2 (dois) anos; e
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinados da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1 - As empresas podem ser representadas, no procedimento licitatório, por procurador legalmente habilitado, desde que apresentado o instrumento procuratório com firma reconhecida, até o início da sessão de abertura dos envelopes.

4.2 - Cada licitante deverá apresentar:

Certidão Negativa INSS
Certidão Negativa FGTS
Certidão Negativa Federal
Certidão Negativa Estadual
Certidão Negativa Municipal

4.3-No caso das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, e, que quiserem utilizar-se das prerrogativas e direitos da LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, deverão apresentar CERTIDÃO SIMPLIFICADA (Atualizada) de Microempresas ou Empresa de Pequeno Porte, expedida pela Junta Comercial ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas competente.

4.4 - Os documentos exigidos poderão ser apresentados em original ou por qualquer tipo de cópia autenticada por tabelião de notas ou pelo responsável do Setor de Licitações da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos.

4.5 - Os documentos de habilitação preliminar serão acondicionados em envelope lacrado no qual se identifiquem, externamente como segue descrito:

RAZÃO SOCIAL

LICITAÇÃO: CARTA-CONVITE Nº02/2012

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL(GASOLINA COMUM) PARA O VEICULO OFICIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS.

LICITANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS

ENDEREÇO: RUA CORONEL LUCIDORO, 1301

ENVELOPE Nº 01 - DOCUMENTAÇÃO

5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes desse convite, correrão por conta dos recursos orçamentários.

MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0

6. DA PROPOSTA

6.1-0 Setor de Licitações da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, fornecerá a cada proponente formulário padronizado de proposta, que o mesmo preencherá por meio mecânico que constará:

- a) assinatura do representante legal da empresa;
- b) indicação obrigatória de preços, em algarismos;
- c) deverá constar na proposta a marca do produto fornecido;
- d) indicação dos números de CNPJ (carimbo) o qual será aposto no campo indicado no formulário padronizado.

6.2 - Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas.

6.3- O proponente poderá oferecer esclarecimentos à Comissão Permanente de Licitações por meio de carta, que anexará ao envelope de documentação ou de proposta, conforme se referir à habilitação preliminar ou à execução do objeto em licitação.

6.4 - O formulário padronizado de proposta, será acondicionado em envelope lacrado no qual se identifiquem, externamente o que segue descrito:

RAZÃO SOCIAL:

LICITAÇÃO: CARTA-CONVITE Nº02/2012

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL(GASOLINA COMUM) PARA O VEICULO OFICIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS.

ENDEREÇO: RUA CORONEL LUCIDORO, 1301.

ENVELOPE Nº 02- PROPOSTA

6.5 - O Setor de Licitações prestará todos os esclarecimentos solicitados pelos interessados nesta licitação, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, das 13:30 às 18:00 horas na rua Coronel Lucidoro, 1301- Fone/Fax: (049) 3541-0599 CEP: 89620-000 - Campos Novos (SC)

7- DO JULGAMENTO

7.1 - Será(ão) considerado(s) vencedor(es) o(s) licitante(s) que oferecer(em) a(s) proposta(s) de menor preço por item, sendo as propostas classificadas pela ordem crescente dos preços ofertados e aceitáveis. Em caso de empate, far-se-á sorteio, na mesma sessão de julgamento.

7.2 - A Comissão abrirá, em primeiro lugar, os envelopes relativos à documentação de habilitação preliminar. Os membros da

Comissão e os representantes credenciados examinarão e rubricarão cada documento. Serão inabilitadas as empresas cuja documentação não satisfizer às exigências deste edital. Da decisão de habilitação ou inabilitação caberá recurso pelos interessados, suspendendo-se o certame até o seu julgamento.

7.3 - Encerrada a fase de habilitação preliminar pelo julgamento definitivo dos recursos pela renúncia dos licitantes ao direito de recorrer, a Comissão devolverá, fechados, os envelopes de proposta aos licitantes inabilitados, cujos representantes retirar-se-ão da sessão ou nela poderão permanecer apenas como assistentes.

7.4 - A Comissão abrirá os envelopes de proposta dos licitantes habilitados, procedendo ao respectivo julgamento de acordo, exclusivamente, com os fatores e critérios estabelecidos neste edital.

7.5 - As propostas serão classificadas pela ordem crescente dos preços ofertados e aceitáveis. Em caso de empate, far-se-á sorteio, na mesma sessão de julgamento.

8. DO VALOR

8.1 - Deverão ser computados no preço todos os tributos incidentes sobre o material e sobre a venda a ser realizada, bem como o custo do transporte a ser executado, em razão da entrega, inclusive carga e descarga, correndo tal operação única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da empresa fornecedora.

8.2 - A fatura que for apresentada com erro será devolvida ao contratado para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no item 9, os dias que se passarem entre a data da devolução e da reapresentação.

8.3 - Em caso de atraso no cumprimento da execução dos serviços será aplicável à Contratada multa moratória de valor equivalente a 1% (um por cento) sobre o valor atualizado dos mesmos, por dia útil de atraso.

9. DO PAGAMENTO

O pagamento será 05 dias após entrega mediante apresentação de Nota Fiscal da proponente vencedora.

10. DAS CONDIÇÕES DO RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

10.1 - O combustível deverá ser retirado na sede da empresa vencedora do certame, mediante nota fiscal.

10.2 - A empresa licitante vencedora ficará obrigada a fornecer combustível nos padrões de qualidade, exigidos pela Agência Nacional do Petróleo - ANP e INMETRO.

11. DO REAJUSTE DE PREÇOS

Os preços dos produtos adquiridos não sofrerão reajustes.

12. DAS CONDIÇÕES GERAIS

12.1 - A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS, poderá revogar ou anular esta licitação, nos termos do art. 49 da Lei nº 8666/93, no seu todo ou em parte, mesmo depois de adjudicado seu objeto, sem que caiba aos participantes direitos a reclamação ou indenização.

12.2 - Não serão admitidas a esta licitação as empresas suspensas ou impedidas de licitar, bem como as que estiverem em regime de falência ou concordata.

12.3 - A Comissão Permanente de Licitações dirimirá as dúvidas que suscitem o convite, desde que arguidas por escrito, até 24 (vinte e quatro) horas antes da data fixada para abertura dos envelopes.

12.4 - Para fins de dirimir controvérsias decorrentes deste certame, o Foro competente é o da Comarca de Campos Novos do Estado de Santa Catarina, excluído qualquer outro.

12.5 - Os recursos deverão ser entregues à Comissão Permanente de Licitações nos prazos constantes do Art. 109 da Lei nº 8666/93 no horário das 13:30 às 18:00 horas de segunda a sexta-feira.

12.6 - Após a homologação a proponente vencedora terá um prazo de 05 dias para a assinatura do contrato.

Campos Novos (SC), 08 de novembro de 2012.

Joelma F. Faé

Comissão Permanente de Licitações

Aprovo o Edital.

Dê-se-lhe a divulgação prevista no art. 21 da Lei nº 8666/93

Em 08/11/2012

José Adelar Carpes

Presidente da Mesa

MINUTA DE CONTRATO AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL(GASOLINA COMUM) PARA O VEICULO OFICIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS.

Termo de Contrato que entre si celebram a Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, neste ato representada pelo Presidente, Sr. José Adelar Carpes, denominada Contratante, e a empresa denominada Contratada, para o fornecimento do objeto referente ao Processo Nº 02/2012 de Licitação (Convite) Nº 02/2012, conforme autorização de fornecimento, que se encontra em anexo ao presente contrato.

Aos dias de mês de de 2012, firmam o presente contrato de entrega, pelo qual se obriga a cumprir as condições estabelecidas do presente contrato e com amparo legal da Lei 8666/93, atualizada pela Lei 8883/94.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Objeto do contrato

O presente instrumento tem por objeto a AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL(GASOLINA COMUM) PARA O VEICULO OFICIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS, conforme padrões de qualidade exigidos pela Agência Nacional do Petróleo - ANP e INMETRO.

CLÁUSULA SEGUNDA - Prazo de entrega

A contratada obriga-se a entregar o objeto do presente contrato, de forma parcelada na proporção do consumo da Câmara, através de requisição expedida pela Câmara Municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA - Preço

Pela aquisição do objeto deste contrato, o município pagará o valor de R\$ (), sem reajuste.

CLÁUSULA QUARTA - Dotação Orçamentária

As despesas decorrentes deste contrato, correrão por conta das dotações consignadas no orçamento, sob as rubricas:

As despesas decorrentes desse convite, correrão por conta dos recursos orçamentários.

MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0

CLÁUSULA QUINTA - Forma de Pagamento

O pagamento será 05 dias após entrega mediante apresentação de Nota Fiscal da proponente vencedora.

CLÁUSULA SEXTA - Alterações ou Rescisão Contratual

As alterações ou Rescisão Contratual são as constantes na Lei 8666/93, atualizada pela Lei 8883/94.

CLÁUSULA SÉTIMA - Das penalidades

A contratada não cumprindo as obrigações aqui assumidas ou preceitos legais, sofrerá as seguintes penalidades:

I. advertência;

II. multa de 0,25% (ponto vinte e cinco por cento) sobre o valor da proposta, por dia de atraso na execução da entrega, salvo justificativa escrita e aceita pela Câmara;

III. suspensão do direito de licitar por 2 (dois) anos;

IV.declaração de inidoneidade.

CLÁUSULA OITAVA - Vigência

Este contrato entra em vigor na data de sua assinatura, tendo como termo final após a entrega total do objeto.

CLÁUSULA NONA - Foro

Para questões decorrentes deste contrato, fica eleito o foro da Comarca de Campos Novos (SC), com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado ou especial que possa ser.

Por estarem justos e contratados, firmam o presente com duas testemunhas, em três vias de igual teor e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Campos Novos (SC)

JOSE ADELAR CARPES

Presidente da Mesa

CONTRATADA

CNPJ

TESTEMUNHAS:

ANEXO I

PROPOSTA DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO 02/2012 - MENOR PREÇO POR ITEM
CONVITE 02/2012

OBJETO - AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL(GASOLINA COMUM)
PARA O VEICULO OFICIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS.

Item	Descrição	Und. Méd	Qtde	Preço Unit. Máximo	Preço Unit. Cotado	Preço Total Cotado
01	Gasolina Comum	Litros	3.000	2,85		

Valor Unitário por extenso:

Valor Total por extenso:

Validade da Proposta:

Nome do Proponente:

Endereço:

CPNJ:

Representante Legal

Campos Novos, SC

de novembro de 2012.

Assinatura e Carimbo

Extrato Licitação Nº 01/2012- Carta Convite Nº 01/2012 - Deserta

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2012- CARTA CONVITE Nº 01/2012

-LICITAÇÃO DESERTA-

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA) PARA VEÍCULO OFICIAL DA CÂMARA DE VEREADORES

TIPO: MENOR PREÇO POR ÍTEM

ABERTURA: 31/10/2012

RESULTADO: LICITAÇÃO DESERTA

Canoinhas

PREFEITURA

Publicação do Edital de Pregão Eletrônico Nº Funr 02/2012

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

FUNREBOMPM DE CANOINHAS

PROCESSO N.º FUNR. 02/2012

PREGÃO ELETRÔNICO N.º FUNR. 02/2012

O FUNREBOMPM de Canoinhas-SC, CNPJ 83.102.384/0001-80, fará realizar no dia 27/11/2012, às 10h00min, pregão eletrônico para REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS PARA ATENDIMENTO PRÉ HOSPITALAR, DESTINADOS AO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE CANOINHAS. Cadastro de propostas no site, até as 09h00min do dia 27/11/2012. Informações (047) 3621-7705. Cópia do edital (acesso livre) e pregão (acesso identificado): <http://www.licitacoes-e.com.br>.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito/ Presidente do Fundo

Publicação do Edital de Pregão Presencial Nº FMS 14/2012

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º FMS 35/2012

PREGÃO PRESENCIAL N.º FMS 14/2012

REGISTRO DE PREÇOS

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10 realizará no dia 27/11/2012, às 09h05min, Pregão Presencial para Registro de Preços Registro de Preços para Aquisição parcelada de Oxigênio e Ar Medicinal, pelo período de 12 Meses, A ser utilizado no Pronto Atendimento Municipal, Serviço de Atendimento Móvel De Urgência, Ambulâncias Municipais, Unidades Básicas De Saúde e demais programas. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br, no link licitações.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito/Presidente do Fundo

Capinzal

PREFEITURA

FMAS - Processo Licitatório Nº 23/2012 - Pregão Eletrônico Nº 21/2012

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 23/2012

Pregão Eletrônico Nº 21/2012

OBJETO: Aquisição de brinquedo para organização de uma brinquedoteca, para manutenção das atividades da Casa Lar.

ENTREGA E ABERTURA: através do site <https://www.cidadecompras.com.br>, Propostas e Documentos até as 08:30 horas, para abertura às 08:35 horas do dia 26/11/2012.

MENOR PREÇO UNITÁRIO



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço <https://www.cidadecompras.com.br>
Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações,
RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.
No sítio: www.capinzal.sc.gov.br
HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.
TELEFONE Nº (0XX49)3555-8719, FAX Nº (0XX49)3555-8744.

Capinzal, 12 de novembro de 2012.

KATIA BAZZO

Pregoeira

Catanduvás

PREFEITURA

Extrato de Contrato Nº 0131/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0131/2012

Objeto: Aquisição de combustível Diesel S-50, visando o desenvolvimento da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: AUTO POSTO GEMELLI LTDA.

Valor global contratado: R\$ 4.997,76 (quatro mil novecentos e noventa e sete reais e setenta e seis centavos).

Prazo de vigência: 19 de outubro de 2012 até o dia 31 de dezembro de 2012.

Data e assinatura do contrato: 19 de outubro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Extrato de Contrato Nº 0132/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0132/2012

Dispensa nº 0005/2012 (Processo Licitatório nº 0089/2012).

Objeto: Contratação de empresa para conserto (peças e serviços - relação anexa) de veículo de terceiro conforme termo de acordo indenizatório relativo ao veículo GOL 1.0 2011/2011, Chassi 9BWAA05U7BP192126, Placa MJG2162, R.324571020 em período de garantia - de propriedade de Rosane Zanchetta.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: JOACABA AUTO LTDA.

Valor global contratado: R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais).

Prazo de vigência: 07 de novembro de 2012 até o dia 30 de novembro de 2012.

Data e assinatura do contrato: 07 de novembro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Segundo Termo Aditivo ao Contrato Nº 0012/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0012/2012

Convite nº 0054/2011 (Processo Licitatório nº 0114/2011)

Objeto: Aquisição de material gráfico visando o desenvolvimento das secretarias de Educação, Cultura e Desporto, Administração, Saúde e Assistência Social.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS- SC.

Contratado (a): GRÁFICA E EDITORA BLUMEN LTDA EPP.

Para altera-lo nos seguintes termos:

CONSIDERANDO, o disposto na Cláusula 6.5 do contrato originário combinado com art. 65, § 1º da Lei 8666/93;

CONSIDERANDO, solicitação da Secretaria Municipal de Administração e Finanças; e

CONSIDERANDO, a necessidade de maior quantidade em alguns itens visando atender a demanda até final do exercício.

RESOLVE

CLÁUSULA PRIMEIRA - Os itens a seguir relacionados ficam aditados conforme especificações do quadro que segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Item	Quantidade	Und	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
8	25,00	Un	Blocos solicitação de serviço 50x30 vias, numerado c/ picote papel extra copy imp. preto tamanho 22,5x15cm.		9,93	248,25
1	1.500,00	un	Envelope officio sulfite 120gr impressão colorida c/ timbre da Prefeitura 23x11,5cm		0,21	315,00
12	250,00	Un	Pasta para arquivo com bolsa sem orelha imp 4 x 0 colorida com timbre da prefeitura em papel couche 250 gr brilho tamanho 23 x 31,7 cm		1,10	275,00
15	2.000,00	Un	Envelope saco médio 20x28cm papel sulfite 90gr impressão colorido com timbre da prefeitura.		0,58	1.160,00
16	2.000,00	Un	Envelope saco grande 26x36 90gr impressão colorida papel sulfite c/ timbre da Prefeitura.		0,67	1.340,00
22	300,00	Un	Capa/contra capa p/ arquivo tamanho A4 imp. 4x0 separadas papel couche 250gr brilho		1,10	330,00
TOTAL						3.668,25

1.1. Em face da necessidade de alteração dos itens relacionados no quadro anterior, aditar o valor do contrato, acrescentando a este a importância de R\$ 3.668,25 (três mil seiscentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA - O valor global do contrato originário mais primeiro aditivo passa de R\$ 34.163,80 (trinta e quatro mil cento e sessenta e três reais e oitenta centavos), para o montante de R\$ 37.832,05 (trinta e sete mil oitocentos e trinta e dois reais e cinco centavos).

CLAUSULA TERCEIRA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

Fundamento jurídico: O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, Inciso II "d" da Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Data e assinatura do contrato: 26 de setembro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal.

Concórdia

PREFEITURA

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 110/2012 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 110/2012- PMC

Objeto: Aquisição de móveis e equipamentos diversos, para a 14ª DRP/CIRETRAN e para o 20º Batalhão de Polícia Militar, com recursos oriundos do convênio Trânsito/Polícia Civil e Trânsito/Polícia Militar, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 28/11/2012.

Abertura: dia 29/11/2012, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 09 de novembro de 2012.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 111/2012 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 111/2012- PMC

Objeto: Contratação de empresa para do ramo de seguros para firmar contrato de seguro de veículo tipo micro-ônibus, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 29/11/2012.

Abertura: dia 30/11/2012, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2162.

Concórdia, SC, 09 de novembro de 2012.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Comunicação Indeferimento de Recurso Tomada de Preços Nº 59/2012 - PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

TOMADA DE PREÇO Nº 59/2012 - PMC

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra) de drenagem pluvial e pavimentação asfáltica da Rua A (João Kugelmeier), Loteamento Recanto Verde, neste Município, de acordo com o Projeto Básico constante no Anexo "D" deste Edital.

COMUNICAÇÃO INDEFERIMENTO DE RECURSO

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º e 4º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, a Presidente da Comissão de Licitações torna público que na data de 09/11/2012 foi INDEFERIDO o recurso administrativo interposto pela licitante DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA. De consequência, fica inalterado o julgamento proferido na sessão do dia 25/10/2012, prosseguindo o processo para homologação. Fica a disposição da licitante, se tiver interesse, cópia dos pareceres, os quais devem ser solicitados e retirados junto a diretoria de compras.

Concórdia, SC, 09 de novembro de 2012.

LEONICE PARIZOTTO CAMARGO

Presidente da Comissão de Licitações



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação Nº 33/2012 - PMC

MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 33/2012 - PMC

O Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, torna público que ratificou o ato da Senhora Maira Cristiane Giulato, Encarregada de Seção, que declarou dispensável a licitação, nos termos do inciso III do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, para prestação de serviço de apresentações artísticas (teatro, artes plásticas e conto de histórias), para o Sonho de Natal 2012, em favor da empresa CARRETEL DA CENTOPÉIA CIA TEATRAL, no valor total de R\$ 27.384,00 (vinte e sete mil, trezentos e oitenta e quatro reais).

Concórdia, SC, 13 de novembro de 2012.

JOSÉ ANTÔNIO SARETTA

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação Nº 40/2012 - PMC

MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

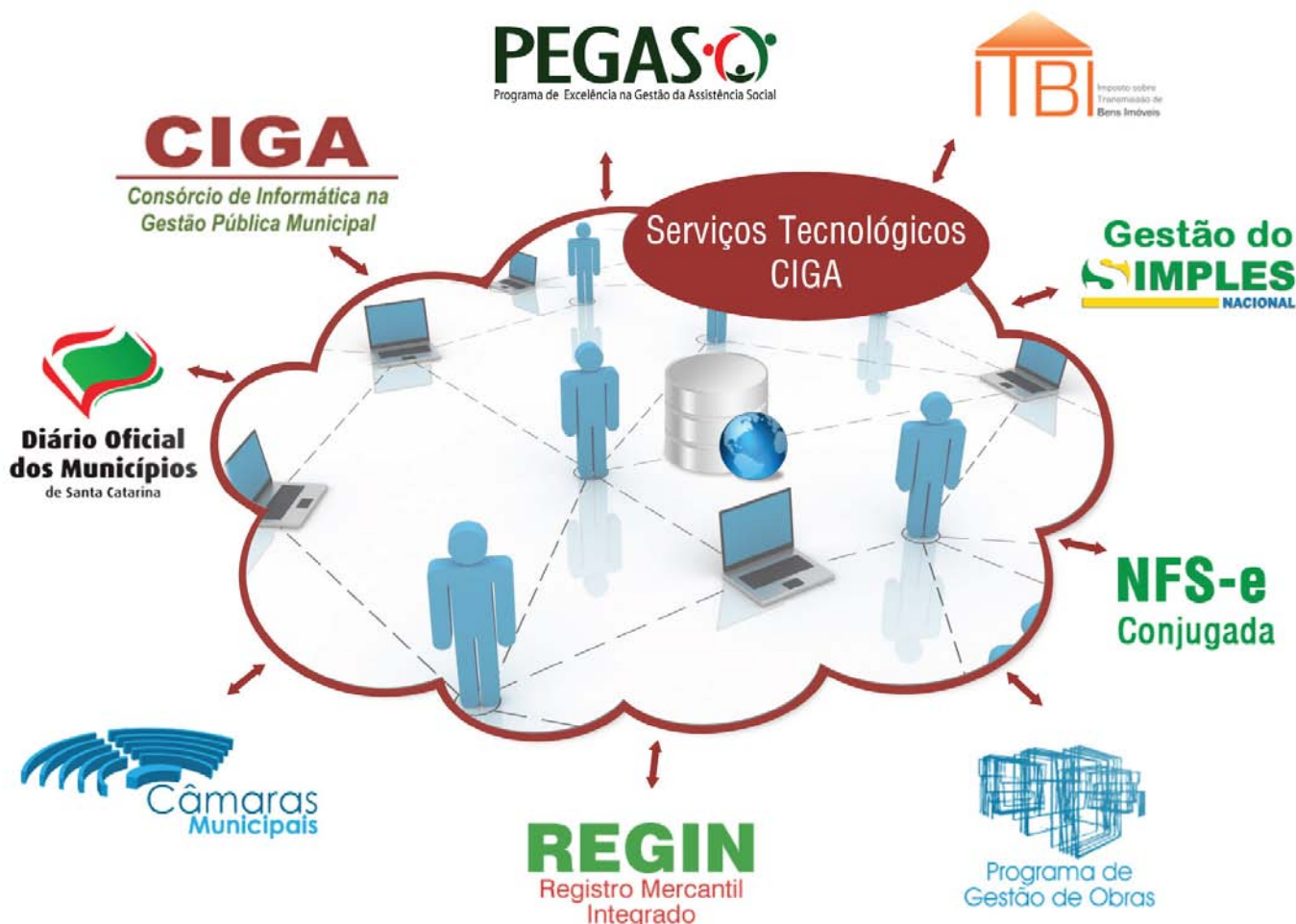
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 40/2012 - PMC

O Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo torna público que ratificou o ato da senhora Maira Cristiane Giulato, Encarregada de Seção de Desenvolvimento Industrial, que Dispensou a licitação, nos termos do Inciso II, do Artigo 24, da Lei nº 8.666/1993 e posteriores alterações, para despesas aquisição de artigos de vestuários em geral, a favor da empresa UNIFOR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA - ME, no valor total estimado de R\$ 2.120,00 (dois mil cento e vinte reais).

Concórdia, SC, 09 de novembro de 2012.

JOSÉ ANTÔNIO SARETTA

Secretário Municipal de Des. Econ. e Turismo

www.ciga.sc.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL**Balancete Financeiro 10/2012****SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CONCORDIA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Outubro/2012

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
		Despesa Orçamentária	145.814,08
		Despesas exceto Intra-orçamentárias	140.182,53
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	112.562,77
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	27.619,76
		Despesas Intra-orçamentárias	5.631,55
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.631,55
Receita Extra - Orçamentária	374.398,89	Despesa Extra - Orçamentária	165.699,55
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	873,71	CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	873,71
CRÉDITOS A RECEBER	873,71	CRÉDITOS A RECEBER	873,71
CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	873,71	CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	873,71
DEPÓSITOS	19.411,10	DEPÓSITOS	19.011,76
CONSIGNAÇÕES	18.911,10	CONSIGNAÇÕES	18.511,76
PREVIDÊNCIA SOCIAL	6.351,23	PREVIDÊNCIA SOCIAL	6.351,23
PENSÃO ALIMENTÍCIA	2.301,40	PENSÃO ALIMENTÍCIA	2.301,40
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	6.587,34	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	6.253,34
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MI	3.165,35	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA	3.165,35
PLANOS DE SEGUROS	65,34	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	425,50
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	425,50	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	14,94
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	14,94	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	500,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	500,00	DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	500,00
DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	500,00	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	145.814,08
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	145.814,08	OBRIGAÇÕES A PAGAR	145.814,08
OBRIGAÇÕES A PAGAR	145.814,08	FORNECEDORES	27.619,76
FORNECEDORES	27.619,76	PESSOAL A PAGAR	96.414,16
PESSOAL A PAGAR	96.414,16	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	21.780,16
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	21.780,16		
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	208.300,00		
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	208.300,00		
REPASSE RECEBIDO	208.300,00		
Saldos anteriores	571.125,29	Saldos atuais	634.010,55
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	558.460,16	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	558.460,16
BANCO C/ MOVIMENTO	12.665,13	BANCO C/ MOVIMENTO	75.550,39
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	945.524,18	Total	945.524,18

CONCORDIA, 08/11/2012

LEOCIR DOMINGO ZANELLA
PresidenteDELAIR M. S. DALLEGRAVE
Contador CRC SC 022.843/O-5

Cordilheira Alta

PREFEITURA

5º Bimestre 2012

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	13.695.000,00	13.695.000,00	1.987.016,72	14,51	10.799.565,73	78,86	2.895.434,27
RECEITAS CORRENTES	13.015.000,00	13.015.000,00	1.978.157,66	15,20	10.494.936,11	80,64	2.520.063,89
RECEITA TRIBUTARIA	843.470,47	843.470,47	102.224,72	12,12	776.804,43	92,10	66.666,04
IMPOSTOS	713.774,50	713.774,50	94.708,10	13,27	631.911,63	88,53	81.862,87
TAXAS	123.128,97	123.128,97	7.516,62	6,10	144.892,80	117,68	-21.763,83
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	6.567,00	6.567,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.567,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	111.639,00	111.639,00	19.518,44	17,48	107.051,67	95,89	4.587,33
Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação Públic	111.639,00	111.639,00	19.518,44	17,48	107.051,67	95,89	4.587,33
RECEITA PATRIMONIAL	72.326,70	72.326,70	6.177,31	8,54	78.795,76	108,94	-6.469,06
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	72.326,70	72.326,70	6.177,31	8,54	78.795,76	108,94	-6.469,06
RECEITA DE SERVIÇOS	282.536,00	282.536,00	38.059,47	13,47	209.705,52	74,22	72.830,48
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.433.100,07	11.433.100,07	1.806.057,87	15,80	9.273.243,88	81,11	2.159.856,19
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	11.303.100,07	11.303.100,07	1.771.819,87	15,68	9.121.372,88	80,70	2.181.727,19
Transf. de Conv.	130.000,00	130.000,00	34.238,00	26,34	151.871,00	116,82	-21.871,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	271.927,76	271.927,76	6.119,85	2,25	49.334,85	18,14	222.592,91
Multas e Juros de Mora	18.063,96	18.063,96	2.209,16	12,23	18.458,83	102,19	-394,87
RECEITA DA DIVIDAATIVA	35.170,88	35.170,88	1.400,85	3,98	24.710,88	70,26	10.460,00
RECEITAS DIVERSAS	218.692,92	218.692,92	2.509,84	1,15	6.165,14	2,82	212.527,78
RECEITAS DE CAPITAL	680.000,00	680.000,00	8.859,06	1,30	304.629,62	44,80	375.370,38
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	65.090,23	0,00	-65.090,23
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	65.090,23	0,00	-65.090,23
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	80.000,00	80.000,00	8.859,06	11,07	44.126,93	55,16	35.873,07
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	195.412,46	0,00	-195.412,46
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	195.412,46	0,00	-195.412,46
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	13.695.000,00	13.695.000,00	1.987.016,72	14,51	10.799.565,73	78,86	2.895.434,27
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	13.695.000,00	13.695.000,00	1.987.016,72	14,51	10.799.565,73	78,86	2.895.434,27
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	1.198.777,19	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	13.695.000,00	13.695.000,00	1.987.016,72	14,51	11.998.342,92	78,86	2.895.434,27
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.612.702,28	—	—	1.474.852,77	—	—
Superávit Financeiro	—	1.612.702,28	—	—	1.474.852,77	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	13.695.000,00	1.902.240,79	15.597.240,79	1.580.400,05	12.544.073,06	2.095.758,03	11.998.342,92	76,93	3.598.897,87
DESPESAS CORRENTES	11.635.899,54	594.672,21	12.230.571,75	1.433.139,91	10.181.493,49	1.888.548,49	9.679.399,35	79,14	2.551.172,40
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.728.079,00	-120.000,00	5.608.079,00	875.039,74	4.189.375,92	875.339,74	4.189.263,12	74,70	1.418.815,88
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	240.000,00	0,00	240.000,00	24.449,35	156.453,21	25.685,65	153.611,92	64,00	86.388,08
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.667.820,54	714.672,21	6.382.492,75	533.650,82	5.835.664,36	987.523,10	5.336.524,31	83,61	1.045.968,44
DESPESAS DE CAPITAL	2.059.100,46	1.307.568,58	3.366.669,04	147.260,14	2.362.579,57	207.209,54	2.318.943,57	68,88	1.047.725,47
INVESTIMENTOS	1.609.100,46	1.184.535,50	2.793.635,96	34.450,86	1.920.804,09	91.977,26	1.879.591,09	67,28	914.044,87
INVERSOES FINANCEIRAS	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	430.000,00	123.033,08	553.033,08	112.809,28	441.775,48	115.232,28	439.352,48	79,44	113.680,60
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	13.695.000,00	1.902.240,79	15.597.240,79	1.580.400,05	12.544.073,06	2.095.758,03	11.998.342,92	76,93	3.598.897,87
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	13.695.000,00	1.902.240,79	15.597.240,79	1.580.400,05	12.544.073,06	2.095.758,03	11.998.342,92	76,93	3.598.897,87
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	0,00	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	13.695.000,00	1.902.240,79	15.597.240,79	1.580.400,05	12.544.073,06	2.095.758,03	11.998.342,92	76,93	3.598.897,87

FONTE:

Cordilheira Alta, 09/11/2012

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
PREFEITO

FLARI RAFAEL TRICHES
CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	13.695.000,00	13.695.000,00	1.987.016,72	14,51	10.799.565,73	78,86	2.895.434,27
RECEITAS CORRENTES	13.015.000,00	13.015.000,00	1.978.157,66	15,20	10.494.936,11	80,64	2.520.063,89
RECEITA TRIBUTARIA	843.470,47	843.470,47	102.224,72	12,12	776.804,43	92,10	66.666,04
IMPOSTOS	713.774,50	713.774,50	94.708,10	13,27	631.911,63	88,53	81.862,87
TAXAS	123.128,97	123.128,97	7.516,62	6,10	144.892,80	117,68	-21.763,83
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	6.567,00	6.567,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.567,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	111.639,00	111.639,00	19.518,44	17,48	107.051,67	95,89	4.587,33
Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação Públic	111.639,00	111.639,00	19.518,44	17,48	107.051,67	95,89	4.587,33
RECEITA PATRIMONIAL	72.326,70	72.326,70	6.177,31	8,54	78.795,76	108,94	-6.469,06
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	72.326,70	72.326,70	6.177,31	8,54	78.795,76	108,94	-6.469,06
RECEITA DE SERVIÇOS	282.536,00	282.536,00	38.059,47	13,47	209.705,52	74,22	72.830,48
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.433.100,07	11.433.100,07	1.806.057,87	15,80	9.273.243,88	81,11	2.159.856,19
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	11.303.100,07	11.303.100,07	1.771.819,87	15,68	9.121.372,88	80,70	2.181.727,19
Transf. de Conv.	130.000,00	130.000,00	34.238,00	26,34	151.871,00	116,82	-21.871,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	271.927,76	271.927,76	6.119,85	2,25	49.334,85	18,14	222.592,91
Multas e Juros de Mora	18.063,96	18.063,96	2.209,16	12,23	18.458,83	102,19	-394,87
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	35.170,88	35.170,88	1.400,85	3,98	24.710,88	70,26	10.460,00
RECEITAS DIVERSAS	218.692,92	218.692,92	2.509,84	1,15	6.165,14	2,82	212.527,78
RECEITAS DE CAPITAL	680.000,00	680.000,00	8.859,06	1,30	304.629,62	44,80	375.370,38
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	65.090,23	0,00	-65.090,23
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	65.090,23	0,00	-65.090,23
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	80.000,00	80.000,00	8.859,06	11,07	44.126,93	55,16	35.873,07
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	195.412,46	0,00	-195.412,46
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	195.412,46	0,00	-195.412,46
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	13.695.000,00	13.695.000,00	1.987.016,72	14,51	10.799.565,73	78,86	2.895.434,27
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	13.695.000,00	13.695.000,00	1.987.016,72	14,51	10.799.565,73	78,86	2.895.434,27
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	1.198.777,19	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	13.695.000,00	13.695.000,00	1.987.016,72	14,51	11.998.342,92	78,86	2.895.434,27
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.612.702,28	—	—	1.474.852,77	—	—
Superávit Financeiro	—	1.612.702,28	—	—	1.474.852,77	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	13.695.000,00	1.902.240,79	15.597.240,79	1.580.400,05	12.544.073,06	2.095.758,03	11.998.342,92	76,93	3.598.897,87
DESPESAS CORRENTES	11.635.899,54	594.672,21	12.230.571,75	1.433.139,91	10.181.493,49	1.888.548,49	9.679.399,35	79,14	2.551.172,40
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.728.079,00	-120.000,00	5.608.079,00	875.039,74	4.189.375,92	875.339,74	4.189.263,12	74,70	1.418.815,88
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	240.000,00	0,00	240.000,00	24.449,35	156.453,21	25.685,65	153.611,92	64,00	86.388,08
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.667.820,54	714.672,21	6.382.492,75	533.650,82	5.835.664,36	987.523,10	5.336.524,31	83,61	1.045.968,44
DESPESAS DE CAPITAL	2.059.100,46	1.307.568,58	3.366.669,04	147.260,14	2.362.579,57	207.209,54	2.318.943,57	68,88	1.047.725,47
INVESTIMENTOS	1.609.100,46	1.184.535,50	2.793.635,96	34.450,86	1.920.804,09	91.977,26	1.879.591,09	67,28	914.044,87
INVERSOES FINANCEIRAS	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	430.000,00	123.033,08	553.033,08	112.809,28	441.775,48	115.232,28	439.352,48	79,44	113.680,60
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	13.695.000,00	1.902.240,79	15.597.240,79	1.580.400,05	12.544.073,06	2.095.758,03	11.998.342,92	76,93	3.598.897,87
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	13.695.000,00	1.902.240,79	15.597.240,79	1.580.400,05	12.544.073,06	2.095.758,03	11.998.342,92	76,93	3.598.897,87
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	0,00	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	13.695.000,00	1.902.240,79	15.597.240,79	1.580.400,05	12.544.073,06	2.095.758,03	11.998.342,92	76,93	3.598.897,87

FONTE:

Cordilheira Alta, 09/11/2012

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
PREFEITO

FLARI RAFAEL TRICHES
CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	13.695.000,00	15.597.240,79	1.580.400,05	12.544.073,06	2.095.758,03	11.998.342,92	100,00	76,93	3.598.897,87
Legislativa	540.000,00	540.000,00	60.598,14	391.230,43	75.042,09	374.729,39	3,12	69,39	165.270,61
Ação Legislativa	540.000,00	540.000,00	60.598,14	391.230,43	75.042,09	374.729,39	3,12	69,39	165.270,61
Administração	1.860.000,00	1.731.600,00	163.156,52	1.554.329,74	241.445,86	1.423.196,31	11,86	82,19	308.403,69
Administração Geral	1.860.000,00	1.731.600,00	163.156,52	1.554.329,74	241.445,86	1.423.196,31	11,86	82,19	308.403,69
Segurança Pública	21.890,00	21.890,00	4.850,69	16.336,04	4.613,95	15.320,25	0,13	69,99	6.569,75
Policiamento	21.890,00	21.890,00	4.850,69	16.336,04	4.613,95	15.320,25	0,13	69,99	6.569,75
Assistência Social	494.661,50	522.939,84	48.479,63	288.207,30	52.140,20	281.192,61	2,34	53,77	241.747,23
Assistência Comunitária	494.661,50	522.939,84	48.479,63	288.207,30	52.140,20	281.192,61	2,34	53,77	241.747,23
Saúde	2.771.041,16	3.125.129,38	382.647,94	2.518.389,65	455.474,11	2.374.661,06	19,79	75,99	750.468,32
Atenção Básica	2.708.340,16	3.062.428,38	382.060,44	2.510.382,48	455.886,61	2.366.653,89	19,72	77,28	695.774,49
Vigilância Sanitária	51.756,00	51.756,00	587,50	587,50	587,50	587,50	0,00	1,14	51.168,50
Vigilância Epidemiológica	10.945,00	10.945,00	0,00	7.419,67	0,00	7.419,67	0,06	67,79	3.525,33
Educação	2.608.854,96	2.777.521,64	358.340,48	2.056.871,69	425.614,58	2.018.098,51	16,82	72,66	759.423,13
Alimentação e Nutrição	90.000,00	90.000,00	0,00	80.260,60	16.252,26	59.549,40	0,50	66,17	30.450,60
Ensino Médio	177.000,00	194.000,00	40.456,19	171.249,76	40.456,19	171.249,76	1,43	88,27	22.750,24
Ensino Superior	75.000,00	75.000,00	0,00	72.627,68	19.000,00	64.127,68	0,53	85,50	10.872,32
Educação Especial	28.000,00	28.000,00	0,00	24.400,00	9.900,00	24.400,00	0,20	87,14	3.600,00
Educação Básica	2.238.854,96	2.390.521,64	317.884,29	1.708.333,65	340.006,13	1.698.771,67	14,16	71,06	691.749,97
Cultura	336.189,00	336.189,00	39.754,34	253.636,74	41.625,94	226.220,06	1,89	67,29	109.968,94
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	49.000,00	49.000,00	0,00	25.974,11	0,00	2.623,11	0,02	5,35	46.376,89
Difusão Cultural	287.189,00	287.189,00	39.754,34	227.662,63	41.625,94	223.596,95	1,86	77,86	63.592,05
Direitos da Cidadania	12.000,00	12.000,00	1.585,00	7.047,49	4.603,84	7.047,49	0,06	58,73	4.952,51
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	12.000,00	12.000,00	1.585,00	7.047,49	4.603,84	7.047,49	0,06	58,73	4.952,51
Urbanismo	1.231.040,70	2.147.694,18	196.920,43	2.048.117,04	262.283,18	2.016.917,29	16,81	93,91	130.776,89
Infra-Estrutura Urbana	1.231.040,70	2.147.694,18	196.920,43	2.048.117,04	262.283,18	2.016.917,29	16,81	93,91	130.776,89
Habituação	101.000,00	21.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.000,00
Habituação Rural	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habituação Urbana	21.000,00	21.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.000,00
Saneamento	405.000,00	445.689,99	20.752,02	441.709,48	45.074,18	350.145,71	2,92	78,56	95.544,28
Saneamento Básico Urbano	405.000,00	445.689,99	20.752,02	441.709,48	45.074,18	350.145,71	2,92	78,56	95.544,28

Continua 1/2

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	13.695.000,00	15.597.240,79	1.580.400,05	12.544.073,06	2.095.758,03	11.998.342,92	100,00	76,93	3.598.897,87
Agricultura	1.146.982,68	1.610.103,68	140.418,62	1.495.749,08	278.252,67	1.480.293,09	12,34	91,94	129.810,59
Extensão Rural	1.146.982,68	1.610.103,68	140.418,62	1.495.749,08	278.252,67	1.480.293,09	12,34	91,94	129.810,59
Indústria	1.100.000,00	1.054.000,00	0,00	453.599,61	0,00	453.599,61	3,78	43,04	600.400,39
Propriedade Industrial	1.100.000,00	1.054.000,00	0,00	453.599,61	0,00	453.599,61	3,78	43,04	600.400,39
Energia	111.639,00	111.639,00	21.819,17	91.819,17	30.431,33	75.602,51	0,63	67,72	36.036,49
Energia Elétrica	111.639,00	111.639,00	21.819,17	91.819,17	30.431,33	75.602,51	0,63	67,72	36.036,49
Desporto e Lazer	55.000,00	117.110,00	815,50	112.905,94	7.465,50	112.905,94	0,94	96,41	4.204,06
Desporto Comunitário	55.000,00	117.110,00	815,50	112.905,94	7.465,50	112.905,94	0,94	96,41	4.204,06
Encargos Especiais	899.701,00	1.022.734,08	140.261,57	814.123,66	170.690,60	788.413,09	6,57	77,09	234.320,99
Serviço da Dívida Interna	670.000,00	793.033,08	137.258,63	598.228,69	140.917,93	592.964,40	4,94	74,77	200.068,68
Outros Encargos Especiais	229.701,00	229.701,00	3.002,94	215.894,97	29.772,67	195.448,69	1,63	85,09	34.252,31
TOTAL (III) = (I + II)	13.695.000,00	15.597.240,79	1.580.400,05	12.544.073,06	2.095.758,03	11.998.342,92	100,00	76,93	3.598.897,87

FONTE:

Cordilheira Alta, 09/11/2012

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONAL	FLARI RAFAEL TRICHES	SILVANA MAGIONI FAVERO
PREFEITO	CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6	TÉCNICO EM CONTROLE INTERI

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	13.695.000,00	15.597.240,79	1.580.400,05	12.544.073,06	2.095.758,03	11.998.342,92	100,00	76,93	3.598.897,87
Legislativa	540.000,00	540.000,00	60.598,14	391.230,43	75.042,09	374.729,39	3,12	69,39	165.270,61
Ação Legislativa	540.000,00	540.000,00	60.598,14	391.230,43	75.042,09	374.729,39	3,12	69,39	165.270,61
Administração	1.860.000,00	1.731.600,00	163.156,52	1.554.329,74	241.445,86	1.423.196,31	11,86	82,19	308.403,69
Administração Geral	1.860.000,00	1.731.600,00	163.156,52	1.554.329,74	241.445,86	1.423.196,31	11,86	82,19	308.403,69
Segurança Pública	21.890,00	21.890,00	4.850,69	16.336,04	4.613,95	15.320,25	0,13	69,99	6.569,75
Policiamento	21.890,00	21.890,00	4.850,69	16.336,04	4.613,95	15.320,25	0,13	69,99	6.569,75
Assistência Social	494.661,50	522.939,84	48.479,63	288.207,30	52.140,20	281.192,61	2,34	53,77	241.747,23
Assistência Comunitária	494.661,50	522.939,84	48.479,63	288.207,30	52.140,20	281.192,61	2,34	53,77	241.747,23
Saúde	2.771.041,16	3.125.129,38	382.647,94	2.518.389,65	455.474,11	2.374.661,06	19,79	75,99	750.468,32
Atenção Básica	2.708.340,16	3.062.428,38	382.060,44	2.510.382,48	455.886,61	2.366.653,89	19,72	77,28	695.774,49
Vigilância Sanitária	51.756,00	51.756,00	587,50	587,50	587,50	587,50	0,00	1,14	51.168,50
Vigilância Epidemiológica	10.945,00	10.945,00	0,00	7.419,67	0,00	7.419,67	0,06	67,79	3.525,33
Educação	2.608.854,96	2.777.521,64	358.340,48	2.056.871,69	425.614,58	2.018.098,51	16,82	72,66	759.423,13
Alimentação e Nutrição	90.000,00	90.000,00	0,00	80.260,60	16.252,26	59.549,40	0,50	66,17	30.450,60
Ensino Médio	177.000,00	194.000,00	40.456,19	171.249,76	40.456,19	171.249,76	1,43	88,27	22.750,24
Ensino Superior	75.000,00	75.000,00	0,00	72.627,68	19.000,00	64.127,68	0,53	85,50	10.872,32
Educação Especial	28.000,00	28.000,00	0,00	24.400,00	9.900,00	24.400,00	0,20	87,14	3.600,00
Educação Básica	2.238.854,96	2.390.521,64	317.884,29	1.708.333,65	340.006,13	1.698.771,67	14,16	71,06	691.749,97
Cultura	336.189,00	336.189,00	39.754,34	253.636,74	41.625,94	226.220,06	1,89	67,29	109.968,94
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	49.000,00	49.000,00	0,00	25.974,11	0,00	2.623,11	0,02	5,35	46.376,89
Difusão Cultural	287.189,00	287.189,00	39.754,34	227.662,63	41.625,94	223.596,95	1,86	77,86	63.592,05
Direitos da Cidadania	12.000,00	12.000,00	1.585,00	7.047,49	4.603,84	7.047,49	0,06	58,73	4.952,51
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	12.000,00	12.000,00	1.585,00	7.047,49	4.603,84	7.047,49	0,06	58,73	4.952,51
Urbanismo	1.231.040,70	2.147.694,18	196.920,43	2.048.117,04	262.283,18	2.016.917,29	16,81	93,91	130.776,89
Infra-Estrutura Urbana	1.231.040,70	2.147.694,18	196.920,43	2.048.117,04	262.283,18	2.016.917,29	16,81	93,91	130.776,89
Habitação	101.000,00	21.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.000,00
Habitação Rural	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Urbana	21.000,00	21.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.000,00
Saneamento	405.000,00	445.689,99	20.752,02	441.709,48	45.074,18	350.145,71	2,92	78,56	95.544,28
Saneamento Básico Urbano	405.000,00	445.689,99	20.752,02	441.709,48	45.074,18	350.145,71	2,92	78,56	95.544,28

Continua 1/2

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	13.695.000,00	15.597.240,79	1.580.400,05	12.544.073,06	2.095.758,03	11.998.342,92	100,00	76,93	3.598.897,87
Agricultura	1.146.982,68	1.610.103,68	140.418,62	1.495.749,08	278.252,67	1.480.293,09	12,34	91,94	129.810,59
Extensão Rural	1.146.982,68	1.610.103,68	140.418,62	1.495.749,08	278.252,67	1.480.293,09	12,34	91,94	129.810,59
Indústria	1.100.000,00	1.054.000,00	0,00	453.599,61	0,00	453.599,61	3,78	43,04	600.400,39
Propriedade Industrial	1.100.000,00	1.054.000,00	0,00	453.599,61	0,00	453.599,61	3,78	43,04	600.400,39
Energia	111.639,00	111.639,00	21.819,17	91.819,17	30.431,33	75.602,51	0,63	67,72	36.036,49
Energia Elétrica	111.639,00	111.639,00	21.819,17	91.819,17	30.431,33	75.602,51	0,63	67,72	36.036,49
Desporto e Lazer	55.000,00	117.110,00	815,50	112.905,94	7.465,50	112.905,94	0,94	96,41	4.204,06
Desporto Comunitário	55.000,00	117.110,00	815,50	112.905,94	7.465,50	112.905,94	0,94	96,41	4.204,06
Encargos Especiais	899.701,00	1.022.734,08	140.261,57	814.123,66	170.690,60	788.413,09	6,57	77,09	234.320,99
Serviço da Dívida Interna	670.000,00	793.033,08	137.258,63	598.228,69	140.917,93	592.964,40	4,94	74,77	200.068,68
Outros Encargos Especiais	229.701,00	229.701,00	3.002,94	215.894,97	29.772,67	195.448,69	1,63	85,09	34.252,31
TOTAL (III) = (I + II)	13.695.000,00	15.597.240,79	1.580.400,05	12.544.073,06	2.095.758,03	11.998.342,92	100,00	76,93	3.598.897,87

FONTE:

Cordilheira Alta, 09/11/2012

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONAL	FLARI RAFAEL TRICHES	SILVANA MAGIONI FAVERO
PREFEITO	CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6	TÉCNICO EM CONTROLE INTERI

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2011 A OUTUBRO/2012

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2012
	Nov/2011	Dez/2011	Jan/2012	Fev/2012	Mar/2012	Abr/2012	Mai/2012	Jun/2012	Jul/2012	Ago/2012	Set/2012	Out/2012		
RECEITAS CORRENTES (I)	1.269.091,57	1.615.882,67	1.216.261,29	1.262.293,40	1.415.409,08	1.332.407,35	1.297.117,35	1.245.449,84	1.138.968,00	1.116.329,68	1.144.643,19	1.190.275,70	15.244.129,12	15.352.523,39
RECEITA TRIBUTÁRIA	61.653,20	96.143,16	41.077,03	59.008,74	278.049,43	74.105,33	63.481,80	42.122,57	76.971,94	39.762,87	30.631,13	71.593,59	934.600,79	843.470,47
I.R.T.U.	493,47	1.801,36	0,00	2.148,72	143.303,49	12.436,56	7.679,69	10.050,02	16.177,11	1.687,66	1.466,97	1.849,21	199.094,26	191.537,50
I.R.R.F.	5.376,67	38.489,39	8.654,42	8.737,13	10.480,11	9.876,16	10.142,48	0,00	19.638,84	0,00	0,00	31.030,83	142.426,03	72.237,00
I.S.S.	29.673,57	44.761,53	23.836,97	26.207,83	40.180,81	42.496,64	31.810,10	24.491,94	32.962,61	22.623,54	22.853,60	33.632,69	375.530,83	360.000,00
I.T.B.I.	7.546,75	3.200,00	1.400,00	5.906,00	600,00	2.400,00	5.600,00	3.626,24	1.783,42	10.276,04	2.000,00	1.864,80	46.203,25	90.000,00
Outras Receitas Tributárias	18.562,74	7.890,88	7.186,64	16.009,06	83.485,02	6.895,97	8.249,53	3.954,37	6.419,96	5.175,63	4.300,56	3.216,06	171.346,42	129.695,97
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	8.935,21	9.455,76	8.920,07	9.077,11	16.819,98	11.147,24	10.192,67	11.388,86	10.539,74	9.447,56	10.205,63	9.312,81	125.442,64	111.639,00
RECEITA PATRIMONIAL	13.297,80	14.992,40	13.616,83	12.957,47	13.748,09	7.300,47	8.447,64	6.110,51	5.526,26	4.911,18	3.126,78	3.050,53	107.085,96	72.326,70
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	17.647,50	24.107,57	17.447,09	25.629,79	21.596,45	23.336,16	21.492,85	21.887,96	20.990,58	19.275,17	17.033,33	20.996,14	251.460,59	282.536,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.157.774,19	1.466.161,88	1.130.378,07	1.144.386,60	1.079.183,63	1.211.439,69	1.189.772,90	1.160.170,48	1.021.908,62	1.037.403,56	1.079.989,91	1.082.829,19	13.761.398,72	13.770.623,46
Cota-Parte do F.P.M.	407.763,82	685.720,81	430.985,75	521.342,74	354.074,98	446.250,60	499.099,71	425.906,21	318.052,52	350.964,29	307.088,59	325.988,39	5.073.238,41	5.280.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	538.247,49	546.915,72	514.451,34	448.495,15	484.724,09	507.462,26	456.407,53	471.600,45	456.755,86	457.205,36	530.607,19	497.646,72	5.910.519,16	5.820.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	21.529,57	12.274,44	18.990,33	32.129,05	39.546,59	40.673,53	40.953,94	41.192,58	49.038,27	49.790,82	42.567,47	54.218,01	442.904,60	454.589,63
Cota-Parte do ITR	115,15	59,25	106,66	0,00	0,00	39,60	196,33	24,18	52,59	26,77	823,20	3.382,32	4.826,05	1.435,55
Outras Transferências Correntes	78.782,16	104.892,94	64.611,46	43.468,31	98.320,94	108.878,51	86.691,75	117.850,72	101.984,95	79.373,81	90.262,93	94.703,24	1.069.821,72	903.006,55
Transferências da LC 61/1989	10.932,29	12.366,59	4.023,00	8.403,46	7.478,84	7.935,59	8.981,97	8.024,12	7.482,80	8.270,85	8.364,36	8.084,25	100.348,12	93.310,50
Transferências da LC 87/1996	2.690,79	2.690,79	2.521,15	2.521,15	2.518,85	2.518,85	2.518,85	2.518,85	2.518,85	2.518,85	0,00	5.037,70	30.574,68	38.281,23
Transferências do FUNDEB	97.712,92	101.241,34	94.688,38	88.026,74	92.519,34	97.680,75	94.922,82	93.053,37	86.022,78	89.252,81	100.276,17	93.768,56	1.129.165,98	1.180.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9.783,67	5.021,90	4.822,20	11.233,69	6.021,50	5.078,46	3.729,49	3.769,46	3.030,86	5.529,34	3.596,41	2.523,44	64.140,42	271.927,76
DEDUÇÕES (II)	196.243,50	209.579,55	194.215,43	202.578,11	177.668,47	200.975,91	201.631,45	189.853,09	166.779,97	173.755,11	177.889,97	178.871,26	2.270.041,82	2.337.523,39
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	196.243,50	209.579,55	194.215,43	202.578,11	177.668,47	200.975,91	201.631,45	189.853,09	166.779,97	173.755,11	177.889,97	178.871,26	2.270.041,82	2.337.523,39
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.072.848,07	1.406.303,12	1.022.045,86	1.059.715,29	1.237.740,61	1.131.431,44	1.095.485,90	1.055.596,75	972.188,03	942.574,57	966.753,22	1.011.404,44	12.974.087,30	13.015.000,00

FONTE:

Cordilheira Alta, 09/11/2012

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
PREFEITOFLÁRI RAFAEL TRICHES
CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 31 Ago 2012 (B)	Em 31 Out 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.537.897,64	1.213.777,44	1.098.545,16
DEDUÇÕES (II)	2.317.128,96	1.247.143,93	1.128.363,67
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.317.128,96	1.405.227,27	1.228.285,42
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	158.083,34	99.921,75
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-779.231,32	-33.366,49	-29.818,51
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-779.231,32	-33.366,49	-29.818,51

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2012 (C - A)
VALOR	3.547,98	749.412,81

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-210.000,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 31 Ago 2012 (B)	Em 31 Out 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Cordilheira Alta, 09/11/2012

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
PREFEITO

FLARI RAFAEL TRICHES
CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	12.942.673,30	1.971.980,35	10.416.140,35	10.308.995,87
Receita Tributária	843.470,47	102.224,72	776.804,43	878.232,87
I.P.T.U.	191.537,50	3.316,18	196.799,43	198.975,83
I.S.S.	360.000,00	56.496,29	301.095,73	325.035,66
I.T.B.I.	90.000,00	3.864,80	35.456,50	171.577,36
I.R.R.F.	72.237,00	31.030,83	98.559,97	70.322,72
Outras Receitas Tributárias	129.695,97	7.516,62	144.892,80	112.321,30
Receita de Contribuição	111.639,00	19.518,44	107.051,67	101.077,66
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	111.639,00	19.518,44	107.051,67	101.077,66
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	72.326,70	6.177,31	78.795,76	117.060,77
(-) Aplicações Financeiras	72.326,70	6.177,31	78.795,76	117.060,77
Transferências Correntes	11.433.100,07	1.806.057,87	9.273.243,88	9.031.141,70
F.P.M.	4.224.000,00	506.461,66	3.183.803,34	3.119.072,31
I.C.M.S.	4.656.000,00	822.603,32	3.860.285,62	3.857.325,86
Convênios	130.000,00	34.238,00	151.871,00	124.852,00
Outras Transferências Correntes	2.423.100,07	442.754,89	2.077.283,92	1.929.891,53
Demais Receitas Correntes	554.463,76	44.179,32	259.040,37	298.543,64
Dívida Ativa	35.170,88	1.400,85	24.710,88	42.228,67
Diversas Receitas Correntes	519.292,88	42.778,47	234.329,49	256.314,97
RECEITAS DE CAPITAL (II)	680.000,00	8.859,06	304.629,62	1.739.112,46
Operações de Crédito (III)	600.000,00	0,00	0,00	1.464.747,56
Amortização de Empréstimos (IV)	80.000,00	8.859,06	44.126,93	62.921,16
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	65.090,23	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	195.412,46	211.443,74
Convênios	0,00	0,00	195.412,46	211.443,74
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	0,00	195.412,46	211.443,74
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	12.942.673,30	1.971.980,35	10.611.552,81	10.520.439,61

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
DESPESAS CORRENTES (VIII)	12.230.571,75	1.888.548,49	9.679.399,35	7.969.635,07
Pessoal e Encargos Sociais	5.608.079,00	875.339,74	4.189.263,12	3.751.187,79
Juros e Encargos da Dívida (IX)	240.000,00	25.685,65	153.611,92	72.141,40
Outras Despesas Correntes	6.382.492,75	987.523,10	5.336.524,31	4.146.305,88
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	11.990.571,75	1.862.862,84	9.525.787,43	7.897.493,67
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	3.366.669,04	207.209,54	2.318.943,57	2.880.054,04
Investimentos	2.793.635,96	91.977,26	1.879.591,09	2.723.024,13
Inversões Financeiras	20.000,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	20.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	553.033,08	115.232,28	439.352,48	157.029,91

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	3.366.669,04	207.209,54	2.318.943,57	2.880.054,04
Amortização da Dívida (XIV)	553.033,08	115.232,28	439.352,48	157.029,91
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	2.813.635,96	91.977,26	1.879.591,09	2.723.024,13
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	14.804.207,71	1.954.840,10	11.405.378,52	10.620.517,80
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VI - XVIII)	-1.861.534,41	17.140,25	-793.825,71	-100.078,19
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	1.474.852,77	1.650.688,19
Superávit Financeiro	-	-	1.474.852,77	1.650.688,19
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL

VALOR CORRENTE

META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

420.084,44

FONTE:

Cordilheira Alta, 09/11/2012

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
PREFEITO

FLARI RAFAEL TRICHES
CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

PEGAS 
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais - CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CRES e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Coronel Martins

PREFEITURA

Decreto Nº. 144, de 18 de Outubro de 2012.

DECRETO Nº. 144, DE 18 DE OUTUBRO DE 2012.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64 Lei do Plano Plurianual nº. 563, de 13/10/2011, Lei da LDO nº. 564, de 09/11/2011, Lei Orçamentária Anual nº. 567, de 14/12/2011, e pelo Artigo 94 da Lei Orgânica do Município de Coronel Martins, de 12/12/2005.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 74.078,00 (setenta e quatro mil e setenta e oito reais), na Prefeitura Municipal, na seguinte programação de despesa:

03.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS

04.122.0004.2.003 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Classificação Descrição Fonte Valor R\$

3.3.50.00.00 Aplicações Diretas 01.0000 19.078,00

Total do Crédito Suplementar 19.078,00

05.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

26.782.0039.2.044 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES RODOVIARIAS

Classificação Descrição Fonte Valor R\$

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas 01.0000 55.000,00

Total do Crédito Suplementar 55.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar constante no art. 1º fica anulado o valor de R\$ 74.078,00 (setenta e quatro mil e setenta e oito reais) no orçamento da Prefeitura Municipal de Coronel Martins, na seguinte programação de despesa:

03.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS

04.122.0004.2.003 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Classificação Descrição Fonte Valor R\$

3.1.90.00.00 Aplicações Diretas 0100.000000 19.078,00

Total do Crédito Suplementar 19.078,00

05.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

26.782.0039.2.044 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES RODOVIARIAS

Classificação Descrição Fonte Valor R\$

3.1.90.00.00 Aplicações Diretas 01.0000 55.000,00

Total do Crédito Suplementar 55.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 18 de outubro de 2012.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Decreto Nº. 151, de 24 de Outubro de 2012.

DECRETO Nº. 151, DE 24 DE OUTUBRO DE 2012.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS DE REPASSE AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64 Lei do Plano Plurianual nº. 563, de 13/10/2011, Lei da LDO nº. 564, de 09/11/2011, Lei Orçamentária Anual nº. 567, de 14/12/2011, e pelo Artigo 94 da Lei Orgânica do Município de Coronel Martins, de 12/12/2005.

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar pelo provável excesso de arrecadação de recursos oriundos de repasse ao Fundo Municipal de Saúde, na fonte 0.1.0064 - 17 NASF no valor de 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) e fonte 01.0064 - 22 PMAQ no valor de R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais), de acordo com o demonstrativo abaixo.

(A) Orçados 2012	(B) Previsão para Arrecadação	(A-B) Provável Excesso
0,00	48.000,00	48.000,00
0,00	39.000,00	39.000,00

Art. 2º Os recursos do provável excesso de arrecadação nas fontes 01.0064 - 17 NASF no valor de 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) e fonte 01.0064 - 22 PMAQ no valor de R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais) oriundos de repasse ao Fundo Municipal de Saúde serão utilizados na seguinte programação de despesa:

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0053.2.016 MANUTENÇÃO DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL

Categoria	Descrição	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0064 17	48.000,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	01.0064 22	39.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 18 de outubro de 2012.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Decreto Nº. 156, de 01 de Novembro de 2012.

DECRETO Nº. 156, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, resolve;

NOMEAR:

Art. 1º O Servidor Público Municipal abaixo relacionado ocupante do seu respectivo Cargo em Comissão, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, a partir de 01 de Novembro de 2012:

NOME	CARGO
Fabiano Joton	Assessor de Planej. Orç. E Finanças

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 01 de Novembro de 2012.
DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado e registrado em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Decreto Nº. 157, de 01 de Novembro de 2012.

DECRETO Nº. 157, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012.
AUTORIZA SERVIDOR PUBLICO A CONDUIZIR VEÍCULO DA MUNI-
CIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina,
no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 94
da Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;
Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e
da legalidade, resolve;

AUTORIZAR:

Art. 1º O Servidor Público Municipal, abaixo nominado , a con-
duzir os veículos da frota Municipal, quando a serviço do Poder
Executivo.

NOME DO SERVIDOR	CARGO
Fabiano Joton	Assessor de Planej. Orçamento e Finanças

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
01 de novembro de 2012.
DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 127, de 05 de Novembro de 2012.

PORTARIA Nº. 127, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2012.
CONCEDE AFASTAMENTO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina,
no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso b
do Artigo nº 92 da Lei Complementar Municipal Nº 005/2003 de
14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município;

CONCEDER:

Art. 1º Afastamento ao Servidor Público Municipal Avenir Cecatto
- ocupante do cargo de Vigia, por 08 (oito) dias, a partir do dia
05 de Novembro de 2012, por motivo do falecimento de sua sogra
Sra. Rosalina Ercico Gosch, ocorrido às 10:00 hs do dia 05/11/20.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,
com efeitos retroativos a 05 de Novembro de 2012.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 05 de novembro de 2012.
DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal.

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 128 de 05 de Novembro de 2012

PORTARIA Nº. 128 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2012.
CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OU-
TRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal , de Coronel Martins, Estado de Santa Catari-
na, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo
65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Or-
gânica do Município, de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralida-
de pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias a Servidora abaixo relacionada, no período e refe-
rência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 05/11/2012 à
04/12/2012.

Nome	Cargo	Referência
Nilce Cassol	Dirtr Ger.Financ,e conta- bilidade	02/03/2010 á 01/03/2011

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 05 de
Novembro de 2012.
DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 129, de 06 de Novembro de 2012.

PORTARIA Nº. 129, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012.
REQUISITA O RETORNO AO SERVIÇO DE SERVIDORA QUE EN-
CONTRA-SE EM GOZO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina,
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralida-
de pública, da legalidade e do interesse público;

REQUISITAR:

Art. 1º O retorno ao serviço da Servidora, Sra. Nilce Cassol, ocu-
pante do Cargo de Diretor Geral de Finanças e Contabilidade, a
partir do dia 05 de Novembro de 2012, em virtude da falta de
profissional na área, junto ao setor contábil e financeiro da Admi-
nistração Municipal.

Parágrafo único - Anote-se em sua ficha funcional o direito ao gozo
do saldo de férias, em data posterior a ser determinada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 06 de Novembro de 2012.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 130 de 08 de Novembro de 2012.

PORTARIA Nº. 130 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2012.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias aos Servidores abaixo relacionados, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 16/11/2012 à 15/12/2012.

Nome	Cargo	Referência	
Sandro Luis de Freitas	Professor III	05/05/2011 05/08/2012	á
Loreci G. Pozzer	Professor II	01/07/2011 30/06/2012	á
Adriana Madella Burato	Professor III	01/07/2011 30/06/2012	á
Vandra C. de Oliveira	Professor III	13/07/2011 12/07/2012	á

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 08 de Novembro de 2012.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Prefeitura Municipal de Coronel Martins

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO PM N. 043/2012

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PM N. 010/2012

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Edital Pregão Presencial PM n. 010/2012, até às 08:30 horas do dia 28 de novembro de 2012, e farão abertura das mesmas às 09:00 horas do mesmo dia. Constitui-se objeto da presente licitação a seleção de propostas para contratação de empresa para aquisição de equipamentos e mobiliário para abastecer a creche tipo c- do município de Coronel Martins-sc, no âmbito do Programa Nacional De Reestruturação E Aparelhagem

Da Rede Escolar Pública De Educação Infantil- Proinfância, Conforme Convênio Nº 656383/2009, celebrado entre o Fundo Nacional E Desenvolvimento Da Educação - FNDE e o Município De Coronel Martins/SC. tipo menor preço por lote, de acordo com as regras do Edital, conforme dispõe as Leis n. 8.666/93 consolidada, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, e no que couber a legislação aplicável. A íntegra o Edital e de mais documentos poderão ser obtidos junto à sede do Município de Coronel Martins - SC, sito à Rua Porto Alegre n. 47, Telefone (49) 3459-0011.

Coronel Martins - SC, 09 de novembro de 2012.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Coronel Martins - SC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS - SC

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº: 16/2012

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2012

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE LIVROS EDUCATIVOS COM TEMAS VOLTADOS A PREVENÇÃO DE DOENÇAS, ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL, AMBIENTE FAMILIAR, MALEFÍCIOS DAS DROGAS, COLETA E DESTINAÇÃO DE LIXO, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, DIREITO DAS CRIANÇAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, torna público a Inexigibilidade de Licitação para Contratação de empresa para o fornecimento de livros educativos com temas voltados a prevenção de doenças, alimentação saudável, ambiente familiar, malefícios das drogas, coleta e destinação de lixo, violência doméstica, direito das crianças, de acordo com o art. 25, I, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 8666/1993), em decorrência da inviabilidade de competição para o objeto licitado.

CONTRATADA: EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA

VALOR: R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais)

Coronel Martins - SC, 01 de novembro de 2012.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto de Contrato

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: NOVEMBRO/2012 NÚMERO CONTRATO: 121/2012

VALOR TOTAL CONTRATO: R\$46.491,00 (quarenta e seis mil quatrocentos e noventa e um reais)

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 07/11/2012

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento consiste na seleção de propostas para contratação de empresa para efetuar serviço de recuperação e substituição de peças de CAMINHÃO BASCULANTE FORD CARGO 6X4, ANO 2008, PLACAS MFZ-0926 e ROLO COMPACTADOR, conforme descrito no edital PM n. 042/2012.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CNPJ nº. 00.412.710/0001-29

CONTRATADO: VILAMIR VALMOR ROMANOSKI ME

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2012.

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do Quarto Termo Aditivo Nº. 045/2012 de Contrato de 30 de Outubro de 2012.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº. 045/2012 DE CONTRATO DE 30 DE OUTUBRO DE 2012.

MÊS/ANO: OUTUBRO/2012 NÚMERO CONTRATO: 048/2010

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 24/02/2010

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Primeira do Contrato nº. 048, de 24 de fevereiro de 2010.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

A Cláusula primeira do Contrato de Permissão de Uso a Título Precário de Bens Públicos Municipais Nº 048 de 24 de Fevereiro de 2010, passará a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - O presente Contrato tem o objetivo Permitir o Uso de Bens Móveis e imóveis à PERMISSIONÁRIA, abaixo relacionados, de propriedade do Município de Coronel Martins- SC, para uso exclusivo da referida cooperativa.

Código controle patrimonial	Descrição do Bem
699(3703)	Carteira escolar em fórmica.
718(3704)	Carteira escolar em fórmica.
732(3711)	Carteira escolar em fórmica.
972	Carteira escolar em fórmica cor creme.
1049	Carteira escolar em fórmica.
1189	Carteira escolar em fórmica cor creme.
74	Estante em madeira 24 prateleiras, empenho nº. 558.A 1994D 29/13/1994 depósito biblioteca em 10/03/2008 CFE pedido de transferência.
2401	Mesa p/ corte tecido, estrutura tubular preto, tampo medindo 270x180x25 mt, MDF Recaflex.
2402	Mesa em MDF pós estrutura, com estrutura branca em madeira de pinheiro, , de 240x180x15 mt, Recaflex.
2403	Mesa em madeira estrutura branca de 210x80 Recaflex
2404	Mesa em MDF, com estrutura em madeira de pinheiro, branca de 080x0,45 Recaflex
2405	Mesa em MDF, com estrutura em madeira de pinheiro, branca de 080x0,45 Recaflex
2406	Mesa em MDF, com estrutura em madeira de pinheiro, branca de 080x0,45 Recaflex
516	Armário em madeira 6 portas, 12 gavetas em vernis empenho nº. 70ª 1993 de 15/02/1993.
2408	Mesa em MDF, com estrutura em madeira de pinheiro, branca de 080x0,45 Recaflex
2409	Maquina de costura Industrial Overlok, 4 fios, alta rotação Lanmax, cód. produto GM288-4
2410	Maquina de costura Industrial Overlok, 4 fios, alta rotação Lanmax, cód. produto GM288-4
2411	Galoneira, 2 volantes Lanmax. cód. Produto LM 31016-5
2412	Reta lançadeira grande Lanmax, cód. Produto LM5400
2413	Talhadeira de tecido 4. cód. Produto LM 100
2416	Ferro elétrico a vapor, industrial Takasa, 220 w
2417	Elastiqueira Industrial, 12 fios c/ catraca, Melco, cód. Produto MC 6512PMB
3428	Maquina de costura interlock, marca MANMAX, costura larga pesada, 05 (cinco) fios com motor 400W 3740 RPM, com gabinete tipo estante e 20(vinte) agulhas, aquisição através do empenho nº. 460 e 461 de 2008 de 13/03/2008 prefeitura Secretaria do Desenvolvimento econômico Social.

3429	Maquina de costura interlock, marca MANMAX, costura larga pesada, 05 (cinco) fios com motor 400W 3740 RPM, com gabinete tipo estante e 20(vinte) agulhas, aquisição através do empenho nº. 460 e 461 de 2008 de 13/03/2008 prefeitura Secretaria do Desenvolvimento econômico Social.
3430	Maquina de costura perpontadeira, marca LANMAX, com duas agulhas lançadeira grande barra delegável com motor 400W 1740 RPM, com gabinete tipo estante, com aparelho vivo gelasio e 20 agulhas, aquisição através do empenho nº. 460 e 461 de 2008 de 13/03/2008 prefeitura Secretaria do Desenvolvimento econômico Social.
3431	Maquina de costura reta transportes, modelo LANMAX, simples lançadeira grande, motor 400W 3740 PPM, com gabinete tipo estante e 20(vinte) agulhas e com 4 (quatro) aparelhos caçadores com guia marca gelasio, aquisição através do empenho nº. 460 e 461 de 2008 de 13/03/2008 prefeitura Secretaria do Desenvolvimento econômico Social.
3432	Maquina de costura traveti eletrônica, motor diret drive com sistemas de placas blindado em alumínio, área de trabalho (40 x 30) mm velocidade ajustável 49 padrões pré - programados e 50 disponíveis na memória para gravação de costuras especiais interruptor de parada, lubrificações automáticas marca MANMAX, com gabinete tipo estante e 20(vinte) agulhas, aquisição através do empenho nº. 460 e 461 de 2008 de 13/03/2008 prefeitura Secretaria do Desenvolvimento econômico Social.
3433	Maquina de costura reta eletrônica, marca MANMAX, transparente simples lançadeira grande, com motor servo POWERMAX, com gabinete tipo estante com 20(vinte) agulhas e com 01 (um) aparelhos de cóis para elatiqueira 12 (doze) agulhas, e com 07 (sete) aparelhos de Cóis gelasio, aquisição através do empenho nº. 460 e 461 de 2008 de 13/03/2008 prefeitura Secretaria do Desenvolvimento econômico Social.
3434	Maquina de costura reta eletrônica, marca MANMAX, transparente simples lançadeira grande, com motor servo POWERMAX, com gabinete tipo estante com 20(vinte) agulhas e com 01 (um) aparelho de cóis para elastiqueira 12 (doze) agulhas, e com 07 (sete) aparelhos de cóis gelasio, aquisição através do empenho nº. 460 e 461 de 2008 de 13/03/2008 prefeitura Secretaria do Desenvolvimento econômico Social.
1875	Balcão pia em fórmica 3 portas 3 gavetas bacia em mármore 1 cuba.
0491	Bebedouro marca Everest
2242	Mesa infantil arco íris, redonda em formica branca
4441	Maquina de costura industrial SIRUBA Overlok 737k-504m2-04, velocidade 7500RPM, ponto 3,6mm, agulha DCX27-11, 23036487, motor importado monofásico Nippon Special, tampo e estante para sobrepor a máquina e motor.
4442	Maquina de costura industrial SIRUBA Overlok 737k-504m2-04, velocidade 7500RPM, ponto 3,6mm, agulha DCX27-11, 23037232, motor importado monofásico Nippon Special, tampo e estante para sobrepor a máquina e motor.
4443	Maquina de costura industrial SIRUBA Galoneira F007K-W122-364-FHA, plana, cobertura em geral, velocidade 6000, ponto 1, 23186586, motor importado monofásico DEL34HS, tampo e estante para sobrepor a máquina e motor.
4444	Maquina de costura Overlok
4445	Maquina de costura Overlok
4446	Maquina de costura para cobertura plena
4466	Cadeira para costura, estofada
4467	Cadeira para costura, estofada
4468	Cadeira para costura, estofada
4469	Cadeira para costura, estofada
4470	Cadeira para costura, estofada
4471	Cadeira para costura, estofada

4472	Cadeira para costura, estofada
4473	Cadeira para costura, estofada
4474	Cadeira para costura, estofada
4475	Cadeira para costura, estofada
4476	Cadeira para costura, estofada
4477	Cadeira para costura, estofada
4478	Cadeira para costura, estofada
4479	Cadeira para costura, estofada
4480	Cadeira para costura, estofada

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 07.208.046/0001-40

CONTRATADO: COOPER. DE PROD. E COM. PEDRA BRANCA

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2016

CÓDIGO MOEDA CONTRATADA:

Forquilha

PREFEITURA

Aviso de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 120/PMF/2012.

OBJETIVO: O presente Edital tem por objetivo a aquisição de mobiliário escolar, através de empresas do ramo pertinente, em atendimento às Escolas da Rede Municipal de Ensino de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 27 de novembro de 2012 às 10:00 horas.
EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou pelos telefones (48) 3463 8121 ou 3463 8122.

Forquilha, 09 de novembro de 2012.

VALDECIR TISCOSKI

Pregoeiro

Aviso de Licitação - Retificação do Edital

AVISO DE LICITAÇÃO - RETIFICAÇÃO DO EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/FMS/2012

O Poder Executivo do Município de Forquilha, no uso das atribuições legais, vem por meio desta publicação legal, retificar o Edital de Pregão Presencial nº. 24/FMS/2012 que tem por objetivo a contratação de empresas para aquisição de material médico e odontológico, para atendimento as unidades da rede municipal de saúde de Forquilha/SC, durante o exercício de 2013. A devida retificação se dá na data de abertura dos processos licitatórios. Em virtude dos fatos, considera-se nova data de abertura destes processos licitatórios conforme lei vigente.

Onde se lê: "Data de abertura: 22 de novembro de 2012, as 08:00 horas."

Leia-se: "Data de abertura: 28 de novembro de 2012, as 08:00 horas."

Edital alterado e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município

de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou pelos telefones (48) 3463 8121 ou fone/fax 3463 8123.

Forquilha, 09 de novembro de 2012.

VALDECIR TISCOSKI

Pregoeiro

Distrato do Contrato Nº 52/PMF/2012

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

DISTRATO DO CONTRATO Nº. 052/PMF/2012

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHA

CONTRATADO - RÁDIO ONDA JOVEM FM

DO OBJETO - Prestação de serviços de emissoras de radiodifusão em ondas médias (AM) e frequência modulada (FM) com objetivo de prestar de serviços de veiculação de informativos e programas institucionais da Prefeitura Municipal de Forquilha.

DATA DA ASSINATURA - 15 de outubro de 2012.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

Portaria Nº 2196/2012

PORTARIA Nº 2.196, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2012.

Revoga a Portaria n.º 2.192 de 07 de Novembro de 2012

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria n.º 2.192 de 07 de novembro de 2012, que nomeou a servidora LUCIANE ELOY DE ANDRADE, brasileira, separada judicialmente, inscrita no CPF sob o nº 987.835.059.20, no cargo de provimento efetivo de INSTRUCTOR DE TRABALHOS MANUAIS, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de novembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2197/2012

PORTARIA N.º 2.197 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2012.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0028 de 17 de agosto de 2012 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS para atender excepcional interesse público;

Considerando que, estará substituindo a agente de serviços gerais LUCI CAMPOLIM FERREIRA, que se encontra afastada em auxílio doença;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação do serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, CLENIR GONZAGA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 041.526.769-22, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 12 de novembro de 2012 até 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de novembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2198/2012

PORTARIA N.º 2.198, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2012.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato de IRENE SCHEFFER PERACHI PEROZA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 732.781.739-53, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 08 de novembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de novembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2199/2012

PORTARIA N.º 2.199 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2012.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0028 de 17 de agosto de 2012 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, para atender excepcional interesse público;

Considerando que, estará substituindo a auxiliar de alimentação e nutrição MARIA ROSENIL DA SILVA DIAS, que se encontra afastada em auxílio doença;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação do serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, JOCEMARA PEREIRA DA CRUZ, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 064.035.949-31, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 13 de novembro de 2012 até 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de novembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Aviso de Inexigibilidade de Licitação Nº 0039/2012

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0260/2012

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0039/2012 - PMF

Objeto: Contratação de curso para diretores de unidades escolares, com o tema: "motivacional: aprendendo a relaxar despertando a alegria", com carga horária de 08 horas, no dia 12 de novembro de 2012 a ser realizado na cidade de Videira/SC. Contratado: Professor Humberto Luiz Dal Pizzol inscrito no CPF sob nº 543.680.659-72 Valor e pagamento: R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais) até 19/11/2012 mediante emissão da nota fiscal. Fundamento Legal: Art. 25, inc. II c/c o art. 13, VI, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Fraiburgo(SC), 09 de novembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

Aviso de Licitação Pr88/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 88/2012

O Município de Garopaba torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando o Registro de preços para aquisição parcelada de materiais de enfermagem para atender a Secretaria de Saúde deste Município. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até as 13h55min do dia 28/11/2012.

A sessão se dará a partir das 14h00min do dia 28/11/2012, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no site www.garopaba.sc.gov.br

Garopaba, 08 de novembro de 2012.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Edital de Convocação N.º 008/2012

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 008/2012

CONSIDERANDO, que foi encaminhada convocação por correspondência registrada, sem que houvesse resposta,

O Prefeito Municipal de Garopaba, no uso das atribuições conferidas pela legislação pertinente,

1. CONVOCA os candidatos abaixo relacionados aprovados no Concurso Público n.º 001/2009, a comparecerem na Prefeitura Municipal de Garopaba, na Diretoria de Recursos Humanos, no prazo imprerível de 05 (cinco) dias corridos, contados da publicação do presente Edital:

a. NELSON RICARDO NEVES DE MIRANDA - 001814 - Técnico em Enfermagem;
b. FRANCIELE JACINTO COAN - 001899 - Enfermeiro.

2. O não comparecimento será anotado no processo como a desistência do candidato.

3. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 09 de Novembro de 2012
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC em 12/11/2012

Gaspar**PREFEITURA****Decreto Nº 5.236, de 06 de Novembro de 2012.**

DECRETO Nº 5.236, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012.
SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, inciso V, da Lei Municipal nº 3.381, de 02 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado, por excesso de arrecadação, nos valores indicados, os saldos das seguintes dotações do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Órgão: 4 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 7 EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL

Funcional Programática: 00012.00361.00010 Gestão de Educação de Ensino Fundamental

Projeto: 1.100177 Aquisição de Material Permanente

Dotação: 553 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas R\$ 210.673,20

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 06 de novembro de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 5.237, de 06 de Novembro de 2012.

DECRETO Nº 5.237, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012.

NOMEIA SERVIDORA QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e artigo 10º e seguintes da Lei Municipal nº 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2012, aprovada para o cargo abaixo especificado, com carga horária e lotação conforme segue:

Nome	Cargo	C/H	Colocação	Lotação
GABRIELE ALMEIDA DE ABREU	Enfermeira ESF	40	09º	Secretaria de Saúde

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 06 de novembro de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 5.238, de 08 de Novembro de 2012.

DECRETO Nº 5.238, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2012.

EXONERA DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA ADJUNTA ADMINISTRATIVA, A SERVIDORA JOYCE DAYANE STARKE.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a partir de 12 de novembro de 2012, a servidora JOYCE DAYANE STARKE, portadora do CPF nº 027.588.469-42, do cargo de Diretora Adjunta Administrativa, a qual foi nomeada pelo Decreto nº 4.375/2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 08 de novembro de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº 2.907, de 05 de Novembro de 2012.

PORTARIA Nº 2.907, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2012.

COLOCA À DISPOSIÇÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, A SERVIDORA ROSIRES DEFRAYN.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Colocar a servidora ROSIRES DEFRAYN, ocupante do cargo em provimento efetivo de Merendeira/Servente, lotada com 40 horas semanais na SEMED - Secretaria Municipal de Educação, à disposição, com 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 2.808/2012.

Gaspar, 05 de novembro de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº 2.908, de 05 de Novembro de 2012.

PORTARIA Nº 2.908, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2012.

COLOCA À DISPOSIÇÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, A SERVIDORA JOCIMARA KVIATKOVSKI DE OLIVEIRA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Colocar a servidora JOCIMARA KVIATKOVSKI DE OLIVEIRA, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora, lotada com 40 horas semanais na EEB Zenaide S. Costa, à disposição, com 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria 2.848/2012.

Gaspar, 05 de novembro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº 2.909, de 08 de Novembro de 2012.

PORTARIA Nº 2.909, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2012.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 04/2012, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DA SERVIDORA JOCIMARA KVIATKOVSKI DE OLIVEIRA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº 1.305/91, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 27 de novembro de 2012, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº 04/2012, instaurada para apurar a responsabilidade da servidora JOCIMARA KVIATKOVSKI DE OLIVEIRA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 08 de novembro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2.910, de 08 de Novembro de 2012.

PORTARIA Nº 2.910, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2012.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 03/2012, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DE MARA APARECIDA ULIANO BUZZI.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº 1.305/91, e atendendo ao pedido formulado pela

Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 16 de novembro de 2012, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº 03/2012, instaurado para apurar a responsabilidade de Mara Aparecida Uliano Buzzi.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 08 de novembro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2.911, de 08 de Novembro de 2012.

PORTARIA Nº 2.911, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2012.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 02/2012, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DE JULIANA WACHS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº 1.305/91, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 02 de dezembro de 2012, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº 02/2012, instaurado para apurar a responsabilidade de Juliana Wachs.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 08 de novembro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

1º Termo de Alteração de Edital - 038/2012

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0116/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2012

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

TIPO: Menor preço unitário

OBJETO

Aquisição de Veículo Novo tipo Furgão 0 km (zero quilometro) com teto alto modelo igual ou superior a 2012, destinado a transformação em ambulância para uso do 2º Batalhão de Bombeiros Militar de Santa Catarina.

1º TERMO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL

Tendo em vista o requerimento da 2ª Companhia de Bombeiros Militar de Santa Catarina, de adequação do objeto licitado, com o intuito de ampliação da competitividade, para a seleção da proposta mais vantajosa para a administração municipal, e não oferecer qualquer espécie de cerceamento de participação altera-se as seguintes informações do edital em epígrafe que passam a vigorar com a seguinte redação:

23. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA:

23.1 O veículo, objeto desta licitação, deverá ser entregue pela empresa vencedora, em até 90 (noventa) dias após solicitação emitida pela Secretaria de Administração e Finanças interessada, no local por ela indicado.

Devido a alteração no item acima descritos, o qual afeta a apresentação da proposta altera-se a data de abertura da presente licitação para 23/11/2012 às 16h00min.

Os demais itens e condições que não foram alterados por força deste termo permanecem inalterados.

Herval d'Oeste (SC), 08 de novembro de 2012.

RUBENS ANTONIO CORREIA

Pregoeiro Oficial

Contrato Nº 050/2012

Estado de Santa Catarina

Município de Herval d'Oeste

EXTRATO CONTRATO Nº 050/2012 DE 23/10/2012

Contratante: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste.

Contratada: Viga Pavimentação e Obras Ltda.

OBJETO Executar em regime de empreitada por preço por Unitário, o serviço de recapeamento asfáltico nas Ruas Castro Alves e 31 de Março no município de Herval d'Oeste VALOR: 304.136,11 (trezentos e quatro mil cento e trinta e seis reais e onze centavos) DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento na seguinte rubrica orçamentária:

Atividade: Abertura e Pavimentação de Ruas e outras Obras

Elemento: 44900000

Conta: 08.0802.26.782.0024.1006

Reduzido: 76

Herval d'Oeste, em 23 de outubro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito

FELIPE RAMOS D'AGOSTINI

Pela contratada

Termo Aditivo Nº 044/2012

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal

CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38

Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro

CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE

Empresa: Andrade Construções Ltda.

CNPJ/MF Nº 03.377.072/0001-40

Rua Antonio Bevilaqua nº 30

CONTRATADA

TERMO ADITIVO Nº 044/2012 DE 1º DE NOVEMBRO DE 2012

Pelo presente instrumento , a Prefeitura Municipal de Herval

d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa Andrade Construções Ltda. pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Antônio Bevilaqua, 30, Centro, Herval D' Oeste CNPJ n. 03.377.072/0001-40, neste ato representado por seu Sócio, Senhor Simar José Rosa, brasileiro, Sócio Administrador, portador do CPF n 437.061.009-59 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Nº 052/2011, que tem por objeto a Construção da Creche/Escola Infantil tipo B do Programa Pró-Infância a ser instalada na Rua 1º de Janeiro, Bairro São Jorge, município de Herval d'Oeste, mediante sujeição às normas do Edital do Processo Licitatório nº 0061/2011, na Modalidade de Concorrência para Obras de Engenharia nº 001/2011, Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução da ordem de serviço nº 015/2011 bem como da vigência do contrato em epígrafe pelo período de 180 dias contados da publicação de extrato do presente termo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, parágrafo 1º incisos II e IV da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 1º de novembro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito

CPF: 400.687.069-87

Contratante

SIMAR JOSÉ ROSA

Sócio Administrador

CPF: 437.061.009-59

Contratada

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA

CPF: 687.857.399-87

YASMIN LAÍS RIBAS

CPF: 076.591.479-43

Termo de Rescisão Nº 002/2012

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE

Unidades Gestora: "PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE"

CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38

Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro

Contratante

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE

Empresa: RÁDIO LÍDER DO VALE LTDA.

CNPJ/MF Nº 83.513.010/0001-58

Endereço: Rua Santos Dumont. Nº 193

Contratada

TERMO DE RESCISÃO Nº 002/2012 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2012

O Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, através da Unidade Gestora: "PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE", pessoa Jurídica de Direito Público, denominada de CONTRATANTE, inscrita no CNPJ nº 82.939.430/0001-38, estabelecida a Rua Nereu Ramos nº 389, representada neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Senhor NELSON GUINDANI, residente e domiciliado em Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF nº 501.589.459-72, no uso de suas atribuições, considerando que por razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificado, RESOLVE rescindir unilateralmente o Contrato nº 009/2012 que tem como objeto a contratação de Serviços Radiofônicos em emissoras de Amplitude Modulada (AM) e Frequência Modulada (FM), com abrangência comprovada na região de Herval d'Oeste, Visando a veiculação de campanhas institucionais, programa Bom dia Herval d'Oeste, da Prefeitura Municipal, Secretarias Municipais e Fundos Municipais durante o exercício de 2012, com a empresa RÁDIO LÍDER DO VALE LTDA., com sede administrativa na Rua Santos Dumont. Nº 193, na cidade de Herval D' Oeste, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 83.513.010/0001-58 obedecendo aos seguintes termos:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este termo aditivo tem por objeto a rescisão unilateral do Contrato nº 009/2012 de 06/03/2012 originalmente celebrado entre as partes inicialmente identificadas a partir da presente data em razões de interesse público

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo de rescisão é firmado com base na cláusula nona do contrato original, nos termos do artigo 78, inciso XII e artigo 79 inciso I da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES

É assegurado ao CONTRATADO o direito de percepção proporcional dos valores referentes a prestação dos serviços até 07/11/2012 inclusive, nos termos do contrato original, nada mais tendo as partes a reclamar ou a receber.

Para firmeza e validade do que ficou acima estabelecido, lavrou-se o presente termo que vai assinado pelo senhor prefeito municipal em 04 vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 07 de novembro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Termo de Rescisão Nº 003/2012

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Unidades Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste"
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro
Contratante

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Empresa: RÁDIO SOCIEDADE CATARINENSE LTDA.
CNPJ/MF Nº 84.587.302/0001-06
Endereço: AV. XV de Novembro, 608
Contratada

TERMO DE RESCISÃO Nº 003/2012 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2012

O Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina,

através da Unidade Gestora: "PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE", pessoa Jurídica de Direito Público, denominada de CONTRATANTE, inscrita no CNPJ nº 82.939.430/0001-38, estabelecida a Rua Nereu Ramos nº 389, representada neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Senhor NELSON GUINDANI, residente e domiciliado em Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF nº 501.589.459-72, no uso de suas atribuições, considerando que por razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificado, RESOLVE rescindir unilateralmente o Contrato nº 010/2012 que tem como objeto a contratação de Serviços Radiofônicos em emissoras de Amplitude Modulada (AM) e Frequência Modulada (FM), com abrangência comprovada na região de Herval d'Oeste, Visando a veiculação de campanhas institucionais, programa Bom dia Herval d'Oeste, da Prefeitura Municipal, Secretarias Municipais e Fundos Municipais durante o exercício de 2012, com a empresa RÁDIO SOCIEDADE CATARINENSE LTDA, com sede administrativa na AV. XV de Novembro, 608, na cidade de Joaçaba, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 84.587.302/0001-06 obedecendo aos seguintes termos:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este termo aditivo tem por objeto a rescisão unilateral do Contrato nº 010/2012 de 06/03/2012 originalmente celebrado entre as partes inicialmente identificadas a partir da presente data em razões de interesse público

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo de rescisão é firmado com base na cláusula nona do contrato original, nos termos do artigo 78, inciso XII e artigo 79 inciso I da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES

É assegurado ao CONTRATADO o direito de percepção proporcional dos valores referentes a prestação dos serviços até 07/11/2012 inclusive, nos termos do contrato original, nada mais tendo as partes a reclamar ou a receber.

Para firmeza e validade do que ficou acima estabelecido, lavrou-se o presente termo que vai assinado pelo senhor prefeito municipal em 04 vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 07 de novembro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Termo de Rescisão Nº 004/2012

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Unidades Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste"
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro
Contratante

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Empresa: MEIO OESTE COMUNICAÇÕES LTDA.
CNPJ/MF Nº 04.499.978/0001-09
Endereço: Rua Santos Dumont, 204, SL 03
Contratada

TERMO DE RESCISÃO Nº 004/2012 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2012

O Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, através da Unidade Gestora: "PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE", pessoa Jurídica de Direito Público, denominada de CONTRATANTE, inscrita no CNPJ nº 82.939.430/0001-38, estabelecida a Rua Nereu Ramos nº 389, representada neste ato pelo

seu Prefeito Municipal, Senhor NELSON GUINDANI, residente e domiciliado em Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF nº 501.589.459-72, no uso de suas atribuições, considerando que por razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificado, RESOLVE rescindir unilateralmente o Contrato nº 011/2012 que tem como objeto a contratação de Serviços Radiofônicos em emissoras de Amplitude Modulada (AM) e Frequência Modulada (FM), com abrangência comprovada na região de Herval d'Oeste, Visando a veiculação de campanhas institucionais, programa Bom dia Herval d'Oeste, da Prefeitura Municipal, Secretarias Municipais e Fundos Municipais durante o exercício de 2012, com a empresa MEIO OESTE COMUNICAÇÕES LTDA, com sede administrativa na Rua Santos Dumont, 204, SL 03, na cidade de Herval D' Oeste, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 04.499.978/0001-09 obedecendo aos seguintes termos:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este termo aditivo tem por objeto a rescisão unilateral do Contrato nº 011/2012 de 06/03/2012 originalmente celebrado entre as partes inicialmente identificadas a partir da presente data em razões de interesse público

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo de rescisão é firmado com base na cláusula nona do contrato original, nos termos do artigo 78, inciso XII e artigo 79 inciso I da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLAUSULA TERCEIRA - DOS VALORES

É assegurado ao CONTRATADO o direito de percepção proporcional dos valores referentes a prestação dos serviços até 07/11/2012 inclusive, nos termos do contrato original, nada mais tendo as partes a reclamar ou a receber.

Para firmeza e validade do que ficou acima estabelecido, lavrou-se o presente termo que vai assinado pelo senhor prefeito municipal em 04 vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 07 de novembro de 2012.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Ibiam

PREFEITURA

Termo Aditivo 01/12 ao Contrato Nº 056/2012

TERMO ADITIVO Nº 001/2012
CONTRATO Nº. 056/2012
PROCESSO LICITATORIO 031/2012
TOMADA DE PREÇO Nº 006/2012

Termo aditivo ao contrato público administrativo 056/2012, que celebram, O MUNICÍPIO DE IBIAM, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.612.745/0001-74, com sede na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, Ibiam, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Nelson Mario Grassi, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 25/R.229.246 e inscrito no CPF/MF sob o nº 032.655.959-00, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa CONSTRUTORA JOSÉ REINALDO LTDA, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 05.140.822/0001-91, com sede na Rua Rod. Airton Senna da Silva, nº 890A, Sala, Bairro São Cristovão, na cidade de Fraiburgo/SC, CEP: 89.580-000, neste ato representado por seu Sócio Adm. o Sr. Helder Regalin, CPF: 345.814.139-15, CI 10/C 547.220, de

ora em diante denominada de Contratado, pactuam o presente termo aditivo de prorrogação de vigência do contrato 056/2012, com amparo na Cláusula Segunda do contrato original. Resolvem pactuar este termo aditivo pelas cláusulas e condições a seguir:

Clausula Primeira: Fica prorrogada a vigência do contrato 056/2012, cuja vigência expira em 27 de Setembro de 2012. Passa a partir desta data a ter sua vigência ampliada para 31/03/2013.

Cláusula Segunda: As demais cláusulas e condições do Contrato original permanecem inalteradas.

E por estarem certos, firmam o presente Aditivo em três vias de igual teor, na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiam, 19 de Setembro de 2012.

NELSON MARIO GRASSI Prefeito Municipal CONTRATANTE	CONSTRUTORA JOSÉ REINALDO LTDA CNPJ: 05.140.822/0001-91 Sócio Adm.: Helder Regalin CONTRATADA
--	--

TESTEMUNHAS:

ALCINDO PEROSA CPF 37.904.409-49	SARA RINALDI VIECELLI CPF: 058.762.079-00
-------------------------------------	--

VAGNER FELIPE STIEHL - OAB/SC 16.340
Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

Termo Aditivo 02/12 ao Contrato 060/2012

TERMO ADITIVO Nº 002/2012
CONTRATO Nº. 060/2012
PROCESSO LICITATORIO 032/2012
TOMADA DE PREÇO Nº 007/2012

Termo aditivo ao contrato público administrativo 060/2012, que celebram, O MUNICÍPIO DE IBIAM, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.612.745/0001-74, com sede na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, Ibiam, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Nelson Mario Grassi, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 25/R.229.246 e inscrito no CPF/MF sob o nº 032.655.959-00, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa PLANATERRA TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 82.743.832/0001-62, com sede na Rua Blumenau, 20D - Bairro Lider, na cidade de Chapecó/SC, CEP: 89.805-430 neste ato representado por seu Gerente Comercial o Sr. Moacir Tiecher, CPF: 295.098.829-68, CI 12/R-564.131, residente na cidade de Chapecó/SC, de ora em diante denominada de Contratado, pactuam o presente termo aditivo de prorrogação de vigência do contrato 060/2012, com amparo na Cláusula Segunda do contrato original. Resolvem pactuar este termo aditivo pelas cláusulas e condições a seguir:

Clausula Primeira: Fica prorrogada a vigência do contrato 060/2012, cuja vigência expira em 22 de Setembro de 2012. Passa a partir desta data a ter sua vigência ampliada para 31/12/2012.

Cláusula Segunda: As demais cláusulas e condições do Contrato original permanecem inalteradas.

E por estarem certos, firmam o presente Aditivo em três vias de igual teor, na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiam, 20 de Setembro de 2012.

Nelson Mario Grassi	PLANATERRA TERRAP. E PAVIM.
---------------------	-----------------------------

LTDA Prefeito Municipal
CONTRATANTE

CNPJ: 82.743.832/0001-62
Sócio Adm.: Moacir Tiecher
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

ALCINDO PEROSA
CPF 37.904.409-49

SARA RINALDI VIECELLI
CPF: 058.762.079-00

VAGNER FELIPE STIEHL - OAB/SC 16.340
Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

Iomerê

PREFEITURA

Lei 703/2012

LEI N.º 703, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2012.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A RECEBER EM DOAÇÃO ÁREA DE TERRA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ANTONINHO BALDISSERA, Prefeito do Município de Iomerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art 88, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município de Iomerê, através do Chefe do Poder Executivo, autorizado a receber em doação da "Província Camiliana Brasileira", Organização Religiosa, inscrita no CNPJ/MF sob nº 52.029.139/0001-61, com sede em Pompéia, São Paulo, uma área de terra medindo 4.320 m² (quatro mil trezentos e vinte metros quadrados), localizada na cidade de Iomerê, a qual faz parte de área maior registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira, matrícula n. 8.195.

Parágrafo único. A área de terra a ser recebida em doação fora avaliada, através de comissão designada, em R\$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais).

Art. 2º Sobre a área de terra recebida em doação será locada uma rua, visando o acesso aos imóveis de propriedade do Município de Iomerê.

Art. 3º Em razão da doação, o Município obriga-se a não abrir rua projetada nas quadras "Q40" e "Q49", onde se encontra edificado o Seminário da doadora, na forma do anexo a presente lei, devendo referido encargo ser averbado no Registro Imobiliário.

Art. 4º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotação prevista no orçamento vigente.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Iomerê - SC, 07 de novembro de 2012.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

LEI N.º 703, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2012.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A RECEBER EM DOAÇÃO ÁREA DE TERRA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ANEXO

PLANTA LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE TERRA DOADA E DA ÁREA DE TERRA REFERENTE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER

Decreto 1355/2012

DECRETO Nº. 1355 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2012.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 659/2011 de 30 de novembro de 2011, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 659/2011 de 30 de novembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 21.368,78 (vinte e um mil trezentos e sessenta e oito reais setenta e oito centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

03.00 Secretaria de Administração e Finanças
03.01 Secretaria de Administração e Finanças
2006 Manutenção da Secretaria de Administração
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 7.000,00

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.01 Secretaria de Educação
2024 Transporte Escolar - Ensino Fundamental
33900000 Aplicações Diretas
101.00 Recursos de Impostos e Transferências de Impostos Educação
R\$ 8.875,22

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.02 Esporte
1032 Construção, Reformas de Quadras, Campos e Ginásios
44900000 Aplicações Diretas
124.00 Transferência de Convênios Outros
R\$ 5.493,56

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Excesso de arrecadação do exercício corrente referente ao rendimento de aplicação financeira da conta corrente B.B. S/A Ginásio Esporte - 5.460-7 e de recursos ordinários, e anulação da seguinte dotação orçamentária:

03.00 Secretaria de Administração e Finanças
03.01 Secretaria de Administração e Finanças
2006 Manutenção da Secretaria de Administração
44900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 7.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Iomerê - SC, 05 de novembro de 2012.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Irineópolis

PREFEITURA

Contrato N.º 21/2012 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO Nº. 21/2012

2º. Termo Aditivo ao Contrato n 16/2010, de Prestação de Serviços na Área Médica que entre si celebram o Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis e a empresa Procrifka Galvão & Cia Ltda. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO Facultado pelo artigo 57, inciso II da Lei n.º 8.666/93, consolidada e Cláusula Décima Segunda do Contrato n.º 16/2010-FMS, e Ofício nº 235/2012 do Senhor Nildo Juliano Kruger - Secretário Municipal da Saúde, fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência até 31.10.2013, podendo o mesmo ser rescindido antecipadamente, se houverem aprovados em Concurso Público, ou por requerimento de quaisquer das partes. CLAUSULA SEGUNDA Pela execução do objeto aditado, a Contratante pagará à Contratada, o valor de R\$ 560,00 (quinhentos e sessenta reais) por plantão de 12 horas efetivamente cumprido. CLÁUSULA TERCEIRA - Permanecem inalteradas as demais clausulas do mencionado instrumento contratual. E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 06 (seis) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 31 de outubro de 2012.
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS
Nildo Juliano Kruger
Gestor

Itapoá

PREFEITURA

Ata de Sessão-Chamamento Público Nº 03/2012

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2012 - CREDENCIAMENTO DE PRODUTOR RURAL, AGRICULTOR FAMILIAR, ASSOCIAÇÕES OU COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR.

DATA 08/11/2012 12H30MIN
Licitação/Modalidade DISPENSA

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 07/2012
PROC. Nº 82/2012
Nº 03/2012

OBJETO:

Chamamento público visando o Credenciamento de Produtor Rural, Agricultor Familiar, Associações ou Cooperativas da Agricultura Familiar visando posterior aquisição de Gêneros e Produtos alimentícios da Agricultura Familiar Rural para atender a alimentação escolar servida aos alunos da Rede Municipal de Ensino, em conformidade com o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal,

reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 1507/2012. Observado que o edital do certame foi publicado em Diário dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br no dia 19/03/2012 - DOM/SC - Edição nº 1109, pagina 52), mural público municipal, site do Município: www.itapoa.sc.gov.br com a finalidade de ampla divulgação. Iniciada a sessão os membros da CPL rubricaram o envelope de habilitação e proposta, os quais se encontravam devidamente lacrados. Protocolou o envelope da chamada pública o seguinte agricultor rural familiar na pessoa física a saber:

Protocolo	Nome	Data	Horário
3794/2012	EDIVALDO FRISANCO - CNPF: 054.971.209-70	07/11/2012	10h54min56s

Em seguida foi aberto o envelope do agricultor rural familiar, analisados todos os documentos e rubricados por todos os membros. Neste ato constatou-se que o licitante agricultor rural estava de acordo com o Edital, portanto considerados HABILITADO, nesta fase. Passando a fase seguinte foi aberto o Envelope de PROPOSTA, onde a mesma atendia as exigências do Edital, sendo o agricultor EDIVALDO FRISANCO considerado Credenciado para fornecer o seguinte item:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE	V.UNITÁRIO	V.TOTAL
01	Abacaxi perola in natura, maduro, frutos do tamanho médio, aroma e sabor, características da espécie, uniformes, sem ferimentos ou defeitos e firmes.	kg	350	3,23	1.130,50
02	Mel de abelha puro em sachê de 10gr. Isento de cristais açucarados.	kg	170	24,40	4.148,00
TOTAL: R\$ 5.278,50					

A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da mesma, que foi achada conforme. Ciente o licitante do resultado supra, fica o mesmo notificado e abrindo prazo de direito de recurso previsto no art. 109 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

ISABELA RAICIK DUTRA POHL
Presidente Da Cpl

JOSELENE G. N. CUNHA
Membro

GABRIELA DE MELO BARBERO
MEMBO ADOC

Extrato do Contrato Nº 53/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 53/2012

Contratante: Município de Itapoá-SC;

Contratada: EDIVALDO FRISANCO, produtor rural, grupo informal, com sede a Rua Estrada Geral do Sai Mirim, s/n, neste Município de Itapoá/SC, inscrito no CI.RG. 4362673 SSP/SC e do CNPJ/MF sob o nº. 054.971.209-70, Inscrição na DAP/PRONAF SDW0054971209702807100638.

Licitação: Chamada Pública nº 03/2012 - Dispensa de licitação nº 07/2012 - Processo nº 82/2012;

Objeto: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

educação básica pública matriculados nas escolas da Rede Municipal de ensino, verba FNDE/PNAE ano letivo de 2012, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada;

Valor total: R\$ 5.278,50 (cinco mil duzentos e setenta e oito reais e cinquenta centavos)

Orçamento: Órgão 13 - Fundo Municipal de Educação, Unidade 01 - Educação Fundamental, projeto/atividade: 2.087 - Merenda escolar, elemento 3.3.90, subelemento 3.3.90.30.07 - Gêneros de Alimentação, vínculo: 26001, ficha nº 04.

Órgão 13 - Fundo Municipal de Educação, Unidade 01 - Educação Fundamental, projeto/atividade: 2.087 - Merenda escolar, elemento 3.3.90, subelemento 3.3.90.30.07 - Gêneros de Alimentação, vínculo: 26001, ficha nº 46.

Órgão 13 - Fundo Municipal de Educação, Unidade 02 - Educação Infantil, projeto/atividade: 2.110 - Merenda Escolar creche, elemento 3.3.90, subelemento 3.3.90.30.07 - Gêneros de Alimentação, vínculo: 26003, ficha nº 32.

Órgão 13 - Fundo Municipal de Educação, Unidade 02 - Educação Infantil, projeto/atividade: 2.178 - Merenda Escolar Pré escola, elemento 3.3.90, subelemento 3.3.90.30.07 - Gêneros de Alimentação, vínculo: 26002, ficha nº 34.

Data da assinatura: 09/11/2012;

Data vigência contratual: O contrato iniciará na data da assinatura, e o seu término está condicionado a entrega do objeto ou até 31/12/2012

Itapoá, 09 de novembro de 2012.

MARIO ELOI TAVARES

Prefeito Municipal

Termo Aditivo N.º 49/2012 Que Visa Prorrogar o Contrato Administrativo N.º 70/2011. (4º Aditivo).

TERMO ADITIVO N.º 49/2012 QUE VISA PRORROGAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 70/2011. (4º aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michel Borges n.º 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela Chefe de Gabinete, a Sr.ª VERA LÚCIA EGGERT DA MAIA, portadora do CNPF/MF:637.008.169-87 e C.I. RG nº2.194.021 SSP/SC, e pelo Prefeito Municipal MÁRIO ELÓI TAVARES, brasileiro, casado, portador do RG nº 803.609-8 SSP/SC e CNPF/MF nº 183.607.699-15, residente e domiciliado à Av. Brasil, nº 2526, nesta cidade, neste Município de Itapoá/SC, e, de outro lado a Empresa VMZ CONSTRUTORA LTDA-ME, com sede à Rua Lateral da BR 101, Nº484, sala nº01, Bairro: São Cristóvão, CEP:88.390-000, na cidade de Barra Velha/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 10.725.870/0001-81 e Inscrição Estadual isento, representada neste ato por sócio administrador, a Sr. VALTER MARINO ZIMMERMANN, portador do CNPF/MF nº 050.678.129-15 e do CI.RG nº 301.523 SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo contratual que visa prorrogar o prazo de execução e vigência do objeto da Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimentos de materiais de construção para a edificação da sede própria da Câmara Municipal de vereadores de Itapoá/SC, conforme projeto básico e memorial descritivo, parte integrante do edital, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇO N.º 03/2011 - PROCESSO Nº 43/2011, de acordo com a lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

O presente termo visa prorrogar a vigência do contrato

administrativo n.º 70/2011 em 30 (trinta) dias, contados a partir do dia 26/10/2012, podendo ser renovado nos termos do art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de n.º 70/2011, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º 70/2011, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 26 de outubro de 2012.

CONTRATANTE

MUNICIPIO DE ITAPOÁ

MÁRIO ELÓI TAVARES

Prefeito Municipal

CONTRATADA

VMZ CONSTRUTORA LTDA-ME

VALTER MARINO ZIMMERMANN

CONTRATANTE

VERA LÚCIA EGGERT DA MAIA

CHEFIA DE GABINETE

Testemunhas:

Nome:

Nome :

CNPJ/MF:

CNPJ/MF:

Joaçaba

PREFEITURA

Lei Nº 4.275 de 08 de Novembro de 2012.

LEI Nº 4.275 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2012.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal de Joaçaba, autorizado a abrir crédito adicional na importância de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), destinado a suplementar as dotações abaixo descritas pertencentes ao orçamento municipal vigente da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTE:

ORGÃO 13: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTE
UNIDADE 01: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTE
Proj./Ativ. 2.002 Manutenção das Atividades Esportivas
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000-0-14 Aplicações Diretas
R\$ 4.550,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000-0-11 Aplicações Diretas
R\$ 39.800,00

ORGÃO 13: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTE



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

UNIDADE 01: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTE
Proj./Ativ. 2.003 Manutenção das Atividades Culturais
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000-0- 4 Aplicações Diretas R \$
1.000,00

ORGÃO 13: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTE
UNIDADE 01: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTE
Proj./Ativ. 2.080 Contribuição Patronal RPPS - FMCE
3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.000-0-1 Aplic Dir Op. entre órgãos
R\$ 14.500,00

ORGÃO 13: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTE
UNIDADE 01: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTE
Proj./Ativ. 2.081 Contribuição Patronal PLASS - FMCE
3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.000-0-2 Aplic Dir Op. entre órgãos
R\$ 150,00

Art. 2º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal de Joaçaba, autorizado a abrir crédito adicional na importância de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), destinado a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao orçamento municipal vigente da PREFEITURA DE JOAÇABA:

ORGÃO 02: Gabinete do Prefeito
UNIDADE 06: ASSESSORIA DE EVENTOS
Proj./Ativ. 2.023 Manutenção da Assessoria de Eventos
3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.000-0-23 Transf a Instituições Priv..R\$
150.000,00

Art. 3º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal de Joaçaba, autorizado a abrir crédito adicional na importância de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), destinado a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao orçamento municipal vigente do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

ORGÃO 16: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE 01: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj./Ativ. 2.077 Contribuição Patronal ao RPPS - FMAS
3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.000-0-33 Aplic. Direta Dec. Op. en
R\$ 30.000,00

ORGÃO 16: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE 01: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj./Ativ. 2.077 Contribuição Patronal ao PLASS - FMAS
3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.000-0-16 Aplic. Direta Dec. Op. en
R\$ 2.000,00

Art. 4º - Os créditos autorizados nos artigos anteriores serão cobertos com o recurso proveniente das anulações das dotações abaixo descritas, na mesma importância:

ORGÃO 16: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE 01: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj./Ativ. 2.071 Proteção Social - PETI/CREAS
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000-0-25 Aplicações Diretas
R\$ 142.000,00

ORGÃO 20: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
UNIDADE 01: SECRETARIA MUN. DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Proj./Ativ. 1.060 Aquisição de Terrenos para Área Industrial
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000-0-179 Aplicações Diretas
R\$ 50.000,00

ORGÃO 09: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
UNIDADE 01: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
Proj./Ativ. 1.030 Aquisição de máquinas e veículos para a frota municipal

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000-0-129 Aplicações Diretas
R\$ 50.000,00

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, em 08 de novembro de 2012.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Resolução Nº 013/2012-CMAS-Jba

Torna publico o Relatório de Visita Técnica às entidades. Serviços, programas, projetos e Benefícios Socioassistenciais no âmbito público e provado.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Joaçaba, no uso de suas atribuições, de acordo com o que estabelecem as Leis 8.742 de 07 de dezembro de 1993 e 2.340 de 22 de março de 1996 e as Resoluções do CNAS 109/2009 e 016 de 05 de maio de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º - Tornar publico o Relatório de Visita Técnica a ser utilizado pelo Conselho Municipal de Assistência Social de Joaçaba - CMAS, como instrumento de avaliação in loco das entidades, serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais a partir de 2012.

§ 1º - A visita técnica de que trata o caput deste artigo tem o caráter de avaliação in loco da infraestrutura da entidade, suas condições de trabalho, recursos humanos, forma de desenvolvimento dos serviços e público atendido

§ 2º. Os dados que serão avaliados constam do Anexo I desta Resolução

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogada a Resolução 008/2011-CMAS - Jba .

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Registre-se, publique-se.

Joaçaba (SC), em 30 de outubro de 2012.
DORVALINA LANGE
Presidente CMAS-Joaçaba

ANEXO I RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

1) IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE.

Nome: _____
CNPJ: _____
Endereço: _____ nº _____
Bairro: _____ Município: _____
Cep: _____
Telefone/fax: _____ e-mail: _____
Nome do representante legal: _____

2) CARACTERIZAÇÃO DAS OFERTAS DA ENTIDADE

- () Atendimento
- () Assessoramento e defesa e garantia de direitos

Qual a faixa etária do público-alvo atendido

- () de 0 a 6 anos () de 25 a 59 anos
- () de 7 a 14 anos () de 60 anos ou mais
- () de 15 a 24 anos

3) CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO (conforme Resolução CNAS nº 109/2009).

Serviços de Proteção Social Básica.



- () Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF;
 () Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
 () Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos.

Proteção Social Especial de Média Complexidade

- () Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos - PAEFI;
 () Serviço Especializado de Abordagem Social;
 () Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);
 () Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos (as) e suas Famílias;
 () Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

Proteção Social Especial de Alta Complexidade

- () Serviço de Acolhimento Institucional;
 () Serviço de Acolhimento em República;
 () Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;
 () Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências

Benefícios assistenciais eventuais (nos termos da Lei 8.742/1993 alterada pela Lei nº 12.435/2011

- () auxílio natalidade
 () auxílio funeral
 () vulnerabilidade temporária para enfrentamento de situações de riscos, perdas e danos a integridade da pessoa e/ou de sua família.
 () perdas e danos a integridade da pessoa e/ou de sua família.
 () calamidade pública

4) DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES.

OBS: Esta descrição tem por objetivo demonstrar se, na prática, a entidade desenvolve atividades com o público da Assistência social e de que forma está se dando o cumprimento dos objetivos e princípios da Política de Assistência Social, definidos pela LOAS. E, ainda, se os serviços ofertados estão de acordo com aqueles tipificados na Resolução CNAS nº 109/2010. Isto é, demonstrando a relação entre as atividades e o alcance da garantia das necessidades básicas do público atendido, bem como de sua promoção à cidadania. Tal descrição deverá apresentar tanto os aspectos positivos quanto os que faltam aprimorar.

5) RECURSOS RECEBIDOS PELA ENTIDADE.

- () Doações de Associados
 () Promoções próprias
 () Doações externas
 () Contribuições de Associados
 Outros? Quais: _____

Subvenção social

- () Repasse da União
 () Repasse estadual
 () Repasse municipal

OBS: _____

6) SITUAÇÃO SÓCIOECONOMICO DOS BENEFICIÁRIOS.

Renda familiar

- () Menos de 1 salário - nº _____
 () De 1 a 2 salários - nº _____
 () Acima de 2 salários - nº _____

Beneficiário atendido Nº () Em tempo integral, com vínculo familiar - nº _____

- () Em tempo integral, sem vínculo familiar - nº _____
 () Em meio período - nº _____
 () Abrigo - nº _____
 () Eventualmente - nº _____

7) CONDIÇÕES E FORMAS DE ACESSO.

8) PERÍODO DE FUNCIONAMENTO.

9) RECURSOS HUMANOS DA ENTIDADE.

Categoria profissional -

- () Assistente Social - nº _____
 () Advogado - nº _____
 () Psicólogo - nº _____
 () Monitor - nº _____
 () Área Administrativa - nº _____
 () Cozinheira - nº _____
 (Outros; _____

Citar _____

Voluntários: Quantos ? _____

Existe regulamentação dos mesmos na entidade? () Sim () Não

Existe contrato de voluntariado? () Sim () Não

10) PATRIMÔNIO.

Imóvel:

- () Alugado () Próprio () Cedido

Equipamentos:

- () Adequado () Inadequado

Veículos:

- () Não () Sim

Outros _____

Área total: _____

Área Construída: _____

Caso o equipamento seja inadequado fazer um relato acerca da situação.

11) OUTRAS INFORMAÇÕES.

DATA: ____/____/____

Assinatura do responsável

Extrato Homologação PL 04 PP 02/2012 FUNREBOM
 FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS
 AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
 PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 04/2012/FUNREBOM - PP 02/2012

O Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 04/2012 - PP 02/2012/



FUNREBOM, nos seguintes termos:

- Modalidade: PP 04/2012 - PP 02/2012/FUNREBOM

Objeto: a aquisição de 01 (um) veículo tipo picape leve, novo, para uso operacional do Corpo de Bombeiros Militar de Joaçaba, de acordo com as características mínimas descritas no Anexo I do presente Edital.

- Empresas Vencedoras:

CARBONI VEICULOS LTDA

- Valor Total: R\$ 31.400,00

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 08 de novembro de 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato Homologação PL 42 PP 24/2012 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 42/2012/FMS

O Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 42/2012/FMS - PP 24/2012 FMS, nos seguintes termos:

Objeto: a aquisição de medicamentos destinados à manutenção da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2012.

- Empresas Vencedoras:

CIRURGICA SANTA CRUZ COM. PROD. HOSPITALARES LTDA.

R\$ 2.275,00

DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA R\$ 8.235,00

MAURO MARCIANO COM. DE MEDIC. LTDA R\$ 2.730,20

S & R DISTRIBUIDORA LTDA R\$ 16.380,60

WERBRAN DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA R \$ 3.131,70

- Valor Total Contratado: 32.752,50 (trinta e dois mil, setecentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos).

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 08 de novembro de 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato Licitação Deserta CC 10/2012/PMJ - PL 82/2012/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA

NOTA DE LICITAÇÃO DESERTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 82/2012/PMJ

CC Nº 10/2012/PMJ

OBJETO: Permissão de uso de salas comerciais localizadas em imóveis de propriedade do Município de Joaçaba, em conformidade com as especificações descritas no Anexo I deste Edital.

Considerando o teor da ata nº 113/2012, emitida pela comissão de licitações em 08/11/2012, onde se constatou não acudirem interessados em participar do processo licitatório, o Poder Público Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação pertinente, atendendo aos pressupostos da lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, resolve declarar:

1. DESERTO o presente processo licitatório, bem como determinar e extinção do mesmo.

Joaçaba (SC), 08 de novembro de 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito

PLASS

Extrato Termo de Adesão Nº 38/2012/PLASS

PLASS

Extrato TERMO DE ADESÃO Nº 38/2012 do

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2012/PLASS

INEXIGIBILIDADE 03/2012/PLASS

Contratante: Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município do Joaçaba - PLASS

Contratada: CLÍNICA DE FISIOTERAPIA BEM ESTAR LTDA

Data: 01/10/2012

Objeto: Prestação de serviços de fisioterapia

Período: O prazo de execução do objeto do presente contrato é até 31/12/2012 prorrogáveis até o período máximo de 60 (sessenta) meses, através de Termos Aditivos, contados a partir da assinatura do Contrato de Prestação de Serviços.

Extrato de Contrato Nº 32/2012/PLASS

PLASS

Extrato TERMO DE ADESÃO Nº 32/2012 do

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2012/PLASS

INEXIGIBILIDADE 03/2012/PLASS

Contratante: Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município do Joaçaba - PLASS

Contratada: ODONTOCLÍNICA QUIOCA LTDA

Data: 01/10/2012

Objeto: Prestação de serviços de odontologia

Período: O prazo de execução do objeto do presente contrato é até 31/12/2012 prorrogáveis até o período máximo de 60 (sessenta) meses, através de Termos Aditivos, contados a partir da assinatura do Contrato de Prestação de Serviços.

Extrato de Termo de Adesão 36/2012/PLASS

PLASS

Extrato TERMO DE ADESÃO Nº 36/2012 do

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2012/PLASS

INEXIGIBILIDADE 03/2012/PLASS

Contratante: Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município do Joaçaba - PLASS

Contratada: SAMECLIN - FISIOTERAPIA E SAÚDE LTDA

Data: 01/10/2012

Objeto: Prestação de serviços de fisioterapia

Período: O prazo de execução do objeto do presente contrato é até 31/12/2012 prorrogáveis até o período máximo de 60 (sessenta) meses, através de Termos Aditivos, contados a partir da assinatura do Contrato de Prestação de Serviços.

Extrato de Termo de Adesão Nº 33/2012/PLASS

PLASS

Extrato TERMO DE ADESÃO Nº 33/2012 do

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2012/PLASS

INEXIGIBILIDADE 03/2012/PLASS

Contratante: Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município do Joaçaba - PLASS

Contratada: CLINIVIDA CLÍNICA DE MEDICINA GERAL E PREVENTIVA BRAGAGNOLO BORDIN LTDA

Data: 01/10/2012

Objeto: Prestação de serviços de clínica geral

Período: O prazo de execução do objeto do presente contrato é até 31/12/2012 prorrogáveis até o período máximo de 60 (sessenta) meses, através de Termos Aditivos, contados a partir da assinatura do Contrato de Prestação de Serviços.

Extrato de Termo de Adesão Nº 35/2012/PLASS

PLASS
Extrato TERMO DE ADESÃO Nº 35/2012 do
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2012/PLASS
INEXIGIBILIDADE 03/2012/PLASS

Contratante: Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município do Joaçaba - PLASS
Contratada: JOÃO ALUÍSIO PRONER
Data: 01/10/2012

Objeto: Prestação de serviços de fisioterapia
Período: O prazo de execução do objeto do presente contrato é até 31/12/2012 prorrogáveis até o período máximo de 60 (sessenta) meses, através de Termos Aditivos, contados a partir da assinatura do Contrato de Prestação de Serviços.

Extrato de Termo de Adesão Nº 48/2012/PLASS

PLASS
Extrato TERMO DE ADESÃO Nº 48/2012 do
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2012/PLASS
INEXIGIBILIDADE 03/2012/PLASS

Contratante: Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município do Joaçaba - PLASS
Contratada: CLÍNICA ODONTOLÓGICA COSTENARO E SIFFERT SS LTDA
Data: 01/10/2012

Objeto: Prestação de serviços de odontologia
Período: O prazo de execução do objeto do presente contrato é até 31/12/2012 prorrogáveis até o período máximo de 60 (sessenta) meses, através de Termos Aditivos, contados a partir da assinatura do Contrato de Prestação de Serviços

Extrato de Termo de Adesão Nº 49/2012/PLASS

PLASS
Extrato TERMO DE ADESÃO Nº 49/2012 do
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2012/PLASS
INEXIGIBILIDADE 03/2012/PLASS

Contratante: Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município do Joaçaba - PLASS
Contratada: MULTICLÍNICA ODONTOLÓGICA SC LTDA
Data: 01/10/2012

Objeto: Prestação de serviços de odontologia
Período: O prazo de execução do objeto do presente contrato é até 31/12/2012 prorrogáveis até o período máximo de 60 (sessenta) meses, através de Termos Aditivos, contados a partir da assinatura do Contrato de Prestação de Serviços

Extrato de Termo de Adesão Nº 34/2012/PLASS

PLASS
Extrato TERMO DE ADESÃO Nº 34/2012 do
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2012/PLASS
INEXIGIBILIDADE 03/2012/PLASS

Contratante: Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município do Joaçaba - PLASS
Contratada: CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO ZILIO LTDA - ME
Data: 01/10/2012

Objeto: Prestação de serviços de odontologia
Período: O prazo de execução do objeto do presente contrato é até 31/12/2012 prorrogáveis até o período máximo de 60 (sessenta) meses, através de Termos Aditivos, contados a partir da assinatura do Contrato de Prestação de Serviços.

Extrato Termo de Adesão Nº 37/2012/PLASS

PLASS
Extrato TERMO DE ADESÃO Nº 37/2012 do
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2012/PLASS
INEXIGIBILIDADE 03/2012/PLASS

Contratante: Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município do Joaçaba - PLASS
Contratada: CENTRO DE FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO JOAÇABA LTDA
Data: 01/10/2012

Objeto: Prestação de serviços de fisioterapia
Período: O prazo de execução do objeto do presente contrato é até 31/12/2012 prorrogáveis até o período máximo de 60 (sessenta) meses, através de Termos Aditivos, contados a partir da assinatura do Contrato de Prestação de Serviços.

Extrato Termo de Adesão Nº 39/2012/PLASS

PLASS
Extrato TERMO DE ADESÃO Nº 39/2012 do
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2012/PLASS
INEXIGIBILIDADE 03/2012/PLASS

Contratante: Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município do Joaçaba - PLASS
Contratada: CLÍNICA DR. RODRIGUEZ LTDA
Data: 01/10/2012

Objeto: Prestação de serviços de ginecologia
Período: O prazo de execução do objeto do presente contrato é até 31/12/2012 prorrogáveis até o período máximo de 60 (sessenta) meses, através de Termos Aditivos, contados a partir da assinatura do Contrato de Prestação de Serviços.

Extrato Termo de Adesão Nº 40/2012/PLASS

PLASS
Extrato TERMO DE ADESÃO Nº 40/2012 do
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2012/PLASS
INEXIGIBILIDADE 03/2012/PLASS

Contratante: Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município do Joaçaba - PLASS
Contratada: LUIZ FERNANDO GONÇALVES & CIA LTDA
Data: 01/10/2012

Objeto: Prestação de serviços de ginecologia
Período: O prazo de execução do objeto do presente contrato é até 31/12/2012 prorrogáveis até o período máximo de 60 (sessenta) meses, através de Termos Aditivos, contados a partir da assinatura do Contrato de Prestação de Serviços.

Extrato Termo de Adesão Nº 41/2012/PLASS

PLASS
Extrato TERMO DE ADESÃO Nº 41/2012 do
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2012/PLASS
INEXIGIBILIDADE 03/2012/PLASS

Contratante: Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município do Joaçaba - PLASS
Contratada: CLÍNICA GINECOLÓGICA DR. JORGE
Data: 01/10/2012

Objeto: Prestação de serviços de ginecologia
Período: O prazo de execução do objeto do presente contrato é até 31/12/2012 prorrogáveis até o período máximo de 60 (sessenta) meses, através de Termos Aditivos, contados a partir da assinatura do Contrato de Prestação de Serviços.

Extrato Termo de Adesão Nº 42/2012/PLASS
PLASS

Extrato TERMO DE ADESÃO Nº 42/2012 do
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2012/PLASS
INEXIGIBILIDADE 03/2012/PLASS

Contratante: Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores
Públicos do Município do Joaçaba - PLASS
Contratada: CLÍNICA DE OLHOS DR. LAURENCE NOGUEIRA S/S
LTDA ME
Data: 01/10/2012

Objeto: Prestação de serviços de oftalmologia
Período: O prazo de execução do objeto do presente contrato é
até 31/12/2012 prorrogáveis até o período máximo de 60 (ses-
senta) meses, através de Termos Aditivos, contados a partir da
assinatura do Contrato de Prestação de Serviços.

Extrato Termo de Adesão Nº 45/2012/PLASS
PLASS

Extrato TERMO DE ADESÃO Nº 45/2012 do
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2012/PLASS
INEXIGIBILIDADE 03/2012/PLASS

Contratante: Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores
Públicos do Município do Joaçaba - PLASS
Contratada: PSICOVIDA - CLÍNICA DE PSICOLOGIA LTDA
Data: 01/10/2012

Objeto: Prestação de serviços de psicologia
Período: O prazo de execução do objeto do presente contrato é
até 31/12/2012 prorrogáveis até o período máximo de 60 (ses-
senta) meses, através de Termos Aditivos, contados a partir da
assinatura do Contrato de Prestação de Serviços

Extrato Termo de Adesão Nº 47/2012/PLASS
PLASS

Extrato TERMO DE ADESÃO Nº 47/2012 do
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2012/PLASS
INEXIGIBILIDADE 03/2012/PLASS

Contratante: Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores
Públicos do Município do Joaçaba - PLASS
Contratada: JOÃO OTÁVIO CASTEGNARO NETO
Data: 01/10/2012

Objeto: Prestação de serviços de odontologia
Período: O prazo de execução do objeto do presente contrato é
até 31/12/2012 prorrogáveis até o período máximo de 60 (ses-
senta) meses, através de Termos Aditivos, contados a partir da
assinatura do Contrato de Prestação de Serviços

Extrato Termo de Adesão Nº 50/2012/PLASS
PLASS

Extrato TERMO DE ADESÃO Nº 50/2012 do
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2012/PLASS
INEXIGIBILIDADE 03/2012/PLASS

Contratante: Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores
Públicos do Município do Joaçaba - PLASS
Contratada: FONOAUDIOLOGIA CLÍNICA LTDA
Data: 01/10/2012

Objeto: Prestação de serviços de fonoaudiologia
Período: O prazo de execução do objeto do presente contrato é
até 31/12/2012 prorrogáveis até o período máximo de 60 (ses-
senta) meses, através de Termos Aditivos, contados a partir da
assinatura do Contrato de Prestação de Serviços.

Extrato Termo de Adesão Nº 43/2012/PLASS
PLASS

Extrato TERMO DE ADESÃO Nº 43/2012 do
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2012/PLASS
INEXIGIBILIDADE 03/2012/PLASS

Contratante: Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores
Públicos do Município do Joaçaba - PLASS
Contratada: INSTITUTO DO SONO SÃO MIGUEL S/S LTDA
Data: 01/10/2012

Objeto: Prestação de serviços de polissonografia
Período: O prazo de execução do objeto do presente contrato é
até 31/12/2012 prorrogáveis até o período máximo de 60 (ses-
senta) meses, através de Termos Aditivos, contados a partir da
assinatura do Contrato de Prestação de Serviços

Extrato Termo de Adesão Nº 44/2012/PLASS
PLASS

Extrato TERMO DE ADESÃO Nº 44/2012 do
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2012/PLASS
INEXIGIBILIDADE 03/2012/PLASS

Contratante: Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores
Públicos do Município do Joaçaba - PLASS
Contratada: AUDIOMED CENTRO DE DIAGNÓSTICO OTONEURO-
LÓGICO LTDA
Data: 01/10/2012

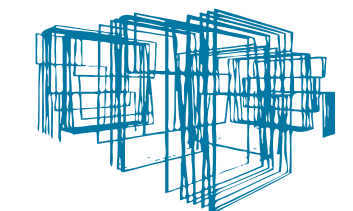
Objeto: Prestação de serviços de fonoaudiologia
Período: O prazo de execução do objeto do presente contrato é
até 31/12/2012 prorrogáveis até o período máximo de 60 (ses-
senta) meses, através de Termos Aditivos, contados a partir da
assinatura do Contrato de Prestação de Serviços

Extrato Termo de Adesão Nº 46/2012/PLASS
PLASS

Extrato TERMO DE ADESÃO Nº 46/2012 do
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2012/PLASS
INEXIGIBILIDADE 03/2012/PLASS

Contratante: Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores
Públicos do Município do Joaçaba - PLASS
Contratada: CITOFOPI - CLÍNICA INTEGRADA DE TERAPIA OCU-
PACIONAL, PSICOLOGIA E FONOAUDIOLOGIA LTDA
Data: 01/10/2012

Objeto: Prestação de serviços de psicologia e fonoaudiologia
Período: O prazo de execução do objeto do presente contrato é
até 31/12/2012 prorrogáveis até o período máximo de 60 (ses-
senta) meses, através de Termos Aditivos, contados a partir da
assinatura do Contrato de Prestação de Serviços



Programa de
Gestão de Obras



www.ciga.sc.gov.br

SIMAE**Homologação PP 46/2012 - SIMAE**
ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

CNPJ: 84.591.890/0001-43
 Rua Tiradentes, 123
 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 46/2012 - PR**

Processo Administrativo: 69/2012
 Processo de Licitação: 69/2012
 Data do Processo: 19/09/2012

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 69/2012
 b) Licitação Nr.: 46/2012-PR
 c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
 d) Data Homologação: 08/11/2012
 e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
 f) Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARAREALIZAÇÃO DE PERÍCIAS MÉDICAS EM SERVIDORES DO SIMAE DE JOAÇABA, DE ACORDO COM O DISPOSTO NOS DECRETOS MUNICIPAIS Nº 2.920/2007 E 3.054/2007.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	(em Reais R\$)		
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 007808 - FEIMED SERVIÇOS MEDICOS LTDA	2	0,0000	8.000,00
	2		8.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.060.3.3.90.00.00.00.00 (9) Saldo: 46.777,64

 Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

Resumo de Contrato JHL 0133/2012

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA-HERVAL D' OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0133/2012

TERMO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0112/2012

Pregão Presencial 0041/2012

PROCESSO LICITATÓRIO 0062/2012

PROTOCOLO Nº 2289/2012

Data: 06/11/2012

Objeto: Acréscimos de pneus para o caminhão VW 12.140, placas LXU-6273, ano 1996, de propriedade do SIMAE .

Contratado: JOAÇABA PNEUS LTDA

Valor Acrescido ao Contrato: R\$ 1.920,00 (Hum mil, novecentos e vinte reais).

PROGRAMA: 14.01.2.062

ELEMENTO: 3.3.90.30.39.00.00.00

Prazo: Inalterado

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE.

Lages**PREFEITURA****Resultado PP 10-2012 FMAS**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Setor de Licitação

RESULTADO FINAL

ASSUNTO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2012 - FMAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E CONSUMO PARA O CREAS.

O Município de Lages, para os devidos fins e efeitos, torna público aos Interessados, o resultado do presente Processo Licitatório:

VENCEDOR: DIVERSOS

VALOR: R\$ 21.994,51

Lages, 28 de novembro de 2012.

ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA

Secretário de Administração

Lauro Muller**PREFEITURA****Lei Nº 1.734/2012**

LEI Nº 1.734/2012 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2012.

Dispõe sobre a jornada de trabalho do cargo de Jornalista e dá outras providências.

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica alterada a jornada de trabalho do cargo de Jornalista para 25 (vinte e cinco) horas semanais, de acordo com o Decreto-Lei nº 972/69 de 17/10/1969.

Art. 2º - Aos profissionais com contrato de trabalho em vigor na

data de publicação desta Lei é garantida a adequação da jornada de trabalho, vedada a redução do salário.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 09 DE NOVEMBRO DE 2012.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES

Sec. Administração, Fin. Planej.

Lei Nº 1.735/2012

LEI Nº 1.735/2012 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2012.

Institui o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, concede benefícios em acordos judiciais realizados durante mutirão de conciliação promovido pelo Poder Judiciário, e acordos extrajudiciais promovidos pela Administração Pública Municipal e dá outras providências.

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica instituído o PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS, no âmbito do Município de Lauro Müller/SC, destinado a promover a regularização dos créditos da Fazenda Pública Municipal, decorrentes de débitos fiscais de pessoas física e jurídica, somente inscritos em dívida ativa, em cobrança judiciais ou extrajudiciais, relativos a Imposto Sobre Serviços - ISS, Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, Alvarás e Taxas diversas de competência de criação e arrecadação do Município.

Art. 2º O REFIS abrange os créditos fiscais da Fazenda Pública Municipal, constituídos até 30 de dezembro de 2011, somente inscritos em dívida ativa, que se encontrem em fase de cobrança administrativa ou judicial, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive aqueles que se encontram com parcelamento ativo, atrasados ou não, que poderão ser renegociados nos termos desta Lei pelo restante que falta para pagamento, ficando autorizado o Poder Executivo, por meio da Procuradoria do Município, a firmar acordo judicial ou extrajudicial, concedendo os benefícios previstos nesta Lei, iniciando-se a partir da aprovação da presente Lei e encerrando-se na data de 14/12/2012.

§ 1º Os benefícios desta Lei compreendem:

I Concessão de dispensa dos juros e da multa incidentes sobre os créditos fiscais em cobrança judicial ou extrajudicial, na forma que segue abaixo:

- a) 100% (cem por cento) mediante pagamento do principal, acrescido da correção monetária, em parcela única.
- b) 75% (setenta e cinco por cento) para o pagamento do principal, acrescido da correção monetária em até 4 (quatro) parcelas.
- c) 50% (cinquenta por cento) para o pagamento do principal, acrescido da correção monetária em até 6 (seis) parcelas.
- d) 25% (vinte e cinco por cento) para o pagamento do principal, acrescido da correção monetária em até 9 (nove) parcelas.

II O Contribuinte poderá optar ainda, pelo pagamento do principal, acrescido dos juros, correção monetária e multa, sem o benefício de qualquer desconto, em até 12 (doze) parcelas.



§ 2º No caso de opção para pagamento parcelado, as parcelas serão mensais e sucessivas, vencendo a primeira na data da opção, em parcelas iguais.

§ 3º Para auferir os benefícios desta Lei, o valor de cada parcela não poderá ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais).

§ 4º É da competência do Procurador do Município promover a inclusão em pauta ou apresentar termo de acordo para homologação judicial ou extrajudicial competente no período previsto neste artigo, podendo incluir os valores de honorários advocatícios para os casos de acordos judiciais.

§ 5º Nos casos em que o contribuinte demonstre na Audiência de Conciliação Fiscal a impossibilidade do pagamento da parcela única ou da primeira parcela na ocasião da data do acordo, ficará facultado ao Procurador do Município autorizar referido recolhimento pelo prazo de até 15 (quinze) dias.

Art. 3º A adesão aos benefícios previstos nesta Lei implica automaticamente na confissão e reconhecimento dos créditos objeto da ação, com renúncia de oposição de embargos do devedor na ação de execução.

Art. 4º A inadimplência de 2 (duas) parcelas, consecutivas ou alternadas, implica no vencimento do total das parcelas vencidas, retomando-se a ação de execução, perdendo o devedor os benefícios concedidos com amparo desta Lei, passando a sofrer os acréscimos aplicáveis aos inadimplentes de tributos.

§ 1º O cancelamento do parcelamento por culpa do contribuinte implicará na execução judicial do crédito remanescente, ou no prosseguimento da ação judicial em caso de execuções já ajuizadas.

Art. 5º Os benefícios previstos na presente Lei não se aplicam aos créditos constituídos em razão da prática de crime contra a ordem tributária.

Art. 6º Os contribuintes com débitos já parcelados administrativamente ou no bojo de execuções fiscais municipais, poderão aderir ao REFIS no que tange ao saldo remanescente, apurado de acordo com a porcentagem paga do valor devido, mediante pagamento à vista ou novo parcelamento, desde que não tenham auferido benefício do desconto de juros e multa no parcelamento anterior.

Art. 7º O gozo dos benefícios instituídos por esta Lei não confere direito à restituição ou compensação de importância já paga, seja a que título for, sendo que seus efeitos não retroagirão em hipótese alguma.

Art. 8º Esta Lei vigorará a partir da data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER/SC, 09 DE NOVEMBRO DE 2012.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Lei Nº 1.736/2012

LEI Nº 1.736/2012 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2012.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2013 e dá outras providências.

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI: DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O Orçamento do Município de Lauro Müller, para o exercício de 2013, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta Lei, compreendendo:

- I - as metas fiscais;
- II - as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2010/2013;
- III - a estrutura do orçamento;
- IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V - as disposições sobre a dívida pública municipal;
- VI - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;
- VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e
- VIII - as disposições gerais.

I - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2013, de que trata o artigo 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas no Anexo I desta lei, e que conterà ainda:

- I - Anexo I.1 - Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais;
- II - Anexo I.2 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos três Exercícios Anteriores;
- III - Anexo I.3 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Receita;
- IV - Anexo I.4 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das metas Fiscais de Despesa;
- V - Anexo I.4-1 - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos;
- VI - Anexo I.5 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Primário;
- VII - Anexo I.6 - Demonstrativo da memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal;
- VIII - Anexo I.7- Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Montante da Dívida;
- IX - Anexo I.8 - Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido e Origem e Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos;
- X - Anexo I.9 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;
- XI - Anexo I.10 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do RPPS;
- XII - Anexo I. 11 - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- XIII - Anexo I.12 - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
- XIV - Anexo II - Prioridades e Metas;
- XV - Anexo III - Demonstrativo dos Riscos Fiscais;
- XVI - Anexo IV - Demonstrativo da Priorização de Recursos para Obras em Andamento de Conservação do Patrimônio Público;
- XVII - Anexo V - Relatório dos Projetos em Execução e Obras com necessidade de Conservação; e
- XVIII - Anexo IV - Demonstrativo da Compatibilização das Metas e Despesas.

II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2013.



Art. 3º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2013 são aquelas definidas e demonstradas nos Anexos de que trata o artigo 2º desta Lei, II e VI desta Lei.

Art. 4º - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2013, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas fiscais estabelecidas nesta Lei e identificadas no Anexo II, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

III - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços,

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar; e

X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Fiscais e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria STN nº 219/2004.

§ 2º - A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º - O Orçamento para o exercício financeiro de 2013 abrangerá os Poderes Executivo e Legislativo suas Autarquias e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º - A Lei Orçamentária para 2013 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e aos Orçamentos Fiscal (F) e da Seguridade Social (S), desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a

sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, STN nº 219/2004 e alterações posteriores, Na forma dos seguintes ANEXOS:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III - Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesas e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V - Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da lei 4.320/64 e Adendo da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IX - Demonstrativo da despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

X - Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Fiscais e indicação das fontes de financiamento, denominado QDD;

XI - Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no artigo 14 da LRF; (artigo 5º, II da LRF);

XIII - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter continuado, (artigo 5º, II da LRF);

XIV - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica, conforme disposto no artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV - Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e Seguridade Social, artigo 165, §5º da CF;

XVI - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, (artigo 5º, I da LRF);

XVII - Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados em 2012, (artigo 44 da LRF);

XVIII - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público, (artigo 44 da LRF);

XIX - Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2013 (artigo 4º, §1º e 9º da LRF);

XX - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos , (artigo 8º e 50, I da LRF).

§ 1º - O Orçamento da Autarquia que acompanha o Orçamento Geral do Município, evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§ 2º - Para efeito desta Lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 3º - O Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD, de que trata o item X deste Artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2000, admitindo o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta Lei como categoria de programação.

Art. 8º - A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o artigo 22, parágrafo único, I da Lei 4.320/64, conterá:

I - Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total, (Princípio da Transparência, artigo 48 da LRF);

II - Quadro Demonstrativo dos Tributos Lançados e não Arrecados até 2009, identificando o estoque da Dívida Ativa, (Princípio da Transparência, artigo 48 da LRF);

III - Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa a Nível de Função e Grupo de Natureza da Despesa, dos exercícios de 2011 e 2012 e fixada para 2013, (Princípio da Transparência, artigo 48 da LRF);

IV - Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa, (Princípio da Transparência artigo 48 da LRF);

V - Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal e seu Percentual de Comprometimento;(artigo 20 e 48 da LRF);

VI - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (artigo 212 da CF e 60 dos ADCT);

VII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Destinados a Ações Públicas de Saúde (artigo 77 dos ADCT);

VIII - Demonstrativo da Composição do Ativo e Passivo Financeiro; (Princípio da Transparência artigo 48 da LRF); e

IX - Quadro Demonstrativo do Saldo da Dívida Fundada por Contrato, com identificação dos credores; (Princípio da Transparência artigo 48 da LRF).

Art. 9º - A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "OO" - Ordinários do Orçamento Fiscal e corresponderá e pelo menos 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

Art. 10 - A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Autarquia Pública Hospital Municipal Henrique Lage, será constituída dos recursos que corresponderão ao seu superávit orçamentário.

IV - DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 11 - Os Orçamentos para o exercício 2013 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Executivos e Legislativos, suas Autarquias e seus Fundos (artigo 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Art. 12 - Os Fundos Municipais terão suas Receitas especificadas no Orçamento da receita da Unidade Gestora Central, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas referidas no artigo 6º, X desta Lei (QDD).

§ 1º - Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a servidor municipal.

§ 2º - A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em

balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo prefeito a servidor municipal.

Art. 13 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2013, deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (artigo 12 da LRF).

Parágrafo Único - Até 30 (trinta) dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará a disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo, (artigo 12, § 3º da LRF).

Art. 14 - Se a receita estimada para 2013, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 15 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primários e nominal, os Poderes Executivo e Legislativo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo: (artigo 9º da LRF),

I - contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transporte, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV - dotação de material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 16 - A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Anexo I.12, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, (artigo 4, § 2º da LRF).

Art. 17 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo III desta Lei, (artigo 4º, § 3º da LRF).

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2012.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimento, desde que não comprometidos.

Art. 18 - Os orçamentos para o exercício de 2013 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, não superior a 2% (dois por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício, (artigo 5º, III da LRF).

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para a abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, artigo 5º, Portaria STN nº 163/2001, artigo 8º e demonstrativo de riscos fiscais no Anexo III, (artigo 5º, III, "b" da LRF).

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2013, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 19 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual, (artigo 5, § 5º da LRF).

Art. 20 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 (trinta) dias a publicação da lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa, (artigo 8º, 9º e 13 da LRF).

Art. 21 - Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2013 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitando ainda o montante ingressado ou garantido, (artigo 8º, § único e 50, I da LRF).

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo, (artigo 8º, § único e 50, da LRF).

Art. 22 - A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2013, constantes do Anexo I.11 desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita, (artigo 4º, § 2º, V e artigo 14, I da LRF).

Art. 23 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica, (artigo 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade, (artigo 70, parágrafo único da CF).

Art. 24 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo único - Para efeito do disposto no artigo 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão considerados despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2013, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I do artigo 24 da lei 8.666/93, devidamente atualizado, (artigo 16, § 3º da LRF).

Art. 25 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito, (artigo 45 da LRF).

Parágrafo único - As obras em andamento e os custos programados para a conservação do patrimônio público extraídas do Relatório sobre Projetos em Execução e a Executar - ANEXO V, de que trata o artigo 3º da IN TCE nº 02/2001, estão demonstrados no ANEXO IV desta Lei, (artigo 45, parágrafo único da LRF).

Art. 26 - Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei orçamentária, (artigo 62 da LRF).

Art. 27 - A previsão das receitas e fixação das despesas serão orçadas para 2013 a preços correntes.

Art. 28 - A execução do orçamento da despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo único - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal, (artigo 167, VI da CF).

Art. 29 - Durante a execução orçamentária de 2013, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2013 e constantes desta lei, (artigo 167, I da CF).

Art. 30 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata os artigos 50, § 3º da lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m/2 das construções, do m/2 das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com a merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros, (artigo 4º, I "e" da LRF).

Parágrafo único - Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício, (artigo 4º, I "e" da LRF).

Art. 31 - Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas - ANEXO VI, e contemplados na Lei Orçamentária para 2013, serão desdobrados em metas trimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas, (artigo 4º, I "e" e 9º, § 4º da LRF).

Art. 32 - Para fins do dispositivo no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar, a criação de Grupos de natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 33 - A Lei Orçamentária de 2013 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% (cinquenta por cento) das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior à assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000, (artigo 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 34 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica, (artigo 32, I da LRF).

Art. 35 - Ultrapassando o limite de endividamento definido no artigo 31 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no artigo 14 desta lei, (artigo 31, § 1º, II da LRF).

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 36 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2013, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoa aprovada em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal, (artigo 169, § 1º, II da CF).

Parágrafo único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei do Orçamento para 2013 ou em créditos adicionais.

Art. 37 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no artigo 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal, (artigo 22, parágrafo único, V da LRF).

Art. 38 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal: (artigo 19 e 20 da LRF).

I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação das despesas com horas extras;

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão; e

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 39 - Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Lauro Müller, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização".

Art. 40 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária em vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes, (artigo 14 da LRF).

Art. 41 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, (artigo 14, § 3º da LRF).

Art. 42 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente, (artigo 14, § 2º da LRF).

VII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 43 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2012.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no caput deste artigo.

§ 2º - Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2013, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 44 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no Artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 45 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 46 - O Executivo Municipal estará autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício

de 2013.

Art. 47 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2013.

Art. 48 - Revogam-se as disposições em contrário.

Lauro Müller - SC, 09 de novembro de 2012.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES

Sec. Administração, Fin. Planej.

Lei N.º 1.737/2012

LEI Nº 1.737/2012 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2012.

Denomina de Altino Benedet a Rodovia Municipal de Quilometro Cento e Sete, município de Lauro Müller e dá outras providências.

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI; Art. 1º - A rodovia municipal em Quilometro Cento e Sete, iniciando na Rod. SC - 438, passando defronte à Avícola Catarinense, até o seu final, passa a denominar-se: RODOVIA MUNICIPAL ALTINO BENEDET.

Art. 2º - A Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos providenciará a confecção e colocação de placa indicadora na referida rua, indicando a denominação dada por esta LEI.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se todas as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 09 DE NOVEMBRO DE 2012.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES

Sec. Administração, Fin. Planej.

Leoberto Leal

PREFEITURA

Lei N.º 925/2012

LEI Nº 925, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2012.

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para 2013 e dá outras providências.

O POVO DE LEOBERTO LEAL, por seus representantes aprovou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Orçamento do Município de Leoberto Leal, para o exercício de 2013, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I - as metas fiscais;

II - as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual do período 2010-2013;

III - a estrutura dos orçamentos;

IV - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V - as disposições sobre dívida pública municipal;

VI - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII - as disposições gerais.

I - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2013, 2014 e 2015, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas nos ANEXOS desta lei, que conterà ainda:

ANEXO DE METAS FISCAIS

I - AMF- Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1) - Metas Anuais;

I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para a Receita;

II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas;

III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;

IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal;

V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida Pública;

II - AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, §2º, inciso I) - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior.

III - AMF - Demonstrativo III (LRF, art.4º, §2º, inciso II) - Metas Fiscais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores.

IV - AMF - Demonstrativo IV (LRF, art.4º, §2º, inciso III) - Evolução do Patrimônio Líquido.

V - AMF - Demonstrativo V (LRF, art.4º, §2º, inciso III) - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos.

VI - AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a") - Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores.

VI - AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a") - Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores.

VII - AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V) - Estimativa e



**Prêmio FECAM
de Fotografia**

Retratos das riquezas de Santa Catarina

Vida, Paisagem, Gente e Cultura.



O 1º Prêmio FECAM de Fotografia é um concurso fotográfico promovido pela Federação Catarinense de Municípios e tem o objetivo de valorizar os municípios catarinenses por meio do registro fotográfico.



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Compensação da Renúncia de Receita.

VIII - AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V) - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

ARF (LRF, art 4º, § 3º) - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Provisões.

ANEXOS COMPLEMENTARES

I - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;

II - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Poder Executivo e Legislativo);

III - Relatório sobre Projetos em Execução e Despesas com Conservação do Patrimônio Público no Exercício de 2013;

II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2013

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2013, são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS, desta lei.

Art. 4º- Na elaboração da proposta orçamentária para 2013, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

III - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas, com identificação da Classificação, Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria Conjunta da STN nº 1/2009, Portaria Conjunta 2/2009 e Portaria 462/2009.

§ 2º - A categoria de programação de trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2013 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo suas Autarquias e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2013 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Portaria Conjunta da STN nº 1/2009, Portaria Conjunta 2/2009 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III - Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V - Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IX - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

X - Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento, denominado QDD;

XI - Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII - Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF)

XIII - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. Art. 5º, II da LRF)

XIV - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV - Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (Art. 165, § 5º da CF)

XVI - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF)

XVII - Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2013. (Art. 5º, III)

XVIII - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF)

XIX - Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2013. (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF)

XX - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para

2013. (Art. 8º e 50, I da LRF)

§ 1º O Orçamento da Autarquia que acompanha o Orçamento Geral do Município, evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste Artigo.

§ 2º Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 3º O Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD, de que trata o item X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2000, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta lei como categoria de programação.

Art. 8º A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, I da Lei 4.320/64, conterá:

I - Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)

II - Quadro Demonstrativo dos Tributos Lançados e não Arrecadados até 2012, identificando o estoque da Dívida Ativa; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)

III - Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa a Nível de Função e Grupo de Natureza da Despesa, dos exercícios de 2008 a 2011 e fixada para 2012 e 2013. (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)

IV - Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)

V - Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal e seu Percentual de Comprometimento, de 2011 a 2013; (Art. 20 e 48 da LRF)

VI - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino; (Art. 212 da CF e 60 dos ADCT)

VII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Destinados a Ações Públicas de Saúde; (Art. 77 dos ADCT)

VIII - Demonstrativo da Composição do Ativo e Passivo Financeiro, posição em 30/09/2012; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)

IX - Quadro Demonstrativo do Saldo da Dívida Fundada por Contrato, com identificação dos credores, em 2011, 2012 e 2013; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)

Art. 9º A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Recursos Ordinários do orçamento fiscal conforme disposto no Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências, desta Lei;

Art. 10 A Reserva de Contingência da Unidade Gestora IPRELL, será constituída dos recursos que corresponderão ao seu superávit orçamentário.

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 11 Os Orçamentos para o exercício de 2013 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias e seus Fundos. (ART. 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Art. 12 Os Fundos Municipais terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Art. 7º, X desta lei (QDD).

§ 1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a servidor municipal.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas dos

Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balançetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor Municipal.

Art. 13 Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2013 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art. 12 da LRF)

Parágrafo Único. Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. (Art. 12, § 3º da LRF)

Art. 14 Se a receita estimada para 2013, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 15 Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo: (ART. 9º da LRF)

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 16 A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, será baseado conforme o anexo AMF - DEM VIII anexo a esta lei observando-se o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 4º, § 2º da LRF)

Art. 17 Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes no Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências desta Lei. (ART. 4º, § 3º da LRF)

§ 1º Os riscos fiscais, caso concretizados, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2012.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 18 Os orçamentos para o exercício de 2013 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 0,027% (zero vírgula zero dois sete, por cento) da Receita Corrente Líquida prevista para o mesmo exercício.

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 2/2010 e Portaria 462/2009 Demonstrativo de riscos fiscais. (Art. 5º, III, "b" da LRF)

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2013, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 19 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 20 O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá em até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (ART. 8º, 9º e 13 da LRF)

Art. 21 Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2013 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (ART. 8º, § único e 50, I da LRF)

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50, I da LRF)

Art. 22 A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2013, constantes do Demonstrativo VIII desta lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (ART. 4º, § 2º, V e ART. 14, I da LRF)

Art. 23 A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas sem fins lucrativos, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica, e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica. (ART. 4º, I, "f" e 26 da LRF)

Parágrafo único - As entidades pertencentes às áreas relacionadas no caput deste artigo que pretenderem receber recursos do Tesouro Municipal, terão obrigatoriamente que efetuar um cadastro prévio junto aos órgãos municipais competentes, em suas respectivas áreas de atuação, para avaliação de sua situação de funcionamento e seus objetivos propostos, sendo esta, condição primordial para elaboração do projeto de lei a ser encaminhado ao Poder Legislativo para a concessão dos recursos.

As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias, contados do término da vigência do convênio, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade. (Art. 70, Parágrafo único da CF)

Art. 24 Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade, quando for o caso.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2013, em cada evento, não exceda 2,5 (duas e meia) vezes o valor limite para dispensa de licitação fixado no item II do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (ART. 16, § 3º da LRF)

Art. 25 As obras em andamento e a conservação do patrimônio

público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (ART. 45 da LRF)

Parágrafo Único. As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público extraídas do Relatório sobre Projetos em Execução e Despesas com Conservação do Patrimônio Público no Exercício de 2013 - Anexos Complementares III desta lei. (Art. 45, parágrafo único da LRF)

Art. 26 Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (ART. 62 da LRF)

Art. 27 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2013 a preços correntes.

Art. 28 A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 2/2009.

Parágrafo Único - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal (Art. 167, VI da CF).

Art. 29 Durante a execução orçamentária de 2013, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2013 e constantes desta lei. (Art. 167, I da CF)

Art. 30 O controle e apuração de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão na medida do possível, implementado de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m² das construções, do m² das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros. (Art. 4º, I, "e" da LRF)

Parágrafo Único. Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, "e" da LRF)

Art. 31 Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual e contemplados na Lei Orçamentária para 2013, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF)

Art. 32 Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 33 A Lei Orçamentária de 2013 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF)

Art. 34 A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I da LRF)

Art. 35 Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 31 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 14 desta lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF)

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 36 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2013, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF)

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2013 ou em créditos adicionais.

Art. 37 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 22, § único, V da LRF)

Art. 38 O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 19 e 20 da LRF)

I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação das despesas com horas extras.

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 39 Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 40 O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes. (ART. 14 da LRF)

Art. 41 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 14, § 3º da LRF)

Art. 42 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF)

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 43 O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal, até 15 de novembro, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2012.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2013, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 44 Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 45 Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 46 O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2013.

Art. 47 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2013.

Leoberto Leal, 08 de novembro de 2012.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Lei N.º 926/2012

LEI Nº 926, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2012.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL"

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei.

Art. 1o. Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento da Câmara Municipal, na dotação com a seguinte estrutura e limite:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	24.000,00
Unidade Orçamentária	01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	24.000,00
Função	01	Legislativa	24.000,00
Sub-função	31	Ação Legislativa	24.000,00
Programa	01	Processo Legislativo	24.000,00
Projeto/Atividade	1.001	Construção da Sede do Poder Legislativo	24.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	24.000,00



Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	24.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	24.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	24.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			24.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender o disposto no artigo anterior correrão por conta da anulação das dotações com a seguinte estrutura, limitado aos respectivos valores:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	24.000,00
Unidade Orçamentária	01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	24.000,00
Função	01	Legislativa	24.000,00
Sub-função	31	Ação Legislativa	24.000,00
Programa	01	Processo Legislativo	24.000,00

Atividade	2.001	Funcionamento e Manutenção da Câmara de Vereadores	24.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	20.999,95
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	10.999,95
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	10.999,95
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	10.999,95
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	10.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	10.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	10.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	3.000,05
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	3.000,05
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	3.000,05
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	3.000,05
TOTAL DA ANULAÇÃO			24.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 08 de novembro de 2012.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Lei N.º 927/2012

LEI Nº 927 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2012.

"Autoriza a Chefe do Poder Executivo a conservar a Estrada dos Tropeiros, no trecho de outros Municípios"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:

Art 1º Fica a Chefe do Poder Executivo autorizada a conservar e melhorar a ESTRADA DOS TROPEIROS, trecho de outros Municípios, mediante convênio ou autorização destes, a fim de assegurar a trafegabilidade com qualquer tempo na citada Rodovia que dá acesso de Leoberto Leal à BR - 282.

Art 2º A despesa desta Lei correrá por conta do orçamento fiscal vigente.

Art 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 08 de novembro de 2012.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 199/2012, de 05 de Novembro de 2012

LEI COMPLEMENTAR Nº 199/2012, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2012.

ALTERA O ANEXO IV DA LEI COMPLEMENTAR Nº 178/2011, DE 24 DE OUTUBRO DE 2011 QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARREIRA, CARGOS E REMUNERAÇÃO PARA OS SERVIDORES EFETIVOS DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Adieron Carlos ,
Bussolaro, Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Altera-se o Anexo IV, Tabela de Vencimentos, Cargos, Níveis, Numero de Vagas e Cargas Horárias Semanais de Trabalho dos Cargos de Provimento Efetivo de Carreira e em Extinção, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de outubro de 2011, criando-se mais 02(duas) vagas ao cargo de Auxiliar de Educação, nível 4.

Art. 2º Permanecem inalterados os demais artigos da lei original.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado,
Em, 05 de Novembro de 2012

EDISON DOMINGOS GIRON
Auxiliar de Técnico

Lei Ordinária Nº 1.113/2012, de 05 de Novembro de 2012

LEI ORDINÁRIA N.º 1.113/2012, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2012
ALTERA A REDAÇÃO DA LEI ORDINÁRIA Nº 1.111/2012, QUE AUTORIZA REMANEJAR RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Adierson Carlos Bussolaro, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica alterada a redação dos Artigos 2º da Lei Ordinária Nº 1.111/2012, de 16 de outubro de 2012, incluindo no mesmo dotação orçamentária: passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDÓIA DO SUL

Unidade 01 - Fundo Municipal de Saúde Lindóia do Sul

Projeto/Atividade 2.027 - Farmácia Básica

3.3.90.00.00.00.00.000214- Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º Ficam inalterados os demais dispositivos da Lei Ordinária Nº 1.111/2012, de 16 de outubro de 2012.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado,

Em, 05 de Novembro de 2012

EDISON DOMINGOS GIRON

Auxiliar de Técnico

Decreto Nº 2.328/2012

DECRETO Nº 2328/2012, DE 31 DE OUTUBRO DE 2012
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, conforme Lei Ordinária Nº 1.065/2011 de 15 de Dezembro de 2011:

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro do exercício de 2011 na seguinte dotação orçamentária:

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 01 - Diretoria de Educação

Projeto/Atividade 2.012 - Manutenção do Transporte Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00022- Aplicações Diretas R\$ 10,83

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta dos rendimentos de aplicação financeira:

Fonte: Rendimentos de Aplicação Financeira R\$ 10,83

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Lindóia do Sul - SC.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em, 31 de outubro de 2.012

EDISON DOMINGOS GIRON

Auxiliar de Técnico

Luzerna

PREFEITURA

Decreto 1551

DECRETO Nº 1551 de 01 de novembro de 2012.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21 da Lei nº 1.014, de 22 de novembro de 2011,

DECRETA:

Art.1º - Fica anulada parcialmente, na Atividade abaixo discriminada, a Modalidade de Aplicação da despesa:

UNIDADE GESTORA: 13.FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade - 1301.10.304.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 02 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos Saúde

R\$ 10.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 10.000,00

Art. 2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica suplementada a Modalidade de Aplicação da despesa atribuída à respectiva Atividade abaixo discriminada:

UNIDADE GESTORA: 13.FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade - 1301.10.304.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 02 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos Saúde

R\$ 10.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 10.000,00

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 01 de novembro de 2012.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Decreto 1552

DECRETO Nº 1552 de 05 de novembro de 2012.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AUTORIZADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 1.014 DE 22/11/11

(LOA) AO ORÇAMENTO VIGENTE DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA(SC)“

NORIVAL FIORIN, Prefeito do Município de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21 e art. 22 inciso I, da Lei nº 1.014 de 22 de novembro de 2011,
DECRETA:

Art.1º- Fica aberto ao orçamento vigente, um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR na importância de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas pertencentes ao orçamento do SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA:

ÓRGÃO 14: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - JHO SIMAE

UNIDADE 01: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - JHO SIMAE

Proj./Ativ. 2.061 Operação e Manutenção do Sistema de Água - Urbano

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - 13

Outras despesas correntes - Aplicações Diretas

Valor: R\$ 60.000,00

Proj./Ativ. 2.060 Manutenção dos Serviços Administrativos - SIMAE

Modalidade de aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - 9

Outras despesas correntes Aplicações Diretas

Valor: R\$ 20.000,00

Art. 2º- O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do provável excesso de arrecadação verificado no corrente exercício.

Art.3º- Fica aberto ao orçamento vigente, um CRÉDITO ADICIONAL na importância de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas pertencentes ao orçamento do SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA:

ÓRGÃO 14: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - JHO SIMAE

UNIDADE 01: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - JHO SIMAE Proj./Ativ. 2.060 Manutenção dos Serviços Administrativos - SIMAE

Modalidade de aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - 9

Outras despesas correntes - Aplicações Diretas

Valor: R\$ 65.000,00

Art.4º - O crédito autorizado no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação da dotação abaixo identificada, na mesma importância citada no artigo 3º deste Decreto:

ÓRGÃO 14: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - JHO SIMAE

UNIDADE 01: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - JHO SIMAE

Proj./Ativ. 2.060 Manutenção dos Serviços Administrativos - SIMAE

Modalidade de aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 - 7

Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas

Valor: R\$ 65.000,00

Art. 5º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 05 de novembro de 2012.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Extrato Pregão PML.044.2012 - Teste Seletivo

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DE FAZENDA e ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE EDITAL

Pregão Presencial nº 044/2012

A PREFEITURA DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, NORIVAL FIORIN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO.

OBJETO: contratação de serviços especializados para a realização de teste seletivo para contratação temporária - ACT, em conformidade com o ANEXO do presente edital, incluindo a elaboração de editais, conteúdos programáticos, elaboração, aplicação e correção das provas objetivas e dos eventuais recursos, conforme os cargos e vagas apresentadas..

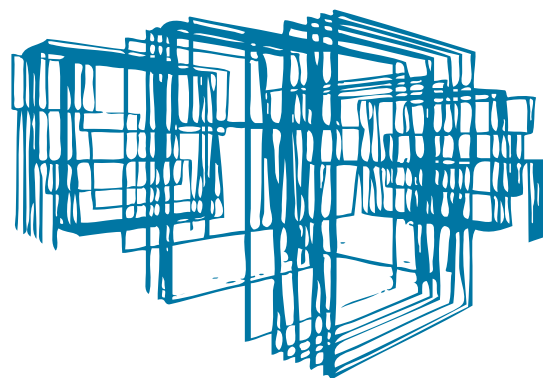
REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h do dia 27 de novembro de 2012.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDENCIAMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 08h10min do dia 27 de novembro de 2012.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.



Programa de Gestão de Obras



Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Macieira

PREFEITURA

Relatorio Resumido Execução Orçamentaria ANEXOS DA LRF 5º BIMESTRE 2012

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	8.749.708,00	8.749.708,00	1.791.468,95	20,47	8.339.417,51	95,31	410.290,49
RECEITAS CORRENTES	8.749.700,00	8.749.700,00	1.515.114,51	17,32	7.590.839,63	86,76	1.158.860,37
RECEITA TRIBUTARIA	280.500,00	280.500,00	28.503,78	10,16	206.802,44	73,73	73.697,56
IMPOSTOS	245.000,00	245.000,00	28.503,78	11,63	205.223,26	83,76	39.776,74
TAXAS	15.500,00	15.500,00	0,00	0,00	1.579,18	10,19	13.920,82
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	154.700,00	154.700,00	22.986,84	14,86	114.337,52	73,91	40.362,48
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	128.700,00	128.700,00	18.122,39	14,08	90.821,82	70,57	37.878,18
COSIP	26.000,00	26.000,00	4.864,45	18,71	23.515,70	90,45	2.484,30
RECEITA PATRIMONIAL	455.400,00	455.400,00	175.401,19	38,52	787.332,90	172,89	-331.932,90
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	455.400,00	455.400,00	175.401,19	38,52	787.332,90	172,89	-331.932,90
RECEITA AGROPECUARIA	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
Outras Rec. Agropecuárias	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	36.000,00	36.000,00	2.976,35	8,27	11.002,77	30,56	24.997,23
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.741.200,00	7.741.200,00	1.172.929,87	15,15	6.324.693,21	81,70	1.416.506,79
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	7.707.200,00	7.707.200,00	1.135.545,45	14,73	6.052.641,67	78,53	1.654.558,33
Transf. de Conv.	34.000,00	34.000,00	37.384,42	109,95	272.051,54	800,15	-238.051,54
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	70.900,00	70.900,00	112.316,48	158,42	146.670,79	206,87	-75.770,79
Multas e Juros de Mora	19.200,00	19.200,00	678,71	3,53	4.476,55	23,32	14.723,45
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	13.000,00	13.000,00	2.201,70	16,94	21.171,57	162,86	-8.171,57
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
RECEITAS DIVERSAS	31.700,00	31.700,00	109.436,07	345,22	121.022,67	381,77	-89.322,67
RECEITAS DE CAPITAL	8,00	8,00	276.354,44	430,50	748.577,88	223,50	-748.569,88
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	21.200,00	0,00	-21.200,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	21.200,00	0,00	-21.200,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8,00	8,00	276.354,44	430,50	727.377,88	223,50	-727.369,88
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	8,00	8,00	276.354,44	430,50	727.377,88	223,50	-727.369,88
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	241.500,00	241.500,00	33.914,93	14,04	162.626,67	67,34	78.873,33
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	241.500,00	241.500,00	33.914,93	14,04	162.626,67	67,34	78.873,33
RECEITAS CORRENTES	241.500,00	241.500,00	33.914,93	14,04	162.626,67	67,34	78.873,33
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	241.500,00	241.500,00	33.914,93	14,04	162.626,67	67,34	78.873,33
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	8.991.208,00	8.991.208,00	1.825.383,88	20,30	8.502.044,18	94,56	489.163,82

Continua 1/3

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	8.991.208,00	8.991.208,00	1.825.383,88	20,30	8.502.044,18	94,56	489.163,82
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	8.991.208,00	8.991.208,00	1.825.383,88	20,30	8.502.044,18	94,56	489.163,82
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	531.464,46	—	—	442.105,18	—	—
Superávit Financeiro	—	531.464,46	—	—	442.105,18	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	8.749.808,00	1.977.791,52	10.727.599,52	1.275.564,53	8.499.059,50	1.577.112,59	7.924.032,78	73,87	2.803.566,74
DESPESAS CORRENTES	7.710.050,00	918.962,21	8.629.012,21	957.486,72	7.219.574,83	1.230.214,66	6.878.937,70	79,72	1.750.074,51
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.648.700,00	72.162,71	4.720.862,71	784.278,76	3.839.715,61	796.987,88	3.816.374,70	80,84	904.488,01
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	82.000,00	0,00	82.000,00	9.204,10	53.347,06	9.210,66	53.268,29	64,96	28.731,71
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.979.350,00	846.799,50	3.826.149,50	164.003,86	3.326.512,16	424.016,12	3.009.294,71	78,65	816.854,79
DESPESAS DE CAPITAL	362.558,00	1.058.829,31	1.421.387,31	318.077,81	1.279.484,67	346.897,93	1.045.095,08	73,53	376.292,23
INVESTIMENTOS	127.558,00	1.022.129,31	1.149.687,31	282.700,74	1.043.279,26	302.744,76	818.502,64	71,19	331.184,67
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	235.000,00	36.700,00	271.700,00	35.377,07	236.205,41	44.153,17	226.592,44	83,40	45.107,56
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	22.000,00	0,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	655.200,00	0,00	655.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	655.200,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	241.400,00	0,00	241.400,00	33.428,57	165.252,20	33.428,57	164.765,84	68,25	76.634,16
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	241.400,00	0,00	241.400,00	33.428,57	165.252,20	33.428,57	164.765,84	68,25	76.634,16

Continua 2/3

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	241.400,00	0,00	241.400,00	33.428,57	165.252,20	33.428,57	164.765,84	68,25	76.634,16
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	8.991.208,00	1.977.791,52	10.968.999,52	1.308.993,10	8.664.311,70	1.610.541,16	8.088.798,62	73,74	2.880.200,90
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	8.991.208,00	1.977.791,52	10.968.999,52	1.308.993,10	8.664.311,70	1.610.541,16	8.088.798,62	73,74	2.880.200,90
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	413.245,56	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	8.991.208,00	1.977.791,52	10.968.999,52	1.308.993,10	8.664.311,70	1.610.541,16	8.502.044,18	73,74	2.880.200,90

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 995.724,91

FONTE:

Macieira, 04/11/2012

EMERSON ZANELLA
PREFEITO

EDEMAR NICOLAU KUHN
CONTABILISTA CRC-SC.-18158

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	8.749.808,00	10.727.599,52	1.275.564,53	8.499.059,50	1.577.112,59	7.924.032,78	97,96	73,87	2.803.566,74
Legislativa	430.600,00	497.600,00	63.589,97	357.223,06	63.015,36	352.402,52	4,36	70,82	145.197,48
Ação Legislativa	430.600,00	497.600,00	63.589,97	357.223,06	63.015,36	352.402,52	4,36	70,82	145.197,48
Administração	1.000.600,00	1.046.697,00	123.002,80	935.882,96	147.166,98	892.633,68	11,04	85,28	154.063,32
Administração Geral	1.000.600,00	1.046.697,00	123.002,80	935.882,96	147.166,98	892.633,68	11,04	85,28	154.063,32
Segurança Pública	17.920,00	17.920,00	1.029,31	5.464,65	845,00	5.280,34	0,07	29,47	12.639,66
Policiamento	17.920,00	17.920,00	1.029,31	5.464,65	845,00	5.280,34	0,07	29,47	12.639,66
Assistência Social	209.000,00	388.947,51	44.599,75	324.882,32	80.859,15	285.803,46	3,53	73,48	103.144,05
Assistência ao Idoso	36.000,00	37.104,85	5.150,21	32.420,66	4.221,21	31.491,66	0,39	84,87	5.613,19
Assistência à Criança e ao Adolescente	31.500,00	37.189,14	2.181,64	20.061,77	2.321,78	19.900,87	0,25	53,51	17.288,27
Assistência Comunitária	141.500,00	314.653,52	37.267,90	272.399,89	74.316,16	234.410,93	2,90	74,50	80.242,59
Previdência Social	115.000,00	115.000,00	0,00	73.900,00	11.396,48	55.675,80	0,69	48,41	59.324,20
Previdência do Regime Estatutário	115.000,00	115.000,00	0,00	73.900,00	11.396,48	55.675,80	0,69	48,41	59.324,20
Saúde	2.004.031,00	2.733.273,64	298.272,59	2.203.486,57	419.924,94	2.016.806,47	24,93	73,79	716.467,17
Atenção Básica	1.934.031,00	2.470.504,29	294.677,44	1.983.811,73	401.146,42	1.809.502,61	22,37	73,24	661.001,68
Vigilância Sanitária	17.000,00	28.569,20	190,47	6.297,92	415,47	6.252,92	0,08	21,89	22.316,28
Vigilância Epidemiológica	10.000,00	31.297,51	3.240,19	13.200,94	4.871,56	12.976,94	0,16	41,46	18.320,57
Alimentação e Nutrição	42.000,00	44.402,64	164,49	43.365,40	5.720,91	31.263,42	0,39	70,41	13.139,22
Abastecimento	1.000,00	158.500,00	0,00	156.810,58	7.770,58	156.810,58	1,94	98,93	1.689,42
Educação	2.056.252,00	2.044.405,09	244.022,77	1.620.803,19	336.403,49	1.545.637,70	19,11	75,60	498.767,39
Ensino Fundamental	2.038.252,00	2.025.605,09	243.712,27	1.611.436,97	336.003,49	1.536.271,48	18,99	75,84	489.333,61
Ensino Médio	3.000,00	3.800,00	0,00	2.600,00	0,00	2.600,00	0,03	68,42	1.200,00
Educação Infantil	10.000,00	10.000,00	-89,50	4.166,22	0,00	4.166,22	0,05	41,66	5.833,78
Educação Especial	5.000,00	5.000,00	400,00	2.600,00	400,00	2.600,00	0,03	52,00	2.400,00
Cultura	66.000,00	132.000,00	1.033,00	131.740,45	1.513,00	129.820,45	1,60	98,35	2.179,55
Difusão Cultural	66.000,00	132.000,00	1.033,00	131.740,45	1.513,00	129.820,45	1,60	98,35	2.179,55
Urbanismo	146.582,00	343.733,88	178.154,44	343.003,80	101.842,10	218.505,51	2,70	63,57	125.228,37
Infra-Estrutura Urbana	5.002,00	202.153,88	178.154,44	201.836,71	79.954,44	103.636,71	1,28	51,27	98.517,17
Serviços Urbanos	141.580,00	141.580,00	0,00	141.167,09	21.887,66	114.868,80	1,42	81,13	26.711,20
Habitação	13.001,00	98.200,00	98.200,00	98.200,00	98.200,00	98.200,00	1,21	100,00	0,00
Habitação Urbana	13.001,00	98.200,00	98.200,00	98.200,00	98.200,00	98.200,00	1,21	100,00	0,00

Continua 1/3

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	8.749.808,00	10.727.599,52	1.275.564,53	8.499.059,50	1.577.112,59	7.924.032,78	97,96	73,87	2.803.566,74
Saneamento	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Rural	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	8.000,00	8.000,00	0,00	3.488,85	0,00	3.488,85	0,04	43,61	4.511,15
Preservação e Conservação Ambiental	8.000,00	8.000,00	0,00	3.488,85	0,00	3.488,85	0,04	43,61	4.511,15
Agricultura	621.201,00	789.414,27	74.380,57	709.007,65	122.362,43	674.748,06	8,34	85,47	114.666,21
Promoção da Produção Vegetal	10.001,00	142.214,27	0,00	141.906,00	13.625,00	141.906,00	1,75	99,78	308,27
Promoção da Produção Animal	12.000,00	34.000,00	8.946,23	25.402,41	7.114,00	23.570,18	0,29	69,32	10.429,82
Extensão Rural	599.200,00	613.200,00	65.434,34	541.699,24	101.623,43	509.271,88	6,30	83,05	103.928,12
Indústria	5.000,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00
Promoção Industrial	5.000,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00
Comércio e Serviços	5.000,00	102.500,00	0,00	97.500,00	0,00	97.500,00	1,21	95,12	5.000,00
Turismo	5.000,00	102.500,00	0,00	97.500,00	0,00	97.500,00	1,21	95,12	5.000,00
Transporte	932.421,00	1.256.508,13	104.368,16	1.216.514,08	128.617,64	1.186.214,07	14,66	94,41	70.294,06
Transporte Rodoviário	932.421,00	1.256.508,13	104.368,16	1.216.514,08	128.617,64	1.186.214,07	14,66	94,41	70.294,06
Desporto e Lazer	30.000,00	30.000,00	330,00	18.409,45	0,00	17.930,45	0,22	59,77	12.069,55
Desporto Comunitário	30.000,00	30.000,00	330,00	18.409,45	0,00	17.930,45	0,22	59,77	12.069,55
Encargos Especiais	407.000,00	443.700,00	44.581,17	359.552,47	64.966,02	343.385,42	4,25	77,39	100.314,58
Outros Encargos Especiais	407.000,00	443.700,00	44.581,17	359.552,47	64.966,02	343.385,42	4,25	77,39	100.314,58
Reserva de Contingência	655.200,00	655.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	655.200,00
Previdência do Regime Estatutário	655.200,00	655.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	655.200,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	241.400,00	241.400,00	33.428,57	165.252,20	33.428,57	164.765,84	2,04	68,25	76.634,16
Legislativa	9.400,00	9.400,00	972,72	5.237,04	972,72	4.750,68	0,06	50,54	4.649,32
Ação Legislativa	9.400,00	9.400,00	972,72	5.237,04	972,72	4.750,68	0,06	50,54	4.649,32
Administração	22.000,00	22.000,00	3.624,14	16.303,40	3.624,14	16.303,40	0,20	74,11	5.696,60
Administração Geral	22.000,00	22.000,00	3.624,14	16.303,40	3.624,14	16.303,40	0,20	74,11	5.696,60
Saúde	58.000,00	58.000,00	7.817,19	39.369,35	7.817,19	39.369,35	0,49	67,88	18.630,65
Atenção Básica	58.000,00	58.000,00	7.817,19	39.369,35	7.817,19	39.369,35	0,49	67,88	18.630,65
Educação	85.000,00	85.000,00	12.090,93	58.479,92	12.090,93	58.479,92	0,72	68,80	26.520,08
Ensino Fundamental	85.000,00	85.000,00	12.090,93	58.479,92	12.090,93	58.479,92	0,72	68,80	26.520,08

Continua 2/3

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	241.400,00	241.400,00	33.428,57	165.252,20	33.428,57	164.765,84	2,04	68,25	76.634,16
Agricultura	24.000,00	24.000,00	2.156,64	13.758,44	2.156,64	13.758,44	0,17	57,33	10.241,56
Extensão Rural	24.000,00	24.000,00	2.156,64	13.758,44	2.156,64	13.758,44	0,17	57,33	10.241,56
Transporte	43.000,00	43.000,00	6.766,95	32.104,05	6.766,95	32.104,05	0,40	74,66	10.895,95
Transporte Rodoviário	43.000,00	43.000,00	6.766,95	32.104,05	6.766,95	32.104,05	0,40	74,66	10.895,95
TOTAL (III) = (I + II)	8.991.208,00	10.968.999,52	1.308.993,10	8.664.311,70	1.610.541,16	8.088.798,62	100,00	73,74	2.880.200,90

FONTE:

Macieira, 04/11/2012

EMERSON ZANELLA
PREFEITO

EDEMAR NICOLAU KUHN
CONTABILISTA CRC-SC.-18158

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2011 A OUTUBRO/2012

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2012
	Nov/2011	Dez/2011	Jan/2012	Fev/2012	Mar/2012	Abr/2012	Mai/2012	Jun/2012	Jul/2012	Ago/2012	Set/2012	Out/2012	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	831.969,81	1.143.857,30	876.539,01	900.225,85	804.748,96	1.000.289,41	938.760,31	842.563,81	919.523,01	808.135,76	904.075,75	834.924,32	10.805.613,30	10.358.500,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	17.929,58	73.057,38	10.866,15	13.174,85	21.050,93	19.559,53	66.364,52	14.417,09	14.205,40	18.660,19	15.633,80	12.869,98	297.789,40	280.500,00
I.P.T.U.	0,00	175,20	0,00	0,00	6.490,64	2.476,98	2.508,53	723,35	107,45	0,00	0,00	0,00	12.482,15	20.000,00
I.R.R.F	12.683,48	13.930,83	8.819,87	10.575,64	11.587,62	10.673,75	10.687,42	10.956,24	10.988,50	11.031,21	11.102,43	10.308,41	133.345,40	120.000,00
I.S.S.	4.029,23	58.951,35	467,10	2.599,21	2.972,67	6.408,80	52.769,41	2.334,28	2.508,45	5.798,48	4.531,37	2.561,57	145.931,92	90.000,00
I.T.B.I.	1.216,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	399,16	403,22	601,00	1.830,50	0,00	0,00	4.450,75	15.000,00
Outras Receitas Tributárias	0,00	0,00	1.579,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.579,18	35.500,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.566,53	3.417,06	8.619,26	10.477,01	13.677,53	11.740,04	11.555,07	11.489,09	11.730,20	12.062,48	11.368,57	11.618,27	119.321,11	154.700,00
RECEITA PATRIMONIAL	59.326,86	26.710,84	61.715,76	76.845,70	73.534,35	139.770,86	76.597,15	21.252,59	91.836,10	70.379,20	54.765,04	120.636,15	873.370,60	455.400,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	1.341,97	219,99	158,12	0,00	0,00	0,00	1.852,83	3.605,88	1.420,62	988,97	132,40	2.843,95	12.564,73	36.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	748.182,78	1.034.731,26	759.444,86	794.374,86	685.612,52	785.964,02	849.771,65	793.118,79	797.185,29	701.352,35	712.497,95	684.317,48	9.346.553,81	9.350.000,00
Cota-Parte do F.P.M.	407.763,82	473.591,98	430.985,75	521.342,74	354.074,98	446.250,60	499.099,71	425.906,21	318.052,52	353.345,60	307.088,59	325.988,39	4.863.490,89	5.600.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	227.586,79	233.729,31	220.824,41	192.348,95	208.197,09	218.037,61	195.893,31	202.464,75	197.999,18	195.812,68	230.012,87	222.246,18	2.545.153,13	2.300.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	4.404,52	1.184,85	3.795,93	3.238,35	5.598,92	7.515,28	9.871,95	9.782,93	8.149,20	9.214,66	8.594,57	5.354,17	76.705,33	66.000,00
Cota-Parte do ITR	23,86	44,63	60,16	36,04	36,46	0,00	8,42	95,44	231,99	2.035,12	1.530,08	9.213,36	13.315,56	9.000,00
Outras Transferências Correntes	54.071,75	270.143,46	48.384,02	23.722,73	61.920,14	55.307,23	87.125,16	98.551,21	220.578,62	86.632,64	105.863,89	63.681,44	1.175.982,29	726.000,00
Transferências da LC 61/1989	4.653,16	4.605,63	1.743,03	3.641,16	3.242,02	3.440,03	3.893,62	3.478,41	3.243,73	3.585,35	3.643,28	3.504,45	42.673,87	50.000,00
Transferências da LC 87/1996	1.145,29	1.145,29	1.092,33	1.092,33	1.091,90	1.091,90	1.091,90	1.091,90	1.091,90	1.091,90	0,00	2.183,80	13.210,44	19.000,00
Transferências do FUNDEB	48.533,59	50.286,11	52.559,23	48.952,56	51.451,01	54.321,37	52.787,58	51.747,94	47.838,15	49.634,40	55.764,67	52.145,69	616.022,30	580.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.622,09	5.720,77	35.734,86	5.353,43	10.873,63	43.254,96	-67.380,91	-1.319,63	3.145,40	4.692,57	109.677,99	2.638,49	156.013,65	70.900,00
DEDUÇÕES (II)	145.522,75	152.731,42	138.313,46	154.191,13	123.728,69	144.546,90	151.346,31	137.996,45	115.150,39	122.487,10	119.153,34	122.854,61	1.628.022,55	1.737.500,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	15.160,13	10.009,33	6.613,32	9.851,34	9.280,54	9.279,94	9.374,67	9.432,63	9.396,82	9.470,17	8.965,70	9.156,69	115.991,28	128.700,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	130.362,62	142.722,09	131.700,14	144.339,79	114.448,15	135.266,96	141.971,64	128.563,82	105.753,57	113.016,93	110.187,64	113.697,92	1.512.031,27	1.608.800,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	686.447,06	991.125,88	738.225,55	746.034,72	681.020,27	855.742,51	787.414,00	704.567,36	804.372,62	685.648,66	784.922,41	712.069,71	9.177.590,75	8.621.000,00

FONTE:

Macieira, 04/11/2012

EMERSON ZANELLA
PREFEITOEDEMAR NICOLAU KUHN
CONTABILISTA CRC-SC.-18158

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	14.300,19	19.848,73	34.148,92	-	0,00	586,44	35.214,83	28.479,68	28.479,68	-	7.321,59
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	14.300,19	19.848,73	34.148,92	0,00	0,00	586,44	35.214,83	28.479,68	28.479,68	0,00	7.321,59
GABINETE DO PREFEITO	0,00	2.316,80	2.316,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRET. MUN. DE INFRAESTRUTURA E DESENV.	14.300,19	0,00	14.300,19	0,00	0,00	586,44	0,00	586,44	586,44	0,00	0,00
SECRET. MUNIC. DE AGRICULTURA E DESENV. E	0,00	2.335,76	2.335,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRET. MUNIC. DE INFRAESTRUTURA E DESEN	0,00	4.654,00	4.654,00	0,00	0,00	0,00	35.070,53	27.748,94	27.748,94	0,00	7.321,59
SECRET. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZE	0,00	1.743,59	1.743,59	0,00	0,00	0,00	144,30	144,30	144,30	0,00	0,00
SECRET. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E	0,00	8.798,58	8.798,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	14.300,19	19.848,73	34.148,92	0,00	0,00	586,44	35.214,83	28.479,68	28.479,68	0,00	7.321,59

FONTE:

Macieira, 04/11/2012

EMERSON ZANELLA
PREFEITO

EDEMAR NICOLAU KUHN
CONTABILISTA CRC-SC-18158

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	528.700,00	528.700,00	190.311,70	833.098,24	497.577,47
RECEITAS CORRENTES	528.700,00	528.700,00	190.311,70	833.098,24	497.577,47
Receita de Contribuições dos Segurados	128.700,00	128.700,00	18.122,39	90.821,82	83.468,26
Pessoal Civil	128.700,00	128.700,00	18.122,39	90.821,82	83.468,26
Ativo	123.200,00	123.200,00	17.027,19	85.345,82	82.562,86
Inativo	5.500,00	5.500,00	1.095,20	5.476,00	905,40
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	400.000,00	400.000,00	172.189,31	742.276,42	414.109,21
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	400.000,00	400.000,00	172.189,31	742.276,42	414.109,21
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	241.500,00	241.500,00	33.914,93	162.626,67	140.070,74
RECEITAS CORRENTES	241.500,00	241.500,00	33.914,93	162.626,67	140.070,74
Receita de Contribuições Patronais	241.500,00	241.500,00	33.914,93	162.626,67	140.070,74
Pessoal Civil	241.500,00	241.500,00	33.914,93	162.626,67	140.070,74
Ativo	241.500,00	241.500,00	33.914,93	162.626,67	140.070,74
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Macieira - SC

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	770.200,00	770.200,00	224.226,63	995.724,91	637.648,21
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	50.812,70
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	9.658,60
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	9.658,60
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	41.154,10
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	41.154,10
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	41.154,10
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de Macieira - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	50.812,70
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	770.200,00	770.200,00	224.226,63	995.724,91	586.835,51
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor			0,00		

BENS E DIREITOS DO RPPS	SETEMBRO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2012	2011
Bancos Conta Movimento	1.471.968,88	1.512.723,11	951.047,58
Investimentos	3.219.023,82	3.318.523,76	2.809.918,80

FONTE:

Macieira, 04/11/2012

EMERSON ZANELLA
PREFEITOEDEMAR NICOLAU KUHN
CONTABILISTA CRC-SC.-18158

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 31 Ago 2012 (B)	Em 31 Out 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	734.440,44	552.001,17	507.848,00
DEDUÇÕES (II)	1.044.483,81	495.649,98	497.910,12
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.078.632,73	621.759,02	611.424,01
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	34.148,92	126.109,04	113.513,89
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-310.043,37	56.351,19	9.937,88
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-310.043,37	56.351,19	9.937,88

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2012 (C - A)
VALOR	-46.413,31	319.981,25

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 31 Ago 2012 (B)	Em 31 Out 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	2.939.460,31	3.653.872,10	3.653.872,10
Passivo Atuarial	2.939.460,31	3.653.872,10	3.653.872,10
DEDUÇÕES (VIII)	3.888.739,33	4.617.881,48	4.831.246,87
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.111.323,56	1.438.253,41	1.512.723,11
Investimentos	2.777.415,77	3.179.628,07	3.318.523,76
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-949.279,02	-964.009,38	-1.177.374,77
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-949.279,02	-964.009,38	-1.177.374,77

FONTE:

Macieira, 04/11/2012

EMERSON ZANELLA
PREFEITO

EDEMAR NICOLAU KUHN
CONTABILISTA CRC-SC.-18158

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	8.535.800,00	1.373.628,25	6.966.133,40	6.395.080,72
Receita Tributária	280.500,00	28.503,78	206.802,44	146.399,31
I.P.T.U.	20.000,00	0,00	12.306,95	12.821,48
I.S.S.	90.000,00	7.092,94	82.951,34	60.473,40
I.T.B.I.	15.000,00	0,00	3.233,88	0,00
I.R.R.F.	120.000,00	21.410,84	106.731,09	72.954,87
Outras Receitas Tributárias	35.500,00	0,00	1.579,18	149,56
Receita de Contribuição	396.200,00	56.901,77	276.964,19	245.662,75
Receitas Previdenciárias	370.200,00	52.037,32	253.448,49	223.539,00
Outras Contribuições	26.000,00	4.864,45	23.515,70	22.123,75
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	455.400,00	175.401,19	787.332,90	467.508,47
(-) Aplicações Financeiras	455.400,00	175.401,19	787.332,90	467.508,47
Transferências Correntes	7.741.200,00	1.172.929,87	6.324.693,21	5.967.111,10
F.P.M.	4.480.000,00	506.461,66	3.185.708,38	3.119.072,21
I.C.M.S.	1.840.000,00	361.807,41	1.667.070,52	1.610.925,06
Convênios	34.000,00	37.384,42	272.051,54	97.207,00
Outras Transferências Correntes	1.387.200,00	267.276,38	1.199.862,77	1.139.906,83
Demais Receitas Correntes	117.900,00	115.292,83	157.673,56	35.907,56
Dívida Ativa	7.000,00	0,00	0,00	0,00
Diversas Receitas Correntes	110.900,00	115.292,83	157.673,56	35.907,56
RECEITAS DE CAPITAL (II)	8,00	276.354,44	748.577,88	341.730,28
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	199.000,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	21.200,00	39.700,00
Transferências de Capital	8,00	276.354,44	727.377,88	103.030,28
Convênios	8,00	276.354,44	727.377,88	103.030,28
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	8,00	276.354,44	727.377,88	103.030,28
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	8.535.808,00	1.649.982,69	7.693.511,28	6.498.111,00
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
DESPESAS CORRENTES (VIII)	8.870.412,21	1.263.643,23	7.043.703,54	5.340.058,06
Pessoal e Encargos Sociais	4.962.262,71	830.416,45	3.981.140,54	3.062.528,13
Juros e Encargos da Dívida (IX)	82.000,00	9.210,66	53.268,29	26.733,84
Outras Despesas Correntes	3.826.149,50	424.016,12	3.009.294,71	2.250.796,09
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	8.788.412,21	1.254.432,57	6.990.435,25	5.313.324,22
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	1.421.387,31	346.897,93	1.045.095,08	964.396,56
Investimentos	1.149.687,31	302.744,76	818.502,64	740.941,95
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	271.700,00	44.153,17	226.592,44	223.454,61
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	1.149.687,31	302.744,76	818.502,64	740.941,95
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	677.200,00	-	-	-

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	677.200,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	10.615.299,52	1.557.177,33	7.808.937,89	6.054.266,17
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-2.079.491,52	92.805,36	-115.426,61	443.844,83
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	442.105,18	0,00
Superávit Financeiro	-	-	442.105,18	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

FONTE:

Macieira, 04/11/2012

EMERSON ZANELLA
PREFEITO

EDEMAR NICOLAU KUHN
CONTABILISTA CRC-SC.-18158

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	256.200,00	256.200,00	28.503,78	205.223,26	80,10
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	31.200,00	31.200,00	0,00	12.306,95	39,45
1.1.1- IPTU	20.000,00	20.000,00	0,00	12.306,95	61,53
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	2.200,00	2.200,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	15.000,00	15.000,00	0,00	3.233,88	21,56
1.2.1- ITBI	15.000,00	15.000,00	0,00	3.233,88	21,56
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	90.000,00	90.000,00	7.092,94	82.951,34	92,17
1.3.1- ISS	90.000,00	90.000,00	7.092,94	82.951,34	92,17
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	120.000,00	120.000,00	21.410,84	106.731,09	88,94
1.4.1- IRRF	120.000,00	120.000,00	21.410,84	106.731,09	88,94
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	8.044.000,00	8.044.000,00	1.119.359,74	6.194.670,09	77,01
2.1- Cota-Parte FPM	5.600.000,00	5.600.000,00	633.076,98	3.982.135,09	71,11
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.600.000,00	5.600.000,00	633.076,98	3.982.135,09	71,11
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	2.300.000,00	2.300.000,00	452.259,05	2.083.837,03	90,60
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	19.000,00	19.000,00	2.183,80	10.919,86	57,47
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	50.000,00	50.000,00	7.147,73	33.415,08	66,83
2.5- Cota-Parte ITR	9.000,00	9.000,00	10.743,44	13.247,07	147,19
2.6- Cota-Parte IPVA	66.000,00	66.000,00	13.948,74	71.115,96	107,75
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	8.300.200,00	8.300.200,00	1.147.863,52	6.399.893,35	77,11
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	55.000,00	55.000,00	10.078,75	51.115,34	92,94
5.1- Transferências do Salário-Educação	55.000,00	55.000,00	9.974,79	50.677,71	92,14
5.2- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	103,96	437,63	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	34.002,00	34.002,00	8.175,76	28.615,16	84,16
6.1- Transferências de Convênios	34.002,00	34.002,00	8.175,76	28.615,16	84,16
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	61.000,00	61.000,00	10.864,64	38.710,24	63,46
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	150.002,00	150.002,00	29.119,15	118.440,74	78,96

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.608.800,00	1.608.800,00	223.885,56	1.238.946,56	77,01
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.120.000,00	1.120.000,00	126.615,32	796.426,71	71,11
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	460.000,00	460.000,00	90.451,64	416.766,51	90,80
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	3.800,00	3.800,00	436,76	2.183,96	57,47
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	10.000,00	10.000,00	1.443,44	6.696,88	66,97
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	1.800,00	1.800,00	2.148,66	2.649,34	147,19
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	13.200,00	13.200,00	2.789,74	14.223,16	107,75
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	581.000,00	581.000,00	108.170,28	519.046,32	89,34
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	580.000,00	580.000,00	107.910,36	517.202,60	89,17
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	1.000,00	1.000,00	259,92	1.843,72	184,37
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.028.800,00	-1.028.800,00	-115.975,20	-721.743,96	70,15
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	522.000,00	522.000,00	113.105,86	387.262,38	74,19
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	522.000,00	522.000,00	113.105,86	387.262,38	74,19
14- OUTRAS DESPESAS	59.000,00	59.092,71	0,00	57.239,69	96,86
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	59.000,00	59.092,71	0,00	57.239,69	96,86
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	581.000,00	581.092,71	113.105,86	444.502,07	76,49
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					74,61
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2011 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2012 2				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)2	2.075.050,00	2.075.050,00	286.965,88	1.599.973,34	77,11
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	10.000,00	10.000,00	0,00	4.166,22	41,66
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	10.000,00	10.000,00	0,00	4.166,22	41,66
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.034.250,00	2.011.801,38	317.056,78	1.523.577,03	75,73
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	581.000,00	581.092,71	113.105,86	444.502,07	76,49
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.453.250,00	1.430.708,67	203.950,92	1.079.074,96	75,42
25- ENSINO MÉDIO	3.000,00	3.800,00	0,00	2.600,00	68,42
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	42.000,00	42.000,00	5.720,91	28.860,78	68,72
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.089.250,00	2.067.601,38	322.777,69	1.559.204,03	75,41
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-721.743,96
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					1.843,72
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-719.900,24
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					2.247.643,49
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					35,12

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	55.000,00	64.801,71	18.246,00	38.131,58	58,84
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	39.002,00	41.404,64	13.191,64	38.045,43	91,89
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	94.002,00	106.206,35	31.437,64	76.177,01	71,73
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	2.183.252,00	2.173.807,73	354.215,33	1.635.381,04	75,23
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2012 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	517.202,60	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.843,72	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	519.046,32	0,00

Macieira, 04/11/2012

EMERSON ZANELLA
PREFEITO

EDEMAR NICOLAU KUHN
CONTABILISTA CRC-SC.-18158

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00	0,00		0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	1.421.387,31	1.045.095,08	0,00	376.292,23
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	1.421.387,31	1.045.095,08	0,00	376.292,23
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-1.421.387,31	-1.045.095,08		-376.292,23

FONTE:

Macieira, 04/11/2012

EMERSON ZANELLA
PREFEITO

EDEMAR NICOLAU KUHN
CONTABILISTA CRC-SC.-18158

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES**
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2011 a 2085

RREO – ANEXO XIII (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(“d” exercício anterior) + (c)
2011	0,00	0,00	0,00	3.729.732,09
2012	230.904,40	68.426,07	162.478,33	3.892.210,42
2013	213.897,33	223.553,97	-9.656,64	3.882.553,78
2014	196.134,31	257.988,60	-61.854,29	3.820.699,49
2015	215.922,51	278.963,29	-63.040,78	3.757.658,71
2016	210.152,89	306.159,67	-96.006,78	3.661.651,93
2017	242.241,16	332.462,53	-90.221,37	3.571.430,56
2018	197.247,75	362.036,91	-164.789,16	3.406.641,40
2019	219.513,01	388.223,51	-168.710,50	3.237.930,90
2020	215.877,90	406.438,54	-190.560,64	3.047.370,26
2021	227.285,89	423.138,72	-195.852,83	2.851.517,43
2022	207.334,57	447.169,42	-239.834,85	2.611.682,58
2023	204.200,31	477.655,68	-273.455,37	2.338.227,21
2024	218.822,64	514.659,88	-295.837,24	2.042.389,97
2025	218.694,17	546.261,31	-327.567,14	1.714.822,83
2026	215.482,99	572.236,76	-356.753,77	1.358.069,06
2027	207.106,66	591.034,00	-383.927,34	974.141,72
2028	213.128,11	619.221,56	-406.093,45	568.048,27
2029	236.081,84	651.918,75	-415.836,91	152.211,36
2030	208.122,16	691.546,19	-483.424,03	-331.212,67
2031	216.148,19	726.564,92	-510.416,73	-841.629,40
2032	217.023,42	748.224,68	-531.201,26	-1.372.830,66
2033	226.952,08	762.073,27	-535.121,19	-1.907.951,85
2034	212.530,75	775.740,31	-563.209,56	-2.471.161,41
2035	211.734,02	792.973,68	-581.239,66	-3.052.401,07
2036	219.797,32	804.935,38	-585.138,06	-3.637.539,13
2037	218.243,92	810.968,03	-592.724,11	-4.230.263,24
2038	213.816,95	817.440,14	-603.623,19	-4.833.886,43
2039	211.129,04	822.136,78	-611.007,74	-5.444.894,17
2040	213.694,47	824.492,65	-610.798,18	-6.055.692,35
2041	212.686,09	823.521,20	-610.835,11	-6.666.527,46
2042	205.694,86	825.147,21	-619.452,35	-7.285.979,81
2043	207.102,20	822.937,28	-615.835,08	-7.901.814,89
2044	202.204,70	815.109,92	-612.905,22	-8.514.720,11
2045	199.055,93	801.364,08	-602.308,15	-9.117.028,26
2046	194.288,04	783.636,86	-589.348,82	-9.706.377,08
2047	189.403,82	74.020,16	115.383,66	-9.590.993,42
2048	184.371,69	743.732,74	-559.361,05	-10.150.354,47
2049	179.250,00	723.073,79	-543.823,79	-10.694.178,26
2050	174.049,96	702.097,46	-528.047,50	-11.222.225,76
2051	168.759,74	680.757,32	-511.997,58	-11.734.223,34
2052	163.370,42	659.017,41	-495.646,99	-12.229.870,33
2053	157.927,06	637.059,56	-479.132,50	-12.709.002,83
2054	152.419,87	614.844,19	-462.424,32	-13.171.427,15
2055	146.879,91	592.496,61	-445.616,70	-13.617.043,85
2056	141.372,26	570.279,37	-428.907,11	-14.045.950,96
2057	135.863,82	548.058,97	-412.195,15	-14.458.146,11
2058	130.333,43	525.750,02	-395.416,59	-14.853.562,70
2059	124.738,25	503.179,73	-378.441,48	-15.232.004,18
2060	119.096,49	480.421,50	-361.325,01	-15.593.329,19
2061	113.477,08	457.753,43	-344.276,35	-15.937.605,54
2062	106.998,37	431.619,09	-324.620,72	-16.262.226,26
2063	101.542,28	409.609,86	-308.067,58	-16.570.293,84
2064	96.122,91	387.748,74	-291.625,83	-16.861.919,67
2065	90.793,82	366.251,80	-275.457,98	-17.137.377,65
2066	85.590,13	345.260,70	-259.670,57	-17.397.048,22
2067	80.483,90	324.662,78	-244.178,88	-17.641.227,10
2068	75.467,60	304.427,59	-228.959,99	-17.870.187,09
2069	70.602,15	284.800,93	-214.198,78	-18.084.385,87
2070	65.907,01	265.861,27	-199.954,26	-18.284.340,13



Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES**
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2011 a 2085

RREO – ANEXO XIII (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(“d” exercício anterior) + (c)
2071	61.439,54	247.840,03	-186.400,49	-18.470.740,62
2072	57.198,81	230.733,41	-173.534,60	-18.644.275,22
2073	53.190,20	214.563,14	-161.372,94	-18.805.648,16
2074	49.351,96	199.080,11	-149.728,15	-18.955.376,31
2075	45.742,59	184.520,33	-138.777,74	-19.094.154,05
2076	42.370,05	170.915,90	-128.545,85	-19.222.699,90
2077	39.272,34	158.420,10	-119.147,76	-19.341.847,66
2078	36.471,19	147.120,58	-110.649,39	-19.452.497,05
2079	33.903,15	136.761,39	-102.858,24	-19.555.355,29
2080	31.527,20	127.177,10	-95.649,90	-19.651.005,19
2081	29.345,82	118.377,67	-89.031,85	-19.740.037,04
2082	27.401,37	110.533,98	-83.132,61	-19.823.169,65
2083	25.664,57	103.527,93	-77.863,36	-19.901.033,01
2084	24.078,20	97.128,67	-73.050,47	-19.974.083,48
2085	22.661,57	91.414,14	-68.752,57	-20.042.836,05

Projeção atuarial elaborada em 09/03/2012 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO XIV (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	21.200,00	-21.200,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	21.200,00	-21.200,00
TOTAL	0,00	21.200,00	-21.200,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	21.200,00	21.200,00	0,00	0,00
Investimentos	21.200,00	21.200,00	0,00	0,00
TOTAL	21.200,00	21.200,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2011 (h)	Em 2012 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	10,56	0,00	10,56

FONTE:

Macieira, 04/11/2012

EMERSON ZANELLA
PREFEITO

EDEMAR NICOLAU KUHN
CONTABILISTA CRC-SC.-18158

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	8.300.200,00	8.300.200,00	6.399.893,35	77,11
Impostos	245.000,00	245.000,00	205.223,26	83,76
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	20.000,00	20.000,00	12.306,95	61,53
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	15.000,00	15.000,00	3.233,88	21,56
Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	90.000,00	90.000,00	82.951,34	92,17
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	120.000,00	120.000,00	106.731,09	88,94
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	11.200,00	11.200,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.200,00	2.200,00	0,00	0,00
Dívida Ativa dos Impostos	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Div. Ativa dos Imp.	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	8.044.000,00	8.044.000,00	6.194.670,09	77,01
Da União	5.628.000,00	5.628.000,00	4.006.302,02	71,19
Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	5.600.000,00	5.600.000,00	3.982.135,09	71,11
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	9.000,00	9.000,00	13.247,07	147,19
Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	19.000,00	19.000,00	10.919,86	57,47
Do Estado	2.416.000,00	2.416.000,00	2.188.368,07	90,58
Cota-Parte do ICMS	2.300.000,00	2.300.000,00	2.083.837,03	90,60
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	50.000,00	50.000,00	33.415,08	66,83
Cota-Parte do IPVA	66.000,00	66.000,00	71.115,96	107,75
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS (II)	375.001,00	375.001,00	353.666,56	94,31
Da União para o Município	375.001,00	375.001,00	353.666,56	94,31
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	1.924.807,00	1.924.807,00	2.987.430,83	155,21
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-1.608.800,00	-1.608.800,00	-1.238.946,56	77,01
TOTAL	8.991.208,00	8.991.208,00	8.502.044,18	94,56

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	1.993.030,00	2.170.792,94	1.612.472,15	74,28
Pessoal e Encargos Sociais	1.480.000,00	1.480.000,00	1.165.500,61	78,75
Outras Despesas Correntes	513.030,00	690.792,94	446.971,54	64,70
DESPESAS DE CAPITAL	26.001,00	417.578,06	255.629,67	61,22
Investimentos	26.001,00	417.578,06	255.629,67	61,22

Continua 1/2

Município de Macieira - SC

Continuação 2/2

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	26.001,00	417.578,06	255.629,67	61,22
Investimentos	26.001,00	417.578,06	255.629,67	61,22
TOTAL (IV)	2.019.031,00	2.588.371,00	1.868.101,82	72,17

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	2.019.031,00	2.588.371,00	1.868.101,82	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	375.000,00	841.577,77	439.347,27	23,52
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	375.000,00	841.577,77	439.347,27	23,52
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	1.644.031,00	1.746.793,23	1.428.754,55	76,48

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2012 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SA	0,00	0,00

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <=>² [(V - VI) / I]	22,32
--	--------------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	1.992.031,00	2.528.504,29	1.848.871,96	98,97
Vigilância Sanitária	17.000,00	28.569,20	6.252,92	0,33
Vigilância Epidemiológica	10.000,00	31.297,51	12.976,94	0,69
TOTAL	2.019.031,00	2.588.371,00	1.868.101,82	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

Macieira, 04/11/2012

EMERSON ZANELLA
PREFEITO

EDEMAR NICOLAU KUHN
CONTABILISTA CRC-SC.-18158

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo XVII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2012		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

Macieira, 04/11/2012

EMERSON ZANELLA
PREFEITO

EDEMAR NICOLAU KUHN
CONTABILISTA CRC-SC.-18158

Município de Macieira - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO			No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS				
Previsão Inicial			—	8.991.208,00
Previsão Atualizada			—	8.991.208,00
Receitas Realizadas			1.825.383,88	8.502.044,18
Déficit Orçamentário			—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			—	442.105,18
DESPESAS				
Dotação Inicial			—	8.991.208,00
Créditos Adicionais			—	1.977.791,52
Dotação Atualizada			—	10.968.999,52
Despesas Empenhadas			1.308.993,10	8.664.311,70
Despesas Liquidadas			1.610.541,16	8.088.798,62
Superavit Orçamentário			—	413.245,56
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO			No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas			1.308.993,10	8.664.311,70
Despesas Liquidadas			1.610.541,16	8.088.798,62
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL				Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida				9.177.590,75
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)			224.226,63	995.724,91
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)			0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)			224.226,63	995.724,91
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	319.981,25	0,00
Resultado Primário		0,00	-115.426,61	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	34.148,92	0,00	34.148,92	0,00
EXECUTIVO	34.148,92	0,00	34.148,92	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	35.801,27	0,00	28.479,68	7.321,59
EXECUTIVO	35.801,27	0,00	28.479,68	7.321,59
TOTAL:	69.950,19	0,00	62.628,60	7.321,59
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		2.247.643,49	25%	35,12
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		387.262,38	60%	74,61
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			0,00	
Despesa de Capital Líquida			1.045.095,08	376.292,23

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de Macieira - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2012	2020	2030	2045
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	230.904,40	215.877,90	208.122,16	199.055,93
Despesas Previdenciárias (V)	68.426,07	406.438,54	691.546,19	801.364,08
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	162.478,33	-190.560,64	-483.424,03	-602.308,15

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	21.200,00	-21.200,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	21.200,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.428.754,55	15,00	22,32

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)	0,00

FONTE:

Macieira, 04/11/2012

EMERSON ZANELLA
PREFEITO

EDEMAR NICOLAU KUHN
CONTABILISTA CRC-SC.-18158



**VISÃO ESTRATÉGICA E
 INTEGRAÇÃO GOVERNAMENTAL,
 INOVAÇÃO DOS MODELOS DE GESTÃO**

**CENTROSUL – FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA
 28, 29 E 30 DE JANEIRO DE 2013**

Inscrições através do site:
www.egem.org.br

Maracajá

PREFEITURA

Lei 908/2012

LEI Nº 908 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012.

INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DESTINADO A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO, LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E DRENAGEM URBANA E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS NO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá (SC), no uso de suas atribuições legais, faz saber aos habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Esta Lei Institui o Plano Municipal de Saneamento Básico, nos termos do Anexo Único destinado a articular, integrar e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros para execução dos serviços públicos municipais urbanos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos e drenagem urbana e manejo das águas pluviais no Município, em conformidade com o estabelecido na Lei Federal nº 11.445/2007 e Lei estadual nº 13.517/2005.

Art. 2º O Plano Municipal de Saneamento Básico, instituído por esta Lei, será revisto periodicamente a cada quatro anos, sempre anteriormente a elaboração do Plano Plurianual.

Parágrafo Único - O Poder Executivo Municipal deverá encaminhar a proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico à Câmara Municipal de Vereadores, devendo constar as alterações, caso necessárias, a atualização e a consolidação do plano anteriormente vigente.

Art. 3º A proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico deverá ser elaborada em articulação com a prestadora dos serviços e estar em compatibilidade com as diretrizes, metas e objetivos:

I - das Políticas Estaduais de Saneamento Básico, de Saúde Pública e de Meio Ambiente;

II - dos Planos Estaduais de Saneamento Básico e de Recursos Hídricos.

§ 1º A revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico deverá seguir as diretrizes dos planos das bacias hidrográficas em que estiver inserido.

§ 2º O Poder Executivo Municipal, na realização do estabelecido neste artigo, poderá solicitar cooperação técnica ao Estado de Santa Catarina.

Art. 4º As revisões do Plano Municipal de Saneamento Básico não poderão ocasionar inviabilidade técnica ou desequilíbrio econômico-financeiro na prestação dos serviços delegados, devendo qualquer acréscimo de custo, ter a respectiva fonte de custeio e a anuência da prestadora.

Parágrafo Único - No caso de descumprimento do estabelecido no caput, a prestadora dos serviços fica obrigada a cumprir o Plano Municipal de Saneamento Básico em vigor à época da delegação, nos termos do art. 19, § 6º da Lei Federal nº 11.445/2007.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 06 de Novembro de 2012.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei Municipal na Secretaria de Administração em 06 de Novembro de 2012.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

Decreto Nº 66/2012

DECRETO Nº 66 DE 31 DE OUTUBRO DE 2012.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal Nº 907 de 31 de Outubro de 2012:

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para suplementar no orçamento vigente as dotações abaixo:

05 - DEPTO. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

2.013 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.1.90.00.00.00.00.0080 (41) - Aplicações Diretas	R	\$
150.000,00		

TOTAL R\$ 150.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação de que trata o artigo anterior, fica anulada no mesmo orçamento a dotação abaixo:

05 - DEPTO. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

2.013 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.1.91.00.00.00.00.00.0102 (40) - Aplicações Diretas	R	\$
150.000,00		

TOTAL R\$ 150.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 31 de Outubro de 2012.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto Municipal na Secretaria de Administração em 31 de Outubro de 2012.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

Decreto Nº 67/2012

DECRETO Nº 67 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012.

NOMEIA A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DOS BENS MÓVEIS MUNICIPAIS DE MARACAJÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 19, inciso I e o Art. 73, inciso VII e XXVI, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados: Rosani Savi Costa, Maria das Graças Conti Fagundes, Renan Machado Fregúlia, Denner Lucas Casagrande, Diomar de Souza Machado Júnior, Itaionara Tramontin Recco, Michelini Costa Francisco e Janaina Ramos, servidores públicos municipais, para comporem a Comissão de Avaliação, para proceder o levantamento e a avaliação dos bens móveis pertencentes ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Maracajá, compreendendo os Poderes Executivo, Legislativo e Fundos Especiais, de forma

individualizada por item e será presidida pelo servidor público municipal, senhor Diomar de Souza Machado Júnior.

Art. 2º A presente Comissão de Avaliação deverá organizar-se internamente para eventuais procedimentos e diligências, bem como, para emissão do relatório final.

Art. 3º A avaliação financeira dos bens, será realizada com base nos preços de mercado, considerando sua depreciação, que será analisada pela Comissão de Avaliação que definirá o valor final de cada bem.

Art. 4º Concluído o levantamento e a avaliação dos bens móveis do município de Maracajá, o relatório final será encaminhado a Câmara Municipal de Vereadores para aprovação.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá, 06 de Novembro de 2012.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto Municipal na Secretaria de Administração em 06 de Novembro de 2012.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

Massaranduba

PREFEITURA

Decreto Nº 2588 de 07 de Novembro de 2012

DECRETO Nº 2588 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2012

Ponto Facultativo Municipal

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pela legislação em vigor, DECRETA:

Art.1º Fica DECRETADO Ponto Facultativo Municipal, no dia 16 de Novembro de 2012 (sexta-feira), nas repartições públicas municipais, ressalvadas as necessidades de cada Secretaria, em virtude das comemorações pelo dia do Servidor Público.

Parágrafo único: o presente ponto facultativo não será estendido aos servidores que desempenham as suas atribuições nos CEIs (Centro de Educação Infantil) e no Pronto Atendimento (P.A.) do Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, em 07 de Novembro de 2012

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

ELI PAULINO RIEGEL

Agente de Controle Interno

Decreto Nº. 2584 de 07 de Novembro de 2012

DECRETO Nº. 2584 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2012

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1370 de 17 de Novembro de 2011, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.367.0124.2057 - Apoio a Educação Especial

0501 - 33900000 - Aplicações Diretas

0501 - 30000 - Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.367.0124.2057 - Apoio a Educação Especial

0501 - 44900000 - Aplicações Diretas

0501 - 30000 - Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 07 DE NOVEMBRO DE 2012

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI

Secretário de Adm. e Finanças

Decreto Nº. 2585 de 07 de Novembro de 2012

DECRETO Nº. 2585 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2012

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1370 de 17 de Novembro de 2011, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.800,00 (Dois mil e oitocentos reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.361.0120.2046 - Administração da Secretaria de Educação

0501 - 33900000 - Aplicações Diretas

0501 - 10100 - Receita de Impostos e Transf. Impostos Educação R\$ 2.800,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 2.800,00 (Dois mil e oitocentos reais), do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.361.0120.2046 - Administração da Secretaria de Educação

0501 - 31900000 - Aplicações Diretas

0501 - 10100 - Receita de Impostos e Transf. Impostos Educação

R\$ 1.000,00
0501 - 44900000 - Aplicações Diretas
0501 - 10100 - Receita de Impostos e Transf. Impostos Educação
R\$ 1.800,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA,
EM 07 DE NOVEMBRO DE 2012
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI
Secretário de Adm. e Finanças

Decreto Nº. 2586 de 07 de Novembro de 2012
DECRETO Nº. 2586 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2012
Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1370 de 17 de Novembro de 2011, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 7.200,00 (Sete mil e duzentos reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0601 - GERÊNCIA DE SAÚDE
0601.010.301.0100.2029 - Manutenção da Secretaria de Saúde
0601 - 31900000 - Aplicações Diretas
0601 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos/Saúde
R\$ 7.200,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 7.200,00 (Sete mil e duzentos reais), dos seguintes programas e verbas abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0601 - GERÊNCIA DE SAÚDE
0601.010.301.0100.2029 - Manutenção da Secretaria de Saúde
0601 - 33500000 - Transferência a Instit Privadas sem fins lucrativos
0601 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos/Saúde
R\$ 1.600,00
0601 - 33900000 - Aplicações Diretas
0601 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos/Saúde
R\$ 1.000,00
0601 - 44900000 - Aplicações Diretas
0601 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos/Saúde
R\$ 4.600,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA,
EM 07 DE NOVEMBRO DE 2012
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI
Secretário de Adm. e Finanças

Decreto Nº. 2587 de 07 de Novembro de 2012
DECRETO Nº. 2587 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2012
Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1370 de 17 de Novembro de 2011, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 7.000,00 (Sete mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
0602.010.301.0100.2033 - Atendimento à População
0602 - 33900000 - Aplicações Diretas
0602 - 17001 - Transferências de Recursos do SUS R \$
7.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Excesso de Arrecadação verificado no exercício de 2012.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA,
EM 07 DE NOVEMBRO DE 2012
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI
Secretário de Adm. e Finanças

Decreto Nº. 2589 de 09 de Novembro de 2012
DECRETO Nº. 2589 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2012
Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1370 de 17 de Novembro de 2011, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0200 - Gabinete do Prefeito
0201 - Gabinete do Prefeito
0201.004.124.0040.2007 - Gerenciamento do Controle Interno
0201 - 31900000 - Aplicações Diretas
0201 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 3.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais), do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0200 - Gabinete do Prefeito
0201 - Gabinete do Prefeito
0201.004.124.0040.2007 - Gerenciamento do Controle Interno
0201 - 33900000 - Aplicações Diretas
0201 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 3.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA,
EM 09 DE NOVEMBRO DE 2012
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI
Secretário de Adm. e Finanças

Decreto Nº. 2590 de 09 de Novembro de 2012

DECRETO Nº. 2590 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2012

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1370 de 17 de Novembro de 2011, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0800 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
0801 - GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO
0801.004.121.0040.2006 - Manutenção da Secretaria de Planejamento
0801 - 33900000 - Aplicações Diretas
0801 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0800 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
0801 - GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO
0801.004.121.0040.2006 - Manutenção da Secretaria de Planejamento
0801 - 31900000 - Aplicações Diretas
0801 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA,
EM 09 DE NOVEMBRO DE 2012
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI
Secretário de Adm. e Finanças

Decreto Nº. 2591 de 09 de Novembro de 2012

DECRETO Nº. 2591 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2012

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1370 de 17 de Novembro de 2011, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO
0505 - GERÊNCIA DE CULTURA
0505.013.392.0130.2060 - Incentivo a Cultura
0505 - 33900000 - Aplicações Diretas
0505 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 1.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais), do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0505 - GERÊNCIA DE CULTURA

0505.013.392.0130.2060 - Incentivo a Cultura

0505 - 33500000 - Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos

0505 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 1.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA,
EM 07 DE NOVEMBRO DE 2012
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI
Secretário de Adm. e Finanças

Decreto Nº. 2592 de 09 de Novembro de 2012

DECRETO Nº. 2592 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2012

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1370 de 17 de Novembro de 2011, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO
0506 - GERÊNCIA DE ESPORTES
0506.027.812.0270.2090 - Apoio ao Esporte Amador
0506 - 33900000 - Aplicações Diretas
0506 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO
0506 - GERÊNCIA DE ESPORTES
0506.027.812.0270.2090 - Apoio ao Esporte Amador
0506 - 31900000 - Aplicações Diretas
0506 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA,
EM 07 DE NOVEMBRO DE 2012
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI
Secretário de Adm. e Finanças

Errata: Decreto Nº 2580 de 05 de Novembro de 2012

DECRETO Nº 2580 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2012

Dispõe sobre as férias coletivas nas repartições públicas municipais na data que menciona e dá outras providências

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba,

Estado de Santa Catarina no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pela legislação em vigor, DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias coletivas aos os servidores Públicos Municipais de Massaranduba, a contar de 10 de dezembro de 2012 até dia 08 de janeiro de 2013.

Art. 2º Os serviços essenciais de atendimento à população, ficam autorizados a fazer escala de servidores para seu perfeito funcionamento.

Art. 4º Este decreto entra em vigor a partir de 10 de Dezembro de 2012.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
05 DE NOVEMBRO DE 2012
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra.

ELI PAULINO RIEGL
Agente de Controle Interno

Lic. 24.2012 P15 Errata
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 24/2012
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2012
ERRATA

No item 01, onde se lê:

DEFIBRILADOR AUTOMÁTICO PORTÁTIL PARA USO EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIAS CARDÍACAS. PARA PACIENTES ADULTOS E PEDIÁTRICOS A PARTIR DE 1 ANO DE IDADE. O EQUIPAMENTO DEVE SER LEVE, NÃO ULTRAPASSANDO 2 KG, INCLUINDO A BATERIA. DEVE SER RESISTENTE A QUEDAS, VIBRAÇÕES, RESISTENTE À ÁGUA E POEIRA CONFORME NORMAS DE SEGURANÇA INTERNACIONAIS E INMETRO IP55 OU SUPERIOR. O EQUIPAMENTO DEVE POSSIBILITAR A VISUALIZAÇÃO E O ÁUDIO DA SEQUÊNCIA DE OPERAÇÃO PARA O USUÁRIO, COM COMANDO DE VOZ EM PORTUGUÊS. FORMA DE ONDA BIFÁSICA COM ESCALA DE ENERGIA ATÉ 200 JOULES. MEMÓRIA INTERNA PARA ARMazenar ECG E EVENTOS. O DISPOSITIVO DEVE POSSIBILITAR A TRANSFERÊNCIA DE DADOS PARA UM COMPUTADOR. A GARANTIA DO EQUIPAMENTO DEVERÁ SER NO MÍNIMO DE 5 ANOS COMPROVADA ATRAVÉS DO MANUAL DA ANVISA. DEVERÁ ACOMPANHAR 1 ESTOJO PARA TRANSPORTE, 10 PARES DE ELETRODOS ADULTO, 2 PARES DE ELETRODOS PEDIÁTRICOS E MANUAL DE OPERAÇÕES EM PORTUGUÊS.

Leia-se:

DEFIBRILADOR AUTOMÁTICO PORTÁTIL PARA USO EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIAS CARDÍACAS. PARA PACIENTES ADULTOS E PEDIÁTRICOS A PARTIR DE 1 ANO DE IDADE. O EQUIPAMENTO DEVE SER LEVE, NÃO ULTRAPASSANDO 2 KG, INCLUINDO A BATERIA. DEVE SER RESISTENTE A QUEDAS, VIBRAÇÕES, RESISTENTE À ÁGUA E POEIRA CONFORME NORMAS DE SEGURANÇA INTERNACIONAIS E INMETRO IP55 OU SUPERIOR. O EQUIPAMENTO DEVE POSSIBILITAR A VISUALIZAÇÃO E O ÁUDIO DA SEQUÊNCIA DE OPERAÇÃO PARA O USUÁRIO, COM COMANDO DE VOZ EM PORTUGUÊS. FORMA DE ONDA BIFÁSICA COM ESCALA DE ENERGIA ATÉ 200 JOULES. MEMÓRIA INTERNA PARA ARMazenar ECG E EVENTOS. O DISPOSITIVO DEVE POSSIBILITAR A TRANSFERÊNCIA DE DADOS PARA UM COMPUTADOR. A GARANTIA DO EQUIPAMENTO DEVERÁ SER NO MÍNIMO DE 5 ANOS. DEVERÁ ACOMPANHAR 1 ESTOJO PARA TRANSPORTE, 10 PARES DE ELETRODOS ADULTO, 2 PARES DE ELETRODOS PEDIÁTRICOS

E MANUAL DE OPERAÇÕES EM PORTUGUÊS.

No item 12, onde se lê:

MONITOR DE ECG / OXIMETRIA / PRESSÃO ARTERIAL / TEMPERATURA E RESPIRAÇÃO. MONITOR DE SINAIS VITAIS PARA PACIENTES ADULTO, PEDIÁTRICO E NEONATO COM TELA DE CRISTAL LÍQUIDO COLORIDA DE NO MÍNIMO 7 ". DEVE POSSUIR OS SEGUINTE PARÂMETROS: ECG PARA SETE DERIVAÇÕES SELECIONÁVEIS EM TELA. ANÁLISE DE ARRITMIA E SEGMENTO ST. FREQUÊNCIA CARDÍACA NA FAIXA DE 30 E 300 BATIMENTOS POR MINUTOS. SATURAÇÃO DE OXIGÊNIO COM FAIXA DE MEDIÇÃO DE 0 A 100%. PRESSÃO ARTERIAL NÃO INVASIVA COM FAIXA DE MEDIÇÃO DE 0 A 300MMHG, PELO MÉTODO OSCILOMÉTRICO PERMITINDO MEDIÇÕES MANUAIS E AUTOMÁTICAS COM INTERVALOS PROGRAMÁVEIS, DETERMINANDO A SISTÓLICA, DIASTÓLICA E A MÉDIA. TEMPERATURA COM FAIXA DE MEDIÇÃO MÍNIMA DE 15 A 45 GRAUS CELSIUS. RESPIRAÇÃO POR IMPEDÂNCIA TRANSTORÁCICA. O MONITOR DEVE CONTER: ALÇA PARA TRANSPORTE, ACOPLADA PARA MELHOR PORTABILIDADE. PESO DE APROXIMADAMENTE 3KG COM A BATERIA. SISTEMA INTEGRADO DE CHAMADA DE ENFERMEIRA. TELA DE CRISTAL LÍQUIDO COLORIDA DE MATRIZ ATIVA PARA MELHOR VISUALIZAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO DOS PARÂMETROS EM TODOS OS ÂNGULOS. MÍNIMO DE TRÊS FORMAS DE ONDAS SIMULTÂNEAS EM TELA. IMPRESSORA TÉRMICA ACOPLADA AO EQUIPAMENTO PARA RELATÓRIOS GRÁFICOS OU TABULARES. ALARMES AUDÍVEIS E VISUAIS DE TODOS OS PARÂMETROS. ALIMENTAÇÃO DE 100 A 240V AUTOMÁTICO. BATERIA DE ALTA PERFORMANCE DE ÍON LÍTIO PARA EVITAR O EFEITO MEMÓRIA, COM AUTONOMIA MÍNIMA PARA DUAS HORAS. MEMÓRIA INTERNA PARA ARMazenar NO MÍNIMO 24 HORAS DE TENDÊNCIAS, INCLUINDO INFORMAÇÕES DO PACIENTE. DETECÇÃO DE PULSO DE MARCAPASSO E PROTEÇÃO CONTRA DEFIBRILADORES. CONEXÃO COM CENTRAL OU REDES DE INFORMÁTICA POR CABOS OU WIRELESS. GARANTIA MÍNIMA DO EQUIPAMENTO POR 2 ANOS COMPROVADOS CONFORME MANUAL TÉCNICO DA ANVISA. DEVERÁ ACOMPANHAR OS SEGUINTE ACESSÓRIOS: 1 CABO PACIENTE DE 5 VIAS; 1 CABO EXTENSOR DE 3M PARA PRESSÃO ARTERIAL; 1 BRAÇADEIRA REUTILIZÁVEL ADULTO; 1 BRAÇADEIRA REUTILIZÁVEL ADOLESCENTE; 1 BRAÇADEIRA REUTILIZÁVEL PEDIÁTRICA; 1 BRAÇADEIRA REUTILIZÁVEL ADULTO GRANDE. 1 CABO EXTENSOR DE 2M PARA O SENSOR DE OXIMETRIA, 1 SENSOR DE OXIMETRIA REUTILIZÁVEL ADULTO, 1 SENSOR DE OXIMETRIA REUTILIZÁVEL TIPO Y, 1 CABO DE ENERGIA. MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS.

Leia-se:

MONITOR DE ECG / OXIMETRIA / PRESSÃO ARTERIAL / TEMPERATURA E RESPIRAÇÃO. MONITOR DE SINAIS VITAIS PARA PACIENTES ADULTO, PEDIÁTRICO E NEONATO COM TELA DE CRISTAL LÍQUIDO COLORIDA DE NO MÍNIMO 7 ". DEVE POSSUIR OS SEGUINTE PARÂMETROS: ECG PARA SETE DERIVAÇÕES SELECIONÁVEIS EM TELA. ANÁLISE DE ARRITMIA E SEGMENTO ST. FREQUÊNCIA CARDÍACA NA FAIXA DE 30 E 300 BATIMENTOS POR MINUTOS. SATURAÇÃO DE OXIGÊNIO COM FAIXA DE MEDIÇÃO DE 0 A 100%. PRESSÃO ARTERIAL NÃO INVASIVA COM FAIXA DE MEDIÇÃO DE 0 A 300MMHG, PELO MÉTODO OSCILOMÉTRICO PERMITINDO MEDIÇÕES MANUAIS E AUTOMÁTICAS COM INTERVALOS PROGRAMÁVEIS, DETERMINANDO A SISTÓLICA, DIASTÓLICA E A MÉDIA. TEMPERATURA COM FAIXA DE MEDIÇÃO MÍNIMA DE 15 A 45 GRAUS CELSIUS. RESPIRAÇÃO POR IMPEDÂNCIA TRANSTORÁCICA. O MONITOR DEVE CONTER: ALÇA PARA TRANSPORTE, ACOPLADA PARA MELHOR PORTABILIDADE. PESO DE APROXIMADAMENTE 3KG COM A BATERIA. ALARME SONORO, CASO OCORRA ALGUMA ALTERAÇÃO NOS PARÂMETROS. TELA DE CRISTAL LÍQUIDO COLORIDA DE MATRIZ ATIVA PARA MELHOR VISUALIZAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO DOS PARÂMETROS EM TODOS OS ÂNGULOS. MÍNIMO DE TRÊS FORMAS DE ONDAS SIMULTÂNEAS EM TELA. IMPRESSORA TÉRMICA ACOPLADA AO

EQUIPAMENTO PARA RELATÓRIOS GRÁFICOS OU TABULARES. ALARMES AUDÍVEIS E VISUAIS DE TODOS OS PARÂMETROS. ALIMENTAÇÃO DE 100 A 240V AUTOMÁTICO. BATERIA DE ALTA PERFORMANCE DE ÍON LÍTIO PARA EVITAR O EFEITO MEMÓRIA, COM AUTONOMIA MÍNIMA PARA DUAS HORAS. MEMÓRIA INTERNA PARA ARMAZENAR NO MÍNIMO 24 HORAS DE TENDÊNCIAS, INCLUINDO INFORMAÇÕES DO PACIENTE. DETECÇÃO DE PULSO DE MARCA-PASSO E PROTEÇÃO CONTRA DESFIBRILADORES. CONEXÃO COM CENTRAL OU REDES DE INFORMÁTICA POR CABOS OU WIRELESS. GARANTIA MÍNIMA DO EQUIPAMENTO DE 2 ANOS. DEVERÁ ACOMPANHAR OS SEGUINTE ACESSÓRIOS: 1 CABO PACIENTE DE 5 VIAS; 1 CABO EXTENSOR DE 3M PARA PRESSÃO ARTERIAL; 1 BRAÇADEIRA REUTILIZÁVEL ADULTO; 1 BRAÇADEIRA REUTILIZÁVEL ADOLESCENTE; 1 BRAÇADEIRA REUTILIZÁVEL PEDIÁTRICA; 1 BRAÇADEIRA REUTILIZÁVEL ADULTO GRANDE. 1 CABO EXTENSOR DE 2M PARA O SENSOR DE OXIMETRIA, 1 SENSOR DE OXIMETRIA REUTILIZÁVEL ADULTO, 1 SENSOR DE OXIMETRIA REUTILIZÁVEL TIPO Y, 1 CABO DE ENERGIA. MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS.

A data de abertura permanece inalterada.

Massaranduba, 08 de Novembro de 2012.

MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

ANNA KARINE REINKE FRANZ
Gestora Fundo Municipal

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato 24/2012

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 24/2012 - FMS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA E A EMPRESA SERRANA ENGENHARIA LTDA, NOS TERMOS DA LEI Nº. 8666 DE 21/06/0193.

Pelo presente contrato, que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA, com sede na Rua 11 de Novembro, nº. 3025, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº. 11.231.203/0001-05, neste ato representado pela Gestora dos Fundos Municipais - Srta. CHEILA PATRICIA ROHWEDER, CPF nº. 005.566.869-00, Cédula de Identidade nº. 19/R-2.985.255, brasileira, solteira, residente e domiciliada neste Município, e pelo Prefeito Municipal - Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, brasileiro, casado, CPF nº. 399.964.099-53, Cédula de Identidade nº. 488.606-2, doravante denominados simplesmente de CONTRATANTES, e a Empresa SERRANA ENGENHARIA LTDA, com sede na Rua Ottokar Doerffel, 899 - Bairro Atiradores, Joinville - SC, inscrita no CNPJ sob nº. 83.073.536/0001-64, Inscrição Estadual nº. 4220142503.8 neste ato representada pelo Sr. SALOMÃO PERUZZO inscrito no CPF sob o nº. 484.391.349-91 e RG nº. 1.175.607, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Processo Licitatório nº 17/2012 - Convite para Obras e Serviços de Engenharia nº. 02/2012, homologado em 10/08/2012, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei Nº. 8.666 de 21/06/0193, as partes de comum acordo tem justo e acordado as seguintes cláusulas contratuais:

I - DA ALTERAÇÃO

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA:

1.1. O prazo de vigência do presente contrato, que tem como objeto a Contratação de empresa especializada para executar a Reforma da ETA e reservatório, melhoria instalações elétricas, fornecimento de equipamentos e serviços complementares, CONFORME PROJETO, fica prorrogado pelo período de 30 (trinta) dias, tendo como início da vigência o dia 11 de novembro de 2012, findando em 11 de dezembro, conforme a liberalidade da Cláusula Sétima do contrato original.

1.2. Este aditamento de prazo se faz necessário pelas seguintes razões apresentadas pela Secretaria de Planejamento Municipal: devido as alterações efetuadas no projeto original, atrasando o cronograma de execução das obras.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA BASE LEGAL:

2.1. A assinatura do presente termo está amparada no Parágrafo Primeiro, Incisos I e IV, do Art. 57 da Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, alterada pela Lei nº. 8.883/94.

Massaranduba (SC), 09 de novembro de 2012.
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA
ANNA KARINE REINKE FRANZ
CONTRATANTE

MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

SERRANA ENGENHARIA LTDA
SALOMÃO PERUZZO
CONTRATADA

Testemunhas:

1) Nome: _____
FABIANO SPÉZIA
CPF: 950.720.129-72

2) Nome: _____
ELAINE CRISTINA GUMS VICK
CPF: 019.781.789-05

Meleiro

PREFEITURA

Decreto Nº 070/2012

DECRETO n.º 070/2012

TRATA DA NOMEAÇÃO DE PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA A MODALIDADE DE LICITAÇÃO "PREGÃO".

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a legislação em vigor, resolve:

NOMEAR

Art. 1.º Sem ônus para o Município, a Sr. JAQUELINE MARTINS WALNIER como Pregoeira, e VILMAR MOTTA TRISTÃO e ANELISE LONGARETTI TOLDO FRANCISCO para constituírem a Equipe de Apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

Art. 2.º Os serviços prestados pelos membros acima indicados serão gratuitos e considerados relevantes ao Município.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revoga-se as disposições em contrário, em especial o Decreto n.º 050/2011, de 31 de agosto de 2011.

Meleiro, 09 de novembro de 2012.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 335/2012

PORTARIA n.º 335/2012

TRATA DO RETORNO DE LICENÇA SAÚDE DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações e Lei n.º 1409/2009 e suas alterações, de 28 de dezembro de 2009, resolve:

R E T O R N A R

Art. 1.º Da Licença saúde, o servidor JORGE LUIZ CARVALHO CORAL, ocupante do cargo de Professor Efetivo, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 10/11/2012.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 251/2012.

Meleiro, 09 de Novembro de 2012.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 336/2012

PORTARIA n.º 336/2012

TRATA DO RETORNO DE LICENÇA SAÚDE DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações e Lei n.º 1409/2009 e suas alterações, de 28 de dezembro de 2009, resolve:

R E T O R N A R

Art. 1.º Da Licença saúde, o servidor JORGE LUIZ CARVALHO CORAL, ocupante do cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 10/11/2012.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 252/2012.

Meleiro, 09 de Novembro de 2012.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 337/2012

PORTARIA n.º 337/2012

CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS À SERVIDORA QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias à servidora pública municipal ANNE MARY DESTRO - matrícula 1224, ocupante do cargo de Farmacêutica, referente ao período aquisitivo de 02/03/2011 a 01/03/2012.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/11/2012.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 09 de Novembro de 2012.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Extrato Aditivo Nº 001/2012 ao Contrato Nº 027/2012 - Saúde

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO

Aditivo n.º 001/2012 (Acréscimo de valor)

Contrato nº. 027/2012

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO

Contratado: ELOSUL MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO DE FRALDAS GERIÁTRICAS PARA MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

Valor: R\$ 6.365,60

Vigência: Início: 07/11/2012 Término: 31/12/2012

Data da assinatura: 07 de novembro de 2012

Nova Trento**PREFEITURA****Contrato Nº 149/2012**

CONTRATO Nº. 149/2012

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 143 de 24/09/2012
Origem: Processo Licitatório Nº 083/2012, Tomada de Preços Nº 018/2012. Homologação: 24/09/2012. Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratada: DALSENTER ENGENHARIA LTDA. estabelecida na Rua Santo Inácio, 640, Centro, cidade de Nova Trento, CNPJ/MF nº 85.123.958/0001-22, neste ato representada por seu proprietário, Senhor VENICIO AGOSTINHO

DALSENTER. Objeto do Contrato: PRIMEIRO TERMO ADITIVO, visando a alteração da Clausula Nona do Contrato 143/2012, cujo objeto é a Execução de serviços, incluindo o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para ampliação e reforma da Creche Ciranda Cirandinha - Espraiado, localizada na Rua Brusque, s/nº, Espraiado, cidade de Nova Trento, com reforma em área de 138,43 m² e ampliação com área de 67,57 m².

Fundamentação: Art. 65, I, § 1º da Lei nº. 8.666/93.

Valor do Aditivo: R\$ 12.428,00 (doze mil, quatrocentos e vinte e oito reais), correspondente a 15,154 % do contrato original; Validade do Contrato: 31/12/2012.

Nova Trento, 01 de novembro de 2012.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito

Palhoça

PREFEITURA

Portaria Nº 3029/2012

PORTARIA Nº 3029/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIDOR PÚBLICO a servidora MARIA APARECI-DA GARCIA, ocupante da categoria funcional de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, removido para Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 17 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Portaria Nº 3033/2012

PORTARIA Nº 3033/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIDOR PÚBLICO a servidora ENESITA MARIA CARDOSO OLIVEIRA, ocupante da categoria funcional de Agente Administrativo Auxiliar, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Administração, da Administração Direta Desta Prefeitura, removido para Secretaria de Assistência Social, de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 01/11/2012.

Palhoça, SC, em 17 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Portaria Nº 3046/2012

PORTARIA Nº 3046/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR LISIANE FABRIS CHIUMENTO, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e 2508/2008, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 16 (dezesesseis) horas/semanais, Disciplina Metodologia para o Trabalho de Conclusão de Curso, Orientação Metodológica com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 26/10/2012 à 15/12/2012.

Palhoça, SC, em 17 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA

Diretora Executiva

Portaria Nº. 3018/2012.

PORTARIA Nº. 3018/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO DÉBORA ISAURA FAGUNDES, para ocupar o cargo da categoria funcional de Técnico em Enfermagem, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde do Vila Nova da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 01/11/2012.

Palhoça, SC, em 17 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Portaria Nº. 3019/2012.

PORTARIA Nº. 3019/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO AUDA MARIA RIBEIRO DA CRUZ VARELA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde da Ponte do Imaruim da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 02/11/2012.

Palhoça, SC, em 17 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Portaria Nº. 3020/2012.
PORTARIA Nº. 3020/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO VANDIRA SCHLEMPER CHAPOVAL, para o-cupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde da Ponte do Ima-ruim da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, confor-me a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 05/11/2012.

Palhoça, SC, em 17 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Portaria Nº. 3021/2012.
PORTARIA Nº. 3021/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO GISELE ROSEANE DE MELO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (qua-renta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde do Rio Grande da Se-cre-taria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, admitido atra-vés de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 05/11/2012.

Palhoça, SC, em 17 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Portaria Nº. 3022/2012.
PORTARIA Nº. 3022/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SANDRA APARECIDA DE SOUZA DOS SANTOS, matrícula nº. 801095, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acor-do com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 07/06/2004 a 07/06/2009, por 02 (dois) meses, a com efeitos a contar de 22/10/2012 à 22/12/2012.

Palhoça, SC, em 17 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 3023/2012.
PORTARIA Nº. 3023/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO NEUZELI MERI PACHECO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Merendeira, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Se-cretaria Municipal de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, admitida através de Concurso Público Edital nº. 001/2011, homologado em 10/05/2011, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 05/11/2012.

Palhoça, SC, em 17 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 3024/2012.
PORTARIA Nº. 3024/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO DEBORA DE ALMEIDA CORREA, titular do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/11/2012.

Palhoça, SC, em 17 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretária de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 3025/2012.
PORTARIA Nº. 3025/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear os servidores abaixo relacionados, para juntos comporem o Conselho de Alimentação Escolar (CAE), para acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do PNAE e zelar pela qualidade dos produtos, em todos os níveis, desde a aquisição até a distribuição, observando sempre as boas praticas higiênicas e sanitárias. Receber, analisar e re-meter ao FNDE, com parecer conclusivo, as prestações de contas do PNAE encaminhadas pelo Estado, Distrito Federal e Municípios, na forma desta Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor em 03 de setembro de 2012 e vigorará até outubro de 2013.

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO

Silvia Regina Citadin - Titular
Fabio Henrique - Suplente

REPRESENTANTES DE DOCENTES, DISCENTES OU TRABALHADORES NA ÁREA DA EDUCAÇÃO

Cristiane Hillesheim - Titular
Lucimare Coelho Burg - Suplente
Margarida Oenning Ribeiro - Titular
Dyan Carlo Pamplona - Suplente

REPRESENTANTES DE PAIS E ALUNOS

Daniela Maricha de Assis - Titular
Rosimar Maria Corrêa - Suplente
Caroline Andréia Caetano - Titular
Rosana Gonçalves - Suplente

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL LOCAL

Eliane dos Santos - Titular
Valdete Rita - Suplente
Berenice Irene Vieira de Moraes - Titular
Enedir Cardoso da Silveira de Bona - Suplente

Palhoça, SC, em 17 de setembro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 3026/2012.
PORTARIA Nº. 3026/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
EXONERAR A PEDIDO RITA BRITTO SANTOS, titular do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/11/2012.

Palhoça, SC, em 17 de outubro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretária de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 3027/2012.
PORTARIA Nº. 3027/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL VERTICAL – para os

servidores abaixo relacionados com fundamento no Capítulo II, Seção I, Artigo 324, 325, 326, 327, 328 e 329 da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Cargo	Nível		A partir de:
			De:	Para	
800627	Aurea Alessandra Gerlach	Professor de Séries/Anos Iniciais	Doc I-E	Doc II-E	13/09/2012
800033	Frida Maria Rosar Yhiesen	Professor de Séries/Anos Iniciais	Doc II-L	Doc III-L	19/09/2012
800418	Karla Steinmetz	Professor de Séries/Anos Iniciais	Doc II-A	Doc III-A	17/09/2012
800226	Marisa Maria de Melo	Professor de Educação Infantil	Doc II-H	Doc III-H	28/09/2012
800799	Reni Alves Dias Quintino	Professor de Educação Infantil	Doc II-E	Doc III-E	19/09/2012
800155	Rosana Luiz Francisco Marques	Professor de Educação Infantil	Doc I-E	Doc II-E	14/09/2012
800820	Sarah Cristina Pfleger	Professor de Educação Infantil	Doc II-D	Doc III-D	14/09/2012

Palhoça, SC, em 17 de outubro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 3028/2012.
PORTARIA Nº. 3028/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
EXONERAR A PEDIDO CLEITON RAFAEL ABREU, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/11/2012.

Palhoça, SC, em 17 de outubro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretária de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 3030/2012.
PORTARIA Nº. 3030/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para EDINEI DONIZETE MARTINS, matrícula nº. 500243, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Infra-Estrutura, Transportes e Defesa Civil, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 18/01/1995 a 18/01/2000, por 02 (dois) meses, referente ao quinquênio de 18/01/2000 a 18/01/2005, por 03 (três) meses, referente ao quinquênio de 18/01/2005 a 18/01/2010, por 03 (três) meses, a com efeitos a contar de 22/10/2012 à 22/06/2013.

Palhoça, SC, em 17 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 3031/2012.

PORTARIA Nº. 3031/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, PALOMA WAGNER DOS SANTOS, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/11/2012.

Palhoça, SC, em 17 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 3032/2012.

PORTARIA Nº. 3032/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, MICHELANGO MENDONÇA MENEZES, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/11/2012.

Palhoça, SC, em 17 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 3034/2012.

PORTARIA Nº. 3034/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO ELOISA NUNES DA ROSA, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 05/11/2012.

Palhoça, SC, em 17 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretária de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 3035/2012.

PORTARIA Nº. 3035/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 2506 de 03 de setembro de 2012, que Concedeu Progressão Vertical aos servidores, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, referente a data que deverá ser a contar de agosto de 2011, de acordo com Edital nº005/2012, não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 17 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 3036/2012.

PORTARIA Nº. 3036/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ROSANA MARIA PEREIRA, matrícula nº. 300067, titular do cargo de Agente Administrativo Auxiliar, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 11/05/2002 a 11/05/2007, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 18/10/2012 à 18/11/2012.

Palhoça, SC, em 17 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 3037/2012.

PORTARIA Nº. 3037/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO NILSON JOSE DE SOUZA, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 05/11/2012.

Palhoça, SC, em 17 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretária de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 3039/2012.

PORTARIA Nº. 3039/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional Definitiva de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora SOLANGE ZLUHAN BORBA, matrícula nº. 800695, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 17 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 3040/2012.

PORTARIA Nº. 3040/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora IVONETE MERCEDES VICENTE, matrícula nº. 800042, titular do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura.

A servidora encontra-se desempenhando a função de acordo com relatório as folhas 01, item 03.

Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 29/10/2012, de acordo com às folhas 19,20.

Palhoça, SC, em 17 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 3041/2012.

PORTARIA Nº. 3041/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora CATIA REGINA PIERRI MARTINS, matrícula nº. 801137, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura.

A servidora encontra-se desempenhando a função de acordo com relatório as folhas 01, item 03.

Pelo período de 75 (setenta e cinco) dias, a contar de 11/10/2012, de acordo com às folhas 07, 09.

Palhoça, SC, em 17 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 3042/2012.

PORTARIA Nº. 3042/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO DENISE APARECIDA DOS SANTOS, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde do Passa Vinte da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 01/11/2012.

Palhoça, SC, em 17 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Portaria Nº. 3043/2012.

PORTARIA Nº. 3043/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 2180 de 20 de julho de 2012, que Contratou por Tempo Deter-minado a servidora RAQUEL SORAIA DE SOUZA, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao cargo que deverá ser de Técnico em Enfermagem, de acordo com Edital nº001/2012, não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 17 de outubro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 3044/2012

PORTARIA Nº. 3044/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO KELLEN ELISA FAPPI, titular do cargo de Enfermeiro, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 05/11/2012.

Palhoça, SC, em 17 de outubro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretária de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 3045/2012.

PORTARIA Nº. 3045/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, ANNE CAROLINY DE CAMPOS, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/11/2012, pelo término da LTS.

Palhoça, SC, em 17 de outubro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 3047/2012.

PORTARIA Nº. 3047/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para EDSON CECHINEL, matrícula nº. 400086, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 06/01/2000 a 06/01/2005, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 03/12/2012 à 03/01/2013.

Palhoça, SC, em 17 de outubro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Portaria Nº. 3048/2012.

PORTARIA Nº. 3048/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ANA PAULA PIOLI, de acordo com a Lei nº. 080, de 14 de dezembro de 2009, Lei nº. 2508/2088 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 10 (dez) horas/semanais, do Quadro de Pessoal Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta Desta Prefeitura-ra, pelo período de 05/11/2012 a 05/11/2013.

Palhoça, SC, em 17 de outubro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Portaria Nº. 3049/2012.

PORTARIA Nº. 3049/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder licença para tratamento de Saúde aos servidores abaixo relacionados:

Nome do Funcionário	Cargo	Dias	Contar de	CID
Adriana Ferreira de Araújo	ASO	08	09/10/12	I - Z 76-3
Ana Carolina N.Nazareth	ASO	04	23/10/12	I - G 56
Ana Gabriela da S. Schmitt	Professor	60	15/10/12	I - M 65-9
Ana Paula S. de Oliveira	ASO	20	23/10/12	I - M 65
Andreia Feijó	ASO	08	10/10/12	I - S 93-4
Andreia N. Pereira	Técnica Enfermagem	180	09/10/12	I - Z 33
Andreia Susana Sgrotti	Enfermeira	05	15/10/12	I - O 20
Anelozzi Poletti	Professor	15	17/10/12	I - Z 54-0
Angela Hilda da Silva	Auxiliar de Enfermagem	60	17/10/12	I - M 25-5
Atanil de Medeiros W. Filho	Professor	120	03/11/12	I - Z 54-0, II - I 25, III - I 50
Bianca Zacchi de Lima	Fonoaudióloga	10	24/10/12	I - Z 76-3
Bruna Gomes dos Santos Corte	Professor	180	15/10/12	I - Z 33
Carine Correa	Professor	50	09/10/12	I - M 77-9, II - M 25-5
Celio João Batista	Assessor IV	03	17/10/12	I - M 25-5
Claudiomar Nunes	ASO	60	08/10/12	I - M 54-5
Cleusa Cristina Romanski	ASO	30	15/10/12	I - M 22

Cleusa Silva Anselmo	Professor	60	17/10/12	I - R 10, II - F 41-2
Danielle Silva da Costa	ASG	13	10/10/12	I - M 15-5
Edite de Cassia Lopes da Silva	Técnica Enfermagem	07	15/10/12	I - O 20-0
Elisangela de Souza Ferreira	ASO	180	08/10/12	I - Z 33
Enia Mara Martins	ASO	07	16/10/12	I - Z 54-0
Fabiana Cecilia Sulzbach	Odontologo	33	23/10/12	I - L 24
Fabiane Zaginni Barbosa	ACS	180	22/10/12	I - Z 33
Fabricio Erotildes V. Soares	ASG	180	08/10/12	I - Z 33
Fernanda Mielly Rodrigues	Professor	15	19/10/12	I - F 31
Gedelci Quadros de Oliveira	Monitor	120	12/09/12	I - I 10, II - J 28
Giovana Vilma Moreira Borba	Professor	40	23/10/12	I - F 32
Glauce Vieira Marques	ACE	180	24/09/12	I - Z 33
Glauca Ferreira da Rosa	Merendeira	13	10/10/12	I - M 25-5
Helena Maria Espindola	Professor	30	11/10/12	
Ivone Isabel Gonçalves dos Santos	Professor	30	17/10/12	I - M 54-4
Ivone Rosa Andrade de Souza	Técnica Enfermagem	60	17/10/12	II - Z 54-0
Ivonira Zelia de Souza	Assistente Administrativo	10	19/10/12	I - M 77
Janaina D. Ricardo Rogerio	Professor	120	08/10/12	I - M 25-5, II - Z 54-0
Joana Schmidt	Agente Administrativo I	60	22/10/12	I - F 41-0
João dos Santos Pereira	ASO	60	12/10/12	I - I 10, II - I 20
José Manoel de Abreu	ASO	120	06/10/12	I - C 85-7
Josiani Paladini	Técnica Enfermagem	60	01/10/12	I - S 43-4
Jucelandia de Souza	ASO	15	16/10/12	I - M 54
Julia Carolina Sumar	Técnico em Enfermagem	05	22/10/12	I - S 80
Karina Linhares Araújo	Professor	180	06/09/12	I - Z 33
Karla de Souza	ASG	06	08/10/12	I - F 32-1, II - F 41
Karla de Souza	ASG	10	29/10/12	I - F 32-1, II - F 41
Katia Regina dos Passos Seemann	Professor	15	22/10/12	I - F 43
Laudelina Moreira de Souza	Professor	30	16/10/12	I - F 43
Laurita Maria da Silva dos Santos	Professor	120	08/10/12	I - M 54
Lenita Ferreira Maria Rabelo	Psicólogo	30	19/10/12	I - Z 54-0
Luceli Ap. Pereira Kuhn	Professor	15	19/10/12	I - Z 54-0
Luceli Ap. Pereira Kuhn	Professor	30	05/11/12	I - Z 54-0
Luciane Márcia Silveira	Professor	50	15/10/12	I - F 41-2

Luiz Laércio de Jesus	Operador de Máquinas	180	01/11/12	I - Z 54-0
Luzivani Maria Martins	ASG	05	19/09/12	I -
Marcio Osvaldo Moreira	ACS	30	17/10/12	I - S 80
Mareny Guimarães Borges	Supervisor Escolar	30	22/10/12	I - F 43-1
Maria da Graça Menezes	ACD	07	10/10/12	I - F 31
Maria Gorete Flores Pereira	ASG	90	14/09/12	I - Z 54-0
Maria Ivone M. Velho	ASO	04	19/10/12	I - Z 54-0
Maria Laurentino Leal	Merendeira	60	03/10/12	I - M 65, II - G 56
Maria Margarete de Campos	ASO	30	10/10/12	I - Z 76-3
Mayara Vieira Pereira	Técnica Enfermagem	05	15/10/12	I - M 65-9
Michelle Gastão da Rosa	Advogada	15	09/10/12	I - Z 76-3
Nizete Fátima de Souza	Professor	20	11/10/12	I - S 93-4
Osni Carlos de Oliveira	Motorista	90	18/10/12	I - F 31-6
Priscila Pierri	Professor	04	09/10/12	I - O 20-0
Rosemeri da Silva Scheidt	Professor	60	23/10/12	I - M 65-, II - M 25
Rosineia Marli Martins	ACS	60	05/10/12	I - M 53
Sergio Luiz Lehmkuhl	Assistente Administrativo	60	25/10/12	I - F 32, II - M 54, III - M 65,75
Sirlene Hildrebrando	ASG	60	10/10/12	I - F 3
Sonia Heins da Silva	ASG	15	16/10/12	I - M 75-5
Tassiane Lemos Stank	Assistente Social	07	20/10/12	I - Z 76-3
Valdete Maria Pinho	ASO	30	04/10/12	I - F 43
Vera Ap. Rodrigues Borges Ferreira	ASG	30	22/10/12	I - Z 54-0
Volnete Henrique	Professor	15	18/10/12	I - Z 54-0
Walquiria Alves	ACS	60	16/10/12	I - F 31-3
Zeneide Alves	ASP	45	17/10/12	I - M 25-5, II - M 65-9

Palhoça, SC, em 17 de outubro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
 Prefeito Municipal

Portaria Nº. 3050/2012.
 PORTARIA Nº. 3050/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 86, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, LEONARDO DE SOUSA VALVERDE, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Pre-feitura, com efeitos a contar de 01/11/2012.

Palhoça, SC, em 17 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA
Diretora Executiva

Comunicado - Pregão 183/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
COMUNICADO PREGÃO 183/2012

O Município de Palhoça comunica que em função do ponto facultativo no dia 16 de Novembro de 2012, decretado (decreto n. 1.449/2012) a data para entrega dos envelopes do edital convocatório - Pregão Presencial nº 183/2012, foi aprazada para 20 de Novembro de 2012. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, das 07:00 às 18:00 horas, ou pelo site: www.palhoça.sc.gov.br.

Palhoça, 08 de Novembro de 2012.
PREGOEIRO (A).

Paulo Lopes

PREFEITURA

Decreto Nº 52/2012

DECRETO Nº 052/2012
Decreta Ponto Facultativo no Município.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso das atribuições legais e constitucionais, e de acordo com o que dispõe a Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Será facultativo o "ponto" nas repartições públicas municipais:

I - No dia 16 de novembro, em função do feriado da Proclamação da República, 15 de novembro;

Art. 2º - Os serviços essenciais como abastecimento de água, coleta de lixo, Saúde funcionarão normalmente, cujo trabalho dos servidores será compensado em outra oportunidade.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paulo Lopes, em 09 de novembro de 2012.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 12 de novembro de 2012.

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Decreto Nº 3.694, de 08 de Novembro de 2012.

DECRETO Nº 3.694, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2012.
DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.546 de 05 de outubro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada a dotação do orçamento vigente no valor de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais) da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto abaixo discriminado;

02 Poder Executivo

0202 Secretaria de Administração e Finanças

0202.04 Administração

0202.04.122 Administração Geral

0202.04.122.0402 Administração Geral

0202.04.122.0402.4004 Manut. das Ativ. De Sec. De Administração e Finanças

31710000 Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

33710000 Aplicação Direta R\$ 2.000,00

Fonte de Recursos 0100

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais) conforme abaixo discriminado;

02 Poder Executivo

0202 Secretaria de Administração e Finanças

0202.04 Administração

0202.04.122 Administração Geral

0202.04.122.0402 Administração Geral

0202.04.122.0402.4004 Manut. das Ativ. De Sec. De Administração e Finanças

33900000 Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

Fonte de Recursos 0100

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto,

08 DE NOVEMBRO DE 2012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Contrato de Fornecimento N. 0317/2012.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 0317/2012.

Termo de Contrato de Formulas Manipuladas de medicamentos para a Secretaria de Saúde deste município, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, Estado De Santa Catarina, e a empresa J.C BRESSAN E CIA LTDA FILIAL, autorizado através do Processo nº 0285/2012, Dispensa de Licitação nº. 0195/2012.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111.

Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: J.C BRESSAN E CIA LTDA FILIAL



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

CNPJ n.º 02.836. 000/0002-32
Endereço: RUA SAUL BRANDALISE. 501 CENTRO
VIDEIRA/SC 89.560-000

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do presente contrato AQUISIÇÃO de medicamentos MODALIDADE DISPENSA que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independente de transcrição, consistente: 1|FÓRMULAS MANIPULADAS .

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer os medicamentos para a secretaria da saúde, no valor de R\$ 1.336,15 (um mil trezentos e trinta e seis reais e quinze centavos).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega dos medicamentos.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Órgão: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Unidade Orçamentária: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Projeto/Atividade: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE
APLICAÇÕES DIRETAS

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, no prazo de 05 (cinco) dias, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL DOS MEDICAMENTOS.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato. Farão parte integrante do contrato, todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base para o julgamento deste Certame.

4.2 - Se a licitante vencedora deixar de assinar o contrato sem justificativa por escrito aceita por esta Municipalidade, caducará o seu direito de vencedora, sujeitando-se às penalidades aludidas no presente Edital.

4.3. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.

4.4. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.5. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

- a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
- b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega dos medicamentos, assim como as de seus superiores;
- c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto,

- anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;
- d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- e) a dissolução da empresa;
- f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
- g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e
- h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.7. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.8. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.9. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

4.10. PENALIDADES

4.10.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;
- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;
- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá as seguintes penalidades:

a) 1% (um por cento) sobre o valor do contrato por dia letivo em que não foi entregue a mercadoria;

b) 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato caso não seja efetuado o transporte escolar, objeto do presente contrato por mais de 05 (cinco) dias, sem prejuízo da alínea anterior.

As multas previstas nas letras a) e b) são independentes e serão aplicadas cumulativamente.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.10.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das

multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Pinheiro Preto - SC, 05 de Setembro de 2012.

Município De Pinheiro Preto

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

CONTRATADA

J.C BRESSAN E CIA LTDA FILIAL

Testemunhas:

1- _____
Nome: _____ CPF: _____

2- _____
Nome: _____ CPF: _____

Porto Belo

PREFEITURA

Dispensa de Licitação Nº 028/2012

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 028/2012

Objeto: Contratação, em caráter emergencial, de empresa para a prestação serviços de atendimento à saúde, de forma complementar, na Unidade de Pronto Atendimento, na modalidade de clínica geral, serviços de enfermagem e serviços técnicos radiológicos, no período das 18:00 (oito) horas às 00:00 horas, de segunda a sexta feira, inclusive nos feriados e dias ditos facultativos ao funcionalismo público, e no período das 8:00 (oito) horas às 18:00 (dezoito) horas, nos sábados e domingos, em conformidade com as especificações constantes do termo de referência, que integra o presente documento.

Contratado: INSTITUTO DAXA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.715.891/0001-89, estabelecida na Rua João Manoel, nº 243, conjunto 05, São Francisco, Curitiba (PR).

VALOR GLOBAL: O valor global é de R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais), para o período de vigência do contrato, que é fixado no período compreendido de 13/11/12 a 31/12/12.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo - SC, aos 9 dias do mês de novembro de 2012.
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Porto União

PREFEITURA

Lei Nº 4.050/2012

LEI Nº 4.050, de 07 de novembro de 2012.

Dispõe sobre aquisição de imóvel no Bairro Santa Rosa, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a adquirir por compra e venda os imóveis urbanos sem benfeitorias, constantes das seguintes matrículas e localizações:

I- constante da matrícula nº 1313 do Registro de Imóveis da Comarca de Porto União - SC, com 3.925 m² (Três mil, novecentos e vinte e cinco metros quadrados), situado a Rua Francisco Otávio Pimpão - Bairro Santa Rosa, CERÂMICA PASSOS LTDA, CNPJ 85.601.805/0001-43.

II- constante da matrícula nº 5424 do Registro de Imóveis da Comarca de Porto União - SC, com saldo de área de 23.534,00 m² (Vinte e três mil, quinhentos e trinta e quatro metros quadrados), situado a Rua José Antonio Carneiro - Bairro Santa Rosa, CERÂMICA PASSOS LTDA, CNPJ 85.601.805/0001-43;

III- constante da matrícula nº 5425 do Registro de Imóveis da Comarca de Porto União - SC, Matrícula atual 21087 retificada, com área de 34.976,82 m² (Trinta e quatro mil, novecentos e setenta e seis metros, e oitenta e dois centímetros quadrados), situado a Rua Francisco Otávio Pimpão, esquina com Professor Weinand - Bairro Santa Rosa, CERÂMICA PASSOS LTDA, CNPJ 85.601.805/0001-43.

Art. 2º Os imóveis constantes do caput do Art. 1º desta Lei, foram submetidos à avaliação pela Comissão Especial de Avaliação de Imóveis, nomeada pelo Decreto nº 656 de 10 de novembro de 2011, a qual atribuiu o valor máximo para as citadas áreas em R\$ 153.520,33 (Cento e cinquenta e três mil, quinhentos e vinte reais e trinta e três centavos).

Art. 3º O valor a ser pago para efetivação da aquisição é de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), sendo:

I- o valor de R\$ 52.016,12 (Cinquenta e dois mil, dezesseis reais e doze centavos), para quitação das dívidas ativas em aberto no nome de CERÂMICA PASSOS LTDA, CNPJ 85.601.805/0001-43, em data de 27 de julho de 2012, mediante dação em pagamento, conforme autoriza o artigo 156, XI, Código Tributário Nacional (Lei Federal nº 5172/1966);

II- o valor de R\$ 97.983,88 (Noventa e sete mil, novecentos e oitenta e três reais e oitenta e oito centavos) será efetuado em uma única parcela no ato de assinatura da respectiva Escritura Pública de Compra e Venda.

Art. 4º Os encargos com custas judiciais e demais ônus sucumbenciais decorrentes de dívidas ajuizadas serão arcadas pelo transmitente dos imóveis.

Art. 5º Para execução da presente Lei fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar-se dos recursos lançados no Orçamento Geral do Município de Porto União nas seguintes dotações:

ORÇAMENTO
RUBRICA DESCRIÇÃO VALOR
ORGÃO 0200 PODER EXECUTIVO

PROJETO 1001 AQUISIÇÃO IMOVEIS
MODALIDADE 4490.100 APLICAÇÃO DIRETA R\$ 150.000,00

Art. 6º A aquisição dos imóveis descritos no artigo 1º desta Lei, será destinada a de áreas de lazer, esporte e cultura.

Parágrafo único. A presente aquisição será realizada com dispensa de licitação, com fundamento no artigo 24, inciso X da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e suas alterações.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 07 de novembro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Lei Nº 4.051/2012

LEI Nº 4.051, de 07 de novembro de 2012.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento Próprio do FUNREBOM, as dotações orçamentárias a seguir especificadas no valor de R\$ 265.000,00 (Duzentos e sessenta e cinco mil reais).

ÓRGÃO ORGÃO 1600 - FUNREBOM
UNIDADE 1601 - FUNREBOM
ATIVIDADE 2040 - Manutenção FUNREBOM
MODALIDADE 4490 - 100 - Aplicações Diretas 02 265.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 265.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro ocorrido no exercício de 2011, na Fonte 100, do FUNREBOM.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 07 de novembro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Lei Nº 4.052/2012

LEI Nº 4.052, de 07 de novembro de 2012.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento Geral do Município, do exercício de 2012, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO 0200 - PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE 0210 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
ATIVIDADE 2033 - Encargos Gerais da Administração
MODALIDADE 4490 - 169 - Aplicações Diretas 145 200.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 200.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação na Fonte 169 - Transferências do Estado.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 07 de novembro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Lei Nº 4.053/2012

LEI Nº 4.053, de 07 de novembro de 2012.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento Geral do Município, do exercício de 2012, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas no valor de R\$ 168.000,00 (Cento e sessenta e oito mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO 0200 - PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE 0210 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
ATIVIDADE 2033 - Encargos Gerais da Administração
MODALIDADE 4490 - 100 - Aplicações Diretas 144 168.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 168.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro do exercício de 2011, na Fonte 100 - Recursos Livres.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 07 de novembro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Decreto Nº 974/2012

DECRETO Nº 974, de 06 de novembro de 2012.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 3.892, de 30 de junho de 2011 (LDO) e 3.939,

de 29 de novembro de 2011 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Geral do Município a dotação orçamentária a seguir especificada, no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO 0200 - PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE 0207 - SEC. MUN. TRANSP. OBRAS E SERVS. PÚBLICOS
ATIVIDADE 2020 - Manutenção Iluminação Pública
MODALIDADE 3390 - 155 - Aplicações Diretas 48 20.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 20.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação ocorrido no exercício, na Fonte 155.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 06 de novembro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Decreto Nº 975/2012

DECRETO Nº 975, de 06 de novembro de 2012.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 3.892, de 30 de junho de 2011 (LDO) e 3.939, de 29 de novembro de 2011 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado o Orçamento Próprio do Fundo Municipal de Educação, do exercício de 2012, na dotação orçamentária a seguir especificada, no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO 1700 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE 1701 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ATIVIDADE 2011 - Programa de Alimentação Escolar
MODALIDADE 3390 - 109 - Aplicações Diretas 02 30.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 30.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO ORGÃO 1700 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE 1701 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ATIVIDADE 2011 - Programa de Alimentação Escolar
MODALIDADE 3390 - 100 - Aplicações Diretas 01 30.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 30.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 06 de novembro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Decreto Nº 976/2012

DECRETO Nº 976, de 06 de novembro de 2012.

Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA A PEDIDO, JHONY RINGO PIRES DO PRADO, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Apoio Técnico, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 1º de novembro de 2012.

Porto União (SC), 06 de novembro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Decreto Nº 977/2012

DECRETO Nº 977, de 07 de novembro de 2012.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 4.048, de 06 de novembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Próprio do Fundo Municipal de Saúde, as dotações orçamentárias no valor de R\$ 110.000,00 (Cento e dez mil reais), conforme abaixo discriminado:

ÓRGÃO ORGÃO 0900 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE 0901 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ATIVIDADE 2068 - Agentes Comunitários de Saúde
MODALIDADE 3190 - 453 - Aplicações Diretas 17 30.000,00

ATIVIDADE 2067 - Estratégia Saúde da Família
MODALIDADE 3190 - 456 - Aplicações Diretas 15 70.000,00

ATIVIDADE 2073 - SAMU
MODALIDADE 3190 - 462 - Aplicações Diretas 33 10.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 110.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação ocorrido no exercício de 2012, nas Fontes 453, 456 e 462.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 07 de novembro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Decreto Nº 978/2012

DECRETO Nº 978, de 07 de novembro de 2012.
Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 4.049, de 06 de novembro de 2012, DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Próprio do Fundo Municipal de Saúde as dotações orçamentárias no valor de R\$ 175.000,00 (Cento e setenta e cinco mil reais), conforme abaixo discriminado:
ÓRGÃO ORGÃO 0900 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE 0901 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ATIVIDADE 2066 - Manutenção da Atenção Básica
MODALIDADE 3191 - 103 - Aplic. Diretas - Operações Intra-Orçamentárias 09 100.000,00

ATIVIDADE 2073 - SAMU
MODALIDADE 3190 - 462 - Aplicações Diretas 33 70.000,00

ATIVIDADE 2074 - Manutenção da Vigilância Sanitária
MODALIDADE 3190 - 466 - Aplicações Diretas 36 5.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 175.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito citado no artigo precedente, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e remanejamento das seguintes dotações orçamentárias, do orçamento da Prefeitura Municipal:

ÓRGÃO 0200 - PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE 0207 - SECRET. MUN. TRANSP. OBRAS E SERVS. PÚBLICO
PROJETO 1001 - Aquisição de Imóveis
MODALIDADE 4490 - 100 - Aplicações Diretas 19 100.000,00

PROJETO 1007 - Obras de Saneamento em Geral
MODALIDADE 4490 - 100 - Aplicações Diretas 51 75.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 175.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 07 de novembro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Decreto Nº 979/2012

DECRETO Nº 979, de 07 de novembro de 2012.
Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 4.047, de 06 de novembro de 2012, DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento Próprio do Fundo Municipal de Saúde, as dotações orçamentárias no valor de R\$ 208.000,00 (Duzentos e oito mil reais), conforme abaixo discriminado:
ÓRGÃO ORGÃO 0900 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE 0901 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ATIVIDADE 2068 - Agentes Comunitários de Saúde
MODALIDADE 3190 - 453 - Aplicações Diretas 17 208.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 208.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO ORGÃO 0900 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE 0901 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ATIVIDADE 2067 - Estratégia Saúde da Família
MODALIDADE 3190 - 456 - Aplicações Diretas 15 132.000,00
MODALIDADE 4490 - 465 - Aplicações Diretas 44 19.000,00

ATIVIDADE 2071 - Manutenção Servs.de Média e Alta Complexidade
MODALIDADE 3191 - 103 - Aplic. Diretas - Operações Intra-Orçamentárias 22 9.000,00
MODALIDADE 4490 - 454 - Aplicações Diretas 27 9.000,00

ATIVIDADE 2073 - SAMU
MODALIDADE 3191 - 462 - Aplic. Diretas - Operações Intra-Orçamentárias 34 9.000,00

ATIVIDADE 2075 - Manutenção da Vigilância Epid. Ambiental
MODALIDADE 3191 - 103 - Aplic. Diretas - Operações Intra-Orçamentárias 41 30.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 208.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 07 de novembro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Decreto Nº 980/2012

DECRETO Nº 980, de 08 de novembro de 2012.
Dispõe sobre férias coletivas e estabelece outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º FÉRIAS COLETIVAS aos servidores do quadro de pessoal da administração pública direta, autárquica ou fundacional do Município de Porto União no período de 10 de dezembro de 2012 a 10 de janeiro de 2013, ressalvadas as peculiaridades de cada setor.

Art. 2º Recomenda aos Secretários Municipais e aos dirigentes de órgãos ou entidades da administração direta, autárquica ou fundacional para que, durante todo período estabelecido no caput do artigo 1º seja preservado o funcionamento dos serviços essenciais afetos às respectivas áreas de competência.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 08 de novembro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Decreto Nº 981/2012

DECRETO Nº 981, de 08 de novembro de 2012.

Dispõe sobre adoção de medidas administrativas para contenção de gastos no Município de Porto União, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, com fundamento no disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e

CONSIDERANDO que a Lei Complementar nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelece o princípio do equilíbrio das contas públicas;

CONSIDERANDO a necessidade de adequar as despesas à programação financeira de entrada de receitas para o corrente ano;

CONSIDERANDO ser imperativo estabelecer medidas visando a redução do custo administrativo, assegurando, todavia, o funcionamento contínuo dos serviços essenciais do Município;

CONSIDERANDO a necessidade de se manterem os investimentos públicos indispensáveis ao incremento da economia local;

CONSIDERANDO ser imperioso preservar os empregos, bem como assegurar a regularidade dos pagamentos a fornecedores e aos servidores públicos municipais;

CONDIDERANDO que as medidas, mesmo que de pequeno impacto, serão de fundamental importância para adequação à nova realidade financeira e orçamentária do Município e para atingir os objetivos previstos no presente ato;

CONSIDERANDO a queda significativa nos repasses à distribuição do valor do Fundo de Participação dos Municípios; e

CONSIDERANDO finalmente que, durante a vigência do horário brasileiro de verão, a redução da jornada de trabalho nos órgãos e entidades do Poder Executivo gera a contenção das despesas operacionais, inclusive dos gastos com energia elétrica, sem prejudicar a produtividade e o atendimento ao público,

DECRETA:

Art.1º Fica implantado o programa de contenção de despesas e de incremento à Receita, no sentido de equilibrar as contas públicas, na execução orçamentária de 2012, evitando o déficit financeiro e orçamentário, durante os meses de novembro e dezembro do corrente ano.

Art. 2º O Departamento de Gestão e Controle Financeiro, através de divisão de Tributação, deverá providenciar a emissão de carta de aviso de vencimento e cobranças aos devedores de IPTU de 2012, divulgação do REFIS em andamento para cobrança da Dívida Ativa, sensibilizando-os sobre os destinos destes recursos, bem como alertá-los dos acréscimos de juros, multa e correção monetária, além de honorários de sucumbência decorrentes da futura execução fiscal judicial.

Art. 3º O Departamento Jurídico do Município, depois de esgotadas as possibilidades de cobrança amigável, deverá ajuizar as ações dos devedores dos tributos municipais inscritos em dívidas ativa.

Art. 4º Para a redução das despesas ficam determinadas as seguintes ações, além das medidas já adotadas no Decreto Municipal nº 970, de 31 de outubro de 2012:

I- Adoção de horário especial de trabalho aos servidores que atuam em repartições cujos serviços não caracterizam-se como essenciais;

II- As repartições da administração direta, autárquica e fundacional funcionarão, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, em expediente normal, das 12:00 às 18:00 horas até o dia 31 de dezembro, em caráter excepcional;

III- A jornada de trabalho será de 06 (seis) horas ininterruptas, dispensando-se, neste caso, o intervalo para as refeições.

Parágrafo único. As repartições cujas atividades, pela sua natureza de serviços essenciais, devem manter os atuais horários e jornadas de trabalho, excluindo-as do horário previsto neste artigo.

Art. 5º O disposto neste artigo não se aplica:

I- aos serviços que, por sua natureza, exijam plantão permanente e/ou jornada de trabalho preconizada pelo Ministério da Saúde;

II- às atividades de docência mantidas por instituições estaduais de ensino.

Parágrafo único. O ocupante de cargo em comissão ou função de confiança pode ser convocado para jornada complementar sempre que houver interesse da Administração Pública (Lei 1.818/2007, art. 19, §10).

Art. 6º O trabalho no expediente diário de seis horas não importará na redução da carga horária de quarenta horas semanais, conforme estabelece o art. 54 da Lei Complementar nº 190/2011, a qual será tomada como referência para:

I- pagamento de gratificação pela prestação de serviço extraordinário;

II- pagamento de gratificação por plantão de serviço;

III- verificação de compatibilidade horária, no caso de acumulação de cargo/função;

IV- limite para eventual ampliação de carga horária de trabalho;

V- verificação da obediência e cumprimento do teto estabelecido no art. 221 da Lei Complementar nº 190/2011.

Parágrafo único. No caso de acumulação de cargos, o horário especial será concedido somente em relação a um único cargo, atendidos os requisitos referidos neste artigo.

Art. 7º Ficam mantidas em horário normal de funcionamento as repartições de serviços diretamente relacionados com transporte urbano, trânsito, saúde pública, educação, defesa civil, atendimento à criança e ao adolescente, excluídas as atividades de apoio administrativo.

Art. 8º O Prefeito poderá definir outras atividades ou unidades administrativas, além das mencionadas no 2º do artigo anterior, que devam funcionar em horário especial.

Art. 9º O servidor ou empregado municipal que exercer suas

atividades em unidades administrativas sujeitas ao regime especial de funcionamento, fica subordinado ao horário de trabalho que for estabelecido em escala elaborada pela unidade administrativa em que estiver servindo, não devendo sua carga horária semanal ultrapassar a prevista para seu cargo ou no seu contrato de trabalho.

Art. 10. Os órgãos ou entidades da administração municipal, cujas atividades devam ser prestadas em regime de horário especial de funcionamento, deverão adotar o sistema de turno ou revezamento de trabalho para os seus servidores, de modo a não permitir o aumento de sua carga horária.

Art. 11. Os dirigentes das unidades administrativas sujeitos ao regime especial de funcionamento deverão encaminhar à Secretaria Municipal da Administração, a escala de trabalho dos seus servidores e daqueles que se encontram à sua disposição.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União-SC, 08 de novembro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Decreto Nº 982/2012

DECRETO Nº 982, de 08 de novembro de 2012.

Dispõe sobre Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto no art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, devidamente combinado com o art. 118, da Lei Municipal nº 2.108, de 09 de junho de 1995, com redação dada pela Lei Municipal nº 3.079, de 06 de julho de 2005,

DECRETA:

Art. 1º CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO com proventos integrais à Servidora Pública Municipal Sra. LINDAURA ONDINA LOSS, portadora do RG nº 787.074 - SC e CPF nº 973.550.629/72, no Cargo de Merendeira, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, sob o Regime Estatutário, preenchendo todos os requisitos exigidos pela Constituição Federal, Legislação Federal e Legislação Municipal vigentes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 08 de novembro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

ADÉLIA SALETE DE OLIVEIRA
Presidente do IMPRESS

Portaria N.º 1290/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.290, de 01 de novembro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO a partir de 01 de novembro de 2012, referente ao período aquisitivo de julho de 2006 a julho de 2011, de 90 (noventa) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município e Artigo 4º do Decreto 668/2011 à servidora Viviane Grossl Kostek, ocupante do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de novembro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Rio do Sul

PREFEITURA

Retificação Lei Complementar Nº 254/2012

LEI COMPLEMENTAR Nº 254, de 06 de Novembro de 2012.

"ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI COMPLEMENTAR Nº 207, DE 28 DE SETEMBRO DE 2010, QUE DISPÕE SOBRE O ES-TATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNI-CIPAIS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Altera o Art. 83 da Lei Complementar nº 207, de 28 de setembro de 2.010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 83 O servidor contemplado com a ajuda financeira de que trata a presente Lei Complementar deverá permanecer em efetivo exercício em cargo integrante do quadro permanente de pessoal, vinculado ao Município, por no mínimo, período idêntico ao do recebimento do auxílio escolar.

" (NR)

Art. 2º Altera o Art. 148, §1º §2º da Lei Complementar nº 207, de 28 de setembro de 2.010 e lhe insere no artigo os parágrafos 3º, 4º, 5º e 6º, os quais passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 148 O servidor estável poderá ser cedido para ter exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nas seguintes hipóteses:

§ 1º Na hipótese do inciso I deste artigo, o ônus da remuneração e da contribuição previdenciária relativa a parte patronal será do órgão ou entidade cessionária, e nas hipóteses dos incisos II e III, conforme dispuser a Lei ou Convênio relativo ao respectivo ato.

§ 2º O período em que o servidor estável estiver cedido não

inter-rompe o tempo de contagem para a progressão na carreira, nem tampouco as vantagens decorrentes do exercício no cargo de origem.

§ 3º A cessão far-se-á mediante Portaria publicada no Diário Oficial do Município como ato de colaboração mútua em caráter de excepcionalidade entre os órgãos ou entidades, para fim determinado, por prazo determinado e, sem alteração da lotação no órgão de origem.

§ 4º Precede o ato de cedência do servidor, a observância da similitude das atribuições do cargo de origem com àquelas a serem desempenhadas no órgão ou entidade solicitante, exceto no caso de exercício em cargo comissionado.

§ 5º É vedado a cessão de servidor que esteja respondendo a processo administrativo disciplinar ou de sindicância.

§ 6º Nos casos de requisição, por ser ato irrecusável que implica a transferência do exercício do servidor, aplica-se as regras dispostas nos §§ 2º, 3º, 4º e 5º deste artigo, mantido nesta hipótese, o ônus da remuneração para o cedente.” (NR)

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

06 de Novembro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto Nº 2965

DECRETO Nº 2965, de 09 de novembro de 2012.

“FIXA O VALOR DA UNIDADE FISCAL MUNICIPAL - UFM PARA O EXERCÍCIO DE 2013.”

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o estabelecido na Lei Complementar nº 53, de 06 de dezembro de 2000, com a redação alterada pela Lei Complementar nº 85, de 31 de julho de 2002, DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado o valor da Unidade Fiscal Municipal - UFM para o exercício de 2013 em R\$ 2,4621 (dois reais e quatro mil seiscentos e vinte e um décimos de milésimos de real).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 1º de janeiro de 2013.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 09 de novembro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

EUGÊNIO VICENZI

Secretário Municipal da Fazenda

Portaria N. 1163/RH

PORTARIA N. 1163/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 30(trinta) dias, contados a partir de 12/10/2012 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 006/2012, designada pela Portaria n. 0433/RH de 11/06/2012 (publicada em 14/06/2012), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 006/2012.

Art. 2º A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 216, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 008/P.A.D.006/2012, de 01/10/2012, em face da necessidade de oitiva das testemunhas e da indiciada.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de outubro de 2012.

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Lsos

Portaria N. 1178/RH

PORTARIA N. 1178/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 30(trinta) dias, contados a partir de 12/10/2012 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 008/2012, designada pela Portaria n. 0469/RH de 27/06/2012 (publicada em 29/06/2012), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 008/2012.

Art. 2º A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 216, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 009/P.A.D.008/2012, de 11/10/2012, em face da necessidade de oitiva das testemunhas e da indiciada.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de outubro de 2012.

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Lsos

Portaria N. 1179/RH

PORTARIA N. 1179/RH

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º. Conceder a Progressão Funcional, mediante aprovação obtida pelas avaliações de desempenho e qualificação à servidora Jane Laurentino Sezerino, matrícula n. 31550/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe “A”, adquirindo com a progressão a referência de vencimento classe “B”, com fundamento ao disposto no Art. 12 “A”, da Lei Complementar n. 159/2006, que altera o Art. 12, da Lei Complementar n. 075/2001, alterado pelo Art. 9º, da Lei Complementar n. 109/2003 e Decreto n. 446/2004.

Art.2º. Os efeitos financeiros decorrentes da Progressão Funcional,

serão devidos a partir de outubro de 2012, conforme o disposto no Art. 10º do Decreto n.º 446/ 2004.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de outubro de 2012.

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Lsos

Portaria N. 1210/RH

PORTARIA N. 1210/RH

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Art. 37, inciso II, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo n. 001/2012, referente à empresa Gaertner Obras e Engenharia Ltda. - EPP, no processo de licitação na modalidade de Tomada de Preços n. 052/2012, para execução da Ponte Estaiada ligando os bairros Rainha e Bela Aliança.

Parágrafo único - A empresa supracitada, em tese, teria descumprido cláusulas do contrato administrativo descrito no artigo 1º deste ato, infringindo o artigo 78, incisos I, II, III e V c/c artigo 79, inciso I, ambos da Lei n. 8.666/93. Por decorrência, poderá lhe ser imputado as Sanções Administrativas previstas nos Arts. 86, 87 e 88, da Lei supracitada que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.

Art. 2º Constituir, a Comissão de Processo Administrativo n. 001/2012, composta pelos seguintes servidores:

- a) Daniel Pasa, matrícula n. 31402/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Desenhista;
- b) Daniel Juppa da Silva, matrícula n 3545201, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo;
- c) Francini Bianca Cipriani, matrícula n. 3555601, ocupante do cargo de provimento efetivo Advogado.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de novembro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal
Lsos

Portaria N. 1213/RH

PORTARIA N. 1213/RH

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Art. 37, inciso II, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo n. 002/2012, referente à empresa Gaertner Obras e Engenharia Ltda. - EPP, no processo de licitação na modalidade de Concorrência n. 039/2012, para execução de pavimentação da rua Luis Pasteur.

Parágrafo único - A empresa supracitada, em tese, teria descumprido cláusulas do contrato administrativo descrito no artigo 1º deste ato, infringindo o artigo 78, incisos I, II, III e V c/c artigo 79, inciso I, ambos da Lei n. 8.666/93. Por decorrência, poderá lhe ser imputado as Sanções Administrativas previstas nos Arts. 86, 87 e 88, da Lei supracitada que institui normas para licitações

e contratos da Administração Pública.

Art. 2º Constituir, a Comissão de Processo Administrativo n. 002/2012, composta pelos seguintes servidores:

- a) Daniel Pasa, matrícula n. 31402/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Desenhista;
- b) Daniel Juppa da Silva, matrícula n 3545201, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo;
- c) Francini Bianca Cipriani, matrícula n. 3555601, ocupante do cargo de provimento efetivo Advogado.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de novembro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal
Lsos

Portaria N. 1214/RH

PORTARIA N. 1214/RH

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Art. 37, inciso II, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo n. 003/2012, referente à empresa Gaertner Obras e Engenharia Ltda. - EPP, no processo de licitação na modalidade de Concorrência n. 039/2012, para execução de pavimentação da rua João Cavilha.

Parágrafo único - A empresa supracitada, em tese, teria descumprido cláusulas do contrato administrativo descrito no artigo 1º deste ato, infringindo o artigo 78, incisos I, II, III e V c/c artigo 79, inciso I, ambos da Lei n. 8.666/93. Por decorrência, poderá lhe ser imputado as Sanções Administrativas previstas nos Arts. 86, 87 e 88, da Lei supracitada que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.

Art. 2º Constituir, a Comissão de Processo Administrativo n. 003/2012, composta pelos seguintes servidores:

- a) Daniel Pasa, matrícula n. 31402/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Desenhista;
- b) Daniel Juppa da Silva, matrícula n 3545201, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo;
- c) Francini Bianca Cipriani, matrícula n. 3555601, ocupante do cargo de provimento efetivo Advogado.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de novembro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal
Lsos

Portaria N. 1215/RH

PORTARIA N. 1215/RH

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Art. 37, inciso II, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo n. 004/2012, referente à empresa Gaertner Obras e Engenharia Ltda. - EPP, no processo de licitação na modalidade de Concorrência n. 039/2012, para execução de pavimentação da rua Genésio da

Cruz.

Parágrafo único - A empresa supracitada, em tese, teria descumprido cláusulas do contrato administrativo descrito no artigo 1º deste ato, infringindo o artigo 78, incisos I, II, III e V c/c artigo 79, inciso I, ambos da Lei n. 8.666/93. Por decorrência, poderá lhe ser imputado as Sanções Administrativas previstas nos Arts. 86, 87 e 88, da Lei supracitada que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.

Art. 2º Constituir, a Comissão de Processo Administrativo n. 004/2012, composta pelos seguintes servidores:

- a) Daniel Pasa, matrícula n. 31402/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Desenhista;
- b) Daniel Juppa da Silva, matrícula n 3545201, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo;
- c) Francini Bianca Cipriani, matrícula n. 3555601, ocupante do cargo de provimento efetivo Advogado.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de novembro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal
Lsos

Portaria N. 1216/RH

PORTARIA N. 1216/RH

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Art. 37, inciso II, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo n. 005/2012, referente à empresa Gaertner Obras e Engenharia Ltda. - EPP, no processo de licitação na modalidade de Concorrência n. 039/2012, para execução de pavimentação da rua João Stolf.

Parágrafo único - A empresa supracitada, em tese, teria descumprido cláusulas do contrato administrativo descrito no artigo 1º deste ato, infringindo o artigo 78, incisos I, II, III e V c/c artigo 79, inciso I, ambos da Lei n. 8.666/93. Por decorrência, poderá lhe ser imputado as Sanções Administrativas previstas nos Arts. 86, 87 e 88, da Lei supracitada que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.

Art. 2º Constituir, a Comissão de Processo Administrativo n. 005/2012, composta pelos seguintes servidores:

- a) Daniel Pasa, matrícula n. 31402/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Desenhista;
- b) Daniel Juppa da Silva, matrícula n 3545201, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo;
- c) Francini Bianca Cipriani, matrícula n. 3555601, ocupante do cargo de provimento efetivo Advogado.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de novembro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal
Lsos

Portaria N. 1217/RH

PORTARIA N. 1217/RH

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa

Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. Conceder à servidora MORGANA FRONZA, matrícula 3234401, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar DE Saúde Bucal, a primeira Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2005 a 2012, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior, será devido a partir de 01 de setembro de 2012, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de novembro de 2012

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Lsos

Portaria Nº. 1206/RH

PORTARIA Nº. 1206/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Revogar a Portaria n. 1052/RH de 27 de setembro de 2012, que determinou a instauração do Processo Administrativo n. 001/2012, em face à solicitação de desmembramento do Processo citado acima, através do Ofício n. 001/2012.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de novembro de 2012.

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Lsos

Contrato 312 FMS

TERMO ADITIVO 312 FMS - AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SOFTWARE, REFERENTE À LICITAÇÃO CARTA CONVITE Nº 09/2011 - FMS

Por este instrumento particular, que entre si fazem, de um lado o município de Rio do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde - FMS, pessoa jurídica de direito público, com sede a Rua Tuiuti, nº 154 - Centro, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.469.199/0001-55, doravante denominada simplesmente, de CONTRATANTE, neste ato representado pela Gestora do Fundo Municipal de Saúde - FMS, Srª Sueli Terezinha de Oliveira, e de outro a empresa Inovadora Sistemas de Gestão Ltda, sediada a rua Fernando Ferrari, nº 35, bairro Nossa Senhora de Lourdes, na cidade de Joaçaba - SC, inscrita no CNPJ sob número 00.867.301/0002-06, daqui por diante denominada CONTRATADA, resolvem entre si, firmar o presente instrumento particular, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para locação de software para gerenciamento de saúde para atender necessidade desta secretaria, conforme edital de licitação, tipo carta convite nº 09/2012 - FMS,

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante no contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 06 (seis) meses, com o seu término em 23 de abril de 2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do edital de licitação, modalidade Carta Convite Nº 09/2011 FMS e do contrato administrativo, que a este deu origem.

E por estarem justos e aditados, as partes assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Rio do Sul, 23 de outubro de 2012.

SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul - SC

INOVADORA SISTEMAS DE GESTÃO LTDA

Testemunhas:

Nome: _____ Nome: _____

CPF: _____ CPF: _____

São Bento do Sul

PREFEITURA

Portaria Nº 13955/12

PORTARIA Nº 13955, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2012.

DESIGNA COMISSÃO AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados os servidores Marco Rodrigo Redlich, Carlos Roberto Gonçalves dos Anjos, Paulo Adalberto Martins Matos, Ademir dos Santos Pereira - Polícia Militar, Luis Mauro Baron, Demilson Stanga - Corpo de Bombeiros, Simão Pedro Kramar, Paulo Roberto Uhlig, Cristiano Teixeira da Silva - SAMAE e Alinor Schermach - representante de órgão não governamental, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Avaliação de bens móveis pertencentes ao Município, para futura alienação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 09 de novembro de 2012

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Extrato Dispensa Nº 366/2012

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISPENSE DE LICITAÇÃO Nº 366/2012

OBJETO: Fornecimento de material e mão de obra para recuperação da Escola Rodolfo Berti, localizada na Rua Boa Vista nº 331,

Bairro Brasília, edificação esta que foi atingida pela chuva de granizo no dia 22/10/2012, conforme laudo da Defesa Civil 111/2012, memorial descritivo e projeto em anexo.

CONTRATADO: Bruvetec Engenharia e Construções Ltda.

Valor: R\$ 68.659,66

SÃO BENTO DO SUL, 08 de novembro de 2012.

SALETE BAYERL SPITZNER

Secretária De Educação

Justificativa Dispensa Nº 366/2012**JUSTIFICATIVA**

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I - Objeto: Fornecimento de material e mão de obra para recuperação da Escola Rodolfo Berti, localizada na Rua Boa Vista nº 331, Bairro Brasília, edificação esta que foi atingida pela chuva de granizo no dia 22/10/2012, conforme laudo da defesa civil 111/2012, memorial descritivo e projeto em anexo.

II - Contratado: Bruvetec Engenharia e Construções Ltda.

III - Caracterização da Situação Emergencial que Justifica a Dispensa: Na data de 22 de outubro de 2012 ocorreu, na cidade de São Bento do Sul e imediações, um desastre natural classificado como chuva de granizo. Como se vê no laudo acostado, foram inúmeros os danos causados às edificações particulares e às edificações públicas, entre elas a Escola Básica Municipal Rodolfo Berti, Bairro Vila São Paulo. Por ser período escolar a Secretaria necessitou decretar suspensão temporária das aulas até que os reparos sejam feitos, sob pena de prejuízos ao ensino de centenas ou milhares de alunos da rede pública. Não se diga que a caracterização emergencial requer decreto de emergência ou mesmo de calamidade pública, pois os Prejulgados n. 1288, 1311 e 1395, do TCE/SC, denotam situações de emergência em que não se cogita de estado de emergência ou de calamidade, no sentido adotado pelos órgãos da Defesa Civil. Também o TCU, em recente decisão, afirmou que "A contratação emergencial se dá em função da essencialidade do serviço ou bem que se pretende adquirir, pouco importando os motivos que tornam imperativa a imediata contratação. Na análise de contratações emergenciais não se deve buscar a causa da emergência, mas os efeitos advindos de sua não realização. A partir dessa verificação de efeitos, sopesa-se a imperatividade da contratação emergencial e avalia-se a pertinência da aplicação, pelo administrador, da excepcionalidade permitida pelo art. 24, IV, da Lei de Licitações" (AC-1138-15/11-P, Sessão: 04/05/11, Grupo: II Classe: VII Relator: Ministro UBIRATAN AGUIAR). Portanto, considerando a essencialidade do ensino público e considerando ainda que a cobertura deste prédio escolar precisa ser reparada imediatamente, sob pena de inundarem-se ainda mais tal edifício, com novas perdas materiais, caracterizada está a situação emergencial que autoriza a contratação direta nos termos do inciso IV do art. 24 da Lei 8.666/93.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: a empresa Bruvetec Engenharia e Construções Ltda foi escolhida porque (I) é do ramo pertinente (obras civis); (II) detém acervo de obras públicas de características semelhantes àquelas que serão executadas, aliás, muitas destas obras tendo como contratante o Município de São Bento do Sul; e (III) é empresa que se prontificou a fazer tais reformas, uma vez que foi ela quem realizou recentemente reforma e ampliação sendo conhecedora da estrutura do prédio escolar.

V - Justificativa do Preço: o preço praticado é de mercado, considerando que a obra custará R\$ 68.659,66 para uma área de intervenção 1.262,72 M2, donde se estima uma mão-de-obra de R\$ 27.473,72 e, destacadamente, a aplicação de R\$ 41.185,94 em materiais, itens que demonstram, sem maiores aprofundamentos, que o valor está adequado ao praticado no mercado de obras civis.



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Assim, submeto a presente justificativa a Secretária Municipal de Educação para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

ALUÍSIO MOREIRA
Diretor Defesa Civil.

RH. Ratifico a justificativa e determino a publicação no DOM e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 5 dias.

SALETE BAYERL SPITZNER
Secretária de Educação

IPRESBS

Portaria IPRESBS Nº 488/2012

PORTARIA IPRESBS Nº 488/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, em decorrência de acidente de trabalho, no período de 13/11/2012 a 29/11/2012, ao servidor VALDEMIRO DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 29/10/2012 a 12/11/2012, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 13/11/2012.

São Bento do Sul, 07/11/2012.
MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 489/2012

PORTARIA IPRESBS Nº 489/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 02/11/2012 a 09/11/2012, à servidora NILVIA LINDAURA DOS SANTOS CORREA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 18/10/2012 a 01/11/2012, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02/11/2012.

São Bento do Sul, 07/11/2012.

MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 490/2012

PORTARIA IPRESBS Nº 490/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 16/11/2012 a 20/12/2012, ao servidor JOSÉ VARELA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, lotado na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 01/11/2012 a 15/11/2012, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 16/11/2012.

São Bento do Sul, 07/11/2012.
MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 491/2012

PORTARIA IPRESBS Nº 491/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 06/11/2012 a 24/03/2013, à servidora ADRIANA DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Finais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 22/10/2012 a 05/11/2012, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 06/11/2012.

São Bento do Sul, 07/11/2012.
MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 495/2012

PORTARIA IPRESBS Nº 495/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 01/11/2012 a 31/12/2012, à servidora ROSENILDA ALVES DOS SANTOS DE SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 17/10/2012 a 31/10/2012, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/11/2012.

São Bento do Sul, 08/11/2012.

MÁRCIO MALLON

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 492/2012

PORTARIA IPRESBS Nº. 492/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 31/10/2012 a 31/12/2012, concedido à servidora GEOMARA SCHOEFFEL SPERB, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Biblioteca, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 287/2011, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 31/10/2012.

São Bento do Sul, 07/11/2012.

MÁRCIO MALLON

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 493/2012

PORTARIA IPRESBS Nº. 493/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 04/11/2012 a 01/02/2013, concedido ao servidor NILTON GOMES DE ABREU, ocupante do cargo de provimento efetivo de Oficial Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Finanças, através da Portaria IPRESBS nº. 075/2012, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 04/11/2012.

São Bento do Sul, 07/11/2012.

MÁRCIO MALLON

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 494/2012

PORTARIA IPRESBS Nº. 494/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 02/11/2012 a 16/12/2012, concedido à servidora KETLEN LUCIANE RANK, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Finais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 425/2012, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02/11/2012.

São Bento do Sul, 07/11/2012.

MÁRCIO MALLON

Diretor Presidente

SAMAE

Portaria /SAMAE/SBS Nº 291, de 07 de Novembro de 2012.

" CONCEDE FÉRIAS "

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 13883, de 11 de outubro de 2012, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art.1º - CONCEDER ao servidor ELOIR SEBASTIAO ANDRE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Operacionais, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2011/2012.

Art. 2º - As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão de 26/11 a 15/12/2012.

GERALDO WEIHERMANN

Diretor Presidente

Portaria /SAMAE/SBS Nº 293, de 08 de Novembro de 2012.

"CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 13883, de 11 de outubro de 2012, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º- CONCEDER ao servidor Marcio Cleiton Braga da Silva, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador De Rede De Agua E Esgoto, lotado nesta Autarquia, 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2011/2012.

Art. 2º- As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão de 22/11/12 a 21/12/2012.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

Portaria /SAMAE/SBS Nº 294, de 08 de Novembro de 2012.

“ CONCEDE FÉRIAS ”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 13883, de 11 de outubro de 2012, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º- CONCEDER ao servidor Giovani Kobus, ocupante do cargo de provimento efetivo de Leiturista, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2011/2012.

Art. 2º- As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão de 12/11 a 01/12/2012.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

Portaria /SAMAE/SBS Nº 295, de 08 de Novembro de 2012.

“ CONCEDE FÉRIAS ”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 13883, de 11 de outubro de 2012, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º- CONCEDER ao servidor Valdir dos Santos, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Operacionais, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2011/2012.

Art. 2º- As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão de 12/11 a 01/12/2012.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

Portaria /SAMAE/SBS Nº 296, de 08 de Novembro de 2012.

“ CONCEDE FÉRIAS ”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 13883, de 11 de outubro de 2012, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º- CONCEDER ao servidor Adair Chaves, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Rede de Água e Esgoto,

lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2011/2012.

Art. 2º- As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão de 12/11 a 01/12/2012.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

Portaria /SAMAE/SBS Nº 297, de 08 de Novembro de 2012.

“ CONCEDE FÉRIAS ”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 13883, de 11 de outubro de 2012, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º- CONCEDER ao servidor Geraldo Pokrywiecki, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Operacionais, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2009/2010.

Art. 2º- As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão de 12/11 a 01/12/2012.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

Portaria /SAMAE/SBS Nº 298, de 08 de Novembro de 2012.

“ CONCEDE FÉRIAS ”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 13883, de 11 de outubro de 2012, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º- CONCEDER ao servidor Fabiano Vieira Kindermann, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Operacionais, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2011/2012.

Art. 2º- As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão de 12/11 a 01/12/2012.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

Portaria /SAMAE/SBS Nº 299, de 08 de Novembro de 2012.

“ CONCEDE FÉRIAS ”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 13883, de 11 de outubro de 2012, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º- CONCEDER ao servidor Ednilson Marcos Spolete, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador De Rede De Agua E Esgoto, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2011/2012.

Art. 2º- As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão de 26/11 a 15/12/2012.

GERALDO WEIHERMANN

Diretor Presidente

Portaria/SAMAE/SBS Nº 292, de 08 de Novembro de 2012.

“ CONCEDE FÉRIAS ”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 13883, de 11 de outubro de 2012, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art.1º- CONCEDER ao servidor Luís Sérgio Ferreira, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Técnico, desde 07/02/1995, lotado nesta Autarquia, 20(vinte) dias de férias, referente saldo de férias dos períodos aquisitivos: 2010/2011 e 2011/2012.

Art. 2º - As férias a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 26.11.2012.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO WEIHERMANN

Diretor Presidente

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Decreto Nº 4.518, de 09 de Novembro de 2012.

DECRETO Nº 4.518, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2012.

Altera o Decreto nº 4.515, de 06 de novembro de 2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º O art. 2º do Decreto nº 4.515, de 06 de novembro de 2012 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

06.00 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SAP
06.01 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SAP
06.01.04.845.4503.2.007.3.1.71.00.00.00.00.0.1.0000 18 Aplicação Direta R\$ 2.220,00
06.01.04.845.4503.2.007.3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000 19 Aplicação Direta R\$ 5.000,00
06.01.04.845.4503.2.007.3.3.71.00.00.00.00.0.1.0000 20

Aplicação Direta R\$ 1.200,00

06.01.04.122.4503.2.022.4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 24 Aplicação Direta R\$ 17.358,00

07.00 SEC. MUN. DE FAZENDA - SMF

07.01 SEC. MUN. DE FAZENDA - SMF

07.01.04.123.4504.2.011.3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000 26 Aplicação Direta R\$ 60.000,00

07.01.04.123.4504.2.011.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 27 Aplicação Direta R\$ 5.319,00

09.00 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU

09.01 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU

09.01.15.451.4511.2.026.4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 72 Aplicação Direta R\$ 201.750,00

09.02.16.482.4511.2.040.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 95 Aplicação Direta R\$ 7.250,00

09.02.16.482.4511.2.040.4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 96 Aplicação Direta R\$ 5.000,00

10.00 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR

10.01 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR

10.01.20.602.4507.2.023.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 105 Aplicação Direta R\$ 36.590,00

10.01.20.603.4507.2.024.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 107 Aplicação Direta R\$ 25.437,00

11.00 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SDS

11.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

11.01.08.244.4509.2.029.3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000 119 Aplicação Direta R\$ 39.000,00

11.01.08.244.4509.2.029.3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000 120 Aplicação Direta R\$ 48.000,00

11.01.08.244.4509.2.029.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 121 Aplicação Direta R\$ 120.000,00

11.02.08.243.4509.2.030.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 133 Aplicação Direta R\$ 12.150,00

11.02.08.243.4509.2.030.4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 134 Aplicação Direta R\$ 5.000,00” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 09 de novembro de 2012.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Extrato do Terceiro Termo Aditivo ao Convênio Nº 397/2009 -Casan

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 397/2009 -CASAN

Conveniente: Município de São Lourenço do Oeste - CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Conveniado: Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN - CNPJ nº 82.508.433/0001-17.

Objeto: Ajustar a prorrogação do prazo de vigência contratual pelo período de 84 (oitenta e quatro) dias corridos, contados a partir de 08/10/2012.

Data da assinatura: 05 de outubro de 2012.

Vigência: A vigência do presente convênio será de 84 dias corridos, contados a partir de 08/10/2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - Dalírio José Beber e Antônio Varela do Nascimento - pelo Conveniado.

Extrato do Terceiro Termo Aditivo ao Convênio Nº 397/2009 -Casan

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 397/2009 -CASAN

Conveniente: Município de São Lourenço do Oeste - CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Conveniado: Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN - CNPJ nº 82.508.433/0001-17.

Objeto: Ajustar a prorrogação do prazo de vigência contratual pelo período de 84 (oitenta e quatro) dias corridos, contados a partir de 08/10/2012.

Data da assinatura: 05 de outubro de 2012.

Vigência: A vigência do presente convênio será de 84 dias corridos, contados a partir de 08/10/2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - Dalírio José Beber e Antônio Varela do Nascimento - pelo Conveniado.

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Lei Nº 715, de 06 de Novembro de 2012

LEI Nº 715, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012

"Denomina Logradouro Público e dá outras providências".

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica denominada Rua Matias Knies, a via pública localizada na altura do Km 281 da Rodovia SC-407, no bairro Barro Branco, a esquerda no sentido São Pedro de Alcântara - Angelina.

Art. 2º - Fica autorizada a colocação de uma placa de identificação, nos padrões Municipais, no início da Rua denominada no artigo anterior.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 08 de novembro de 2012.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Lei Nº 716, de 06 de Novembro de 2012

LEI Nº 716, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012

"Denomina Logradouro Público e dá outras providências".

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica denominada Servidão Leonida Dionisia Schmitt Stähelin, a primeira via a direita, na Rua Vendelino Stähelin, após a ponte, na sede do Município, conforme mapa anexo a esta LEI.

Art. 2º - Fica autorizada a colocação de uma placa de identificação, nos padrões Municipais, no início da Servidão denominada no artigo anterior.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 08 de novembro de 2012.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Portaria Gabinete Nº. 348/2012

DISPOE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE MEDICAMENTOS. ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NA ATENÇÃO BÁSICA. OBJETIVOS, PARTICULARIDADES E FUNCIONAMENTO, PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DISPONIBILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Sr. Ernei José Stähelin, de acordo com as atribuições legais que lhe confere o inciso XVI do artigo 45 da Lei Orgânica do Município e, Considerando exigência legal do Conselho Regional de Farmácia de Santa Catarina:

DISPÕE

Fica criado o Centro de Distribuição Gratuita de Medicamentos no município de São Pedro de Alcântara no âmbito da Política Pública do Programa da Assistência Farmacêutica na Atenção Básica, nas Unidades Básicas de Saúde - UBS, visando atender ao preceito legal, que tem como base os princípios e diretrizes do SUS, com o fim de operacionalizar um dos componentes fundamentais da assistência à saúde que é a cobertura farmacológica.

Para garantir a segurança eficácia e a qualidade dos medicamentos, assim como, a promoção do uso racional dos medicamentos, foi incluído no quadro de cargos e salários o profissional farmacêutico para observância dos dispositivos legais e regulamentares na prestação da assistência ao estabelecimento de dispensação de medicamentos, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas de segunda a sexta-feira.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Pedro de Alcântara, 24 de outubro de 2012.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

Lei Nº 1.904/2012

LEI Nº 1.904/2012

SUPLEMENTA E ANULA ELEMENTOS ORÇAMENTÁRIOS.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990, faz saber aos habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Suplementar no valor de até R\$52.664,73 (Cinquenta e dois mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e setenta e três centavos) para reforço do programa abaixo especificado, constante da Lei Orçamentária nº1.863/2011 de 08 de novembro de 2011.

01 - CÂMARA MUNICIPAL

01.01 - CÂMARA DE VEREADORES

01.01.01.031.0021.1.010 - CONSTRUÇÃO DE SEDE PRÓPRIA PARA CÂMARA

4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações R\$ 41.664,73

01.01.01.031.0021.2.059 - MANUT. DA CÂMARA MUNICIPAL DE

VEREADORES

3.3.90.14.00.00.00.00 - Diárias Civil R\$ 11.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação de que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

01 - CÂMARA MUNICIPAL**01.01 - CÂMARA DE VEREADORES**

01.01.01.031.0021.2.059 - MANUT.DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 1.830,04

3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R\$3.000,00

3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$10.000,00

3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$28.000,00

3.3.90.92.00.00.00.00 - Despesas de Exercícios Anteriores R\$500,00

4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$9.334,69

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 9 de novembro de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Publicado na mesma data.

GELSON STEIN

Auxiliar de Expediente

Decreto Nº 2.534/2012, de 9 de Novembro de 2012

DECRETO Nº 2.534/2012, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012

DECRETA PONTO FACULTATIVO.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado Ponto Facultativo o dia 16 de novembro de 2012 - sexta-feira, ressalvadas as necessidades de cada Secretaria e do pessoal ligado à Defesa Civil.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 9 de novembro de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Publicado na mesma data.

GELSON STEIN

Auxiliar de Expediente

Extrato de Contrato Nº. 190/2012-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 190/2012-PMS

Modalidade Carta Convite nº. 03/2012-PMS

Processo nº. 132/2012-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: REC 3 AUDIO PRODUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 10.687.239/0001-35, estabelecida na Rua Bernardo Karsten, nº. 287, Bairro Barra do Rio Molha, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89259-750.

Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gravação e direção de som e também para fornecimento de exemplares de jornal de circulação regional para o Município de Schroeder, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÕES	UNID.	QTDE.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
1	Contratação de empresa para prestação de serviços de gravação e edição de som. Coleta de dados para divulgação de eventos e programas públicos. Organização de cerimonial para eventos da municipalidade.	02	Mês	4.800,00	9.600,00
2	Fornecimento de 3.500 exemplares/mês, divididos quinzenalmente, de jornal de circulação regional, com no mínimo 04 paginas de notícias relacionadas ao município de Schroeder. A entrega deverá ser quinzenal, sendo 50% por quinzena.	02	Mês	2.250,00	4.500,00
VALOR TOTAL R\$					14.100,00

Valor do contrato: R\$ 14.100,00 (quatorze mil e cem reais).

Data da Assinatura: 09/11/2012 - Vigência: 31/12/2012

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº. 191/2012-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 191/2012-PMS

Modalidade Carta Convite nº. 03/2012-PMS

Processo nº. 132/2012-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: SERRANA ENGENHARIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.073.536/0001-64, com sede na Rua Ottkar Doerffel, 841, Bairro Atiradores, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89203-001.

Objeto: na contratação de empresa especializada para fornecimento de mão de obra, material, projetos e licenças que sejam necessárias junto a CELESC e outros órgãos, para a ampliação da iluminação pública na Estrada Duas Mamas, Rua 25 de Julho, Rua Leopoldo Prust, deslocamento de rede na ponte Theodoro Beck e instalação de lâmpadas em várias ruas no Município de Schroeder, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÕES	UNID.	QTDE.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R TOTAL
1	RUA 25 DE JULHO - Trecho I - Lançamento de 79 metros de condutor de alumínio nu 2AWG (Relação de Materiais de Rede - anexa)	1	Unidade	610,00	610,00
2	DUAS MAMAS - Trecho I - Lançamento de 535 metros de condutor de alumínio nu 2AWG e Instalação de 1 Transformador monofásico de 30 Kva - (Relação de Materiais de Rede - anexa)	1	Unidade	10.000,00	10.000,00
3	RUA LEOPOLDO PRUST - Lançamento de 520 metros de condutor de alumínio nu 2AWG e Instalação de 1 Transformador monofásico de 30 kVA - (Relação de Materiais de Rede - anexa)	1	Unidade	10.000,00	10.000,00
4	DUAS MAMAS - Trecho II - Lançamento de 220 metros de condutor de alumínio nu 2AWG (Relação de Materiais de Rede - anexa)	1	Unidade	1.348,00	1.348,00
	RUA 25 DE JULHO - Trecho II - Lançamento de 532 metros de condutor de alumínio nu 2AWG e Instalação de 1 Transformador monofásico de 30 kVA (Relação de Materiais de Rede - anexa)	1	Unidade	10.000,00	10.000,00

6	PONTE THEODORO BECK - Deslocamento de rede de distribuição de energia elétrica para obra em ponte (Relação de Materiais de Rede - anexa)	1	Unidade	3.508,00	3.508,00
7	INSTALAÇÃO DE 15 LUMINÁRIAS COMPLETAS 150vatts V.S. (Todo o material será fornecido pela Prefeitura)	1	Unidade	2.700,00	2.700,00
8	INSTALAÇÃO DE 75 LUMINÁRIAS COMPLETAS 250vatts V.S. (Todo o material será fornecido pela Prefeitura)	1	Unidade	12.000,00	12.000,00
VALOR TOTAL R\$					50.166,00

Valor do contrato: R\$ 50.166,00 (cinquenta mil e cento e sessenta e seis reais).

Data da Assinatura: 09/11/2012 - Vigência: 31/12/2012

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº. 192/2012-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 192/2012-PMS
Processo de licitação nº. 135/2012 - PMS
Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 83/2012 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: METAQUÍMICA LABORATÓRIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.164.697/0001-50, estabelecida na Rua Santília Pures Rengel, nº. 144, sala 01, Bairro Ilha de figueira, na cidade de Jaraguá do Sul, estado de Santa Catarina, CEP: 89258-200.

Objeto: Constitui objeto do presente o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de coleta e análise de água, bruta (dos mananciais de captação) e tratada (da rede de distribuição) para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, pelo período de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R TOTAL
01	COLETA E ANÁLISE de Bactérias Heterotróficas (6 análises mensais)	96	Unidade	26,00	2.496,00
02	COLETA E ANÁLISE de Coliformes Totais (36 análises mensais)	540	Unidade	18,00	9.720,00
03	COLETA E ANÁLISE de Cloro Residual (36 análises mensais)	540	Unidade	9,00	4.860,00
04	COLETA E ANÁLISE de Cianobactérias (3 análises mensais)	48	Unidade	50,00	2.400,00
05	COLETA E ANÁLISE de Trihalometanos (2 trimestrais)	12	Unidade	60,04	720,48
06	COLETA E ANÁLISE PARA ÁGUA TRATADA PORTARIA MS Nº 2914 DE 12/12/2011 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE (COMPLETA) SEMESTRAL. Obs.: 2 análises anuais.	4	Unidade	1.699,99	6.799,96
07	COLETA E ANÁLISE PARA ÁGUA BRUTA CONAMA 357 (COMPLETA) Obs.: 6 análises anuais.	9	Unidade	964,84	8.683,56
08	COLETA E ANÁLISE de Cor aparente(36 análises mensais)	540	Unidade	5,50	2.970,00
09	COLETA E ANÁLISE da turbidez (36 análises mensais)	540	Unidade	5,50	2.970,00
10	COLETA E ANÁLISE de fluoretos (36 análises mensais)	540	Unidade	6,00	3.240,00
11	COLETA E ANÁLISE de pH (36 análises mensais)	540	Unidade	5,50	2.970,00
12	COLETA E ANÁLISE de alumínio residual e água tratada (Conforme necessidade. Esporadico)	152	Unidade	19,00	2.888,00
13	COLETA E ANÁLISE da alcalinidade em água bruta (Conforme necessidade. Esporadico)	152	Unidade	8,00	1.216,00
14	COLETA E ANÁLISE de Escherichia coli.	200	Unidade	22,50	4.500,00
15	Gosto e Sabor (2 trimestrais)	12	Unidade	5,50	66,00
VALOR R\$					56.500,00

Valor do contrato: R\$ 56.500,00 (cinquenta e seis mil e quinhentos reais).

Data da Assinatura: 09/11/2012 - Vigência: 09/11/2013

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Timbó

PREFEITURA

Lei Nº 2601, de 12 de Novembro de 2012

LEI Nº 2601, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

Autoriza a anulação e suplementação de valores em dotações orçamentárias, no Orçamento-Programa 2012, da Administração Direta.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Prefeito fica autorizado a proceder a anulação, no valor de até R\$ 521.471,49 (Quinhentos e vinte e um mil, quatrocentos e setenta e um reais e quarenta e nove centavos), do saldo existente nas dotações dos seguintes Projetos/Atividade, Operações Especiais, Modalidades de Aplicação e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2012 da Administração Direta e Indireta do Município de Timbó (Lei nº 2.543 de 16/12/2011):

ADMINISTRAÇÃO DIRETA (PMT)

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

07.01.015.121.0040.1049. SECR. DE PLANEJAMENTO, TRANSITO E MEIO AMBIENTE

07.01.015.121.0040.1049. PLANEJAMNETO URBANO

07.01.015.121.0040.1049. IMÓVEIS PARA O DESENVOLVIMENTO DE TIMBÓ

400000.00 DESPESAS DE CAPITAL

440000.00 INVESTIMENTOS

449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.30000 VINCULO LIVRE - SUP. FINANCEIRO 515.000,00

TOTAL 515.000,00

RESUMO

0.30000 VINCULO LIVRE - SUP. FINANCEIRO 515.000,00

ADMINISTRAÇÃO DIRETA (FUNDOS)

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.02.010.302.0072.1159. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

15.02.010.302.0072.1159. ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

15.02.010.302.0072.1159. OBRAS E INSTALAÇÕES MAC

400000.00 DESPESAS DE CAPITAL

440000.00 INVESTIMENTOS

449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10200 REC. IMPOSTOS E DE TRANSF. IMP SAUDE 6.471,49

TOTAL 6.471,49

RESUMO

0.10200 REC. IMPOSTOS E DE TRANSF. IMP SAUDE 6.471,49

Art. 2º O Prefeito fica autorizado a abrir crédito suplementar, no valor de até R\$ 521.471,49 (Quinhentos e vinte e um mil, quatrocentos e setenta e um reais e quarenta e nove centavos), à conta da anulação prevista no artigo anterior, obedecendo as seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Modalidades de Aplicação e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2012 da Administração Direta e Indireta do Município de Timbó (Lei nº 2.543 de 16/12/2011):

ADMINISTRAÇÃO DIRETA (FUNDOS)

SUPLEMENTA

15.01.010.301.0070.2150. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

15.01.010.301.0070.2150. SERVIÇOS EM SAUDE NA ATENÇÃO BASICA

15.01.010.301.0070.2150. MANUTENÇÃO DA SAUDE DA FAMILIA

300000.00 DESPESAS CORRENTES

310000.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
 0.30000 VINCULO LIVRE - SUP. FINANCEIRO 200.000,00
 TOTAL 200.000,00
 15.02.010.302.0072.2158. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
 15.02.010.302.0072.2158. ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
 15.02.010.302.0072.2158. MANUTENÇÃO POLICLINICA DE REFERENCIA E SERVIÇOS
 300000.00 DESPESAS CORRENTES
 310000.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
 319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
 0.30000 VINCULO LIVRE - SUP. FINANCEIRO 200.000,00
 TOTAL 200.000,00
 15.02.010.302.0072.2158. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
 15.02.010.302.0072.2158. ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
 15.02.010.302.0072.2158. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC
 300000.00 DESPESAS CORRENTES
 310000.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
 319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
 0.30000 VINCULO LIVRE - SUP. FINANCEIRO 115.000,00
 TOTAL 115.000,00
 15.05.010.122.0078.2176. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
 15.05.010.122.0078.2176. GESTÃO DO SUS
 15.05.010.122.0078.2176. MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO SUS
 300000.00 DESPESAS CORRENTES
 310000.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
 319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
 0.10200 REC. IMPOSTOS E DE TRANSF. IMP SAUDE 6.471,49
 TOTAL 6.471,49
 RESUMO 521.471,49
 0.30000 VINCULO LIVRE - SUP. FINANCEIRO 515.000,00
 0.10200 REC. IMPOSTOS E DE TRANSF. IMP SAUDE 6.471,49

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Timbó, em 12 de novembro de 2012; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.
 LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
 Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 2902, de 23 de Outubro de 2012

DECRETO Nº 2902, DE 23 DE OUTUBRO DE 2012
 Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Exercício anterior, no valor de R\$ 458,97.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2543, de 16/12/2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2012, no valor de R\$ 458,97 (quatrocentos e cinquenta e oito reais e noventa e sete centavos) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

03.05.028.846.0005.0003. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
 03.05.028.846.0005.0003. ENCARGOS DA ADMINISTRAÇÃO
 03.05.028.846.0005.0003. SENTENÇAS JUDICIAS CONTRA O MUNICIPIO
 300000.00 DESPESAS CORRENTES
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
 0.30000 SUPERAVIT FINANCEIRO LIVRE 458,97
 TOTAL 458,97

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 23 de outubro de 2012; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA
 Prefeito de Timbó/SC, em exercício

Decreto Nº 2904, de 26 de Outubro de 2012

DECRETO Nº 2904, DE 26 DE OUTUBRO DE 2012
 Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Exercício anterior, no valor de R\$ 15.000,00.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2543, de 16/12/2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2012, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

08.01.015.452.0050.2092. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
 08.01.015.452.0050.2092. OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
 08.01.015.452.0050.2092. MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
 300000.00 DESPESAS CORRENTES
 310000.00 PESSOAL E ENCARGOS
 319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
 0.30000 SUPERAVIT FINANCEIRO LIVRE 15.000,00
 TOTAL 15.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 26 de outubro de 2012; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA
 Prefeito de Timbó/SC, em exercício

Decreto Nº 2912, de 26 de Outubro de 2012

DECRETO Nº 2912, DE 26 DE OUTUBRO DE 2012
 Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Exercício anterior, no valor de R\$ 734,80.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2543, de 16/12/2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2012, no valor de R\$ 734,80 (setecentos e trinta e quatro reais e oitenta centavos) mediante a utilização dos recursos indicados no

art.2º deste decreto, conforme segue:

03.05.028.846.0005.0003. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
03.05.028.846.0005.0003. ENCARGOS DA ADMINISTRAÇÃO
03.05.028.846.0005.0003. SENTENÇAS JUDICIAS CONTRA O MUNICIPIO
300000.00 DESPESAS CORRENTES
330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.30000 SUPERAVIT FINANCEIRO LIVRE 734,80
TOTAL 734,80

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 26 de outubro de 2012; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA
Prefeito de Timbó/SC, em exercício

Decreto Nº 2913, de 29 de Outubro de 2012

DECRETO Nº 2913, DE 29 DE OUTUBRO DE 2012

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 19.000,00.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2.543, de 16 de dezembro de 2011,
DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2012:

19.01.027.813.0090.2236. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
19.01.027.813.0090.2236. ESPORTE AMADOR, COMUNITÁRIO E DE RENDIMENTO
19.01.027.813.0090.2236. MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES
300000.00 DESPESAS CORRENTES
310000.00 PESSOAL E ENCARGOS
319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.10000 RECURSOS ORDINARIOS 5.000,00
319100.00 APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ÓRGÃOS
0.10000 RECURSOS ORDINARIOS 7.000,00
330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339100.00 APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ÓRGÃOS
0.10000 RECURSOS ORDINARIOS 7.000,00
TOTAL 19.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2012, no valor de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

19.01.027.813.0090.2236. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
19.01.027.813.0090.2236. ESPORTE AMADOR, COMUNITÁRIO E DE RENDIMENTO
19.01.027.813.0090.2236. MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES
300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.10000 RECURSOS ORDINARIOS 19.000,00
TOTAL 19.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 29 de outubro de 2012; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA
Prefeito de Timbó/SC, em exercício

Portaria No 3111, de 22 de Outubro de 2012

PORTARIA No 3111, DE 22 DE OUTUBRO DE 2012

Designa profissional lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde), para o Programa Saúde da Família - PSF, a contar de 1º de outubro do corrente.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso VII, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990 e Decreto nº 2703, de 05 de abril de 2012,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR profissional lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde), para o Programa Saúde da Família - PSF, conforme abaixo relacionada, a contar de 1º de outubro do corrente:

NOME	CARGO
Ruth Herweg Jacques	Médico - 40h/s

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 22 de outubro de 2012; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA
Prefeito de Timbó/SC, em exercício

Segunda Retificação Pregão Presencial N.º 42 2012 FMS - Materiais de Enfermagem

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Pregão PRESENCIAL Nº 42/2012

RETIFICAÇÃO

O Município de Timbó, leva ao conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial nº. 42/2012, do tipo menor preço, que trata da AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO DA ÁREA DA ENFERMAGEM/HOSPITALAR QUE SERÃO UTILIZADOS NAS UNIDADES DE SAÚDE, PRONTO SOCORRO E POLICLÍNICA, sofreu correção da Tabela de Referência constante do Anexo I, que passa a vigorar conforme descrição a seguir:

1. TABELA DE REFERÊNCIA

Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário de Referência (R\$)
------	-----	-----	-----------	------------------------------------

50.00000	10,00	CAIXA	CURATIVO CONFECCIONADO A PARTIR DE UM TECIDO EM MALHA DE ACETATO DE CELULOSE E IMPREGNADO COM EMULSÃO DE PETROLATUM – TAMANHO 7,5X7,5CM.	Onde se lia R\$ 1,55 Lê-se R\$ 175,00
----------	-------	-------	--	--

Considerando as alterações feitas anteriormente, as empresas que já haviam solicitado o arquivo Licita, poderão preencher uma proposta por escrito cotando os itens retificados.

Fica prorrogado o prazo para entrega e abertura dos envelopes para o dia 26/11/2012 às 08h30min e 30/11 as 08:15 para a etapa de lances. Permanecem inalteradas as demais condições do Edital

Timbó, 09 de novembro de 2012

THOMAZ H. N. CAMPREGHER

Diretor de Administração

Extrato do Edital de Processo Seletivo Nº 001/2012 de Abertura de Inscrições

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2012 DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Prefeito de Timbó, Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 50 incisos II, V, VII e X da Lei Orgânica do Município de Timbó, e de acordo com a Lei Municipal 2.045 de 22 de dezembro de 1998 e suas alterações, através da Secretaria Municipal de Educação, torna pública a abertura das instruções especiais destinadas à realização do Processo Seletivo Simplificado, para compor Cadastro de Reserva, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, do quadro da Secretaria Municipal de Educação de Timbó, e informa que se acham abertas no período de 12/11/2012 a 26/11/2012, as inscrições "on line", do Processo Seletivo 01/2012, para provimento de vagas para os seguintes cargos do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Timbó: Alfabetizado: Auxiliar Operacional I; Ensino Médio Completo: Auxiliar de Recreação- Educação Infantil. Ensino Superior: Professor Pré- Escolar (habilitado); Professor Pré- Escolar (não-habilitado); Professor de Jovens e Adultos (habilitado); Professor de Jovens e Adultos (não-habilitado); Professor de Ensino Fundamental Série/Anos Iniciais (habilitado); Professor de Ensino Fundamental Série/Anos Iniciais (não-habilitado); Professor De Educação Física - Pré-Escolar (habilitado); Professor De Educação Física - Pré-Escolar (não-habilitado); Professor de Inglês- Pré Escolar (habilitado); Professor de Inglês- Pré Escolar (não-habilitado); Professor de Ensino Fundamental e Pré-Escolar- Artes (habilitado); Professor de Ensino Fundamental e Pré-Escolar- Artes (não-habilitado); Professor De Ensino Fundamental Ciências (habilitado); Professor De Ensino Fundamental Ciências (não-habilitado); Professor de Ensino Fundamental- Educação Física (habilitado); Professor de Ensino Fundamental- Educação Física (não-habilitado); Professor de Ensino Fundamental- Espanhol (habilitado); Professor de Ensino Fundamental- Espanhol (não-habilitado); Professor de Ensino Fundamental Geografia (habilitado); Professor de Ensino Fundamental Geografia (não-habilitado); Professor de Ensino Fundamental- História (habilitado); Professor de Ensino Fundamental- História (não-habilitado); Professor de Ensino Fundamental- Inglês (habilitado); Professor de Ensino Fundamental- Inglês (não-habilitado); Professor de Ensino Fundamental- Matemática (habilitado); Professor de Ensino Fundamental- Matemática (não-habilitado); Professor de Ensino Fundamental- Português (habilitado); Professor de Ensino Fundamental- Português (não-habilitado); Professor de Informática Educacional (não-habilitado); Secretário Escolar; Educador Infantil. As provas estão previstas

para o dia 09 de dezembro de 2012. O inteiro teor deste edital encontra-se publicado no mural e site oficial, www.timbo.sc.gov.br e no site www.iobv.com.br. Timbó, 08 de novembro de 2012.

Laércio Demerval Schuster Junior- Prefeito Municipal

Edital de Notificação 002/2012

Edital de Notificação 002/2012

A Fazenda Municipal de Timbó, em observância a Lei Complementar nº 142, de 21/12/98, faz saber aos contribuintes abaixo relacionados, em virtude de recusa de recebimento ou de estarem em local incerto e não sabido, e aos demais interessados, que efetuou a inscrição de débitos fiscais em Dívida Ativa, relativos aos exercícios de 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011, cujos valores constam como não quitados.

Desta forma, ficam notificados, os contribuintes abaixo relacionados, para quitarem o respectivo débito, retirando a guia de pagamento junto ao Setor de Dívida Ativa, na sede da municipalidade, sita na Av. Getúlio Vargas, 700, neste município, ou requerer a abertura do competente processo administrativo, para contestar ou parcelar o débito, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste.

Decorrido o prazo acima estipulado, sem prejuízo dos recursos interpostos no âmbito administrativo, serão, os débitos, abaixo relacionados, encaminhados para cobrança judicial, na forma da lei.

Página 1/15

Notificacao: 1770/2011

Contribuinte: A.J.B. SOLDAS E MANUT. INDUSTRIAS LTDA 186805

Cadastro/Set.	Div.	Nr.Inscrição	Processo	Dt.Insc.	Dt.Vct.Orig	Vl.Orig.R\$	Corr.Monet	Juros R\$	Multa R\$	Vl. Total R\$
18680.5/	ISSTL	3039 10 000	0/00	27/01/11	17/05/2010	203,98	26,10	69,02	4,60	303,70
T O T A I S						203,98	26,10	69,02	4,60	303,70

Notificacao: 1771/2011

Contribuinte: A.J.B. SOLDAS E MANUT. INDUSTRIAS LTDA 186805

Cadastro/Set.	Div.	Nr.Inscrição	Processo	Dt.Insc.	Dt.Vct.Orig	Vl.Orig.R\$	Corr.Monet	Juros R\$	Multa R\$	Vl. Total R\$
18680.5/	ISS/H	3880 08 000	0/00	16/02/11	15/05/2008	64,50	15,87	43,40	1,61	125,38
18680.5/	ISS/H	3879 08 000	0/00	16/02/11	15/06/2008	81,96	20,16	54,12	2,04	158,28
T O T A I S						146,46	36,03	97,52	3,65	283,66

Notificacao: 2416/2009

Contribuinte: A.J.B. SOLDAS E MANUT. INDUSTRIAS LTDA 186805

Cadastro/Set.	Div.	Nr.Inscrição	Processo	Dt.Insc.	Dt.Vct.Orig	Vl.Orig.R\$	Corr.Monet	Juros R\$	Multa R\$	Vl. Total R\$
18680.5/	PP	3727 08 000	0/00	31/03/09	30/06/2008	12,99	3,20	8,58	0,32	25,09
T O T A I S						12,99	3,20	8,58	0,32	25,09

Notificacao: 397/2012

Contribuinte: A.J.B. SOLDAS E MANUT. INDUSTRIAS LTDA 186805

Cadastro/Set.	Div.	Nr.Inscrição	Processo	Dt.Insc.	Dt.Vct.Orig	Vl.Orig.R\$	Corr.Monet	Juros R\$	Multa R\$	Vl. Total R\$
18680.5/	ISSTL	3264 11 000	0/00	26/01/12	16/05/2011	216,06	14,05	41,42	4,60	276,13
T O T A I S						216,06	14,05	41,42	4,60	276,13

Notificacao: 1836/2011

Contribuinte: ALEXANDRE BAULER ME 206890

Cadastro/Set.	Div.	Nr.Inscrição	Processo	Dt.Insc.	Dt.Vct.Orig	Vl.Orig.R\$	Corr.Monet	Juros R\$	Multa R\$	Vl. Total R\$
20689.0/	ISSTL	3070 10 000	0/00	27/01/11	17/05/2010	132,19	16,92	44,73	2,98	196,82
T O T A I S						132,19	16,92	44,73	2,98	196,82

Notificacao: 2437/2009

Contribuinte: ALEXANDRE BAULER ME 206890

Cadastro/Set.	Div.	Nr.Inscrição	Processo	Dt.Insc.	Dt.Vct.Orig	Vl.Orig.R\$	Corr.Monet	Juros R\$	Multa R\$	Vl. Total R\$
20689.0/	MFWeb	3593 08 000	0/00	13/03/09	05/05/2008	216,69	53,30	148,49	5,40	423,88
T O T A I S						216,69	53,30	148,49	5,40	423,88

Notificacao: 522/2012

Contribuinte: ALEXANDRE BAULER ME 206890

Cadastro/Set.	Div.	Nr.Inscrição	Processo	Dt.Insc.	Dt.Vct.Orig	Vl.Orig.R\$	Corr.Monet	Juros R\$	Multa R\$	Vl. Total R\$
20689.0/	ISSTL	3299 11 000	0/00	26/01/12	16/05/2011	140,03	9,10	26,84	2,98	178,95
T O T A I S						140,03	9,10	26,84	2,98	178,95

Notificacao: 345/2012

Contribuinte: ALEXANDRE SENEM 224901

Cadastro/Set.	Div.	Nr.Inscrição	Processo	Dt.Insc.	Dt.Vct.Orig	Vl.Orig.R\$	Corr.Monet	Juros R\$	Multa R\$	Vl. Total R\$
---------------	------	--------------	----------	----------	-------------	-------------	------------	-----------	-----------	---------------

Página 2/15

Cadastro/Set.	Div.	Nr.Inscrição	Processo	Dt.Insc.	Dt.Vct.Orig	Vl.Orig.R\$	Corr.Monet	Juros R\$	Multa R\$	Vl. Total R\$
22490.1/	CME	363 12 000	0/00	29/05/12	08/09/2011	67,33	4,38	8,60	1,43	81,74
22490.1/	CME	361 12 000	0/00	29/05/12	08/09/2011	67,33	4,38	10,04	1,43	83,18
22490.1/	CME	360 12 000	0/00	29/05/12	08/09/2011	67,33	4,38	10,76	1,43	83,90
22490.1/	CME	359 12 000	0/00	29/05/12	08/09/2011	67,43	4,38	11,49	1,44	84,74
22490.1/	CME	362 12 000	0/00	29/05/12	08/09/2011	67,33	4,38	9,32	1,43	82,46
T O T A I S						336,75	21,90	50,21	7,16	416,02

Notificacao: 1912/2011
Contribuinte: ALEXANDRE SENEM

224901

Cadastro/Set.	Div.	Nr.Inscrição	Processo	Dt.Insc.	Dt.Vct.Orig	Vl.Orig.R\$	Corr.Monet	Juros R\$	Multa R\$	Vl. Total R\$
15899.2/05	IPTU	2296 10 000	0/00	26/01/11	17/05/2010	432,09	55,29	146,21	9,75	643,34
T O T A I S						432,09	55,29	146,21	9,75	643,34

Notificacao: 1577/2010
Contribuinte: ALEXANDRE SENEM

224901

Cadastro/Set.	Div.	Nr.Inscrição	Processo	Dt.Insc.	Dt.Vct.Orig	Vl.Orig.R\$	Corr.Monet	Juros R\$	Multa R\$	Vl. Total R\$
15899.2/05	IPTU	2247 09 000	0/00	29/01/10	15/09/2009	70,92	12,52	31,71	1,67	116,82
15899.2/05	IPTU	2041 08 000	0/00	27/01/09	15/09/2008	52,14	12,83	32,48	1,30	98,75
T O T A I S						123,06	25,35	64,19	2,97	215,57

Notificacao: 525/2012
Contribuinte: ALEXANDRE SENEM

224901

Cadastro/Set.	Div.	Nr.Inscrição	Processo	Dt.Insc.	Dt.Vct.Orig	Vl.Orig.R\$	Corr.Monet	Juros R\$	Multa R\$	Vl. Total R\$
15899.2/05	IPTU	2470 11 000	0/00	20/01/12	16/05/2011	406,31	26,41	77,89	8,65	519,26
T O T A I S						406,31	26,41	77,89	8,65	519,26

Notificacao: 440/2012
Contribuinte: ALTAIR SPECKORT

32824

Cadastro/Set.	Div.	Nr.Inscrição	Processo	Dt.Insc.	Dt.Vct.Orig	Vl.Orig.R\$	Corr.Monet	Juros R\$	Multa R\$	Vl. Total R\$
3282.4/	CME	887 12 000	0/00	12/06/12	17/01/2008	79,55	19,57	42,62	1,98	143,72
3282.4/	CME	888 12 000	0/00	12/06/12	17/01/2008	79,55	19,57	41,63	1,98	142,73
3282.4/	CME	889 12 000	0/00	12/06/12	17/01/2008	79,55	19,57	40,64	1,98	141,74
3282.4/	CME	891 12 000	0/00	12/06/12	17/01/2008	79,55	19,57	38,66	1,98	139,76
3282.4/	CME	906 12 000	0/00	12/06/12	17/01/2008	79,55	19,57	23,79	1,98	124,89
3282.4/	CME	907 12 000	0/00	12/06/12	17/01/2008	79,55	19,57	22,80	1,98	123,90
3282.4/	CME	880 12 000	0/00	12/06/12	17/01/2008	79,55	19,57	49,56	1,98	150,66
3282.4/	CME	881 12 000	0/00	12/06/12	17/01/2008	79,55	19,57	48,57	1,98	149,67
3282.4/	CME	882 12 000	0/00	12/06/12	17/01/2008	79,55	19,57	47,58	1,98	148,68
3282.4/	CME	883 12 000	0/00	12/06/12	17/01/2008	79,55	19,57	46,59	1,98	147,69
3282.4/	CME	884 12 000	0/00	12/06/12	17/01/2008	79,55	19,57	45,59	1,98	146,69
3282.4/	CME	885 12 000	0/00	12/06/12	17/01/2008	79,55	19,57	44,60	1,98	145,70
3282.4/	CME	886 12 000	0/00	12/06/12	17/01/2008	79,55	19,57	43,61	1,98	144,71
3282.4/	CME	890 12 000	0/00	12/06/12	17/01/2008	79,55	19,57	39,65	1,98	140,75
3282.4/	CME	892 12 000	0/00	12/06/12	17/01/2008	79,55	19,57	37,66	1,98	138,76
3282.4/	CME	893 12 000	0/00	12/06/12	17/01/2008	79,55	19,57	36,67	1,98	137,77
3282.4/	CME	894 12 000	0/00	12/06/12	17/01/2008	79,55	19,57	35,68	1,98	136,78
3282.4/	CME	895 12 000	0/00	12/06/12	17/01/2008	79,55	19,57	34,69	1,98	135,79
3282.4/	CME	896 12 000	0/00	12/06/12	17/01/2008	79,55	19,57	33,70	1,98	134,80
3282.4/	CME	897 12 000	0/00	12/06/12	17/01/2008	79,55	19,57	32,71	1,98	133,81
3282.4/	CME	898 12 000	0/00	12/06/12	17/01/2008	79,55	19,57	31,72	1,98	132,82
3282.4/	CME	899 12 000	0/00	12/06/12	17/01/2008	79,55	19,57	30,73	1,98	131,83
3282.4/	CME	900 12 000	0/00	12/06/12	17/01/2008	79,55	19,57	29,74	1,98	130,84
3282.4/	CME	901 12 000	0/00	12/06/12	17/01/2008	79,55	19,57	28,74	1,98	129,84
3282.4/	CME	902 12 000	0/00	12/06/12	17/01/2008	79,55	19,57	27,75	1,98	128,85
3282.4/	CME	903 12 000	0/00	12/06/12	17/01/2008	79,55	19,57	26,76	1,98	127,86
3282.4/	CME	904 12 000	0/00	12/06/12	17/01/2008	79,55	19,57	25,77	1,98	126,87
3282.4/	CME	905 12 000	0/00	12/06/12	17/01/2008	79,55	19,57	24,78	1,98	125,88

Página 3/15

T O T A I S	2.227,40	547,96	1.012,99	55,44	3.843,79
-------------	----------	--------	----------	-------	----------

Notificacao: 1979/2011

Contribuinte: AMULETTO CONFEC. LTDA ME

242284

Cadastro/Set.	Div.	Nr.Inscrição	Processo	Dt.Insc.	Dt.Vct.Orig	Vl.Orig.R\$	Corr.Monet	Juros R\$	Multa R\$	Vl. Total R\$
24228.4/	ISSTL	3165 10 000	0/00	27/01/11	17/05/2010	176,59	22,60	59,76	3,98	262,93
24228.4/	ISSTL	3391 11 000	0/00	26/01/12	16/05/2011	187,07	12,16	35,86	3,98	239,07
T O T A I S						363,66	34,76	95,62	7,96	502,00

Notificacao: 2329/2010

Contribuinte: AMULETTO CONFEC. LTDA ME

242284

Cadastro/Set.	Div.	Nr.Inscrição	Processo	Dt.Insc.	Dt.Vct.Orig	Vl.Orig.R\$	Corr.Monet	Juros R\$	Multa R\$	Vl. Total R\$
24228.4/	ISSTL	3067 09 000	0/00	19/02/10	15/05/2009	169,32	29,90	83,67	3,98	286,87
24228.4/	ISSTL	3046 08 000	0/00	29/01/09	15/05/2008	105,14	25,86	70,74	2,62	204,36
T O T A I S						274,46	55,76	154,41	6,60	491,23

Notificacao: 228/2009

Contribuinte: ANDERSON LUIZ CONTI

663638

Cadastro/Set.	Div.	Nr.Inscrição	Processo	Dt.Insc.	Dt.Vct.Orig	Vl.Orig.R\$	Corr.Monet	Juros R\$	Multa R\$	Vl. Total R\$
66363.8/	ISSTL	2673 08 000	0/00	29/01/09	15/05/2008	52,50	12,91	35,32	1,31	102,04
T O T A I S						52,50	12,91	35,32	1,31	102,04

Notificacao: 2455/2009

Contribuinte: ANDERSON LUIZ DA SILVA SOUZA

229156

Cadastro/Set.	Div.	Nr.Inscrição	Processo	Dt.Insc.	Dt.Vct.Orig	Vl.Orig.R\$	Corr.Monet	Juros R\$	Multa R\$	Vl. Total R\$
22915.6/	PP	3749 08 000	0/00	31/03/09	30/09/2008	110,50	27,18	68,84	2,75	209,27
T O T A I S						110,50	27,18	68,84	2,75	209,27

Notificacao: 1928/2011

Contribuinte: ANDERSON LUIZ DA SILVA SOUZA

229156

Cadastro/Set.	Div.	Nr.Inscrição	Processo	Dt.Insc.	Dt.Vct.Orig	Vl.Orig.R\$	Corr.Monet	Juros R\$	Multa R\$	Vl. Total R\$
22915.6/	ISSTL	3108 09 000	0/00	19/02/10	15/05/2009	264,46	46,70	130,69	6,22	448,07
22915.6/	ISSTL	3082 08 000	0/00	29/01/09	15/10/2008	60,77	14,95	37,10	1,51	114,33
22915.6/	ISSTL	3211 10 000	0/00	27/01/11	17/05/2010	275,81	35,29	93,33	6,22	410,65
T O T A I S						601,04	96,94	261,12	13,95	973,05

Notificacao: 526/2012

Contribuinte: ANDERSON LUIZ DA SILVA SOUZA

229156

Cadastro/Set.	Div.	Nr.Inscrição	Processo	Dt.Insc.	Dt.Vct.Orig	Vl.Orig.R\$	Corr.Monet	Juros R\$	Multa R\$	Vl. Total R\$
22915.6/	ISSTL	3439 11 000	0/00	26/01/12	16/05/2011	292,12	18,99	56,00	6,22	373,33
T O T A I S						292,12	18,99	56,00	6,22	373,33

Notificacao: 444/2012

Contribuinte: ARNO ROBERTO HINSCHING

44172

Cadastro/Set.	Div.	Nr.Inscrição	Processo	Dt.Insc.	Dt.Vct.Orig	Vl.Orig.R\$	Corr.Monet	Juros R\$	Multa R\$	Vl. Total R\$
4417.2/	CME	35 12 000	0/00	06/02/12	11/04/2011	79,37	5,16	9,30	1,69	95,52
T O T A I S						79,37	5,16	9,30	1,69	95,52

Notificacao: 531/2012

Página 4/15

Contribuinte: BRANDT & KLEZM COMERCIO DE ACESSORIOS PARA 261890LTDA ME

Cadastro/Set.	Div.	Nr.Inscrição	Processo	Dt.Insc.	Dt.Vct.Orig	Vl.Orig.R\$	Corr.Monet	Juros R\$	Multa R\$	Vl. Total R\$
26189.0/	ISSTL	3204 10 000	0/00	27/01/11	17/05/2010	176,70	22,61	59,79	3,99	263,09
T O T A I S						176,70	22,61	59,79	3,99	263,09

Notificacao: 2052/2011

Contribuinte: BRANDT & KLEZM COMERCIO DE ACESSORIOS PARA 261890LTDA ME

Cadastro/Set.	Div.	Nr.Inscrição	Processo	Dt.Insc.	Dt.Vct.Orig	Vl.Orig.R\$	Corr.Monet	Juros R\$	Multa R\$	Vl. Total R\$
26189.0/	ISSN	4248 11 000	0/00	21/09/12	28/02/2011	50,00	0,00	8,44	1,00	59,44
26189.0/	ISSN	4249 11 000	0/00	21/09/12	30/04/2011	50,00	0,00	7,53	1,00	58,53
26189.0/	ISSN	4250 11 000	0/00	21/09/12	31/05/2011	50,00	0,00	7,05	1,00	58,05
26189.0/	ISSN	4251 11 000	0/00	21/09/12	30/06/2011	50,00	0,00	6,56	1,00	57,56
26189.0/	ISSN	4252 11 000	0/00	21/09/12	31/07/2011	50,00	0,00	6,03	1,00	57,03
26189.0/	ISSN	4253 11 000	0/00	21/09/12	31/08/2011	50,00	0,00	5,56	1,00	56,56
26189.0/	ISSN	4254 11 000	0/00	21/09/12	31/12/2011	50,00	0,00	3,79	1,00	54,79
T O T A I S						350,00	0,00	44,96	7,00	401,96

Notificacao: 185/2012

Contribuinte: BRANDT & KLEZM COMERCIO DE ACESSORIOS PARA 261890LTDA ME

Cadastro/Set.	Div.	Nr.Inscrição	Processo	Dt.Insc.	Dt.Vct.Orig	Vl.Orig.R\$	Corr.Monet	Juros R\$	Multa R\$	Vl. Total R\$
26189.0/	ISSN	4149 08 000	0/00	13/02/12	31/08/2008	2,00	0,00	0,83	0,04	2,87
26189.0/	ISSN	4140 10 000	0/00	13/02/12	31/08/2010	3,60	0,00	0,79	0,07	4,46
26189.0/	ISSN	4139 10 000	0/00	13/02/12	28/02/2010	1,60	0,00	0,43	0,03	2,06
T O T A I S						7,20	0,00	2,05	0,14	9,39

Notificacao: 2007/2011

Contribuinte: CAMILA DE MOURA F.I.

249637

Cadastro/Set.	Div.	Nr.Inscrição	Processo	Dt.Insc.	Dt.Vct.Orig	Vl.Orig.R\$	Corr.Monet	Juros R\$	Multa R\$	Vl. Total R\$
24963.7/	ISSTL	3080 09 000	0/00	19/02/10	15/05/2009	195,60	34,54	96,66	4,60	331,40
24963.7/	ISSTL	3062 08 000	0/00	29/01/09	15/05/2008	184,68	45,43	124,26	4,60	358,97
24963.7/	ISSTL	3181 10 000	0/00	27/01/11	17/05/2010	203,98	26,10	69,02	4,60	303,70
T O T A I S						584,26	106,07	289,94	13,80	994,07

Notificacao: 528/2012

Contribuinte: CAMILA DE MOURA F.I.

249637

Cadastro/Set.	Div.	Nr.Inscrição	Processo	Dt.Insc.	Dt.Vct.Orig	Vl.Orig.R\$	Corr.Monet	Juros R\$	Multa R\$	Vl. Total R\$
24963.7/	ISSTL	3408 11 000	0/00	26/01/12	16/05/2011	216,06	14,05	41,42	4,60	276,13
T O T A I S						216,06	14,05	41,42	4,60	276,13

Notificacao: 1524/2011

Contribuinte: CESAR LAURO DA SILVA

129500

Cadastro/Set.	Div.	Nr.Inscrição	Processo	Dt.Insc.	Dt.Vct.Orig	Vl.Orig.R\$	Corr.Monet	Juros R\$	Multa R\$	Vl. Total R\$
4383.4/04	IPU	1163 10 000	0/00	26/01/11	17/05/2010	507,94	65,00	171,88	11,46	756,28
T O T A I S						507,94	65,00	171,88	11,46	756,28

Notificacao: 464/2012

Página 5/15

Contribuinte: CESAR LAURO DA SILVA

129500

Cadastro/Set.	Div.	Nr.Inscrição	Processo	Dt.Insc.	Dt.Vct.Orig	Vl.Orig.R\$	Corr.Monet	Juros R\$	Multa R\$	Vl. Total R\$
12950.0/	CME	571 11 000	0/00	08/08/11	27/07/2006	70,15	24,02	54,62	1,88	150,67
12950.0/	CME	574 11 000	0/00	08/08/11	27/07/2006	70,15	24,02	51,79	1,88	147,84
12950.0/	CME	577 11 000	0/00	08/08/11	27/07/2006	70,15	24,02	48,97	1,88	145,02
12950.0/	CME	578 11 000	0/00	08/08/11	27/07/2006	70,15	24,02	48,03	1,88	144,08
12950.0/	CME	580 11 000	0/00	08/08/11	27/07/2006	70,15	24,02	46,14	1,88	142,19
12950.0/	CME	572 11 000	0/00	08/08/11	27/07/2006	70,15	24,02	53,68	1,88	149,73
12950.0/	CME	573 11 000	0/00	08/08/11	27/07/2006	70,15	24,02	52,74	1,88	148,79
12950.0/	CME	575 11 000	0/00	08/08/11	27/07/2006	70,15	24,02	50,85	1,88	146,90
12950.0/	CME	576 11 000	0/00	08/08/11	27/07/2006	70,15	24,02	49,91	1,88	145,96
12950.0/	CME	579 11 000	0/00	08/08/11	27/07/2006	70,15	24,02	47,09	1,88	143,14
12950.0/	CME	581 11 000	0/00	08/08/11	27/07/2006	70,15	24,02	45,20	1,88	141,25
12950.0/	CME	582 11 000	0/00	08/08/11	27/07/2006	70,15	24,02	44,26	1,88	140,31
12950.0/	CME	583 11 000	0/00	08/08/11	27/07/2006	70,15	24,02	43,32	1,88	139,37
12950.0/	CME	584 11 000	0/00	08/08/11	27/07/2006	70,15	24,02	42,38	1,88	138,43
12950.0/	CME	585 11 000	0/00	08/08/11	27/07/2006	70,15	24,02	41,44	1,88	137,49
12950.0/	CME	586 11 000	0/00	08/08/11	27/07/2006	70,15	24,02	40,49	1,88	136,54
12950.0/	CME	587 11 000	0/00	08/08/11	27/07/2006	70,15	24,02	39,55	1,88	135,60
12950.0/	CME	588 11 000	0/00	08/08/11	27/07/2006	70,15	24,02	38,61	1,88	134,66
T O T A I S						1.262,70	432,36	839,07	33,84	2.567,97

Notificacao: 473/2012

Contribuinte: ELEANRO FAGUNDES

249289

Cadastro/Set.	Div.	Nr.Inscrição	Processo	Dt.Insc.	Dt.Vct.Orig	Vl.Orig.R\$	Corr.Monet	Juros R\$	Multa R\$	Vl. Total R\$
24928.9/	CME	622 12 000	0/00	12/06/12	14/02/2007	98,28	29,63	49,89	2,56	180,36
24928.9/	CME	623 12 000	0/00	12/06/12	14/02/2007	98,28	29,63	48,61	2,56	179,08
24928.9/	CME	615 12 000	0/00	12/06/12	14/02/2007	98,28	29,63	58,84	2,56	189,31
24928.9/	CME	616 12 000	0/00	12/06/12	14/02/2007	98,28	29,63	57,56	2,56	188,03
24928.9/	CME	617 12 000	0/00	12/06/12	14/02/2007	98,28	29,63	56,28	2,56	186,75
24928.9/	CME	618 12 000	0/00	12/06/12	14/02/2007	98,28	29,63	55,00	2,56	185,47
24928.9/	CME	619 12 000	0/00	12/06/12	14/02/2007	98,28	29,63	53,72	2,56	184,19
24928.9/	CME	620 12 000	0/00	12/06/12	14/02/2007	98,28	29,63	52,44	2,56	182,91
24928.9/	CME	621 12 000	0/00	12/06/12	14/02/2007	98,28	29,63	51,17	2,56	181,64
24928.9/	CME	624 12 000	0/00	12/06/12	14/02/2007	98,28	29,63	47,33	2,56	177,80
24928.9/	CME	625 12 000	0/00	12/06/12	14/02/2007	98,28	29,63	46,05	2,56	176,52
24928.9/	CME	626 12 000	0/00	12/06/12	14/02/2007	98,28	29,63	44,77	2,56	175,24
24928.9/	CME	627 12 000	0/00	12/06/12	14/02/2007	98,28	29,63	43,49	2,56	173,96
24928.9/	CME	628 12 000	0/00	12/06/12	14/02/2007	98,28	29,63	42,21	2,56	172,68
T O T A I S						1.375,92	414,82	707,36	35,84	2.533,94

Notificacao: 489/2012

Contribuinte: ELEANRO FAGUNDES

249289

Cadastro/Set.	Div.	Nr.Inscrição	Processo	Dt.Insc.	Dt.Vct.Orig	Vl.Orig.R\$	Corr.Monet	Juros R\$	Multa R\$	Vl. Total R\$
4827.5/04	IPTU	1395 11 000	0/00	20/01/12	16/05/2011	419,55	27,27	80,43	8,94	536,19
T O T A I S						419,55	27,27	80,43	8,94	536,19

Notificacao: 465/2012

Contribuinte: ENICA MEYER

136891

Cadastro/Set.	Div.	Nr.Inscrição	Processo	Dt.Insc.	Dt.Vct.Orig	Vl.Orig.R\$	Corr.Monet	Juros R\$	Multa R\$	Vl. Total R\$
13689.1/	CME	558 11 000	0/00	08/08/11	24/07/2006	107,76	36,90	41,95	2,89	189,50
13689.1/	CME	546 11 000	0/00	08/08/11	24/07/2006	107,76	36,90	59,31	2,89	206,86
13689.1/	CME	547 11 000	0/00	08/08/11	24/07/2006	107,76	36,90	57,86	2,89	205,41
13689.1/	CME	529 11 000	0/00	08/08/11	24/07/2006	107,76	36,90	83,90	2,89	231,45
13689.1/	CME	541 11 000	0/00	08/08/11	24/07/2006	107,76	36,90	66,54	2,89	214,09
13689.1/	CME	544 11 000	0/00	08/08/11	24/07/2006	107,76	36,90	62,20	2,89	209,75
13689.1/	CME	545 11 000	0/00	08/08/11	24/07/2006	107,76	36,90	60,76	2,89	208,31
13689.1/	CME	530 11 000	0/00	08/08/11	24/07/2006	107,76	36,90	82,46	2,89	230,01
13689.1/	CME	531 11 000	0/00	08/08/11	24/07/2006	107,76	36,90	81,01	2,89	228,56
13689.1/	CME	532 11 000	0/00	08/08/11	24/07/2006	107,76	36,90	79,56	2,89	227,11
13689.1/	CME	533 11 000	0/00	08/08/11	24/07/2006	107,76	36,90	78,12	2,89	225,67
13689.1/	CME	534 11 000	0/00	08/08/11	24/07/2006	107,76	36,90	76,67	2,89	224,22
13689.1/	CME	535 11 000	0/00	08/08/11	24/07/2006	107,76	36,90	75,22	2,89	222,77
13689.1/	CME	536 11 000	0/00	08/08/11	24/07/2006	107,76	36,90	73,78	2,89	221,33
13689.1/	CME	537 11 000	0/00	08/08/11	24/07/2006	107,76	36,90	72,33	2,89	219,88

Página 6/15

13689.1/	CME	538 11 000	0/00	08/08/11	24/07/2006	107,76	36,90	70,88	2,89	218,43
13689.1/	CME	539 11 000	0/00	08/08/11	24/07/2006	107,76	36,90	69,44	2,89	216,99
13689.1/	CME	540 11 000	0/00	08/08/11	24/07/2006	107,76	36,90	67,99	2,89	215,54
13689.1/	CME	542 11 000	0/00	08/08/11	24/07/2006	107,76	36,90	65,10	2,89	212,65
13689.1/	CME	543 11 000	0/00	08/08/11	24/07/2006	107,76	36,90	63,65	2,89	211,20
13689.1/	CME	548 11 000	0/00	08/08/11	24/07/2006	107,76	36,90	56,42	2,89	203,97
13689.1/	CME	549 11 000	0/00	08/08/11	24/07/2006	107,76	36,90	54,97	2,89	202,52
13689.1/	CME	550 11 000	0/00	08/08/11	24/07/2006	107,76	36,90	53,52	2,89	201,07
13689.1/	CME	551 11 000	0/00	08/08/11	24/07/2006	107,76	36,90	52,08	2,89	199,63
13689.1/	CME	552 11 000	0/00	08/08/11	24/07/2006	107,76	36,90	50,63	2,89	198,18
13689.1/	CME	553 11 000	0/00	08/08/11	24/07/2006	107,76	36,90	49,18	2,89	196,73
13689.1/	CME	554 11 000	0/00	08/08/11	24/07/2006	107,76	36,90	47,74	2,89	195,29
13689.1/	CME	555 11 000	0/00	08/08/11	24/07/2006	107,76	36,90	46,29	2,89	193,84
13689.1/	CME	556 11 000	0/00	08/08/11	24/07/2006	107,76	36,90	44,84	2,89	192,39
13689.1/	CME	557 11 000	0/00	08/08/11	24/07/2006	107,76	36,90	43,40	2,89	190,95
T O T A I S						3.232,80	1.107,00	1.887,80	86,70	6.314,30

Notificacao: 1900/2011
Contribuinte: ERNA BRANDAO

221031

Cadastro/Set.	Div.	Nr.Inscrição	Processo	Dt.Insc.	Dt.Vct.Orig	Vl.Orig.R\$	Corr.Monet	Juros R\$	Multa R\$	Vl. Total R\$
30323.2/09	IPTU	2679 10 000	0/00	26/01/11	17/05/2010	3.675,17	470,30	1.243,64	82,91	5.472,02
30323.2/09	IPTU	2626 09 000	0/00	29/01/10	15/05/2009	3.523,33	622,15	1.741,10	82,91	5.969,49
30323.2/09	IPTU	2469 08 000	0/00	27/01/09	16/06/2008	4.154,70	1.021,95	2.743,62	103,53	8.023,80
30323.2/09	IPTU	2845 11 000	0/00	20/01/12	16/05/2011	3.875,30	251,92	742,90	82,54	4.952,66
T O T A I S						15.228,50	2.366,32	6.471,26	351,89	24.417,97

Notificacao: 497/2012
Contribuinte: ERWIN KISNER (+)

50814

Cadastro/Set.	Div.	Nr.Inscrição	Processo	Dt.Insc.	Dt.Vct.Orig	Vl.Orig.R\$	Corr.Monet	Juros R\$	Multa R\$	Vl. Total R\$
3985.3/03	IPTU	1338 11 000	0/00	20/01/12	16/05/2011	263,73	17,14	50,56	5,62	337,05
T O T A I S						263,73	17,14	50,56	5,62	337,05

Notificacao: 316/2012
Contribuinte: ERWIN KISNER (+)

50814

Cadastro/Set.	Div.	Nr.Inscrição	Processo	Dt.Insc.	Dt.Vct.Orig	Vl.Orig.R\$	Corr.Monet	Juros R\$	Multa R\$	Vl. Total R\$
5081.4/	CME	783 11 000	0/00	08/08/11	18/01/2008	60,29	14,83	19,53	1,50	96,15
5081.4/	CME	781 11 000	0/00	08/08/11	18/01/2008	60,29	14,83	21,03	1,50	97,65
5081.4/	CME	759 11 000	0/00	08/08/11	18/01/2008	60,33	14,84	37,58	1,50	114,25
5081.4/	CME	763 11 000	0/00	08/08/11	18/01/2008	60,33	14,84	34,58	1,50	111,25
5081.4/	CME	764 11 000	0/00	08/08/11	18/01/2008	60,33	14,84	33,83	1,50	110,50
5081.4/	CME	163 12 000	0/00	29/05/12	18/01/2008	60,29	14,83	16,53	1,50	93,15
5081.4/	CME	784 11 000	0/00	08/08/11	18/01/2008	60,29	14,83	18,78	1,50	95,40
5081.4/	CME	785 11 000	0/00	08/08/11	18/01/2008	60,29	14,83	18,03	1,50	94,65
5081.4/	CME	786 11 000	0/00	08/08/11	18/01/2008	60,29	14,83	17,28	1,50	93,90
5081.4/	CME	765 11 000	0/00	08/08/11	18/01/2008	60,33	14,84	33,07	1,50	109,74
5081.4/	CME	766 11 000	0/00	08/08/11	18/01/2008	60,33	14,84	32,32	1,50	108,99
5081.4/	CME	767 11 000	0/00	08/08/11	18/01/2008	60,33	14,84	31,57	1,50	108,24
5081.4/	CME	768 11 000	0/00	08/08/11	18/01/2008	60,33	14,84	30,82	1,50	107,49
5081.4/	CME	769 11 000	0/00	08/08/11	18/01/2008	60,33	14,84	30,07	1,50	106,74
5081.4/	CME	770 11 000	0/00	08/08/11	18/01/2008	60,33	14,84	29,32	1,50	105,99
5081.4/	CME	771 11 000	0/00	08/08/11	18/01/2008	60,33	14,84	28,56	1,50	105,23
5081.4/	CME	772 11 000	0/00	08/08/11	18/01/2008	60,33	14,84	27,81	1,50	104,48
5081.4/	CME	773 11 000	0/00	08/08/11	18/01/2008	60,33	14,84	27,06	1,50	103,73
5081.4/	CME	774 11 000	0/00	08/08/11	18/01/2008	60,33	14,84	26,31	1,50	102,98
5081.4/	CME	775 11 000	0/00	08/08/11	18/01/2008	60,33	14,84	25,56	1,50	102,23
5081.4/	CME	776 11 000	0/00	08/08/11	18/01/2008	60,29	14,83	24,79	1,50	101,41
5081.4/	CME	777 11 000	0/00	08/08/11	18/01/2008	60,29	14,83	24,04	1,50	100,66
5081.4/	CME	778 11 000	0/00	08/08/11	18/01/2008	60,29	14,83	23,29	1,50	99,91
5081.4/	CME	779 11 000	0/00	08/08/11	18/01/2008	60,29	14,83	22,54	1,50	99,16
5081.4/	CME	780 11 000	0/00	08/08/11	18/01/2008	60,29	14,83	21,78	1,50	98,40
5081.4/	CME	782 11 000	0/00	08/08/11	18/01/2008	60,29	14,83	20,28	1,50	96,90
5081.4/	CME	760 11 000	0/00	08/08/11	18/01/2008	60,33	14,84	36,83	1,50	113,50
5081.4/	CME	761 11 000	0/00	08/08/11	18/01/2008	60,33	14,84	36,08	1,50	112,75

Página 7/15

5081.4/	CME	762 11 000	0/00	08/08/11	18/01/2008	60,33	14,84	35,33	1,50	112,00
T O T A I S						1.749,09	430,24	784,60	43,50	3.007,43

Notificacao: 325/2012

Contribuinte: ERWIN KISNER (+)

50814

Cadastro/Set.	Div.	Nr.Inscrição	Processo	Dt.Insc.	Dt.Vct.Orig	Vl.Orig.R\$	Corr.Monet	Juros R\$	Multa R\$	Vl. Total R\$
5081.4/	CME	220 12 000	0/00	29/05/12	14/10/2011	67,43	4,38	10,05	1,44	83,30
5081.4/	CME	221 12 000	0/00	29/05/12	14/10/2011	67,33	4,38	9,32	1,43	82,46
5081.4/	CME	222 12 000	0/00	29/05/12	14/10/2011	67,33	4,38	8,60	1,43	81,74
T O T A I S						202,09	13,14	27,97	4,30	247,50

Notificacao: 355/2010

Contribuinte: EUGENIO KIRCHNER

46531

Cadastro/Set.	Div.	Nr.Inscrição	Processo	Dt.Insc.	Dt.Vct.Orig	Vl.Orig.R\$	Corr.Monet	Juros R\$	Multa R\$	Vl. Total R\$
3192.5/03	IPTU	1046 09 000	0/00	29/01/10	15/05/2009	70,05	12,37	34,62	1,65	118,69
T O T A I S						70,05	12,37	34,62	1,65	118,69

Notificacao: 841/2009

Contribuinte: EUGENIO KIRCHNER

46531

Cadastro/Set.	Div.	Nr.Inscrição	Processo	Dt.Insc.	Dt.Vct.Orig	Vl.Orig.R\$	Corr.Monet	Juros R\$	Multa R\$	Vl. Total R\$
3192.5/03	IPTU	665 08 000	0/00	27/01/09	16/06/2008	66,15	16,27	43,68	1,65	127,75
T O T A I S						66,15	16,27	43,68	1,65	127,75

Notificacao: 694/2011

Contribuinte: EUGENIO KIRCHNER

46531

Cadastro/Set.	Div.	Nr.Inscrição	Processo	Dt.Insc.	Dt.Vct.Orig	Vl.Orig.R\$	Corr.Monet	Juros R\$	Multa R\$	Vl. Total R\$
3192.5/03	IPTU	1275 11 000	0/00	20/01/12	16/05/2011	55,78	3,63	10,69	1,19	71,29
3192.5/03	IPTU	1059 10 000	0/00	26/01/11	17/05/2010	73,08	9,35	24,73	1,65	108,81
T O T A I S						128,86	12,98	35,42	2,84	180,10

Notificacao: 467/2012

Contribuinte: EUNICE VICENCIA DO NASCIMENTO

140732

Cadastro/Set.	Div.	Nr.Inscrição	Processo	Dt.Insc.	Dt.Vct.Orig	Vl.Orig.R\$	Corr.Monet	Juros R\$	Multa R\$	Vl. Total R\$
14073.2/	CME	491 11 000	0/00	08/08/11	17/10/2005	60,79	25,46	33,64	1,73	121,62
14073.2/	CME	497 11 000	0/00	08/08/11	17/10/2005	63,23	26,48	29,61	1,79	121,11
14073.2/	CME	498 11 000	0/00	08/08/11	17/10/2005	63,63	26,65	28,89	1,81	120,98
14073.2/	CME	499 11 000	0/00	08/08/11	17/10/2005	64,03	26,82	28,16	1,82	120,83
14073.2/	CME	500 11 000	0/00	08/08/11	17/10/2005	64,43	26,99	27,42	1,83	120,67
14073.2/	CME	501 11 000	0/00	08/08/11	17/10/2005	64,85	27,16	26,68	1,84	120,53
14073.2/	CME	504 11 000	0/00	08/08/11	17/10/2005	66,05	27,66	24,37	1,87	119,95
14073.2/	CME	505 11 000	0/00	08/08/11	17/10/2005	66,46	27,84	23,57	1,89	119,76
14073.2/	CME	473 11 000	0/00	08/08/11	17/10/2005	53,52	22,42	43,28	1,52	120,74
14073.2/	CME	475 11 000	0/00	08/08/11	17/10/2005	54,34	22,76	42,40	1,54	121,04
14073.2/	CME	476 11 000	0/00	08/08/11	17/10/2005	54,74	22,93	41,94	1,55	121,16
14073.2/	CME	478 11 000	0/00	08/08/11	17/10/2005	55,54	23,26	40,98	1,58	121,36
14073.2/	CME	479 11 000	0/00	08/08/11	17/10/2005	55,96	23,44	40,49	1,59	121,48
14073.2/	CME	482 11 000	0/00	08/08/11	17/10/2005	57,16	23,94	38,93	1,62	121,65
14073.2/	CME	485 11 000	0/00	08/08/11	17/10/2005	58,38	24,45	37,27	1,66	121,76
14073.2/	CME	486 11 000	0/00	08/08/11	17/10/2005	58,78	24,62	36,70	1,67	121,77
14073.2/	CME	487 11 000	0/00	08/08/11	17/10/2005	59,18	24,79	36,11	1,68	121,76
14073.2/	CME	489 11 000	0/00	08/08/11	17/10/2005	59,99	25,13	34,90	1,70	121,72
14073.2/	CME	474 11 000	0/00	08/08/11	17/10/2005	53,92	22,58	42,84	1,53	120,87
14073.2/	CME	477 11 000	0/00	08/08/11	17/10/2005	55,14	23,09	41,46	1,56	121,25
14073.2/	CME	480 11 000	0/00	08/08/11	17/10/2005	56,36	23,61	39,98	1,60	121,55
14073.2/	CME	481 11 000	0/00	08/08/11	17/10/2005	56,76	23,77	39,46	1,61	121,60
14073.2/	CME	483 11 000	0/00	08/08/11	17/10/2005	57,58	24,12	38,40	1,63	121,73
14073.2/	CME	488 11 000	0/00	08/08/11	17/10/2005	59,59	24,96	35,51	1,69	121,75
14073.2/	CME	490 11 000	0/00	08/08/11	17/10/2005	60,39	25,29	34,27	1,71	121,66
14073.2/	CME	492 11 000	0/00	08/08/11	17/10/2005	61,21	25,64	33,00	1,74	121,59
14073.2/	CME	493 11 000	0/00	08/08/11	17/10/2005	61,61	25,80	32,34	1,75	121,50
14073.2/	CME	494 11 000	0/00	08/08/11	17/10/2005	62,01	25,97	31,67	1,76	121,41

Página 8/15

14073.2/	CME	495 11 000	0/00	08/08/11	17/10/2005	62,41	26,14	30,99	1,77	121,31
14073.2/	CME	496 11 000	0/00	08/08/11	17/10/2005	62,83	26,32	30,31	1,78	121,24
14073.2/	CME	502 11 000	0/00	08/08/11	17/10/2005	65,25	27,33	25,92	1,85	120,35
14073.2/	CME	503 11 000	0/00	08/08/11	17/10/2005	65,65	27,50	25,15	1,86	120,16
14073.2/	CME	506 11 000	0/00	08/08/11	17/10/2005	66,86	28,00	22,77	1,90	119,53
14073.2/	CME	507 11 000	0/00	08/08/11	17/10/2005	67,26	28,17	21,95	1,91	119,29
14073.2/	CME	472 11 000	0/00	08/08/11	17/10/2005	53,12	22,25	43,71	1,51	120,59
14073.2/	CME	484 11 000	0/00	08/08/11	17/10/2005	57,98	24,28	37,84	1,65	121,75
T O T A I S						2.166,99	907,62	1.222,91	61,50	4.359,02

Notificacao: 2796/2011

Contribuinte: GERMANO ROBERTO BERTRAM

134813

Cadastro/Set.	Div.	Nr.Inscrição	Processo	Dt.Insc.	Dt.Vct.Orig	Vl.Orig.R\$	Corr.Monet	Juros R\$	Multa R\$	Vl. Total R\$
13481.3/	PP	3890 08 000	0/00	04/05/11	10/01/2010	975,83	172,31	390,37	22,96	1.561,47
13481.3/	REST	3556 08 000	0/00	02/03/09	10/03/2008	689,50	169,60	481,10	0,00	1.340,20
T O T A I S						1.665,33	341,91	871,47	22,96	2.901,67

Notificacao: 2731/2010

Contribuinte: GERMANO ROBERTO BERTRAM

134813

Cadastro/Set.	Div.	Nr.Inscrição	Processo	Dt.Insc.	Dt.Vct.Orig	Vl.Orig.R\$	Corr.Monet	Juros R\$	Multa R\$	Vl. Total R\$
13481.3/	PP	3898 11 000	0/00	13/03/12	10/01/2011	1.032,22	132,09	256,15	23,29	1.443,75
13481.3/	PP	306 10 000	0/00	08/03/10	10/01/2009	938,76	165,77	508,08	22,09	1.634,70
T O T A I S						1.970,98	297,86	764,23	45,38	3.078,45

Notificacao: 437/2012

Contribuinte: IRENE VOLTOLINI

18279

Cadastro/Set.	Div.	Nr.Inscrição	Processo	Dt.Insc.	Dt.Vct.Orig	Vl.Orig.R\$	Corr.Monet	Juros R\$	Multa R\$	Vl. Total R\$
1827.9/	CME	631 12 000	0/00	12/06/12	10/04/2007	58,77	17,72	17,59	1,53	95,61
1827.9/	CME	639 12 000	0/00	12/06/12	10/04/2007	58,77	17,72	11,47	1,53	89,49
1827.9/	CME	640 12 000	0/00	12/06/12	10/04/2007	58,77	17,72	10,71	1,53	88,73
1827.9/	CME	641 12 000	0/00	12/06/12	10/04/2007	58,77	17,72	9,94	1,53	87,96
1827.9/	CME	643 12 000	0/00	12/06/12	10/04/2007	58,77	17,72	8,41	1,53	86,43
1827.9/	CME	647 12 000	0/00	12/06/12	10/04/2007	58,72	17,71	5,35	1,53	83,31
1827.9/	CME	632 12 000	0/00	12/06/12	10/04/2007	58,77	17,72	16,83	1,53	94,85
1827.9/	CME	633 12 000	0/00	12/06/12	10/04/2007	58,77	17,72	16,06	1,53	94,08
1827.9/	CME	634 12 000	0/00	12/06/12	10/04/2007	58,77	17,72	15,30	1,53	93,32
1827.9/	CME	635 12 000	0/00	12/06/12	10/04/2007	58,77	17,72	14,53	1,53	92,55
1827.9/	CME	636 12 000	0/00	12/06/12	10/04/2007	58,77	17,72	13,77	1,53	91,79
1827.9/	CME	637 12 000	0/00	12/06/12	10/04/2007	58,77	17,72	13,00	1,53	91,02
1827.9/	CME	638 12 000	0/00	12/06/12	10/04/2007	58,77	17,72	12,24	1,53	90,26
1827.9/	CME	642 12 000	0/00	12/06/12	10/04/2007	58,77	17,72	9,18	1,53	87,20
1827.9/	CME	644 12 000	0/00	12/06/12	10/04/2007	58,72	17,71	7,64	1,53	85,60
1827.9/	CME	645 12 000	0/00	12/06/12	10/04/2007	58,72	17,71	6,88	1,53	84,84
1827.9/	CME	646 12 000	0/00	12/06/12	10/04/2007	58,72	17,71	6,11	1,53	84,07
T O T A I S						998,89	301,20	195,01	26,01	1.521,11

Notificacao: 475/2012

Contribuinte: JOAO ANTONIO MENGARDA

264660

Cadastro/Set.	Div.	Nr.Inscrição	Processo	Dt.Insc.	Dt.Vct.Orig	Vl.Orig.R\$	Corr.Monet	Juros R\$	Multa R\$	Vl. Total R\$
26466.0/	CME	824 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	55,20	16,64	14,37	1,44	87,65
26466.0/	CME	825 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	55,20	16,64	13,65	1,44	86,93
26466.0/	CME	826 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	55,20	16,64	12,93	1,44	86,21
26466.0/	CME	823 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	55,20	16,64	15,09	1,44	88,37
26466.0/	CME	827 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	55,20	16,64	12,21	1,44	85,49
26466.0/	CME	828 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	55,20	16,64	11,50	1,44	84,78
26466.0/	CME	829 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	55,20	16,64	10,78	1,44	84,06
26466.0/	CME	830 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	55,20	16,64	10,06	1,44	83,34
26466.0/	CME	831 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	55,20	16,64	9,34	1,44	82,62
26466.0/	CME	832 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	55,20	16,64	8,62	1,44	81,90
26466.0/	CME	833 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	55,20	16,64	7,90	1,44	81,18
26466.0/	CME	834 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	55,20	16,64	7,18	1,44	80,46
26466.0/	CME	835 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	55,20	16,64	6,47	1,44	79,75

Página 9/15

Cadastro/Set.	Div.	Nr.Inscrição	Processo	Dt.Insc.	Dt.Vct.Orig	Vl.Orig.R\$	Corr.Monet	Juros R\$	Multa R\$	Vl. Total R\$
T O T A I S						717,60	216,32	140,10	18,72	1.092,74

Notificacao: 519/2011
Contribuinte: JOSE PEDRO VICENTE

35521

Cadastro/Set.	Div.	Nr.Inscrição	Processo	Dt.Insc.	Dt.Vct.Orig	Vl.Orig.R\$	Corr.Monet	Juros R\$	Multa R\$	Vl. Total R\$
1139.8/02	IPTU	1100 11 000	0/00	20/01/12	16/05/2011	162,26	10,55	31,11	3,46	207,38
1139.8/02	IPTU	861 10 000	0/00	26/01/11	17/05/2010	198,44	25,39	67,15	4,48	295,46
T O T A I S						360,70	35,94	98,26	7,94	502,84

Notificacao: 155/2010
Contribuinte: JOSE PEDRO VICENTE

35521

Cadastro/Set.	Div.	Nr.Inscrição	Processo	Dt.Insc.	Dt.Vct.Orig	Vl.Orig.R\$	Corr.Monet	Juros R\$	Multa R\$	Vl. Total R\$
1139.8/02	IPTU	847 09 000	0/00	29/01/10	15/05/2009	190,22	33,59	94,00	4,48	322,29
1139.8/02	IPTU	433 08 000	0/00	27/01/09	16/06/2008	179,65	44,19	118,63	4,48	346,95
T O T A I S						369,87	77,78	212,63	8,96	669,24

Notificacao: 989/2011
Contribuinte: LAERCIO MAFRA

70700

Cadastro/Set.	Div.	Nr.Inscrição	Processo	Dt.Insc.	Dt.Vct.Orig	Vl.Orig.R\$	Corr.Monet	Juros R\$	Multa R\$	Vl. Total R\$
7070.0/	CME	747 11 000	0/00	08/08/11	21/02/2008	119,96	29,51	50,82	2,99	203,28
7070.0/	CME	755 11 000	0/00	08/08/11	21/02/2008	119,96	29,51	38,86	2,99	191,32
7070.0/	CME	732 11 000	0/00	08/08/11	21/02/2008	119,96	29,51	73,24	2,99	225,70
7070.0/	CME	737 11 000	0/00	08/08/11	21/02/2008	119,96	29,51	65,77	2,99	218,23
7070.0/	CME	739 11 000	0/00	08/08/11	21/02/2008	119,96	29,51	62,78	2,99	215,24
7070.0/	CME	743 11 000	0/00	08/08/11	21/02/2008	119,96	29,51	56,80	2,99	209,26
7070.0/	CME	744 11 000	0/00	08/08/11	21/02/2008	119,96	29,51	55,30	2,99	207,76
7070.0/	CME	725 11 000	0/00	08/08/11	21/02/2008	120,00	29,52	83,73	2,99	236,24
7070.0/	CME	727 11 000	0/00	08/08/11	21/02/2008	119,96	29,51	80,71	2,99	233,17
7070.0/	CME	170 12 000	0/00	29/05/12	21/02/2008	119,96	29,51	32,88	2,99	185,34
7070.0/	CME	171 12 000	0/00	29/05/12	21/02/2008	119,96	29,51	31,39	2,99	183,85
7070.0/	CME	748 11 000	0/00	08/08/11	21/02/2008	119,96	29,51	49,32	2,99	201,78
7070.0/	CME	749 11 000	0/00	08/08/11	21/02/2008	119,96	29,51	47,83	2,99	200,29
7070.0/	CME	750 11 000	0/00	08/08/11	21/02/2008	119,96	29,51	46,33	2,99	198,79
7070.0/	CME	751 11 000	0/00	08/08/11	21/02/2008	119,96	29,51	44,84	2,99	197,30
7070.0/	CME	752 11 000	0/00	08/08/11	21/02/2008	119,96	29,51	43,35	2,99	195,81
7070.0/	CME	753 11 000	0/00	08/08/11	21/02/2008	119,96	29,51	41,85	2,99	194,31
7070.0/	CME	754 11 000	0/00	08/08/11	21/02/2008	119,96	29,51	40,36	2,99	192,82
7070.0/	CME	756 11 000	0/00	08/08/11	21/02/2008	119,96	29,51	37,37	2,99	189,83
7070.0/	CME	757 11 000	0/00	08/08/11	21/02/2008	119,96	29,51	35,87	2,99	188,33
7070.0/	CME	758 11 000	0/00	08/08/11	21/02/2008	119,96	29,51	34,38	2,99	186,84
7070.0/	CME	729 11 000	0/00	08/08/11	21/02/2008	119,96	29,51	77,72	2,99	230,18
7070.0/	CME	730 11 000	0/00	08/08/11	21/02/2008	119,96	29,51	76,23	2,99	228,69
7070.0/	CME	731 11 000	0/00	08/08/11	21/02/2008	119,96	29,51	74,73	2,99	227,19
7070.0/	CME	733 11 000	0/00	08/08/11	21/02/2008	119,96	29,51	71,74	2,99	224,20
7070.0/	CME	734 11 000	0/00	08/08/11	21/02/2008	119,96	29,51	70,25	2,99	222,71
7070.0/	CME	735 11 000	0/00	08/08/11	21/02/2008	119,96	29,51	68,75	2,99	221,21
7070.0/	CME	736 11 000	0/00	08/08/11	21/02/2008	119,96	29,51	67,26	2,99	219,72
7070.0/	CME	738 11 000	0/00	08/08/11	21/02/2008	119,96	29,51	64,27	2,99	216,73
7070.0/	CME	740 11 000	0/00	08/08/11	21/02/2008	119,96	29,51	61,28	2,99	213,74
7070.0/	CME	741 11 000	0/00	08/08/11	21/02/2008	119,96	29,51	59,79	2,99	212,25
7070.0/	CME	742 11 000	0/00	08/08/11	21/02/2008	119,96	29,51	58,29	2,99	210,75
7070.0/	CME	745 11 000	0/00	08/08/11	21/02/2008	119,96	29,51	53,81	2,99	206,27
7070.0/	CME	746 11 000	0/00	08/08/11	21/02/2008	119,96	29,51	52,31	2,99	204,77
7070.0/	CME	726 11 000	0/00	08/08/11	21/02/2008	120,00	29,52	82,23	2,99	234,74
7070.0/	CME	728 11 000	0/00	08/08/11	21/02/2008	119,96	29,51	79,22	2,99	231,68
T O T A I S						4.318,64	1.062,38	2.071,66	107,64	7.560,32

Notificacao: 511/2012
Contribuinte: LAERCIO MAFRA

70700

Cadastro/Set.	Div.	Nr.Inscrição	Processo	Dt.Insc.	Dt.Vct.Orig	Vl.Orig.R\$	Corr.Monet	Juros R\$	Multa R\$	Vl. Total R\$
7629.5/06	IPTU	1465 10 000	0/00	26/01/11	17/05/2010	457,99	58,61	154,98	10,33	681,91
7629.5/06	IPTU	1660 11 000	0/00	20/01/12	16/05/2011	431,63	28,06	82,74	9,19	551,62

Página 10/15

T O T A I S	889,62	86,67	237,72	19,52	1.233,53
-------------	--------	-------	--------	-------	----------

Notificacao: 476/2012
Contribuinte: MARCOS JOSE DALLABONA

266574

Cadastro/Set.	Div.	Nr.Inscrição	Processo	Dt.Insc.	Dt.Vct.Orig	Vl.Orig.R\$	Corr.Monet	Juros R\$	Multa R\$	Vl. Total R\$
26657.4/	CME	1061 12 000	0/00	12/06/12	06/03/2008	128,28	31,55	30,37	3,20	193,40
26657.4/	CME	1062 12 000	0/00	12/06/12	06/03/2008	128,28	31,55	28,77	3,20	191,80
26657.4/	CME	1063 12 000	0/00	12/06/12	06/03/2008	128,28	31,55	17,58	3,20	180,61
26657.4/	CME	1064 12 000	0/00	12/06/12	06/03/2008	128,28	31,55	15,98	3,20	179,01
26657.4/	CME	1065 12 000	0/00	12/06/12	06/03/2008	128,28	31,55	14,39	3,20	177,42
T O T A I S						641,40	157,75	107,09	16,00	922,24

Notificacao: 1579/2011
Contribuinte: MARILENA FRONZA

139998

Cadastro/Set.	Div.	Nr.Inscrição	Processo	Dt.Insc.	Dt.Vct.Orig	Vl.Orig.R\$	Corr.Monet	Juros R\$	Multa R\$	Vl. Total R\$
4998.0/04	IPTU	1213 10 000	0/00	26/01/11	15/06/2010	110,19	14,10	36,04	2,49	162,82
T O T A I S						110,19	14,10	36,04	2,49	162,82

Notificacao: 466/2012
Contribuinte: MARILENA FRONZA

139998

Cadastro/Set.	Div.	Nr.Inscrição	Processo	Dt.Insc.	Dt.Vct.Orig	Vl.Orig.R\$	Corr.Monet	Juros R\$	Multa R\$	Vl. Total R\$
13999.8/	CME	809 12 000	0/00	12/06/12	02/03/2007	90,61	27,32	38,92	2,36	159,21
13999.8/	CME	806 12 000	0/00	12/06/12	02/03/2007	90,61	27,32	43,63	2,36	163,92
13999.8/	CME	807 12 000	0/00	12/06/12	02/03/2007	90,61	27,32	42,46	2,36	162,75
13999.8/	CME	808 12 000	0/00	12/06/12	02/03/2007	90,61	27,32	41,28	2,36	161,57
T O T A I S						362,44	109,28	166,29	9,44	647,45

Notificacao: 2004/2011
Contribuinte: NILCEIA LEITE MERELES ME

249254

Cadastro/Set.	Div.	Nr.Inscrição	Processo	Dt.Insc.	Dt.Vct.Orig	Vl.Orig.R\$	Corr.Monet	Juros R\$	Multa R\$	Vl. Total R\$
24925.4/	ISSTL	3178 10 000	0/00	27/01/11	17/05/2010	347,58	44,48	117,62	7,84	517,52
24925.4/	ISSTL	3075 09 000	0/00	19/02/10	15/05/2009	333,24	58,84	164,68	7,84	564,60
24925.4/	ISSTL	3060 08 000	0/00	29/01/09	15/07/2008	314,69	77,41	203,89	7,84	603,83
24925.4/	ISSTL	3406 11 000	0/00	26/01/12	16/05/2011	368,24	23,94	70,59	7,84	470,61
T O T A I S						1.363,75	204,67	556,78	31,36	2.156,56

Notificacao: 450/2012
Contribuinte: NELSON PISKE

56561

Cadastro/Set.	Div.	Nr.Inscrição	Processo	Dt.Insc.	Dt.Vct.Orig	Vl.Orig.R\$	Corr.Monet	Juros R\$	Multa R\$	Vl. Total R\$
5656.1/	CME	803 12 000	0/00	12/06/12	15/02/2007	87,66	26,43	41,07	2,28	157,44
5656.1/	CME	793 12 000	0/00	12/06/12	15/02/2007	87,66	26,43	52,48	2,28	168,85
5656.1/	CME	794 12 000	0/00	12/06/12	15/02/2007	87,66	26,43	51,34	2,28	167,71
5656.1/	CME	795 12 000	0/00	12/06/12	15/02/2007	87,66	26,43	50,20	2,28	166,57
5656.1/	CME	796 12 000	0/00	12/06/12	15/02/2007	87,66	26,43	49,06	2,28	165,43
5656.1/	CME	797 12 000	0/00	12/06/12	15/02/2007	87,66	26,43	47,92	2,28	164,29
5656.1/	CME	798 12 000	0/00	12/06/12	15/02/2007	87,66	26,43	46,78	2,28	163,15
5656.1/	CME	799 12 000	0/00	12/06/12	15/02/2007	87,66	26,43	45,64	2,28	162,01
5656.1/	CME	800 12 000	0/00	12/06/12	15/02/2007	87,66	26,43	44,50	2,28	160,87
5656.1/	CME	801 12 000	0/00	12/06/12	15/02/2007	87,66	26,43	43,36	2,28	159,73
5656.1/	CME	802 12 000	0/00	12/06/12	15/02/2007	87,66	26,43	42,21	2,28	158,58
5656.1/	CME	804 12 000	0/00	12/06/12	15/02/2007	87,66	26,43	39,93	2,28	156,30
5656.1/	CME	805 12 000	0/00	12/06/12	15/02/2007	87,66	26,43	38,79	2,28	155,16
T O T A I S						1.139,58	343,59	593,28	29,64	2.106,09

Página 11/15

Notificacao: 2300/2009
Contribuinte: NINON DANNER 45144

Cadastro/Set.	Div.	Nr.Inscrição	Processo	Dt.Insc.	Dt.Vct.Orig	Vl.Orig.R\$	Corr.Monet	Juros R\$	Multa R\$	Vl. Total R\$
30509.0/03	IPTU	2476 08 000	0/00	27/01/09	16/06/2008	14,44	3,55	9,54	0,36	27,89
T O T A I S						14,44	3,55	9,54	0,36	27,89

Notificacao: 446/2012
Contribuinte: OSNI WETZEL 55638

Cadastro/Set.	Div.	Nr.Inscrição	Processo	Dt.Insc.	Dt.Vct.Orig	Vl.Orig.R\$	Corr.Monet	Juros R\$	Multa R\$	Vl. Total R\$
5563.8/	CME	606 12 000	0/00	12/06/12	08/02/2007	104,77	31,59	57,27	2,73	196,36
5563.8/	CME	607 12 000	0/00	12/06/12	08/02/2007	104,77	31,59	55,91	2,73	195,00
5563.8/	CME	609 12 000	0/00	12/06/12	08/02/2007	104,77	31,59	53,18	2,73	192,27
5563.8/	CME	610 12 000	0/00	12/06/12	08/02/2007	104,77	31,59	51,82	2,73	190,91
5563.8/	CME	612 12 000	0/00	12/06/12	08/02/2007	104,77	31,59	49,09	2,73	188,18
5563.8/	CME	613 12 000	0/00	12/06/12	08/02/2007	104,77	31,59	47,73	2,73	186,82
5563.8/	CME	614 12 000	0/00	12/06/12	08/02/2007	104,77	31,59	46,36	2,73	185,45
5563.8/	CME	608 12 000	0/00	12/06/12	08/02/2007	104,77	31,59	54,54	2,73	193,63
5563.8/	CME	611 12 000	0/00	12/06/12	08/02/2007	104,77	31,59	50,45	2,73	189,54
T O T A I S						942,93	284,31	466,35	24,57	1.718,16

Notificacao: 2203/2010
Contribuinte: RESIBRAS IND. TEXTIL LTDA ME 177890

Cadastro/Set.	Div.	Nr.Inscrição	Processo	Dt.Insc.	Dt.Vct.Orig	Vl.Orig.R\$	Corr.Monet	Juros R\$	Multa R\$	Vl. Total R\$
17789.0/	ISSTL	2963 09 000	0/00	19/02/10	15/05/2009	324,94	57,38	160,57	7,65	550,54
17789.0/	ISSTL	2912 08 000	0/00	29/01/09	15/05/2008	306,87	75,48	206,47	7,65	596,47
T O T A I S						631,81	132,86	367,04	15,30	1.147,01

Notificacao: 1737/2011
Contribuinte: RESIBRAS IND. TEXTIL LTDA ME 177890

Cadastro/Set.	Div.	Nr.Inscrição	Processo	Dt.Insc.	Dt.Vct.Orig	Vl.Orig.R\$	Corr.Monet	Juros R\$	Multa R\$	Vl. Total R\$
17789.0/	ISSTL	3062 10 000	0/00	27/01/11	17/05/2010	338,97	43,38	114,70	7,65	504,70
17789.0/	ISSTL	3290 11 000	0/00	26/01/12	16/05/2011	359,04	23,34	68,83	7,65	458,86
T O T A I S						698,01	66,72	183,53	15,30	963,56

Notificacao: 474/2012
Contribuinte: RODRIGO CARDOSO DOS SANTOS 254932

Cadastro/Set.	Div.	Nr.Inscrição	Processo	Dt.Insc.	Dt.Vct.Orig	Vl.Orig.R\$	Corr.Monet	Juros R\$	Multa R\$	Vl. Total R\$
25493.2/	CME	1234 12 000	0/00	12/06/12	14/08/2007	83,91	25,30	49,15	2,18	160,54
25493.2/	CME	1235 12 000	0/00	12/06/12	14/08/2007	83,91	25,30	48,05	2,18	159,44
25493.2/	CME	1238 12 000	0/00	12/06/12	14/08/2007	83,86	25,29	44,75	2,18	156,08
25493.2/	CME	1239 12 000	0/00	12/06/12	14/08/2007	83,86	25,29	43,66	2,18	154,99
25493.2/	CME	1240 12 000	0/00	12/06/12	14/08/2007	83,86	25,29	42,57	2,18	153,90
25493.2/	CME	1241 12 000	0/00	12/06/12	14/08/2007	83,86	25,29	41,48	2,18	152,81
25493.2/	CME	1242 12 000	0/00	12/06/12	14/08/2007	83,86	25,29	40,38	2,18	151,71
25493.2/	CME	1244 12 000	0/00	12/06/12	14/08/2007	83,86	25,29	38,20	2,18	149,53
25493.2/	CME	1248 12 000	0/00	12/06/12	14/08/2007	83,86	25,29	33,84	2,18	145,17
25493.2/	CME	1249 12 000	0/00	12/06/12	14/08/2007	83,86	25,29	32,74	2,18	144,07
25493.2/	CME	1250 12 000	0/00	12/06/12	14/08/2007	83,86	25,29	31,65	2,18	142,98
25493.2/	CME	1251 12 000	0/00	12/06/12	14/08/2007	83,86	25,29	30,56	2,18	141,89
25493.2/	CME	1236 12 000	0/00	12/06/12	14/08/2007	83,86	25,29	46,93	2,18	158,26
25493.2/	CME	1237 12 000	0/00	12/06/12	14/08/2007	83,86	25,29	45,84	2,18	157,17
25493.2/	CME	1243 12 000	0/00	12/06/12	14/08/2007	83,86	25,29	39,29	2,18	150,62
25493.2/	CME	1245 12 000	0/00	12/06/12	14/08/2007	83,86	25,29	37,11	2,18	148,44
25493.2/	CME	1246 12 000	0/00	12/06/12	14/08/2007	83,86	25,29	36,02	2,18	147,35

Página 12/15

25493.2/	CME	1247 12 000	0/00	12/06/12	14/08/2007	83,86	25,29	34,93	2,18	146,26
T O T A I S						1.509,58	455,24	717,15	39,24	2.721,21

Notificacao: 313/2012
Contribuinte: ROSINA FACHINI MENGARDA

245526

Cadastro/Set.	Div.	Nr.Inscrição	Processo	Dt.Insc.	Dt.Vct.Orig	Vl.Orig.R\$	Corr.Monet	Juros R\$	Multa R\$	Vl. Total R\$
24552.6/	CME	137 12 000	0/00	29/05/12	28/01/2008	32,59	8,02	9,34	0,81	50,76
24552.6/	CME	138 12 000	0/00	29/05/12	28/01/2008	32,59	8,02	8,93	0,81	50,35
T O T A I S						65,18	16,04	18,27	1,62	101,11

Notificacao: 482/2012
Contribuinte: SILVIA TESSAROLI KRAUS

1065076

Cadastro/Set.	Div.	Nr.Inscrição	Processo	Dt.Insc.	Dt.Vct.Orig	Vl.Orig.R\$	Corr.Monet	Juros R\$	Multa R\$	Vl. Total R\$
106507.6/	CME	966 12 000	0/00	12/06/12	21/01/2008	73,07	17,97	50,07	1,82	142,93
106507.6/	CME	969 12 000	0/00	12/06/12	21/01/2008	73,07	17,97	47,34	1,82	140,20
106507.6/	CME	970 12 000	0/00	12/06/12	21/01/2008	73,07	17,97	46,43	1,82	139,29
106507.6/	CME	971 12 000	0/00	12/06/12	21/01/2008	73,07	17,97	45,52	1,82	138,38
106507.6/	CME	972 12 000	0/00	12/06/12	21/01/2008	73,07	17,97	44,61	1,82	137,47
106507.6/	CME	973 12 000	0/00	12/06/12	21/01/2008	73,07	17,97	43,70	1,82	136,56
106507.6/	CME	975 12 000	0/00	12/06/12	21/01/2008	73,07	17,97	41,88	1,82	134,74
106507.6/	CME	980 12 000	0/00	12/06/12	21/01/2008	73,07	17,97	37,33	1,82	130,19
106507.6/	CME	981 12 000	0/00	12/06/12	21/01/2008	73,07	17,97	36,42	1,82	129,28
106507.6/	CME	982 12 000	0/00	12/06/12	21/01/2008	73,07	17,97	35,51	1,82	128,37
106507.6/	CME	983 12 000	0/00	12/06/12	21/01/2008	73,07	17,97	34,60	1,82	127,46
106507.6/	CME	984 12 000	0/00	12/06/12	21/01/2008	73,07	17,97	33,69	1,82	126,55
106507.6/	CME	988 12 000	0/00	12/06/12	21/01/2008	73,07	17,97	30,04	1,82	122,90
106507.6/	CME	993 12 000	0/00	12/06/12	21/01/2008	73,03	17,96	25,48	1,82	118,29
106507.6/	CME	994 12 000	0/00	12/06/12	21/01/2008	73,03	17,96	24,57	1,82	117,38
106507.6/	CME	967 12 000	0/00	12/06/12	21/01/2008	73,07	17,97	49,16	1,82	142,02
106507.6/	CME	968 12 000	0/00	12/06/12	21/01/2008	73,07	17,97	48,25	1,82	141,11
106507.6/	CME	974 12 000	0/00	12/06/12	21/01/2008	73,07	17,97	42,79	1,82	135,65
106507.6/	CME	976 12 000	0/00	12/06/12	21/01/2008	73,07	17,97	40,97	1,82	133,83
106507.6/	CME	977 12 000	0/00	12/06/12	21/01/2008	73,07	17,97	40,06	1,82	132,92
106507.6/	CME	978 12 000	0/00	12/06/12	21/01/2008	73,07	17,97	39,15	1,82	132,01
106507.6/	CME	979 12 000	0/00	12/06/12	21/01/2008	73,07	17,97	38,24	1,82	131,10
106507.6/	CME	985 12 000	0/00	12/06/12	21/01/2008	73,07	17,97	32,78	1,82	125,64
106507.6/	CME	986 12 000	0/00	12/06/12	21/01/2008	73,07	17,97	31,87	1,82	124,73
106507.6/	CME	987 12 000	0/00	12/06/12	21/01/2008	73,07	17,97	30,95	1,82	123,81
106507.6/	CME	989 12 000	0/00	12/06/12	21/01/2008	73,07	17,97	29,13	1,82	121,99
106507.6/	CME	990 12 000	0/00	12/06/12	21/01/2008	73,03	17,96	28,21	1,82	121,02
106507.6/	CME	991 12 000	0/00	12/06/12	21/01/2008	73,03	17,96	27,30	1,82	120,11
106507.6/	CME	992 12 000	0/00	12/06/12	21/01/2008	73,03	17,96	26,39	1,82	119,20
106507.6/	CME	995 12 000	0/00	12/06/12	21/01/2008	73,03	17,96	23,66	1,82	116,47
106507.6/	CME	996 12 000	0/00	12/06/12	21/01/2008	73,03	17,96	22,75	1,82	115,56
106507.6/	CME	997 12 000	0/00	12/06/12	21/01/2008	73,03	17,96	21,84	1,82	114,65
106507.6/	CME	998 12 000	0/00	12/06/12	21/01/2008	73,03	17,96	20,93	1,82	113,74
T O T A I S						2.410,95	592,92	1.171,62	60,06	4.235,55

Notificacao: 2834/2011
Contribuinte: SOC. HOSPITALAR BENEDITO TIMBO

654264

Cadastro/Set.	Div.	Nr.Inscrição	Processo	Dt.Insc.	Dt.Vct.Orig	Vl.Orig.R\$	Corr.Monet	Juros R\$	Multa R\$	Vl. Total R\$
65426.4/	ISSTL	2544 08 000	0/00	29/01/09	15/06/2008	133,74	32,90	88,32	3,33	258,29
T O T A I S						133,74	32,90	88,32	3,33	258,29

Notificacao: 478/2012
Contribuinte: UDELSON PERSIKE

1064169

Cadastro/Set.	Div.	Nr.Inscrição	Processo	Dt.Insc.	Dt.Vct.Orig	Vl.Orig.R\$	Corr.Monet	Juros R\$	Multa R\$	Vl. Total R\$
106416.9/	CME	652 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	58,77	17,72	42,07	1,53	120,09
106416.9/	CME	669 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	58,77	17,72	29,07	1,53	107,09
106416.9/	CME	677 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	58,77	17,72	22,95	1,53	100,97
106416.9/	CME	680 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	58,77	17,72	20,65	1,53	98,67
106416.9/	CME	683 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	58,77	17,72	18,36	1,53	96,38
106416.9/	CME	684 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	58,77	17,72	17,59	1,53	95,61

Página 13/15

106416.9/	CME	686 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	58,77	17,72	16,06	1,53	94,08
106416.9/	CME	687 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	58,77	17,72	15,30	1,53	93,32
106416.9/	CME	649 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	58,77	17,72	44,36	1,53	122,38
106416.9/	CME	650 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	58,77	17,72	43,60	1,53	121,62
106416.9/	CME	651 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	58,77	17,72	42,83	1,53	120,85
106416.9/	CME	653 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	58,77	17,72	41,31	1,53	119,33
106416.9/	CME	654 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	58,77	17,72	40,54	1,53	118,56
106416.9/	CME	655 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	58,77	17,72	39,78	1,53	117,80
106416.9/	CME	656 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	58,77	17,72	39,01	1,53	117,03
106416.9/	CME	657 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	58,77	17,72	38,25	1,53	116,27
106416.9/	CME	658 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	58,77	17,72	37,48	1,53	115,50
106416.9/	CME	659 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	58,77	17,72	36,72	1,53	114,74
106416.9/	CME	660 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	58,77	17,72	35,95	1,53	113,97
106416.9/	CME	661 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	58,77	17,72	35,19	1,53	113,21
106416.9/	CME	662 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	58,77	17,72	34,42	1,53	112,44
106416.9/	CME	663 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	58,77	17,72	33,66	1,53	111,68
106416.9/	CME	664 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	58,77	17,72	32,89	1,53	110,91
106416.9/	CME	665 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	58,77	17,72	32,13	1,53	110,15
106416.9/	CME	666 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	58,77	17,72	31,36	1,53	109,38
106416.9/	CME	667 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	58,77	17,72	30,60	1,53	108,62
106416.9/	CME	668 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	58,77	17,72	29,83	1,53	107,85
106416.9/	CME	670 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	58,77	17,72	28,30	1,53	106,32
106416.9/	CME	671 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	58,77	17,72	27,54	1,53	105,56
106416.9/	CME	672 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	58,77	17,72	26,77	1,53	104,79
106416.9/	CME	673 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	58,77	17,72	26,01	1,53	104,03
106416.9/	CME	674 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	58,77	17,72	25,24	1,53	103,26
106416.9/	CME	675 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	58,77	17,72	24,48	1,53	102,50
106416.9/	CME	676 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	58,77	17,72	23,71	1,53	101,73
106416.9/	CME	678 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	58,77	17,72	22,18	1,53	100,20
106416.9/	CME	679 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	58,77	17,72	21,42	1,53	99,44
106416.9/	CME	681 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	58,77	17,72	19,89	1,53	97,91
106416.9/	CME	682 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	58,77	17,72	19,12	1,53	97,14
106416.9/	CME	685 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	58,77	17,72	16,83	1,53	94,85
106416.9/	CME	688 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	58,77	17,72	14,53	1,53	92,55
106416.9/	CME	689 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	58,77	17,72	13,77	1,53	91,79
106416.9/	CME	690 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	58,77	17,72	13,00	1,53	91,02
106416.9/	CME	691 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	58,77	17,72	12,24	1,53	90,26
106416.9/	CME	692 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	58,77	17,72	11,47	1,53	89,49
106416.9/	CME	693 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	58,77	17,72	10,71	1,53	88,73
106416.9/	CME	694 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	58,72	17,71	9,94	1,53	87,90
106416.9/	CME	695 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	58,72	17,71	9,17	1,53	87,13
106416.9/	CME	696 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	58,72	17,71	8,41	1,53	86,37
106416.9/	CME	697 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	58,72	17,71	7,64	1,53	85,60

T O T A I S | 2.879,53 | 868,24 | 1.274,33 | 74,97 | 5.097,07 |

Notificacao: 479/2012
Contribuinte: UDELSO PERSIKE

1064169

Cadastro/Set.	Div.	Nr.Inscrição	Processo	Dt.Insc.	Dt.Vct.Orig	Vl.Orig.R\$	Corr.Monet	Juros R\$	Multa R\$	Vl. Total R\$
106416.9/	CME	744 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	55,20	16,64	41,67	1,44	114,95
106416.9/	CME	745 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	55,20	16,64	40,95	1,44	114,23
106416.9/	CME	746 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	55,20	16,64	40,23	1,44	113,51
106416.9/	CME	747 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	55,20	16,64	39,51	1,44	112,79
106416.9/	CME	752 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	55,20	16,64	35,92	1,44	109,20
106416.9/	CME	753 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	55,20	16,64	35,20	1,44	108,48
106416.9/	CME	754 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	55,20	16,64	34,49	1,44	107,77
106416.9/	CME	755 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	55,20	16,64	33,77	1,44	107,05
106416.9/	CME	756 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	55,20	16,64	33,05	1,44	106,33
106416.9/	CME	758 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	55,20	16,64	31,61	1,44	104,89
106416.9/	CME	759 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	55,20	16,64	30,89	1,44	104,17
106416.9/	CME	760 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	55,20	16,64	30,17	1,44	103,45
106416.9/	CME	761 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	55,20	16,64	29,46	1,44	102,74
106416.9/	CME	762 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	55,20	16,64	28,74	1,44	102,02
106416.9/	CME	764 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	55,20	16,64	27,30	1,44	100,58
106416.9/	CME	765 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	55,20	16,64	26,58	1,44	99,86
106416.9/	CME	767 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	55,20	16,64	25,15	1,44	98,43
106416.9/	CME	768 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	55,20	16,64	24,43	1,44	97,71
106416.9/	CME	769 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	55,20	16,64	23,71	1,44	96,99
106416.9/	CME	771 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	55,20	16,64	22,27	1,44	95,55
106416.9/	CME	774 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	55,20	16,64	20,12	1,44	93,40
106416.9/	CME	775 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	55,20	16,64	19,40	1,44	92,68
106416.9/	CME	776 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	55,20	16,64	18,68	1,44	91,96
106416.9/	CME	779 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	55,20	16,64	16,52	1,44	89,80
106416.9/	CME	780 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	55,20	16,64	15,81	1,44	89,09
106416.9/	CME	781 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	55,20	16,64	15,09	1,44	88,37
106416.9/	CME	782 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	55,20	16,64	14,37	1,44	87,65



Página 14/15

106416.9/	CME	783 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	55,20	16,64	13,65	1,44	86,93
106416.9/	CME	788 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	55,20	16,64	10,06	1,44	83,34
106416.9/	CME	789 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	55,20	16,64	9,34	1,44	82,62
106416.9/	CME	790 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	55,20	16,64	8,62	1,44	81,90
106416.9/	CME	748 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	55,20	16,64	38,80	1,44	112,08
106416.9/	CME	749 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	55,20	16,64	38,08	1,44	111,36
106416.9/	CME	750 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	55,20	16,64	37,36	1,44	110,64
106416.9/	CME	751 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	55,20	16,64	36,64	1,44	109,92
106416.9/	CME	757 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	55,20	16,64	32,33	1,44	105,61
106416.9/	CME	763 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	55,20	16,64	28,02	1,44	101,30
106416.9/	CME	766 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	55,20	16,64	25,86	1,44	99,14
106416.9/	CME	770 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	55,20	16,64	22,99	1,44	96,27
106416.9/	CME	772 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	55,20	16,64	21,55	1,44	94,83
106416.9/	CME	773 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	55,20	16,64	20,83	1,44	94,11
106416.9/	CME	777 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	55,20	16,64	17,96	1,44	91,24
106416.9/	CME	778 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	55,20	16,64	17,24	1,44	90,52
106416.9/	CME	784 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	55,20	16,64	12,93	1,44	86,21
106416.9/	CME	785 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	55,20	16,64	12,21	1,44	85,49
106416.9/	CME	786 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	55,20	16,64	11,50	1,44	84,78
106416.9/	CME	787 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	55,20	16,64	10,78	1,44	84,06
106416.9/	CME	791 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	55,20	16,64	7,90	1,44	81,18
106416.9/	CME	792 12 000	0/00	12/06/12	22/02/2007	55,20	16,64	7,18	1,44	80,46
T O T A I S						2.704,80	815,36	1.196,92	70,56	4.787,64

Notificacao: 812/2009

Contribuinte: WILBURGA MULLER (+)

45047

Cadastro/Set.	Div.	Nr.Inscrição	Processo	Dt.Insc.	Dt.Vct.Orig	Vl.Orig.R\$	Corr.Monet	Juros R\$	Multa R\$	Vl. Total R\$
2910.6/03	IPTU	635 08 000	0/00	27/01/09	16/06/2008	204,89	50,40	135,30	5,11	395,70
T O T A I S						204,89	50,40	135,30	5,11	395,70

Notificacao: 496/2012

Contribuinte: WILBURGA MULLER (+)

45047

Cadastro/Set.	Div.	Nr.Inscrição	Processo	Dt.Insc.	Dt.Vct.Orig	Vl.Orig.R\$	Corr.Monet	Juros R\$	Multa R\$	Vl. Total R\$
2910.6/03	IPTU	1257 11 000	0/00	20/01/12	15/04/2011	180,44	11,73	36,51	3,84	232,52
T O T A I S						180,44	11,73	36,51	3,84	232,52

Notificacao: 2766/2011

Contribuinte: WILHELM HEYING

68187

Cadastro/Set.	Div.	Nr.Inscrição	Processo	Dt.Insc.	Dt.Vct.Orig	Vl.Orig.R\$	Corr.Monet	Juros R\$	Multa R\$	Vl. Total R\$
7179.0/06	IPTU	1063 08 000	0/00	27/01/09	16/06/2008	392,91	96,65	259,46	9,79	758,81
T O T A I S						392,91	96,65	259,46	9,79	758,81

Notificacao: 469/2012

Contribuinte: ZENO BEYER

144223

Cadastro/Set.	Div.	Nr.Inscrição	Processo	Dt.Insc.	Dt.Vct.Orig	Vl.Orig.R\$	Corr.Monet	Juros R\$	Multa R\$	Vl. Total R\$
14422.3/	CME	569 12 000	0/00	29/05/12	14/10/2011	79,45	5,16	11,85	1,69	98,15
14422.3/	CME	570 12 000	0/00	29/05/12	14/10/2011	79,37	5,16	10,99	1,69	97,21
14422.3/	CME	571 12 000	0/00	29/05/12	14/10/2011	79,37	5,16	10,14	1,69	96,36
T O T A I S						238,19	15,48	32,98	5,07	291,72

Legenda:

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Página 15/15

IPTU – IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL
ISSTL – IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS e/ou TAXAS
ISS – IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS FISCALIZAÇÃO
ISS/F – IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS AÇÃO FISCAL
TAS – ALVARÁ SANITÁRIO
TSP – TAXA SERVIÇOS PÚBLICOS
PP – PREÇO PÚBLICO

TXI – TAXAS INSPEÇÃO
MCON – MULTAS CONSTRUÇÃO
CME – CONTRIBUIÇÃO MELHORIA
TLLFF – TAXA LICENÇA LOCALIZAÇÃO FUNCIONAMENTO AÇÃO FISCAL
TLCAE – TAXA LICENÇA COMÉRCIO AMBULANTE e/ou EVENTUAL
TVB – TAXA DE VISTORIA DE BOMBEIRO
ISSNN – IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS/ SIMPLES NACIONAL

Maiores informações poderão ser obtidas na Secretaria da Fazenda e Administração - Setor de Dívida Ativa da Prefeitura Municipal de Timbó, no horário das 8:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas.

Município de Timbó, em 8 de novembro de 2012; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Da Fazenda E Administração

Turvo

PREFEITURA

Decreto 62/2012

DECRETO Nº 062/12, de 01 de novembro de 2012
SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.108/11 (Lei Orçamentária Anual), de 13/12/2011. DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), assim classificados:
08.01 - SECRETARIA DE SAÚDE A AÇÃO SOCIAL
08.244.0047.2.027 - MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0052.0(93) - Aplicações diretas
R\$ 30.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta do excesso de arrecadação, da fonte 0052 do exercício de 2012.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 01 de novembro de 2012

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

CECÍLIA LINO FERREIRA CONTI

Secretária de Adm. e Finanças-designada.

Edital Notificação de Repasse 24/2012

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE REPASSES

A Administração Municipal de Turvo, atendendo a determinação contida na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município de Turvo, que recebeu

recursos federais conforme abaixo especificado:

-Termo de Compromisso nº TC/PAC 200421/2011

Objeto: Construção de uma unidade de educação infantil - Bairro Cidade Alta

Origem dos Recursos: FNDE

Valor da 2ª Parcela: R\$ 185.593,51

Data do repasse da 2ª parcela: 03/01/2012

Turvo/SC, 05 de novembro de 2012.

Vargeão

PREFEITURA

Extrato de Termo Aditivo

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE VARGEÃO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: PRÉ-FABRICADOS SGANZERLA LTDA ME

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 130/2012 até 31 de dezembro de 2012.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 130/2012.

Vargeão, SC, 19 de outubro de 2012.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

Lei Nº 2.812/12

LEI Nº 2.812/12, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2012.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social e Médica de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

19 - Fundo Municipal de Assistência Social e Médica - FASM

01 - Fundo Municipal de Assistência Social e Médica - FASM



2.077 - Manutenção do Fundo de Assistência Social e Médica
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas 400.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 400.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação do exercício.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 07 de novembro de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 07 dias do mês de novembro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 2.813/12

LEI N.º 2.813/12, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2012.

Autoriza o Poder Executivo a proceder autorização de uso de bem imóvel pertencente ao Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,
Faço saber a todos os Municípes que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder autorização de uso gratuito do Centro de Eventos Vitória - CEVI, localizado na Rua XV de Novembro, nº 115, no Bairro Centro, de propriedade do Município a fim de ser utilizado pela Gennius Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental Ltda, inscrita no CNPJ nº 76.601.152/0001-01, nos termos da minuta anexa.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 07 de novembro de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 07 dias do mês de novembro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração
MINUTA DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE BEM PÚBLICO
AUTORIZADO PELA LEI Nº 2.813/12

Pelo presente termo, de um lado, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, 188, inscrito no CNPJ sob n.º 83.039.842/0001-84, representado, neste ato, por seu Prefeito Municipal; e do outro lado, a GENNIUS ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL LTDA, entidade civil, sem fins lucrativos, com sede no Município de Videira, SC, inscrita no CNPJ nº 76.601.152/0001-01, acordam e ajustam, nos termos da Lei Municipal nº 2.813/12, a autorização de uso que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O objeto do presente instrumento é a autorização do uso das dependências do Centro de Eventos Vitória - CEVI, localizado na Rua XV de Novembro, nº 115, no Bairro Centro, com a finalidade de realização da Festa de Natal da Gennius Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental Ltda, a ocorrer no dia 14 de dezembro de 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE USO

- I. A área objeto da presente autorização de uso somente poderá ser utilizada para a finalidade prevista na Cláusula Primeira.
- II. O evento previsto na Cláusula Primeira deverá realizar-se, intransferivelmente, no dia 14 de dezembro de 2012.
- III. Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:
 - a. Serviço de segurança no local do evento;
 - b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
 - c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
 - d. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
 - e. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
 - f. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
 - g. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
 - h. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.
- IV. A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer causalidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

A presente autorização de uso vigorará somente no dia 14 de dezembro de 2012, e deverá ser rigorosamente respeitada, sob pena de aplicação de sanções previstas em lei.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira/SC, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas desta autorização, renunciando qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Videira, SC, de de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

GENNIUS ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL LTDA
Representante

TESTEMUNHAS:

Nome:	Nome:
RG:	RG:

Edital de Notificação Nº 020/2012

SECRETARIA DE FINANÇAS
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 020/2012

Alexandre Ganasini, Secretário de Finanças no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 100 da Lei Orgânica Municipal, de 05/04/1990, no art. 150, § 6º, do Código Tributário

Municipal - Lei Municipal nº 69, de 05/12/1985, e, no item "c" do Requerimento de Parcelamento, NOTIFICA os Contribuintes abaixo relacionados do CANCELAMENTO DOS PARCELAMENTOS requeridos:

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROCESSO ADMINISTRATIVO	DATA CANCELAMENTO
ALCEU CORREIA	135.196.709-68	6144/2012	07/11/2012
ALEXIO BAVARESCO	346.604.029-91	4151/2012	07/11/2012
CAROLINA ARGENTA	458.466.509-53	1300/2012	07/11/2012
CAROLINE PERETTI	048.862.479-70	869/2011	07/11/2012
DENISE DUARTE	021.111.759-51	5567/2012	07/11/2012
DOLY XAVIER ANTUNES DE LIZ	296.643.309-49	10757/2011	07/11/2012
ELZA RODRIGUES ROQUE	721.975.109-59	3780/2012	07/11/2012
IMOBILIARIA PERDIZES LTDA	75.275.784/0001.60	7457/2012	07/11/2012
IVANIR CARLOS DA SILVA	471.426.429-04	15959/2011	07/11/2012
LEOCIR ANGELO DA SILVEIRA	575.501.660-72	7168/2012	07/11/2012
LEONINA GOMES	670.964.339-53	3533/2012	07/11/2012
LUCI SALETE RAGADALLI MELLO	486.488.769-15	8597/2012	07/11/2012
OSMAR RODRIGUES DOS SANTOS	522.057.709-34	7174/2012	07/11/2012
PEDRO RODRIGUES DA SILVA	347.512.629-04	2957/2012	07/11/2012
RICARDO ALVES	296.669.379-72	5777/2012	07/11/2012
SABINO FANTIN	490.850.939-53	4111/2012	07/11/2012
SIMONE DOS ANJOS REMPL	063.031.269-95	3669/2012	07/11/2012
WILSON E SUZANA AP DA SILVA PADE	867.368.769-15	3648/2010	07/11/2012

Para que produza os efeitos legais e de direito foi lavrado e publicado o presente Edital.

Videira, 08 de novembro de 2012.
ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

CÂMARA MUNICIPAL

Extra de Descredenciamento de Jornal

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREDORES DE VIDEIRA

Extrato Descredenciamento Jornal
CÂMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA
CREDENCIAMENTO Nº 01/2012

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Videira no uso de suas atribuições, torna público para o conhecimento dos interessados, que foi indeferido o pedido de credenciamento da empresa MOACIR NUNES DE OLIVEIRA - EIRELI

Videira - SC, 07 de novembro de 2012.
LEONARDO BOM GUSE
Presidente

Consórcios

AGIR

Decreto Nº. 009/2012 - AGIR

DECRETO Nº. 009/2012

EXONERA SERVIDORA MARIA DE FATIMA MARTINS, CEDIDA PELO MUNICÍPIO DE ASCURRA/SC PARA OCUPAR O CARGO DE OUVIDORA JUNTO A AGIR.

JOÃO PAULO KARAN KLEINUBING, Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, Artigo 30, Inciso IV e,

CONSIDERANDO o Decreto nº 004/2012, de 01 de junho de 2012, que nomeou a Sra. Maria de Fátima Martins, cedida pelo município de Ascurra, nos termos do Decreto Municipal nº 2414, de 31 de maio de 2012,

CONSIDERANDO os termos da Resolução nº 15/2012, que autorizou receber por cessão a servidora do Município de Ascurra, com ônus para a AGIR,

CONSIDERANDO que a Sra. Maria de Fátima Martins, foi convocada a assumir o cargo de Procuradora no município de Ascurra e nomeada através da Portaria nº 4501 de 20 de agosto de 2012,

CONSIDERANDO que na Assembleia Geral Ordinária do Consórcio Público, realizada no dia 18 de outubro de 2012, foi comunicado o término da cessão da Servidora;

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerada a Sra. Maria de Fátima Martins, do cargo de Ouvidora junto a AGIR, nomeada através do Decreto nº 004/2012, de 01 de junho de 2012 /SC, a partir do dia 19 de outubro de 2012.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 19 de outubro de 2012.
JOÃO PAULO KARAM KLEINUBING
Presidente da Diretoria Executiva da AGIR.

Resolução Nº. 030/2012 - AGIR

RESOLUÇÃO Nº. 030/2012

AUTORIZA RECEBER POR CESSÃO SERVIDOR DE ENTE CONSORCIADO, COM ÔNUS PARA A AGIR.

JOÃO PAULO KARAM KLEINÜBING, Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigos 30, Inciso XI e 86 do Estatuto do Consórcio Público e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

Considerando-se a necessidade de dar condições imediatas para a execução das atribuições da Agência frente aos entes consorciados;

Considerando-se ser mais vantajoso aproveitar, na atual circunstância, pessoal com conhecimentos específicos na área pública municipal;

Considerando-se que as habilitações técnicas e o conhecimento acumulado frente às rotinas administrativas municipais e autárquicas pelo servidor a ser recepcionado.

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar recepcionar através de cessão de pessoal com ônus, o servidor público municipal o Senhor ANDRÉ DOMINGOS GOETZINGER pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal do Samae de Blumenau/SC, para exercer atribuições junto a AGIR.

Art. 2º. O servidor cedido irá ocupar o cargo de Agente Administrativo, subordinada a Diretoria Geral nos termos do Artigo 64, do Estatuto e àquelas determinadas pelo superior imediato.

Art. 3º. A cessão com ônus, como previsto no Artigo 1º., se dará na forma do Artigo 86, caput c/c § 2º., do mesmo dispositivo legal, ficando a AGIR obrigada ao reembolso mensal de sua remuneração, acrescidas das vantagens pessoais, nas mesmas datas de pagamento do ente cedente, acrescida dos encargos patronais.

Art. 4º. O reembolso de parte da AGIR poderá ser efetuado através de meios digitais, por operações bancárias e contábeis ou ainda, através da dedução dos valores do rateio devido pelo município cedente.

Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 29 de outubro de 2012.

JOÃO PAULO KARAM KLEINÜBING

Presidente da Diretoria Executiva da AGIR

Convocação Continuação Reunião Ordinária do Comitê de Regulação - AGIR**CONVOCAÇÃO:**

CONTINUAÇÃO DA REUNIÃO ORDINÁRIA
DO DIA 22 DE OUTUBRO DE 2012

ANÍSIO FANTINI, Presidente do Comitê de Regulação da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições legais e de acordo com os Artigos 36 e 40 do Regimento Interno da AGIR, CONVOCA os conselheiros titulares para a CONTINUAÇÃO DA REUNIÃO ORDINÁRIA do dia 22 de outubro de 2012, a qual se realizará em 14 de novembro de 2012, às 10:00 horas, com a presença da maioria simples dos conselheiros.

Local: Rua: Alberto Stein, nº. 466 - 1º. piso, Sala de Reuniões da AMMVI, CEP: 89036-200, Bairro: Velha, Blumenau, Santa Catarina.

ORDEM DO DIA:

- 1 - Leitura e aprovação da ata anterior;
- 2 - Discussão e deliberação do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Prestação de Serviço Público de Esgoto Sanitário do Município de Blumenau (Procedimento Administrativo nº. 010/2011-AGIR);

Blumenau (SC), em 08 de novembro de 2012.

ANÍSIO FANTINI

Presidente do Comitê de Regulação
(Decreto nº. 007/2012)

ARIS**Ata de Registro de Preços Nº 02/2012**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2012

Pregão nº 07/2012

Aos 12 dias do mês de setembro de 2012, a AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO (ARIS), pessoa jurídica de direito público interno, qualificada como associação pública e inscrita no CNPJ sob n. 11.400.360/0001-05, com sede à Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Bairro Estreito, Florianópolis/SC, CEP 88070-101, neste ato representado por seu Diretor-geral, Sr. Marcos Fey Probst, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob n. 032.985.859-98, resolve Registrar Preços da empresa abaixo nominada, vencedora do Pregão nº 07/2012, sob regime de contratação pelo Sistema de Registro de Preços, nos termos da Lei nº 8.666/93 e 10.520/02 e do Edital de Pregão nº 07/2012 e das demais normas aplicáveis.

1. A partir desta data, fica registrado na ARIS, observada a ordem de classificação, os preços da empresa fornecedora registrada a seguir relacionada, objetivando o compromisso de fornecimento de combustíveis, nas condições estabelecidas no ato convocatório e conforme o seguinte quadro:

1.1. Empresa: Posto Centro LTDA, inscrita no CNPJ: 03.071.326/0001-06, situada na Alameda Aristiliano Ramos, 11, centro Rio do Sul/SC.

1.2. Preços registrados:

Item	Produto	Marca/Bandeira	Quantidade	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
02	Gasolina	Branca	4.000l	2,79	11.160,00

2. O fornecimento de combustíveis será realizado no posto de abastecimento da licitante contratada, no endereço indicado na proposta, de forma parcelada, de acordo com a necessidade da contratante.

3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

4. A Ata tem prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura.

5. Aplica-se subsidiariamente a esta Ata de Registro de Preços as normas fixadas pelo Código de Defesa do Consumidor, Lei n. 8.078/90.

6. As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Palhoça do Estado de Santa Catarina, com renúncia de qualquer outro.

E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento em 2 (duas) vias.

Florianópolis, 12 de setembro de 2012.

MARCOS FEY PROBST

Diretor geral da ARIS

DEONÍSIO BILINSKI

CPF nº 031.249.249-91

Sócio Gerente

CIM-AMAVI

Cancelamento de Audiência Pública

CANCELAMENTO DE audiência pública

PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DO CIM-AMAVI - PGIRS

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI, CNPJ sob nº 14.695.989/0001-00, com sede na Rua XV de Novembro, 737, Laranjeiras, Rio do Sul/SC, COMUNICA a população de todos os municípios integrantes do CIM-AMAVI, associações representativas e demais segmentos interessados e envolvidos na elaboração do PROGNÓSTICO DO PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DO CIM-AMAVI, o CANCELAMENTO da AUDIÊNCIA PÚBLICA marcada para o dia 13 de novembro de 2012, das 14h às 16h30min, no IFC - Instituto Federal Catarinense, município de Rio do Sul/SC, em função de o prognóstico depender de acordos setoriais de geradores de resíduos sólidos não concluídos até a presente data. Mais informações poderão ser obtidas no CIM-AMAVI junto a Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí - AMAVI, através do telefone (47)3531-4242.

Rio do Sul, 09 de novembro de 2012.

JOCELINO AMANCIO,

Presidente do CIM-AMAVI.

CIS/AMARP

Ata Assembléia Geral do CIS/AMARP

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE

Aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze, com início às oito e trinta horas, na sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde-CIS-AMARP, sito a Rua Manoel Roque, número noventa e nove, no município de Videira/SC, reuniram-se os prefeitos dos municípios consorciados para tratar da seguinte ordem do dia, em conformidade com o Edital Nº 01/2012: I - Eleição da Diretoria para o término do Exercício 2012- (18 de novembro a 31 de dezembro de 2012); II - Apresentação e Aprovação do Orçamento de 2013; II - Apresentação do plano de Metas de 2013; III - Outros assuntos de interesse dos Prefeitos. Dando início aos trabalhos a Diretora Executiva Beatriz Maria Perotto Preto saudou a todos e convidou o Presidente do CIS-AMARP, senhor Cláudio Spricigo, prefeito de Arroio Trinta para presidir os trabalhos. O Presidente senhor Cláudio Spricigo saudou a todos e agradeceu a presença, colocando que no seu entendimento o Consórcio de Saúde está consolidado na região e tem solucionado muitos problemas dos municípios, diminuindo o tempo de espera para realizar exames e consultas médicas especializadas, pois a região ainda apresenta grandes dificuldades pela inexistência destes procedimentos pelo SUS. Em seguida passou-se a Eleição da Diretoria para o término do exercício 2012 que compreende o período 18 de novembro a 31 de dezembro, sendo necessário o fechamento do ano, principalmente movimentações de contas bancárias e os recursos do

Consórcio, junto à Instituição Financeira e outros documentos legais do CIS-AMARP. Após ampla discussão entre os presentes ficou deliberado que os cargos da Diretoria eleita serão para o período 2012/2013- período compreendido entre novembro de 2012 a novembro de 2013 e que apenas o Conselho Fiscal Efetivo e Suplente será para o período compreendido entre 18 de novembro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 e que no exercício de 2013 serão eleitos novos membros entre os prefeitos eleitos e que tomarão posse nos respectivos poderes executivos em 1º de janeiro de 2013, e que a data para a eleição do Conselho Fiscal será convocada pelo Presidente ainda no início de 2013. Logo após passou-se a eleger os membros da Diretoria que ficou com a seguinte Nominata: PRESIDENTE- Euzébio Vieceili; VICE-PRESIDENTE-Alcir José Bodanese; 2º VICE-PRESIDENTE- Emerson Zanella; 1º SECRETÁRIO- Ludovino Labas; 2º SECRETÁRIO- Wilmar Carelli; CONSELHO FISCAL- EFETIVOS: Cláudio Spricigo; Alcides Boff; Nelson Grassi. CONSELHO FISCAL-SUPLENTE: Darcy Batista Bendlin; Pedrinho Ansiliero; Antoninho Baldissera. MEMBROS EFETIVOS INDICADOS PELO COLEGIADO DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE- Nilce Pinz; Glotilde Cazzaletti Sartori. Logo após o contador senhor Odivar Clóvis Biscaro apresentou o Orçamento do CIS-AMARP para o exercício de 2013 com uma receita orçamentária no valor de R\$ 2.714,000,00 (Dois milhões e setecentos e quatorze mil reais) e que colocado em votação foi aprovado. Dando sequência o presidente eleito prefeito de Pinheiro Preto senhor Euzébio Vieceili agradeceu a todos pela confiança e principalmente ao senhor Claudio Spricigo pelo brilhante trabalho que fez frente ao CIS-AMARP desde a sua implantação batalhando sempre para que o mesmo tivesse êxito. Esgotada a pauta o presidente eleito e empossado agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a Assembléia. Para constar, mandou lavrar a presente ata que vai assinada por quem de direito.

Videira, 07 de novembro de 2012.

EUZÉBIO VIECELLI

Prefeito de Pinheiro

EMERSON ZANELLA

Preto Prefeito de Macieira

ALCIR JOSÉ BODANESE

Prefeito de Rio das Antas

LUDOVINO LABAS

Prefeito de Lebon Régis

WILMAR CARELLI

Prefeito de Videira Prefeito de Arroio Trinta

CLÁUDIO SPRICIGO

ALCIDES BOFF

Prefeito de Calmon

NELSON GRASSI.

Prefeito de Ibiara

DARCY BATISTA BENDLIN

Perefeito de Matos Costa

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito de Salto Veloso

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito de Iomerê

IMAR ROCHA

Prefeito de Caçador

NELMAR PINZ

Prefeito de Fraiburgo